

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA: LINGUAGEM E SOCIEDADE**

MARILIA DO AMPARO ALVES GOMES

**O PESO DA HISTÓRIA:
AS MARCAS DA VIOLÊNCIA NA MEMÓRIA DE MULHERES NEGRAS EM
ASCENSÃO SOCIAL**

**VITÓRIA DA CONQUISTA - BA
DEZEMBRO DE 2024**

MARILIA DO AMPARO ALVES GOMES

**O PESO DA HISTÓRIA:
AS MARCAS DA VIOLÊNCIA NA MEMÓRIA DE MULHERES NEGRAS EM
ASCENSÃO SOCIAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade – PPGMLS, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Doutor em Memória: Linguagem e Sociedade

Área de Concentração: Multidisciplinaridade da Memória

Linha de Pesquisa: Memória Cultura e Educação

Projeto Temático: Memória, Relações afetivas e Violência contra Mulheres

Orientadora: Profa. Dra. Tânia Rocha Andrade Cunha

**VITÓRIA DA CONQUISTA –BA
DEZEMBRO DE 2024**

G615p

Gomes, Marília do Amparo Alves.

O peso da história: as marcas da violência na memória de mulheres negras em ascensão social. / Marília do Amparo Alves Gomes, 2024. 192f.

Orientador (a): Dra. Tânia Rocha Andrade Cunha.

Tese (doutorado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Vitória da Conquista, 2024.

Inclui referência F. 164 – 176

1. Mulheres negras. 2. Ascensão social. 3. Interseccionalidade. 4. Violência. 5. Raça-Gênero. I. Cunha, Tânia Rocha Andrade. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade. III. T.

CDD: 305.42

Catálogo na fonte: Karolyne Alcântara Profeta – CRB 5/2134

UESB – *Campus* Vitória da Conquista – BA

Título em inglês: The weight of history: the marks of violence in the memory of black women in social ascension.

Palavras-chaves em inglês: Black Women. Social Ascension. Intersectionality. Violence. Race-Gender.

Área de concentração: Multidisciplinaridade da Memória

Doutora em Memória: Linguagem e Sociedade

Banca Examinadora: Profa. Dra. Tânia Rocha de Andrade Cunha (Presidente), Profa. Dra. Ana Elizabeth Santos Alves (UESB), Profa. Dra. Luciana Araújo dos Reis (UESB), Profa. Dra. Acácia Batista Dias (UEFS), Profa. Dra. Vera Núbia Santos (UFS).

Data da Defesa: 12 de dezembro de 2024

Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade.

FOLHA DE APROVAÇÃO

MARÍLIA DO AMPARO ALVES GOMES

O PESO DA HISTÓRIA: AS MARCAS DA VIOLÊNCIA NA MEMÓRIA DE MULHERES NEGRAS EM ASCENSÃO SOCIAL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade – PPGMLS, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Doutora em Memória: Linguagem e Sociedade

Local e Data da defesa: Vitória da Conquista/BA, 12 de dezembro de 2024.

Banca Examinadora:

Profª. Dra. Tânia Rocha de Andrade Cunha
(Presidente)

Ass.: Tânia Rocha Andrade Cunha

Profª. Dra. Ana Elizabeth Santos Alves (UESB)

Ass.: Ana Elizabeth S. Alves

Profª. Dra. Luciana Araújo dos Reis (UESB)

Ass.: Luciana Araújo dos Reis

Profª. Dra. Acácia Batista Dias (UEFS)

Ass.: Acácia Batista Dias

Profª. Dra. Vera Núbia Santos (UFS)

Ass.: Vera Núbia Santos

Dedico este trabalho àquelas que vieram antes, todas as mulheres que contribuíram para que eu e outras mulheres negras pudéssemos sonhar e realizar sonhos. Dedico a tantas Dandaras que resistem na luta contra o racismo e o sexismo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Programa de Pós-graduação em Memória, Linguagem e Sociedade (PPGMLS) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) – desde a coordenação, docentes, equipe administrativa, demais servidores e colegas. Agradeço a cada um/uma por fazer parte desta história.

Agradeço de modo especial à minha orientadora, Profa.. Dra. Tânia Andrade Cunha, pela compreensão, parceria e apoio nessa caminhada da pesquisa. Gratidão por aceitar orientar uma pesquisa com temática tão desafiadora e necessária, e por possibilitar que essa pesquisa alcance outros lugares.

Sou imensamente grata à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pelo suporte financeiro fornecido por meio da concessão de bolsa de estudos durante os quatro anos de pesquisa. Sem esse apoio, esta tese não teria sido concluída.

Agradeço às participantes desta pesquisa. Sem a disposição, generosidade e valiosas contribuições de vocês, esta pesquisa não teria sido possível. Suas experiências enriqueceram significativamente este estudo, e estou profundamente agradecida por suas contribuições para o avanço do conhecimento científico.

Expresso minha profunda gratidão à minha família pelo apoio incondicional ao longo desses anos de dedicação a esta pesquisa. À minha mãe, Celsa Paixão, escritora e poetisa, que não apenas me deu o dom da vida, mas também me acompanha em cada passo da caminhada. Foi ela quem me ensinou os primeiros passos e, até hoje, é minha fonte de força, apoio e incentivo, vibrando e se emocionando junto comigo a cada sonho realizado. Durante esses quatro anos de pesquisa, tive o privilégio de tê-la por perto, rezando a cada vez que eu chegava em sua casa e dizia: “Mãe, a senhora que tem moral com Deus, pede a ele aí, que hoje é um dia importante”. Ou então, me acolhendo na cozinha, com um almoço quentinho ao lado do notebook. Sou grata por sua paciência e por me permitir explicar, em palavras simples, a complexidade da vida acadêmica, aproximando-a desse sonho que hoje celebramos juntos. Alegro-me em saber o quanto você se sente parte desta conquista.

Ao meu pai, José Ribeiro Alves (*in memoriam*). Se, no Mestrado, pude me alegrar com suas lágrimas de orgulho ao me tornar Mestra, agora, no Doutorado, já não tenho sua presença física, mas estás presente em cada momento. Homem preto, trabalhador rural nas roças de cacau no sul da Bahia, viveu 90 anos marcados pelo trabalho exaustivo, resiliência invejável e fé. Meu pai vibrou e chorou junto comigo quando ingressei no Doutorado, fez café quentinho nas aulas remotas em 2020 e partiu em 2021, deixando saudades e um desejo enorme de tê-lo por perto

neste momento de fechamento de ciclo. O senhor estaria aqui, coluna reta, olhos rasos d'água, abraço desajeitado; com sua voz quase inaudível, baixinha, diria: “Parabéns, Deus te dê boa sorte, seja feliz.” Eu recebo tua bênção. Gratidão por tudo e por tanto, meu pai!

A Davi, meu filho amado. Responsável pela minha melhor versão. Não tem como passar pela maternidade atípica, ser mãe de uma criança autista, e não melhorar como ser humano. Nessa caminhada do Doutorado, ficou evidente que esse espaço da academia não foi feito para realidades tão diferentes como a nossa. Mas, ao resistir diante das dificuldades, eu te ensino também a ser resistência neste mundo. Teu sorriso aqueceu meu coração, teu olhar tão comunicativo me trouxe para perto, e seus gritinhos me lembraram o porquê de tanto esforço. Como sempre digo para você, grandes coisas vão acontecer, e a conclusão deste Doutorado é uma delas. Esses quatro anos são marcados por muitas lutas que só nós sabemos, mas me alegra saber que passamos por tudo juntinhos e vencemos cada crise, cada momento no colo um do outro, pois sim, muitas vezes você foi colo. Gratidão por sua existência, filho; você é o sol nos meus dias nublados.

Ao meu companheiro, amor, marido, amigo de todas as horas, Ednaldo Silva. Ninguém acompanhou tão de perto esse percurso, ninguém enxugou tantas das minhas lágrimas e segurou a onda em casa como você. Para além do seu papel de pai do Davi, muitas vezes fez mais do que isso em minhas ausências. Sou eternamente grata a Deus por nossa família e por você caminhar comigo em meus sonhos mais imprevisíveis. Te amo, gratidão por tudo.

Às minhas irmãs, Maria de Fátima, Áurea, Jocélia e Daiana, cada uma de um modo especial me inspirou nessa trajetória, com a força feminina que emana e me fortalece; e aos meus irmãos, Magno e Raimundo, gratidão pela irmandade e por me inspirarem sempre. Sou grata a Deus pela vida de vocês. De modo especial, a Jaime e Dina pelo cuidado na leitura e pelos conselhos de quem já trilhou essa caminhada. Gratidão, amo todos vocês.

Aos meus sobrinhos e sobrinhas, pela energia renovada que, ao olhar para vocês, me desperta, gratidão por me mostrarem que posso inspirá-los nessa caminhada, mas também aprender com vocês que outros caminhos são possíveis.

Aos meus amigos e amigas, irmãos que a vida me deu. Cada um, de modo especial, marcou essa jornada. Às amigas que o autismo me deu, Sinthia, Patrícia e Sara, que me ajudaram e me socorreram quando eu não enxergava caminhos, sou eternamente grata por encontrar vocês, por ouvirem atentamente meus mil áudios de desabafos e pelo abraço apertado nas horas certas.

Às amigas que a vida me deu, Bianca, Reneila, Ibeane, Letícia, Simone, Patrícia, Jéssica, Marcos e Adelmita, que caminharam junto comigo, me apoiando e me ouvindo nos momentos

difíceis, seja de longe ou de perto; vocês foram irmãs e irmãos nessa caminhada. Minha eterna gratidão por escolherem caminhar comigo e tornar tudo mais leve.

Gostaria de expressar minha gratidão à Júlia Palmiere, por todo apoio emocional durante a elaboração deste trabalho. Enfrentar os desafios emocionais ao longo dessa jornada foi uma das partes mais difíceis, e sua orientação me ajudou a manter a força necessária para seguir em frente. Sua escuta empática e as ferramentas de autoconhecimento foram essenciais para que eu pudesse lidar com os momentos de ansiedade, insegurança e exaustão.

Enfim, e não menos importante, ao Deus da vida, que segue comigo desde o ventre de minha mãe, por não me desamparar e por cuidar de cada passo e cada detalhe. Gratidão por ser bom o tempo todo.

No momento em que escolhemos amar, começamos a nos mover contra a dominação, contra a opressão. No momento em que escolhemos amar, começamos a nos mover em direção à liberdade, a agir de formas que libertam a nós e aos outros

(bell hooks, 2021)

RESUMO

As mulheres negras foram subjugadas e subalternizadas ao longo da história. A violência estrutural promovida pelo Estado brasileiro, desde o período colonial, impacta profundamente as condições dessas mulheres, que são sub-representadas nos espaços de decisões e minoria em espaços de poder. Portanto, elas têm suas vozes silenciadas. Nesse sentido, no presente trabalho visamos investigar os desafios e as violências enfrentadas pelas mulheres negras em processo de ascensão social. Para tanto, adotamos uma análise crítica e interseccional que conduziu a metodologia da presente pesquisa empírica e qualitativa, a partir da Escrivivência como uma ferramenta teórico-metodológica. Para a produção dos dados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com sete mulheres que se autodeclararam negras ou pardas, que ocupam espaços de poder e estão em processo de ascensão social. Os resultados foram organizados a partir das categorias: 1) Escrivivências e memórias de infâncias negras; 2) Escrivivências de ciclos familiares e emprego doméstico; 3) Escrivivências sobre episódios de racismo cotidiano; e, 4) Escrivivências de mulheres negras em ascensão social: das margens às (re)existências. Em linhas gerais, as entrevistas revelaram que as mulheres negras participantes enfrentam diversas situações de opressões interseccionais, como racismo e sexismo, o que dificulta a permanência nos espaços de poder os quais ocupam. Apesar de estarem em ascensão social, seus conhecimentos são frequentemente invalidados ou questionados, caracterizando um epistemicídio manifestado por meio do silenciamento e de práticas vexatórias e constrangedoras. Além disso, as entrevistadas relatam a imposição de imagens de controle que as objetificam. Os resultados da pesquisa evidenciam a importância da memória como um instrumento central na luta contra as imagens de controle e estereótipos que tentam enquadrar as mulheres negras em posições subalternas. A partir de uma perspectiva interseccional, as experiências das participantes mostram a importância de recontar suas histórias como forma de resistência e transformação social. Essas escrevivências denunciam as violências e celebram as conquistas, apontando para um futuro no qual a presença de mulheres negras em espaços de poder se torna cada vez mais uma realidade concreta e um catalisador para mudanças mais amplas na sociedade.

Palavras-chave: Mulheres Negras; Ascensão social; Interseccionalidade; Violência; Raça-Gênero.

ABSTRACT

Black women have been subjugated and subordinated throughout history. The structural violence promoted by the Brazilian state, since the colonial period, profoundly impacts the conditions of these women, who are underrepresented in decision-making spaces and are a minority in positions of power. Therefore, their voices are silenced. In this sense, the present work aims to investigate the challenges and violences faced by Black women in the process of social ascension. To this end, we adopted a critical and intersectional analysis that guided the methodology of this empirical and qualitative research, using *Escrevivência* as a theoretical-methodological tool. For data production, semi-structured interviews were conducted with seven women who self-identified as Black or Brown, who occupy positions of power and are in the process of social ascension. The results were organized into the following categories: 1) *Escrevivências* and memories of Black childhoods; 2) *Escrevivências* of family cycles and domestic work; 3) *Escrevivências* on episodes of everyday racism; and; 4) *Escrevivências* of Black women in social ascension: from the margins to (re)existence. In general terms, the interviews revealed that the participating Black women face various situations of intersectional oppression, such as racism and sexism, which hinder their permanence in the power spaces they occupy. Despite being in social ascension, their knowledge is often invalidated or questioned, characterizing an epistemicide manifested through silencing and vexing or embarrassing practices. Additionally, the interviewees report the imposition of controlling images that objectify them. The research results highlight the importance of memory as a central tool in the fight against controlling images and stereotypes that attempt to place Black women in subordinate positions. From an intersectional perspective, the participants' experiences show the importance of recounting their stories as a form of resistance and social transformation. These *escrevivências* denounce the violences and celebrate the achievements, pointing to a future in which the presence of Black women in spaces of power becomes an increasingly concrete reality and a catalyst for broader changes in society.

Keywords: Black Women; Social Ascension; Intersectionality; Violence; Race-Gender.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CRFB	Constituição da República Federativa do Brasil
DPE-BA	Defensoria Pública do Estado da Bahia
FNB	Frente Negra Brasileira
GM	General Motors
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IES	Instituição de Ensino Superior
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MMN	Movimento de Mulheres Negras
MNU	Movimento Negro Unificado
MS	Ministério da Saúde
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
ONU	Organização das Nações Unidas
PAF	Programa de Anemia Falciforme
PNA	Pesquisa Nacional de Aborto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PPGMLS	Programa de Pós-Graduação em Memória, Linguagem e Sociedade
Pronera	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

Prouni	Programa Universidade Para Todos
PT	Partido dos Trabalhadores
Seppir	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SPM	Secretaria de Políticas para as Mulheres
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TEN	Teatro Experimental do Negro
Uesb	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UFV	Universidade Federal de Viçosa
Unicef	United Nations Children's Fund

SUMÁRIO

1 PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES	166
1.1 Tema e questão de pesquisa	21
1.2 Hipóteses.....	23
1.3 Percurso metodológico	23
1.4 Escrivência como ferramenta metodológica.....	25
1.5 As participantes da pesquisa	26
1.6 Entrevista	28
1.7 Organização do texto.....	30
2 VIOLÊNCIA FUNDANTE E A MEMÓRIA: A HERANÇA DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL	32
2.1 Teorias e estudos da memória	32
2.2 Racializando o campo da memória	36
2.3 A travessia do Atlântico e o trauma histórico.....	42
2.4 Escravidão no Brasil.....	45
2.5 Racismo à brasileira como herança da escravidão.....	48
2.6 Marcas da abolição inacabada e as resistências	50
3 GÊNERO E VIOLÊNCIA: A INTERSECÇÃO DO RACISMO E SEXISMO	54
3.1 Relações de gênero e violência: o exercício do poder	55
3.2 Violência e poder	59
3.3 Violência estrutural: o papel do Estado e suas instituições na formação das mulheres	65
3.4 A família e a formação das mulheres: a Educação como base de orientação da identidade feminina	69
3.5 Violência estrutural e antinegitude atemporal.....	75
3.6 Violência estrutural e a questão fundiária como herança da escravidão.....	79
3.7 Violência estrutural e as desigualdades educacionais como herança da escravidão..	80
3.8 Violência estrutural e violência contra mulher como herança da escravidão	84
3.9 Violência estrutural e precarização da saúde como herança da escravidão	86
3.10 O Estado racial patriarcal e a experiência das mulheres negras: a mulher negra, “a última da fila depois de ninguém”	89
4 O PENSAMENTO FEMINISTA NEGRO E AS OPRESSÕES INTERSECCIONAIS	95
4.1 A interseccionalidade como ferramenta teórica no feminismo negro	101
4.2 Objetificação das mulheres negras como “outro”	107
4.3 “Branca para casar, mulata para f... e negra para trabalhar”: imagens de controle e estereótipos sobre as mulheres negras	110
4.3.1 <i>Mammy</i> ou mãe preta como serviçal ideal.....	111

4.3.2 Jezebel, mulata ou mucama permitida	112
4.4 Mulheres negras, Colorismo e falsa ideia de aceitação	115
4.5 Mulheres negras: resistência, empoderamento e superação	117
5 TRAJETÓRIAS, MEMÓRIAS E ESCRIVIVÊNCIAS DE MULHERES NEGRAS EM ASCENSÃO SOCIAL: DAS MARGENS ÀS (RE)EXISTÊNCIAS	120
5.1 Escrivivência como lugar de enunciação	121
5.2 Escrivivências e memórias de infâncias negras.....	127
5.3 Escrivivências de ciclos familiares e emprego doméstico.....	137
5.4 Escrivivências sobre episódios de racismo cotidiano.....	140
5.4.1 A ideia de não merecimento: crença do não-lugar, deslocamentos... ..	145
5.5 Escrivivências de mulheres negras em ascensão social: das margens às (re)existências.....	149
5.5.1 Empoderando outras mulheres negras.....	153
5.5.2 O amor e o bem-viver: dinheiro, paz, bem-estar, felicidade.....	158
6 CONCLUSÃO.....	161
REFERÊNCIAS	164
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	177
APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	180
APÊNDICE C – BIOGRAFIAS DE MULHERES NEGRAS QUE MARCARAM A HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA NO BRASIL.....	182

1 PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

Eu, uma mulher preta, doutoranda, assistente social, não tenho a garantia de que as violências do racismo e do sexismo não me atinjam. Ao fazer uma palestra em um espaço de poder como a Câmara de Vereadores de um município no interior da Bahia, fui chamada de “a Globeleza do Serviço Social”. Após a minha fala, um vereador se sentiu à vontade para me apelidar assim. O racismo e o sexismo disfarçados de elogio não mascararam a hipersexualização da mulher negra, duramente denunciada por tantas teóricas como Patrícia Hill Collins (2019), Beatriz Nascimento (1974) e Lélia Gonzalez (1983), que se debruçam sobre esta problemática.

As imagens de controle pensadas por Collins (2019) e os estereótipos analisados por Gonzalez (1983) revelam como as mulheres negras são vistas no imaginário social. As referidas teóricas exemplificam que a mulher negra retinta representa, no imaginário social, a *mammy*, ou seja, a babá e empregada ideal. Para Gonzalez (1983), a mulata é representada como uma imagem aproximada da mucama permitida, isto é, a morena hipersexualizada, disponível para atender aos desejos dos patrões.

Diante disso, recuso as imagens de controle e os estereótipos historicamente impostos às mulheres negras e, como um gesto simbólico de descolonização, peço licença para escrever na primeira pessoa do singular em diversos momentos desta introdução e na primeira pessoa do plural nas demais seções deste texto. Se, por um lado, ao usar a primeira pessoa do singular, afirmo-me como aquela que descreve a própria história, confirmando minha escrita como um ato de descolonização, como aponta Kilomba (2019); por outro lado, escrever no plural é reconhecer que não caminho sozinha. Caminho com aqueles e aquelas que me antecederam e, também, com quem contribui para essas discussões, como autoras, autores, minha orientadora, entre outros(as), compondo, assim, uma construção coletiva.

Puxando os fios da memória, o episódio citado nos remete a outras violências sofridas pelo povo negro ao longo do tempo, como a negação do acesso à própria história, mesmo que seja por meio de fotografias. Desde criança, tenho a curiosidade e o desejo de conhecer o rosto de minha avó materna, Aurora. Minha mãe conta que ela tinha pele negra, cabelos de índia e que era difícil vê-la sorrindo. De Aurora Paixão pouco se sabe. Os registros de sua curta existência chegam em fragmentos precários. Sabe-se que ela morreu em um dia chuvoso, após lutar por muitas horas com uma criança atravessada no canal uterino. A parteira tentou, por horas a fio, salvar mãe e bebê, mas foi em vão. Naquela data incerta da década de 1950, ela tinha pouco mais de 35 anos. Não existe sequer uma lápide que informe a data de seu

nascimento. Os poucos resquícios de informação sobre a vida e a morte de vovó Aurora são recuperados de recordações fragmentadas, provocadas pela ausência de uma fotografia.

Também preciso falar sobre minha mãe, Celsa Paixão. Ela tinha onze anos quando sua mãe, Aurora, faleceu e, desde criança, carrega uma carga de responsabilidades com o trabalho reprodutivo doméstico. Lavar, cozinhar, cuidar dos irmãos mais novos, trabalhar na casa de farinha. Mais tarde, Celsa perderia duas crianças no parto ou poucos dias depois, repetindo, assim, um padrão de mortalidade infantil e gravidez de risco ao qual as mulheres de seu tempo estavam expostas. Se houvesse um hospital próximo, se o pré-natal fosse algo disponível às mulheres negras daquela época... a morte prematura de outras mulheres ao seu redor e de crianças recém-nascidas eram mortes preveníveis e evitáveis; portanto, eram mortes políticas, marcadas pela violência estrutural e inegavelmente pelo racismo estrutural.

O histórico de violências e o racismo estrutural, que lançaram as mulheres negras aos piores lugares, levou minha avó e minha mãe a permanecerem no mesmo ciclo de exclusão. Ambas não tiveram acesso à educação nem a condições básicas de vida. Dentre os nove filhos, de certo modo, rompi barreiras, especialmente por meio da Educação. Com o ensino superior, passei a ocupar espaços de poder, como cargos em serviços públicos, incluindo a atuação como assistente social na universidade e na docência na pós-graduação. No entanto, além da ancestralidade e dos laços sanguíneos, o que costura os fios da memória de minha trajetória com os de minha avó Aurora e de minha mãe, Celsa Paixão, é o racismo, o sexismo e a violência que marcam nossas vidas, assim como a de tantas outras mulheres negras.

Por isso, diante da minha fala como mulher negra e acadêmica, que discursou com base científica sobre direitos sociais, um homem se sente à vontade para me comparar, não com uma teórica, mas sim com a Globeleza, uma imagem cunhada pela Rede Globo de Televisão, que explora amplamente o corpo da mulher negra como símbolo do carnaval no Brasil. O que foi esse ato, senão uma violência?

Assim, pensando a partir da trajetória de mulheres da minha família, como Aurora e Celsa, e de tantas mulheres negras que atendi como assistente social – frequentemente taxadas de preguiçosas e parideiras, ou, mesmo ao concluírem o ensino superior e ocuparem espaços de poder, deslocadas, excluídas das mesas de decisão e associadas a estereótipos sexistas e racistas –, surgem outros questionamentos: como escrever sobre um passado que resiste em ser escavado, senão pela natureza da memória oficial seletiva sobre o povo negro e pela violência racial cotidiana que silencia e aniquila a capacidade de narrar? Como tornar legíveis as diferenças entre passado e presente numa realidade em que o racismo e a violência são eventos

atemporais? Ou ainda, concordando com Hartman (2020, p. 249): “Pode-se lamentar o que ainda não deixou de acontecer? [...]”.

Esses questionamentos demonstram ambiguidade e contradição, pois, se por um lado eu, assim como outras mulheres negras, ocupo espaços de poder e conquisto alguma forma de ascensão social, rompendo com um ciclo de vulnerabilidade, por outro lado, as marcas do passado colonial e da escravidão continuam presentes. É por isso que o tempo da escravidão é melhor entendido como um tempo suspenso, que não pode ser medido pelas coordenadas cronológicas ou narrativas históricas oficiais. Como enfatiza Hartman, “[...] o tempo da escravidão nega a intuição do senso comum do tempo como continuidade ou progressão, o então e o agora coexistem [...]” (HARTMAN, 2020, p. 245).

Nesse sentido, meu intuito ao narrar minha experiência familiar é situar os distintos tempos (sociais, cronológicos, políticos) que perpassam a história de famílias negras como a minha. Esta pesquisa nasceu da inquietação e do sentimento de deslocamento. Minha formação como assistente social me colocou diante de um dos problemas sociais mais graves do país: a desigualdade social, expressa na ausência de renda, pobreza extrema, insegurança alimentar, evasão escolar, entre outros. Os indicadores sociais revelam essa realidade, evidenciada tanto nos espaços historicamente destinados à maioria de negros e negras – como favelas, morros, programas de transferência de renda – quanto naqueles espaços historicamente a eles negados, como as universidades, que, apesar do processo de expansão de vagas para a população empobrecida, ainda se constituem como espaços excludentes, uma vez que a evasão permanece um entrave à conclusão dos cursos.

Apesar disso, é inegável que a Educação é um importante mecanismo de ascensão social. Ciente disso, ingressei na vida acadêmica, no mestrado em Educação, e desenvolvi a pesquisa intitulada “A resistência dos residentes: condições de permanência na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia”, que teve como participantes jovens universitários residentes na moradia estudantil. Os resultados apontaram que as mulheres negras fazem parte do grupo que mais sofre com as precárias condições de permanência na universidade, tanto pela baixa renda quanto por outras vulnerabilidades, como a dificuldade de acesso à creche para os filhos, a tripla jornada envolvendo trabalho, estudo e cuidado com os filhos, além de condições de deficiência, entre outras dificuldades.

Nesse cenário, resolvi avançar na temática, partindo para uma nova experiência como discente do doutorado no Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade (PPGMLS), na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb), no projeto temático “Relações afetivas, gênero e violência contra mulheres”, sob orientação da Profa. Dra. Tânia

Rocha Andrade Cunha, no qual desenvolvo esta pesquisa. Desta vez, o foco é a investigação dos desafios enfrentados pelas mulheres negras que ocupam espaços de poder e estão em ascensão social.

Portanto, esta pesquisa é relevante do ponto de vista acadêmico, social e político. A relevância social e política reside em contribuir para a reflexão sobre as relações étnico-raciais no Brasil e, também, nas relações de gênero, o que pode embasar a formulação de políticas públicas voltadas para as mulheres negras. Além disso, buscamos dar visibilidade às suas vozes e histórias, tanto a partir do pensamento feminista negro quanto por meio das narrativas das entrevistadas, com suas memórias sobre as violências que sofreram ou ainda sofrem.

Minha opção em dar visibilidade às vozes de mulheres negras também se alinha à escolha metodológica por um estudo baseado no que se pode chamar de “escrevivência” (Evaristo, 2016), uma escrita de mulheres negras que contam suas próprias histórias, incorporando elementos que permitem entender os distintos fios que tecem as histórias subalternas e oficiais. Portanto, escrevemos a partir da escrevivência quando, neste estudo, aliamos a memória oficial da escravidão ao resgate histórico das violências contra o povo negro e às memórias de mulheres negras sobre o processo de ascensão e as violências que as atingem.

Ao rememorar a trajetória do povo negro no Brasil, ficou evidente que muitas estratégias de apagamento das memórias de resistência foram desenvolvidas. Uma delas se configura no que Sueli Carneiro (2018) denomina como epistemicídio, ou seja, a tentativa de apagamento e subalternização de saberes alternativos por serem diferentes daqueles considerados ciência ocidental.

Diante disso, demarco minha posição como sujeito que ocupa esse lugar na universidade, espaço historicamente restrito a pequenos grupos das elites brasileiras. Se, por um lado, percebemos grandes avanços no que diz respeito ao aumento quantitativo de pesquisas sobre questões raciais e de gênero, de modo contraditório, os dados mostram que, quanto mais se avança na vida acadêmica, menor é a presença de negras e negros nesse espaço. Logo, ocupar este lugar na pós-graduação como mulher negra é um ato de resistência.

Além da relevância social e política desta pesquisa, destaco, ainda, sua relevância acadêmica, pois cada pesquisa contribui para a construção do conhecimento. Por esta razão, antes de tratarmos da questão que se apresenta nesta tese, percebemos a necessidade de nos debruçar sobre a revisão do conhecimento para compreender o que já foi dito e escrito, demonstrando lacunas existentes no que diz respeito ao que vem sendo estudado sobre mulheres negras e violências. Concordamos com Alves-Mazzotti (2002) quando considera que a revisão de literatura ou revisão bibliográfica possui dois propósitos: a constituição de uma

contextualização para o problema e a análise das possibilidades presentes na literatura examinada para a construção do suporte teórico da pesquisa.

Desse modo, foi realizado um levantamento para o mapeamento quantitativo de trabalhos acadêmicos, especificamente dissertações de mestrado e teses de doutorado, no banco de dissertações e teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Seguimos os passos propostos por Lakatos (2007), para quem esse tipo de revisão deve iniciar-se com a escolha do tema, momento em que o pesquisador define o assunto que deseja investigar ou desenvolver, prosseguindo com a identificação e, posteriormente, a compilação das ideias.

Assim, iniciamos a busca no banco da Capes, sem delimitação de ano, utilizando os seguintes descritores: “mulheres negras AND¹ violência” e “mulheres negras AND violência estrutural”. Obtivemos 150 resultados. Para melhorar nossa análise e identificar os trabalhos que, de fato, se relacionavam diretamente à temática, realizamos a leitura dos títulos e resumos e selecionamos informações fundamentais como título, autor, instituição, ano e endereço *on-line*. Identificamos, pois, que parte dos trabalhos encontrados não tinha relação direta com o tema em estudo. Logo, pesquisamos o seguinte descritor “mulheres negras AND ascensão social”, obtendo 33 resultados. Cabe ressaltar que nos chamou atenção o fato de boa parte das pesquisas ter como participantes docentes. Sendo assim, identificamos as seguintes abordagens: mulheres negras e violência doméstica, ativismo de mulheres negras, mulheres negras e violência policial, identidade e mulheres negras, mulheres negras e interseccionalidade de raça, classe e gênero, mulheres negras e infância e mulheres negras e ascensão social.

No último momento, realizamos um estudo qualitativo de caráter exploratório com um recorte intencional da amostra, com o objetivo de identificar aqueles trabalhos que mais se aproximam da nossa temática. Optamos, portanto, por alguns trabalhos da categoria mulheres negras e ascensão social, totalizando dez pesquisas. De início, cabe salientar que nenhum desses estudos aborda a questão da violência estrutural e mulheres negras.

Destacamos os trabalhos que mais se aproximaram de nossa temática: a dissertação de Pinto (2007), intitulada **Gênero, raça e pós-graduação: um estudo sobre a presença de mulheres negras nos cursos de mestrado da Universidade Federal Fluminense**; a pesquisa de Assis (2010), **Vencedoras, estrategistas e/ou invisibilizadas? Um estudo das possibilidades e dos limites do Programa Pró-equidade de Gênero para as mulheres**

¹ A sigla “AND” refere-se a um operador booleano utilizado em pesquisas e consultas para combinar condições. É comumente aplicado em buscas bibliográficas e banco de dados para refinar os resultados, retornando apenas aqueles que atendem simultaneamente a todos os critérios especificados.

negras nas empresas; o estudo de Moreira (2013), **Trajetórias de vida de professoras negras da baixada cuiabana**; a dissertação de mestrado de Pereira (2008), **Marias que venceram na vida: uma análise da ascensão da mulher negra via escolarização em Salvador/BA**; e o trabalho de Oliveira (2009), **Mulheres negras e educadoras: de amas-de-leite a professoras**.

Ademais, destacamos ainda a pesquisa de Dias (2020), **A ascensão de duas famílias negras no sertão da Chapada Diamantina (século XIX)**; o estudo de Reis (2008), **Trajetórias de mulheres negras, professoras que atuam no Ensino Superior: as histórias de vida que as constituíram**; o trabalho de Lira (2020), **Mulheres negras operadoras do direito no sistema de justiça: exceções que confirmam a regra**; a pesquisa de Alvez (2010), **As mulheres negras por cima: o caso de Luzia Jeje. Escravidão, família e mobilidade social**; e, por fim, o texto de Silva (1999), **A mulher negra: o preço de uma trajetória de sucesso**.

A análise da produção acadêmica permitiu identificar o que os(as) pesquisadores(as) têm examinado sobre a temática e a lacuna existente, uma vez que nenhuma dessas pesquisas teve como foco a questão da violência estrutural, concentrando-se, em sua maioria, especificamente na profissionalização e na educação.

1.1 Tema e questão de pesquisa

No que se refere à questão racial e à história do povo negro no Brasil, a historiadora Lilia Schwarcz (2001) analisou a autodeclaração de cor definida pelos entrevistados na aplicação do questionário da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1976 e identificou 136 definições de cor, o que evidencia a dificuldade do brasileiro em se autodeclarar negro.

Devido a esse passado e às consequências da escravidão no Brasil, os negros e negras enfrentam uma “desvantagem competitiva em todas as etapas do processo de mobilidade social. Suas possibilidades de escapar às limitações de uma posição social baixa são menores que a dos brancos da mesma origem social” (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 98), enfrentando maiores dificuldades para manter as posições já conquistadas.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), por exemplo, revela que, embora o Brasil tenha uma população majoritariamente negra, essa representatividade não se reflete nos espaços de poder. Como analisaremos nas seções posteriores, os negros, especialmente as mulheres negras, compõem a base da pirâmide social no Brasil: são maioria no índice de desempregados, no trabalho doméstico e entre as vítimas de feminicídio e violência contra a mulher.

Estas desigualdades sociais estão firmadas nas assimetrias raciais estabelecidas a partir das relações de poder. Conforme a escritora nigeriana Chimamanda Adichie, o poder se estabelece também nas narrativas que são contadas e estabelecidas. Poder tem a ver com a habilidade de estabelecer uma história única sobre outra pessoa, criando estereótipos incompletos. Logo, “[...] a consequência de uma única história é essa: ela rouba das pessoas a sua dignidade. Faz o reconhecimento de nossa humanidade compartilhada, difícil. Enfatiza como nós somos diferentes ao invés de como somos semelhantes [...]” (ADICHIE, 2019, p. 14).

Nesta pesquisa, tratamos das relações de poder entre negros e brancos e, também, entre mulheres e homens, pois abordar as condições de vida das mulheres negras implica aprofundar as discussões sobre a imagem da mulher ao longo do tempo. É importante enfatizar que, para falar sobre violência contra as mulheres, conforme Cunha (2007), é necessário contemplar um conjunto de fatos e situações vinculados à condição das mulheres na atualidade. Segundo a autora, essa é uma das violações dos direitos humanos mais praticadas pelos homens, independentemente de fatores como região, classe social, condição econômica e nível educacional dos indivíduos que compõem esse cenário social.

A pesquisa realizada por Edilene Machado (2008), intitulada “Marias que venceram na vida: uma análise da ascensão da mulher negra via escolarização em Salvador/BA,” revela que as mulheres negras que alcançaram esses espaços de poder se integram na sociedade de classes, mas, para isso, precisam driblar o preconceito racial, sexual e econômico. Além disso, são obrigadas a enfrentar uma tripla jornada, dividindo-se entre trabalho, estudo e cuidado com os filhos, o que torna o ingresso na universidade ainda mais desafiador.

Ainda segundo Machado (2008), as mulheres negras participantes da pesquisa, ao ocuparem áreas consideradas promissoras, despertam nos brasileiros o que se denomina racismo disfarçado. Assim, embora alterem suas trajetórias de vida em muitos aspectos, os enfrentamentos continuam no que diz respeito à questão racial. Conceitos como interseccionalidade, gênero, raça, violências, violência estrutural e ascensão social são discutidos de modo mais aprofundado nas próximas seções, nas quais buscamos responder a pergunta que surgiu: como as mulheres negras em ascensão social, vítimas diretas ou indiretas da violência (seja pela violação sistemática dos seus direitos sociais, pelo racismo, pela dor psíquica ou ainda pela violência doméstica), resistem, negociam e desafiam as narrativas oficiais a partir de seu lugar como sujeitos de direito e memória histórica?

Esta pesquisa tem como objetivo geral investigar os desafios e as violências enfrentadas pelas mulheres negras em processo de ascensão social. De modo mais específico, pretendemos identificar as memórias da escravidão, do sofrimento negro e as marcas da abolição no Brasil;

identificar a relação entre gênero, poder e violência estrutural e suas repercussões nas condições de vida de mulheres negras; compreender, a partir do pensamento feminista negro, as desigualdades oriundas da intersecção de raça, classe e gênero; e apontar as trajetórias de vida e estratégias de resistência das mulheres negras em ascensão social.

1.2 Hipóteses

Feitas essas considerações, como respostas provisórias aos problemas formulados, apresentamos as seguintes hipóteses:

- a) O pensamento feminista negro, com base na lente da interseccionalidade, afirma que os marcadores de raça e gênero, bem como a violência estrutural, reduzem a permanência de mulheres negras em espaços de poder;
- b) As mulheres negras enfrentam maiores dificuldades para se manter em espaços de poder e são submetidas à desvantagem competitiva nos processos de ascensão social;
- c) As memórias das mulheres negras em ascensão social e suas experiências no contexto de violência estrutural, marcadas pela intersecção de racismo e sexismo, revelam que as estratégias de resistência se dão tanto no âmbito coletivo, por meio de organizações, quanto no individual, a partir de ações isoladas.

1.3 Percurso metodológico

Esta pesquisa está embasada em uma perspectiva feminista negra de investigação, que reconhece a necessidade de incluir as questões racial e de gênero nas análises sobre desigualdades. No entanto, esse debate deve ser ampliado para incluir a investigação de uma violência mais profunda, aquela que estrutura as desigualdades no Brasil.

A partir de algumas perguntas, buscamos compreender o método mais adequado para realizar esta pesquisa. Assim, definimos o caminho a ser trilhado, buscando compreender por onde começar, o que fazer, como fazer, quem serão as participantes da pesquisa e qual o método de análise. Nesse sentido, procuramos responder a esses questionamentos, sem perder de vista que nossas escolhas pessoais e profissionais repercutem diretamente em nossas opções metodológicas. A construção da pesquisa foi orientada pelas contribuições das disciplinas cursadas no âmbito do PPGMLS/Uesb, especialmente as discussões realizadas na disciplina sobre Violência contra as Mulheres, ministrada pela Profa. Dra. Tânia Cunha.

No percurso, percebemos a necessidade de uma abordagem de pesquisa que permitisse uma compreensão mais aprofundada da realidade em questão, com ênfase na interpretação de características de ordem social, cultural e humana. Embora tenhamos recorrido à análise quantitativa para observar dados numéricos, nossa escolha centrou-se majoritariamente na pesquisa qualitativa, uma vez que o foco recai sobre uma abordagem descritiva e interpretativa. Nessa abordagem, busca-se descrever e compreender o fenômeno de forma mais profunda, voltando-se para as perspectivas, experiências e significados atribuídos pelas participantes da pesquisa. Assim, a pesquisa qualitativa, segundo Minayo (2010), destaca-se por lidar com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes, ou seja, com aspectos que fazem parte da realidade social na qual está inserida. Logo, ao optar por essa abordagem, tivemos acesso ao universo de significados, aspirações, crenças e valores, de modo mais aprofundado, nas relações e fenômenos, indo além da operacionalização de variáveis (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009).

Na mesma direção, Godoy (1995) diferencia os estudos de pesquisa qualitativa, que variam entre si dependendo dos métodos, formas e objetivos adotados. O referido autor destaca que é preciso considerar um conjunto de características da pesquisa qualitativa, entre elas: o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental; o caráter descritivo; o foco no significado que as pessoas atribuem às coisas e à sua vida como uma preocupação central do pesquisador; e o enfoque indutivo.

No que concerne à necessidade de maior atenção e confiabilidade nos resultados de estudos de natureza qualitativa, Bradley (1993) recomenda garantir a credibilidade do material coletado na pesquisa, zelar pela transcrição adequada, observar os elementos do contexto e assegurar que os dados coletados possam ser confirmados posteriormente.

Além disso, esta pesquisa está fundamentada em importantes estudos sobre gênero, questão racial e violência. No que concerne a essa interface temática, recorreremos aos estudos de Scott (1995), que discute o gênero como uma categoria útil de análise histórica; aos estudos de Saffioti (1969, 1992, 2002, 2004, 2005, 2006), que abordam gênero, patriarcado, poder e violência; aos trabalhos de Cunha (2007) sobre violência contra a mulher; aos estudos de Diniz (2014) sobre o controle dos corpos das mulheres negras; e aos trabalhos de Piscitelli (2002), que discutem o lugar de subordinação imposto às mulheres e a falta de reconhecimento das especificidades dos diferentes grupos de mulheres.

De modo mais específico, nos debruçamos com profundidade sobre os estudos que discutem a condição da mulher negra e a interseccionalidade, utilizando como referência

teóricas negras como Gonzalez (1984), Carneiro (2011, 2019, 2023), Nascimento (1974), Alves (2017), Akotirene (2019) e Collins (2019).

No campo da memória, recorremos aos estudos de Halbwachs (2013) sobre memória coletiva, bem como aos aportes de outros teóricos da memória, como Pollak (1989) e Benjamin (2011), que discutem o silêncio e o esquecimento.

1.4 Escrevivência como ferramenta metodológica

A Escrevivência é uma perspectiva teórico-metodológica que denuncia as opressões e apagamentos históricos e se configura como um instrumento de combate à injustiça epistêmica. Segundo Evaristo (2020, p. 11) é “um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado”. Por meio dessa ferramenta, as mulheres negras rompem com essas dinâmicas de exclusão, reivindicando seu lugar na construção do conhecimento e reconfigurando imaginários sociais.

A escrevivência pode ser uma das possibilidades de evidenciar essas vozes, pois, conforme Evaristo (2017):

Quando eu estou escrevendo e quando outras mulheres negras estão escrevendo, é... me vem muito na memória a função que as mulheres africanas dentro das casas-grandes escravizadas, a função que essas mulheres tinham de contar história para adormecer os da casa grande, né... a prole era adormecida com as mães pretas contando histórias. Então eram histórias para adormecer. E quando eu digo que os nossos textos, é..., ele tenta borrar essa imagem, nós não escrevemos pra adormecer os da casa-grande, pelo contrário, pra acordá-los dos seus sonos injustos. E essa escrevivência, ela vai partir, ela toma como mote de criação justamente a vivência. Ou a vivência do ponto de vista pessoal mesmo, ou a vivência do ponto de vista coletivo.

Quando Conceição Evaristo enfatiza que a escrevivência é uma prática pedagógica de narrar para despertar, ela nos convida à valorização das experiências e do conhecimento das mulheres negras, ao mesmo tempo em que chama atenção para o trabalho intelectual que essas mulheres performam para si e para a sociedade ao contar histórias para despertar o dominador “dos seus sonos injustos”. A escrevivência, portanto, surge para denunciar realidades invisibilizadas, como a possibilidade de recuperar as vozes das mulheres negras, mesmo diante das estruturas de opressão que as calaram ao longo do tempo. É tecnologia de resistência, um modo de, a partir das experiências e vivências individuais e coletivas, decolonizar o saber, o ser e o poder, um processo que se instaura por meio da linguagem.

Como vimos, a produção de Evaristo aponta para o incômodo que a escrita de mulheres negras provoca no interior da produção científica hegemônica, com a busca por superação da lógica imposta, e por sustentar os movimentos políticos das mulheres negras. Portanto, a escrevivência, no contexto da produção de conhecimento, emergiu como uma escolha analítico-metodológica para apresentar as trajetórias de vida e de resistência de mulheres negras em ascensão social, que se articulam entre si bem como à trajetória de mulher negra dessa pesquisadora. Neste sentido, a escrevivência desponta como uma ferramenta metodológica de pesquisa que elege a escrita como forma de resistência e de evidenciar as vozes subalternas.

1.5 As participantes da pesquisa

Para alcançar os objetivos da pesquisa, entrevistamos sete mulheres que se autodeclararam negras ou pardas e organizamos suas narrativas em categorias de análise. Para a seleção das participantes, elaboramos um questionário para identificar o perfil desejado, amplamente divulgado em nossa rede de contatos e em meios digitais, visando alcançar o maior número possível de mulheres no perfil procurado. O questionário *on-line* obteve 30 respostas. Dentre as 30 mulheres que responderam, optamos por entrevistar sete que apresentaram o recorte de renda mais elevado e aceitaram o convite para a entrevista.

Todas as mulheres se autodeclararam pretas ou pardas no questionário e têm idade entre 27 e 55 anos. Elas declararam possuir renda *per capita* entre três, cinco e dez salários-mínimos ou mais. Das sete entrevistadas, apenas uma não possui nível superior; as demais possuem nível superior completo e pós-graduação, incluindo especialização, mestrado e doutorado. Ocupam espaços de poder, com profissões diversas, como assistente social, professora, empresária, advogada, médica e maquiadora. São mulheres solteiras, casadas sem filhos ou com até três filhos. Todas são baianas ou residem em território baiano, da capital ao interior do Estado.

Após responderem ao questionário, iniciamos a fase de aproximação com as participantes. No primeiro momento, tentamos contato pelo WhatsApp com as mulheres que haviam respondido ao questionário inicial, convidando-as para participar da segunda fase da pesquisa (a entrevista). Para aquelas com quem não conseguimos contato, enviamos um *e-mail*. Nesse contato inicial, fizemos o convite para o agendamento da entrevista.

Na oportunidade, esclarecemos os objetivos e a proposta de pesquisa, apresentamos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice A), ressaltamos que elas poderiam se desligar da pesquisa em qualquer momento, sem nenhum constrangimento, e explicamos que o projeto de pesquisa foi aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da

UESB, como pode ser constatado no Parecer de aprovação do Comitê de Ética nº 5.425.092, emitido após apreciação da proposta de pesquisa de acordo com o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética nº 56893121.8.0000.0055.

Além disso, estabelecemos um prazo de 15 dias para manifestação de interesse. Considerando a especificidade do público-alvo descrito e os critérios de inclusão, contamos com a colaboração das mulheres, obtendo sua anuência expressa por meio da assinatura do TCLE. Após o vencimento do prazo estipulado para confirmação de participação na pesquisa, entramos em contato por telefone e/ou *e-mail* com as mulheres, reforçando o convite. No entanto, apenas cinco mulheres confirmaram a participação inicialmente. Em um segundo momento, mais duas confirmaram interesse em participar da pesquisa. Com isso, iniciamos a coleta de dados, realizando primeiramente cinco entrevistas e, posteriormente, as entrevistas com as demais, sempre com esclarecimentos sobre o sigilo das informações.

A garantia do sigilo quanto à identidade das participantes da pesquisa é um compromisso ético de todo pesquisador. Para atender a esse compromisso, optamos pela utilização de codinomes. Essa escolha visa resguardar a identidade das participantes e, ao mesmo tempo, homenagear figuras marcantes nos principais momentos históricos da luta contra o racismo e a escravidão no Brasil: Dandara dos Palmares, Maria Felipa, Anastácia, Luiza Mahin, Tereza de Benguela, Aqualtune e Maria Firmina dos Reis. Todas as mulheres que participaram da pesquisa foram informadas sobre os cuidados éticos e de que teriam suas identidades protegidas. Essa segurança as encorajou a resgatar suas trajetórias de vida e de luta, demonstrando a importância de cada uma no processo de resistência. No Apêndice C, apresentamos um quadro-resumo da biografia de cada uma das homenageadas e, no Quadro 1, algumas informações sobre cada participante com base nos dados coletados.

Quadro 1 – Dados gerais sobre as participantes da pesquisa

CODINOME	IDADE	PROFISSÃO	RENDA	ESCOLARIDADE	CIDADE
Aqualtune	29	Assistente Social/ Banco do Brasil	5 a 8 salários-mínimos	Especialização	Itapetinga
Tereza de Benguela	47	Servidora Pública	8 a 10 salários-mínimos	Mestrado	Vitória da Conquista
Maria Firmina	34	Empresária	Acima de	Graduação	Salvador

dos Reis			10 salários-mínimos		
Dandara dos Palmares	35	Médica	8 a 10 salários-mínimos	Graduação	Gandu
Luiza Mahin	46	Servidora pública	Acima de 10 salários-mínimos	Doutorado Incompleto	Salvador
Anastácia	31	Maquiadora	3 a 5 salários-mínimos	Nível Médio com Cursos na área da Estética	Vitória da Conquista
Maria Felipa	49	Professora Universitária	Acima de 10 salários-mínimos	Doutorado	Vitória da Conquista

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

A visualização do Quadro 1 proporciona uma compreensão dos aspectos importantes das participantes da pesquisa. Nele, utilizamos os respectivos codinomes. Contamos com sete participantes, número suficiente para coletarmos os dados necessários, pois as entrevistas realizadas atenderam aos objetivos da pesquisa. Além disso, as demais mulheres que responderam ao questionário não manifestaram interesse em participar da pesquisa ou não atendiam ao perfil estipulado. Mesmo com as participantes selecionadas, enfrentamos algumas dificuldades para a coleta de dados, já que algumas delas não dispunham de tempo em suas agendas, o que levou a diversos agendamentos e reagendamentos.

Lakatos e Marconi (2003) afirmam que é por meio do estudo e planejamento dos procedimentos metodológicos a serem utilizados que o pesquisador pode tomar decisões de forma lógica, racional e eficiente. Assim, um dos procedimentos adotados para a coleta de dados foi a realização de entrevistas semiestruturadas.

1.6 Entrevista

É importante reconhecer nossas entrevistadas como sujeitos, pois, conforme Minayo (2008), os sujeitos de pesquisa devem ser vistos como atores sociais, tendo suas opiniões,

crenças e valores respeitados. Por isso, ao coletar informações no campo, é necessário valorizar a riqueza presente nas falas e nas ações das participantes, que, nesta pesquisa, são analisadas a partir das entrevistas semiestruturadas. Essas entrevistas permitem revelar aspectos da realidade de cada participante (Minayo, 2008).

A escolha da entrevista como instrumento de coleta se deu para consubstanciar a análise, com o objetivo de obter melhores respostas, uma vez que optamos por analisar a perspectiva das participantes sobre suas trajetórias e as violências enfrentadas. Foi realizada entrevista semiestruturada individual, com uso de aparelho de gravação (áudio) seja no celular ou por meio da plataforma digital do *Google Meet*.

Para Minayo (2008), a entrevista semiestruturada começa com a elaboração de um roteiro que deve orientar o caminho a ser percorrido pelo pesquisador, que, por sua vez, deve ter o cuidado de não cercear a fala dos entrevistados. Assim, para alcançar os objetivos de nossa pesquisa, elaboramos um roteiro de entrevista com questões direcionadoras. O registro gravado possibilitou um melhor desenvolvimento da entrevista, proporcionando uma conversa contínua, sem interrupções para anotações, o que conferiu maior liberdade de expressão tanto para a entrevistadora quanto para a entrevistada. A transcrição foi realizada em um momento posterior. Por motivo de precaução ética, antes de cada entrevista foi solicitada a autorização da participante para a gravação dos áudios. Além dessa autorização, optamos por resguardar o anonimato das informantes. Foi realizada também a assinatura do TCLE, com o objetivo de garantir a fidelidade das falas e proteger o anonimato das participantes.

Concordamos com Beuren (2003) ao afirmar que esse tipo de entrevista permite maior interação e compreensão da realidade dos informantes. Durante as entrevistas, as participantes revelaram questões importantes sobre suas vivências e as dificuldades enfrentadas.

As entrevistas foram realizadas em diferentes locais: uma ocorreu na residência da participante, outra em uma *delicatessen* em um momento de pouco movimento, outra na Uesb, e quatro foram realizadas de modo remoto pela plataforma *Google Meet*. Em todas as entrevistas, foram garantidos o sigilo e o espaço reservado, com entrevistas individualizadas e sem a presença de outras pessoas.

Para a produção de dados empíricos, privilegamos a técnica qualitativa da entrevista semiestruturada, com um roteiro previamente estabelecido (Apêndice B), elaborado no intuito de coletarmos informações que fossem relevantes para a pesquisa. O modo como a entrevista é aplicada implica diretamente na qualidade do material final. Sobre este aspecto, Minayo (2010, p. 65) alerta que “[...] referem-se a informações diretamente construídas no diálogo com o

indivíduo entrevistado e tratam da reflexão do próprio sujeito sobre a realidade que vivencia [...]”.

A opção pela entrevista semiestruturada se deu por ser um modelo com roteiro flexível, adequado para abordar temas sensíveis. Saffioti e Almeida (1995) indicam que o momento de registro dos depoimentos possibilita retirar do anonimato a memória das exploradas e dominadas, que foram historicamente silenciadas por não usufruírem de poder nos eixos de classe, raça e gênero. Portanto, ao considerar também o aspecto da memória, podemos afirmar que este momento contribui para a emergência das memórias subterrâneas.

Estabelecemos os seguintes critérios de inclusão para a realização das entrevistas: 1) mulheres que se autodeclararam pretas ou pardas, seguindo o sistema de classificação de cor utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – branca, preta, parda, amarela e indígena –, e que responderam ao questionário no período estabelecido; 2) mulheres negras com as maiores rendas entre as que responderam ao questionário; 3) mulheres negras com ensino superior que ocupam espaços de poder; 4) mulheres negras que aceitaram ser entrevistadas.

O período estipulado para as entrevistas com as participantes foi de outubro de 2022 a julho de 2023. Nesse intervalo, sete mulheres, atendendo aos critérios de inclusão mencionados, se dispuseram a conceder uma entrevista. As entrevistas ocorreram em uma ou duas etapas, pois algumas entrevistadas tinham pouco tempo disponível, tornando necessário agendar dois encontros. Além disso, devido à profundidade do tema, foi necessário, em alguns casos, pausar a entrevista para concluí-la em um momento posterior. Esse formato permitiu que os relatos fossem mais espontâneos.

Em todas as entrevistas, iniciamos a conversa antes de iniciar a gravação, visando estabelecer maior proximidade com a entrevistada e aliviar o nervosismo que algumas apresentavam. Tivemos o cuidado de não prolongar demasiadamente a duração das entrevistas, especialmente aquelas realizadas de forma remota, uma vez que a exposição prolongada à tela pode levar a um maior cansaço.

1.7 Organização do texto

Em termos de estrutura, nossa pesquisa está organizada em quatro seções, além desta introdução. Na segunda seção, intitulada **Violência fundante e a memória: a herança da escravidão no Brasil**, discutimos a violência fundante e a herança da escravidão no contexto brasileiro. Para isso, recorreremos ao conceito de antinegitude atemporal para evidenciar a

reatualização das violências contra o povo negro, além de abordarmos discussões do campo da memória com base no pensamento de Halbwachs (2013), Pollak (1989) e Benjamin (2011).

Na terceira seção, **Gênero e violência: a intersecção do racismo e do sexismo**, discorremos sobre as mulheres negras como sujeitos da história, especificamente sobre a relação entre gênero e violência. Traçamos um breve histórico sobre o conceito de gênero e algumas reflexões teóricas sobre a luta das mulheres em geral e como as opressões do racismo e do sexismo se interseccionam e se materializam em forma de violência.

Na quarta seção, **O pensamento feminista negro e as opressões interseccionais**, analisamos as contribuições do pensamento feminista negro para compreensão das desigualdades a partir da interseccionalidade. Para tanto, apresentamos o histórico do feminismo negro em nível mundial e nacional, discutindo os conceitos importantes e apresentando a visão de autoras sobre as assimetrias raciais no Brasil.

Na quinta seção, intitulada **Trajetórias, memórias e escrevivências de mulheres negras em ascensão social: das margens às resistências**, analisamos os dados das entrevistas com as participantes desta pesquisa a partir das categorias que emergiram das suas falas. Por fim, apontamos as narrativas de mulheres negras entrevistadas, que, a partir do enfrentamento e das resistências, buscam romper com a subalternização histórica e ocupam espaços de poder.

Cada uma dessas seções é introduzida por poesias da escritora Conceição Evaristo. Essa escolha se justifica porque, ao mesmo tempo em que homenageamos a escritora, buscamos, a partir de sua escrita, refletir sobre a condição da mulher negra na sociedade brasileira, a opressão e as desigualdades, com base no conceito de escrevivência, cunhado por ela mesma – a escrita de mulheres negras por meio de suas próprias experiências.

2 VIOLÊNCIA FUNDANTE E A MEMÓRIA: A HERANÇA DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL

Certidão de óbito

Os ossos de nossos antepassados
colhem as nossas perenes lágrimas
pelos mortos de hoje.

Os olhos de nossos antepassados,
negras estrelas tingidas de sangue,
elevam-se das profundezas do tempo
cuidando de nossa dolorida memória.

A terra está coberta de valas
e a qualquer descuido da vida
a morte é certa.

A bala não erra o alvo, no escuro
um corpo negro bambeia e dança.
A certidão de óbito, os antigos sabem,
veio lavrada desde os negreiros.

(Conceição Evaristo, 2017)

Nesta seção, discutimos a violência fundante e a herança da escravidão no contexto brasileiro. Para tanto, apresentamos o conceito de Antinegitude atemporal, demonstrando como, ao longo do tempo, as violências contra o povo negro se reatualizam. É possível identificar um tempo congelado, com continuidade do projeto colonial por meio da violência estrutural. Para esta discussão, buscamos aproximação teórica em autores como: Nascimento (1978), Nascimento (1974), Gonzalez (1984), Fernandes (2007), entre outros. No campo da Memória, tencionamos as narrativas oficiais, apresentando considerações sobre os estudos da Memória a partir de alguns teóricos, como Halbwachs (2013), Pollak (1989) e Benjamin (2011). Aprofundamos a discussão racializando Memória como um campo de disputa política.

2.1 Teorias e estudos da memória

Antes de mais nada, é necessário tecermos algumas considerações sobre memória para, posteriormente, compreendermos como os estudos deste campo podem ajudar a refletir sobre a escravidão e suas heranças no contexto brasileiro. Como objeto de estudo, a memória perpassa não apenas as neurociências, mas também a sociedade, a história e a literatura, uma vez que sua

construção ocorre no cotidiano. Nesse campo, há muitas investigações voltadas a desvendar questões relacionadas ao tempo, lembranças, disputas e esquecimento.

O filósofo francês Henri Bergson (1999), em seus estudos sobre memória individual, compreendeu o tempo enquanto duração, como um tecido do real, constituído de sucessão, continuidade, memória e criação, presentes nos acontecimentos, sejam eles físicos ou psíquicos. Para Bergson (1999), o tempo, entendido como duração sob a ótica do tempo real, está nos acontecimentos, objetivos ou subjetivos, e se constitui pela sucessão, continuidade, memória e criação. Assim, ele destaca que a duração é o prolongamento do presente e do passado, que conserva o presente que passa, já que, para Bergson, o passado não foi, mas é. Outros teóricos também se dedicaram a explicar a influência e a importância da memória, desenvolvendo conceitos relacionados, tais como memória coletiva (HALBWACHS, 2013), memória e esquecimento (POLLAK, 1989) e dever de memória, história e esquecimento (Ricoeur, 2007).

No que diz respeito à memória coletiva, o conceito foi criado por Maurice Halbwachs, inaugurando os estudos sobre memória no campo das ciências sociais. Esse conceito considera que a recordação e a localização das lembranças devem ser analisadas levando em conta o contexto social, que é a base para sua reconstrução, pois as memórias de um sujeito não são exclusivamente suas e as lembranças não existem isoladamente; elas estão ligadas a um grupo social, já que “[...] cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva [...]” (HALBWACHS, 2013, p. 30). Assim, o indivíduo participa dos dois tipos de memória.

Halbwachs propôs o conceito de memória coletiva como uma memória que se concretiza por meio da ação pública de grupos dentro de quadros sociais específicos. A memória coletiva demonstra como determinado grupo pode ser representante do passado, mesmo em casos em que seus membros não o vivenciaram diretamente, associando lembranças comuns a eventos históricos ou a um conjunto de eventos históricos.

Se tomarmos como exemplo a escravidão atlântica, a memória coletiva pode pertencer tanto ao grupo dominante, que representa o colonialismo, quanto ao grupo dominado/escravizado. Analisar essas memórias é um desafio, pois a escravidão durou mais de três séculos e teve repercussões em nível mundial. O sequestro de negros e negras de diversos grupos, regiões e países do continente africano ocasionou a chamada diáspora africana em várias partes do mundo. Portanto, é inegável a pluralidade das memórias do povo negro, pois, em cada país ou continente, essas memórias podem se manifestar de formas distintas, uma vez que estão atreladas a diferentes interesses na sociedade. No Brasil, por exemplo, a elite branca, associada à antiga elite escravocrata, continua a ocupar o grupo dominante; por outro lado, a população negra compõe a base da pirâmide social e, nos indicadores sociais, ocupa as piores

posições, embora haja exceções – como brancos em situação de pobreza e negros que fazem parte da elite. Dessa forma, as assimetrias raciais e sociais no Brasil demonstram a existência e a manutenção de um projeto colonial inacabado.

Halbwachs (2013) define a memória como um fenômeno coletivo, ou seja, como uma construção social, uma construção do passado realizada no presente. Dessa forma, a memória ocupa posição central na construção do sentimento de identidade, pois os grupos se constituem como “comunidades de sentimentos”, e a adesão dos indivíduos aos grupos e às representações coletivas ocorre no plano afetivo.

Pollak (1989) complementa o pensamento de seu mestre Halbwachs nos estudos sobre coerção e chama atenção para os processos de dominação presentes na formação das memórias. O autor enxerga a homogeneidade de um grupo como o desfecho da hegemonia. Se, para Halbwachs, a memória é múltipla, pois cada grupo cultiva um conjunto particular de lembranças, para Pollak essa diversidade torna a memória um objeto de conflitos e disputas, já que os grupos impõem suas visões sobre o passado aos demais, como se observa na memória oficial sobre a escravidão, que tenta apagar as resistências da comunidade negra e fixar a imagem do negro e da negra como eternos vencidos.

Nesse sentido, Pollak (1989) destaca a existência de duas linhas formadoras de identidade histórica: uma relacionada aos fatos oficiais, materiais e palpáveis, e outra referente à cultura imaterial, que é intangível, ou seja, não registrada e, portanto, ausente da memória oficial ou da “cultura oficial” de uma sociedade, sendo relegada ao esquecimento. Contudo, a chamada “memória esquecida” sobrevive, ainda que invisibilizada na sociedade e intocada na história. Percebe-se, então, que a memória enfrenta embates políticos e tensionamentos. Ao falarmos sobre datas oficiais e celebrações de festas nacionais, observamos um enquadramento da memória, visto que ela se torna uma arena de disputa. Como afirma Pollak (1992, p. 204), “[...] a memória organizadíssima, que é a memória nacional, constitui um objeto de disputa importante, e são comuns os conflitos para determinar que datas e que acontecimentos vão ser gravados na memória do povo [...]”.

Apesar de “silenciadas”, “apagadas” ou “negadas” pelos meios oficiais, as memórias dos grupos oprimidos resistem, como é o caso da população negra, que, nessa disputa, tem emergido como memórias subterrâneas, pois “[...] uma vez rompido o tabu, uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória [...]” (POLLAK, 1989, p. 3). Percebemos que, quando a história privilegia a análise dos grupos excluídos/derrotados, ela faz com que emergjam as memórias subterrâneas em oposição à memória oficial.

No Brasil, essas disputas têm se efetivado como políticas de memória a partir de conquistas do movimento negro e de outros movimentos sociais, incluindo a implementação da Lei Afonso Arinos (Lei nº 1.390/1951), a concessão de titulação de quilombos, a criação de museus do negro, monumentos e celebrações de datas, como o 20 de novembro, e mais recentemente a implementação da Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatórios o ensino da história da África, a educação das relações raciais e a valorização da cultura afro-brasileira. Por outro lado, nesse cenário, a tentativa de apagamento das memórias ocorre de diversas formas: a demonização das religiões de origem africana; a criminalização de manifestações culturais, como a capoeira e a música; a negação das contribuições da cultura africana para a sociedade brasileira; a invisibilização na história oficial, como a ausência dos negros nos livros didáticos, retratados apenas como escravizados; e a exaltação dos colonizadores em detrimento dos negros e negras, evidenciada nos nomes de ruas, estátuas e monumentos, entre outros exemplos.

Em **Os quadros sociais da memória**, Maurice Halbwachs (1925) alerta que a memória social de um acontecimento varia conforme a repercussão em cada grupo, não sendo estática, pois a rememoração de determinado evento é modificada ao entrar em contato com vários quadros sociais. Se a escravidão, nos moldes do período colonial, pode aparecer como algo inaceitável e desumano atualmente, as novas formas de violências e extermínio do povo negro ganharam novas roupagens e passaram a ser vistas até mesmo como aceitáveis por muitos setores da sociedade. A imagem que se tem do grupo dominante é de adepto às leis e de representante dos “bons costumes”. Com efeito, veremos adiante que o Estado e seu aparelho jurídico trabalharam para garantir os interesses desse grupo, respaldando, inclusive, as ações de discriminação e marginalização.

Na realidade brasileira, o Estado, representante dos interesses da elite branca, ao ceder às pressões populares ou aos interesses externos na implementação de leis, políticas públicas, ações afirmativas, inclui, na memória oficial, a ideia de “benesse”, ou favor. Zubaran (2008, p. 171) alerta que “[...] as comemorações da Lei do Ventre Livre e da Lei Áurea no pós-abolição suscitaram uma certa ambiguidade na reinvenção do passado histórico e na construção das identidades negras [...]”, pois tratava-se de leis abolicionistas implementadas de forma gradual pelas elites. Como resposta, “[...] as lideranças negras reinventam as memórias, ora incorporando parte dos discursos das elites abolicionistas brancas, ora rejeitando-os e ressignificando de acordo com as necessidades das lutas travadas [...]” (ZUBARAN, 2008, p. 171), logo, estas memórias ganharam novo significado na comunidade negra.

Desse modo, é importante destacar o caráter seletivo da memória, o que Pollak chama de enquadramento, pois priorizam-se alguns eventos em detrimento de outros. No entanto, isso

não ocorre aleatoriamente, uma vez que, para a construção de uma identidade positiva, indivíduos e grupos colaboram para a manutenção de uma posição privilegiada de poder e status. Este enquadramento é basilar para a formação das memórias hegemônicas. Um determinado grupo dominante eleva suas memórias ao plano hegemônico com a supressão das memórias de outros grupos, postos às margens. É na marginalidade que este último grupo resiste e persiste na produção de suas próprias memórias. É o que Pollak chama de “memórias subterrâneas”, que são as memórias dos grupos marginalizados, das minorias políticas, dos segmentos mais pobres, dos movimentos sociais, entre outros (POLLAK, 1989).

Outra discussão igualmente importante é sobre a relação memória, história e esquecimento. Segundo o filósofo francês Paul Ricouer (2007), o dever de memória é uma obrigação da lembrança, ou seja, um dever de fazer justiça à vítima. Apesar de, inicialmente, a noção de dever de memória estar ligada às memórias do holocausto, ela é aplicável à questão da memória da escravidão, da qual deve-se lembrar para não repetir.

Diante dos conceitos citados, percebemos que falar de memória é falar em disputas. Apesar de silenciadas ou negadas pelos meios oficiais, as memórias dos grupos oprimidos resistem, como da população negra, e este silêncio não significa passividade. Ricouer alerta que os grupos oprimidos recorrem a algumas estratégias para lidar com as memórias feridas, como o silenciamento, mas, ainda assim, não se pode chamar de memória apagada, já que se trata do direito ao esquecimento.

Por isso, apropriando-nos do pensamento de Ricouer (2007), enfatizamos a importância das reivindicações pelo dever de memória. Todavia, devemos ter cuidado ao associar essas ações à ideia de “reparações,” pois podemos incorrer em abuso de memória, já que esse acesso não corrige as diversas opressões sofridas nem deve induzir ao esquecimento do passado. É necessário compreender os traumas deixados pela escravidão, mas também reconhecer que o trabalho de memória contribui para ressignificar as memórias traumáticas. Por isso, consideramos indispensável racializar essas discussões.

2.2 Racializando o campo da memória

No campo da memória, uma das discussões frequentes diz respeito ao Holocausto, por ser um evento marcante e considerado um divisor de águas, responsável por traumas que se perpetuam ao longo do tempo. Pollak (1989) alerta que o sentido da memória do Holocausto pode mudar dependendo de quem a estabelece, conceito que ele chamou de “sentido transitório”.

O nazismo, a política antissemita e a exterminação dos judeus foram períodos históricos amplamente abordados; ainda assim, é possível identificar um tabu no que se refere às histórias individuais na Alemanha e na Áustria, no âmbito familiar e nas biografias de personagens públicos. Diante disso, Pollak chama atenção para as “memórias subterrâneas”, que atuam na subversão e no silêncio, aflorando em momentos de crise, nos quais a memória entra em disputa. O silêncio é um componente importante, pois pode representar uma defesa diante das lembranças traumáticas dos grupos oprimidos. Além disso, o silêncio pode se apresentar como uma maneira de evitar a culpabilização das vítimas (POLLAK, 1989).

Assim como em 1945 foi organizado o esquecimento da deportação, diante das razões políticas que sustentaram o silêncio, só rompido quarenta anos depois, a fronteira entre “[...] o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável [...]” (POLLAK, 1989, p. 6) separou uma memória coletiva subterrânea dos grupos dominados de uma memória coletiva organizada, que apresenta a imagem que o Estado sempre quis impor.

Em consonância com Pollak, Benjamin (2011) nos convida a refletir sobre a memória a partir da experiência traumática do nazismo. Recorrendo a esses teóricos, é possível entender a profundidade dos traumas e das atrocidades do Holocausto e, assim, utilizar os estudos da memória para abordar também os traumas da escravidão. Tomando como ponto de partida a análise de Pollak (1989) sobre o Holocausto e analisando a questão da escravidão no contexto brasileiro, percebe-se que também foi organizado um silêncio em torno da escravidão, forjando a memória a partir da visão dos vencedores. Diversas estratégias foram empregadas para apagar o capítulo da escravidão, entre elas a queima de documentos relacionados à escravidão brasileira, ocorrida em 1891. Esse ato foi ordenado por Ruy Barbosa, então Ministro da Fazenda, que determinou a destruição de todos os registros de cartório que mencionassem a compra e venda de escravos no Brasil, incluindo livros de matrícula, controles de aduana e registros de tributos².

² Decisão s/n. de 14 de dezembro de 1890. Manda queimar todos os papéis, livros de matrícula e documentos relativos à escravidão, existentes nas repartições do Ministério da Fazenda. Ruy Barbosa, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e presidente do Tribunal do Tesouro Nacional: Considerando que a nação brasileira, pelo mais sublime lance de sua evolução histórica, eliminou do solo da pátria a escravidão — a instituição funestíssima que por tantos anos paralisou o desenvolvimento da sociedade, inficionou-lhe a atmosfera moral; Considerando, porém, que dessa nódoa social ainda ficaram vestígios nos arquivos públicos da administração; Considerando que a República está obrigada a destruir esses vestígios por honra da Pátria, e em homenagem aos nossos deveres de fraternidade e solidariedade para com a grande massa de cidadãos que pela abolição do elemento servil entraram na comunhão brasileira; Resolve:

1º — Serão requisitados de todas as tesourarias da Fazenda todos os papéis, livros e documentos existentes nas repartições do Ministério da Fazenda, relativos ao elemento servil, matrícula dos escravos, dos ingênuos, filhos livres de mulher escrava e libertos sexagenários, que deverão ser sem demora remetidos a esta capital e reunidos em lugar apropriado na Recebedoria.

A partir dos estudos de Nascimento (1978), Gonzalez (1984) e Carneiro (2005), podemos pensar em duas interpretações para esta tentativa de apagamento da memória: 1) a busca pela inviabilização de possível indenização pelos ex-proprietários de escravos, após a abolição da escravidão pela Lei Áurea (1888); 2) a queima dos documentos impedia que ex-escravos tivessem acesso às datas de suas compras, com as quais poderiam exigir recompensa por terem sido escravizados, haja vista que, desde 1831, o tráfico de escravos para o Brasil tinha sido proibido. Em ambos os casos, a tentativa de esquecimento do passado escravista representou também uma busca pelo recomeço na história do Brasil, desconsiderando o trauma da escravidão e negando a dívida histórica com a população negra.

Isso demonstra a importância da memória diante dos eventos traumáticos. A escravidão marcou a história e deixou feridas abertas, cujas repercussões continuam definindo e delimitando as condições de vida da população negra. Contudo, existe uma amnésia social, ou seja, um esquecimento proposital desse passado. Falar sobre racismo, desigualdades sociais, exclusão e opressão à qual negros e negras são submetidos ainda é um tema polêmico, frequentemente resumido a “vitimismo” ou tratado como uma “história superada”. Por isso, é fundamental pensar na memória como um dever e uma obrigação de lembrança. É necessário fazer justiça para que os erros do passado não se repitam (RICOEUR, 2007). Evidenciar as memórias de mulheres negras e suas experiências diaspóricas no Brasil é um dever de memória. Esses relatos ajudam a tirar as mulheres negras do lugar de objeto, garantindo-lhes protagonismo ao possibilitar que falem por si mesmas. No caso específico das memórias de mulheres negras sobre as violências, é impossível não mencionar a violência do Estado.

Nesse sentido, a memória da escravidão, como um campo de disputas políticas, tem ressurgido como objeto de estudo, principalmente a partir de trabalhos recentes, reposicionando o Atlântico Negro como espaço do trauma histórico e como metáfora da possibilidade de ressignificação da experiência negra. Esse reposicionamento ocorre tanto por meio de relatos biográficos das pessoas escravizadas quanto através dos arquivos históricos, que registram as diferentes representações da escravidão e do tráfico atlântico.

Recentemente, o importante trabalho da intelectual negra Grada Kilomba (2019) tem dado eco a esse movimento, ao analisar o racismo cotidiano no que ela chama de “memórias

2º — Uma comissão composta dos Srs. João Fernandes Clapp, presidente da Confederação Abolicionista, e do administrador da Recebedoria desta Capital, dirigirá a arrecadação dos referidos livros e papéis e procederá à queima e destruição imediata deles, que se fará na casa da máquina da Alfândega desta capital, pelo modo que mais conveniente parecer à comissão (Obras completas de Rui Barbosa, Vol. XVII, 1890, tomo II, pp. 338-40, Capital Federal, 14 de dezembro de 1890).

de plantação”³. No contexto da identidade nacional brasileira, forjada na amnésia social do trauma da escravidão e na celebração acrítica de um passado colonial supostamente heroico, os estudos da memória subalterna negra revestem-se de importante estratégia não somente para desafiar a imagem da população negra apenas como escravizada, como também para dar conta da historicidade e das estratégias de resistência desse grupo. Para Hartman (2020, p. 243), quando se trata da memória da escravidão, o passado deve ser representado como uma questão em disputa, pois “[...] a distinção entre o passado e presente naufraga no sofrimento interminável gerado pela escravidão e suas consequências [...]”, uma vez que nosso entendimento acerca da escravidão tem a ver com a produção da memória coletiva do passado. Portanto, apagamento e esquecimento são estratégias para resumir a história do povo negro à escravização. Nascimento (1978) chamou atenção para as inúmeras estratégias para dizimar a população negra no Brasil. O epistemicídio, silenciamento dos saberes e subjetividades negros foi uma primeira estratégia do genocídio negro no Brasil.

Carneiro (2005) conceitua como epistemicídio a morte simbólica de negras e negros, causada pelo apagamento de referenciais africanos e afro-brasileiros. Se, na colônia, o processo se deu pelo ocultamento da violência escravista; no pós-colônia, se deu pela resignificação da escravidão e da conquista a partir da celebração da miscigenação, como veremos em seções posteriores. Intelectuais negras como Sueli Carneiro (2005), Lélia Gonzalez (1984) e Conceição Evaristo (2016) têm mostrado, no entanto, que a miscigenação foi o resultado dos estupros e abusos sexuais sofridos pelas mulheres negras e indígenas.

Diante disso, em cada lugar, o povo negro trava suas lutas para preservação da memória. No contexto brasileiro, a sociedade civil, representada pelos movimentos sociais, principalmente o movimento de mulheres negras, tem denunciado o genocídio da população negra, as desigualdades sociais, a violência policial, o racismo cotidiano e o papel da história e da memória em sociedades marcadas pelo colonialismo e pelo racismo estrutural. Assim, identificamos, ao longo da história, as disputas em evidência. Por exemplo, os protestos de maio de 2020⁴ foram marcados pelas denúncias de racismo e questionamentos acerca da memória da

³ “Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano” é o título do livro, de autoria da intelectual negra, filósofa e psicanalista portuguesa Grada Kilomba, publicado inicialmente em inglês, em 2008. No Brasil, o livro foi traduzido e publicado em 2019, pela editora Cobogó. Nesse livro, ela apresenta uma compilação de episódios cotidianos de racismo, escritos sob a forma de pequenas histórias psicanalíticas. O livro é fruto da tese de doutoramento da autora, defendida na Alemanha, local onde fez seu doutorado e ganhou menção honrosa por este trabalho.

⁴ Os protestos foram desencadeados com a morte de George Floyd, nos Estados Unidos, na cidade norte-americana de Minneapolis, em 26 de maio de 2020. George Floyd, um afro-americano de 46 anos, morreu durante uma detenção quando Derek Chauvin, policial, se ajoelhou em seu pescoço durante cerca de oito minutos, enquanto três outros policiais observavam. Vários protestos ocorreram em apoio ao movimento *Black Lives*

escravidão, com derrubada de estátuas de escravocratas e ataques a outros símbolos públicos que remetem ao racismo e à dominação colonial. Essas imagens nos lembram o quanto a memória oficial representa a memória de determinado grupo, em detrimento de outros grupos invisibilizados.

Assim, percebe-se que passado e presente se cruzam, pois, apesar das “conquistas” já mencionadas, o tempo da colônia é um tempo congelado, é um tempo que não passa, uma vez que imagens e cenas se repetem. A imagem do homem negro torturado até a morte remete aos negros escravizados que também eram torturados; negros e negras jogados à própria sorte, vivendo em condições subumanas são imagens da senzala de antes e da favela de hoje. Essa realidade é resquício de uma abolição inacabada.

As cenas de violência, tortura e morte de negros e negras se multiplicam tanto nos espaços públicos, como o caso do Floyd, quanto nos espaços privados. Devido aos resquícios da escravidão, o espaço doméstico continua sendo um lugar de violências. Pesquisadores como Porfírio Costa Crisóstomo Ramos Nogueira (2017), De Paula Pereira (2011), Ávila e Ferreira (2020) mostram que o trabalho doméstico, que tem como maioria das empregadas mulheres negras, é um espaço que continua reproduzindo a lógica colonial, inclusive com trabalho análogo ao escravo. Alguns casos tiveram grande repercussão na mídia nacional, como o de Madalena Gordiano. A mídia impressa e televisiva noticiou, em dezembro de 2020, a história de Madalena⁵, mulher negra de 46 anos, que, desde os 8 anos, vivia em regime de trabalho análogo ao escravo, sem recebimento de salário, no município de Patos, em Minas Gerais. Madalena estava reclusa em um apartamento há 38 anos. O caso ganhou repercussão após denúncia ao Ministério Público do Trabalho. Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), entre os anos de 2003 e 2013, mais de 40 mil trabalhadores foram resgatados de situações análogas à escravidão. Somente em 2023, até o mês de março, foram resgatadas 523 vítimas nessas condições.

Tomando de empréstimo as palavras de Hartman (2020, p. 246), podemos perceber que “[...] o presente é eclipsado por um momento anterior – o evento do cativo e a experiência

Matter, ganhando repercussão nacional e, também, em mais de 60 países. Os protestos seguiram ao longo dos meses de junho e julho. Como consequência, foram propostas diversas leis municipais, estaduais e federais para combater o racismo institucional e a violência policial nos Estados Unidos e no mundo. Além disso, levantou-se as discussões sobre memória e reparação histórica, o que levou à remoção de várias estátuas, memoriais e alterações de nomes de ruas, museus e monumentos em todo o mundo.

⁵O caso Madalena Gordiano foi noticiado pela mídia nacional e internacional, como na Rede Globo de Televisão: Mulher é libertada em MG após 38 anos vivendo em condições análogas à escravidão | Fantástico | G1 (globo.com) e, também, Jornal El País: Caso de Madalena, escrava desde os oito anos, expõe legado vivo da escravidão no Brasil | Internacional | EL PAÍS Brasil (elpais.com)

da escravidão nas Américas [...]”, onde os tempos se confundem, portanto, esta é a continuidade de opressões, que segue vitimando negros e negra.

Benjamin, 1994 (*apud* LOWY, 2005, p. 74) convida-nos a repensar este passado, lançando um olhar sobre a História “[...] deixada à própria sorte, ou acariciada no sentido do pelo, a história somente produzirá novas guerras, novas catástrofes, novas formas de barbárie e opressão [...]”. Só se conhece o passado a partir da consciência do perigo. A crítica benjaminiana revela que a História tem, como projeto dos vencedores, o silenciamento das lutas, das revoltas e das resistências, propondo como saída “escovar a História a contrapelo”, que significa, no viés histórico, impor a tradição dos oprimidos, lutando contra a versão oficial da história e implementar a luta contra a corrente.

A luta histórica é marcada pelas vitórias dos grupos dominantes. Benjamin (1994 *apud* LOWY, 2005, p. 65), nesse convite para conhecer o passado, revela que isso “[...] significa apoderar-se de uma lembrança tal como ela lampeja num instante de perigo [...]”. Portanto, conhecer o passado não se resume à simples reconstituição dos fatos, pois o que chamamos de passado é resultado de uma série continuada de vitórias da classe dominante.

A história conta o que tem hoje, o que ficou partindo do suposto que a realidade é o que ficou e não o que pôde ter sido se não tivesse ficado interrompido no caminho. A memória se nega a tomar o que temos como se fosse toda a realidade. Desta realidade presente, ou aparente, forma também parte o que está ausente. A memória vê esse buraco, esse vazio, como parte da realidade e essa visão leva a uma valoração muito distinta da realidade que chegou a ser até nós. Se a ciência é feita de fatos, fica claro a incomodidade que lhe pode resultar uma concepção do passado que privilegie o que pôde ser ou o que não tem chegado a ser [...]. (BENJAMIN, 1994 *apud* LOWY, 2005, p. 65).

Foram impostos muitos obstáculos que impediram outros rumos na história do povo negro, limitando e marginalizando. As feridas permanecem abertas, pois falar neste passado é falar do perigo como uma ameaça à existência, pois, como mencionado por Benjamin, chamamos de memória o modo de conhecer o passado a partir da consciência do perigo. Por isso, faz-se necessário retomar, ainda que de forma breve, a trajetória do povo negro após a travessia do Atlântico, não com o intuito de reforçar a imagem de eternos vencidos, mas para compreender o processo de violência e marginalização impostos e principalmente as formas de resistências.

2.3 A travessia do Atlântico e o trauma histórico

Como nos lembra Beatriz Nascimento (1974), a travessia do Atlântico demarca, espacialmente e temporalmente, a história do negro do Brasil. Por isso, não é possível falar da sua trajetória sem citar este capítulo da história.

A diáspora negra caracterizada pelo tráfico atlântico sequestrou, para o chamado novo mundo, os africanos que formariam posteriormente as diversas nações das Américas. Isso explica como a presença negra é marcante e advém de experiências similares nas mais variadas sociedades com características comuns: o sistema colonial, a agricultura de *plantation* e a escravidão africana. A violência se evidencia como algo fundante nessas sociedades.

Chamaremos, aqui, de violência fundante a violência decorrente da escravidão que fundou o Brasil, que se manifestou por meio de estupros, torturas, assassinatos, mas também de outras práticas, como implementação de leis e políticas que impediram condições dignas de sobrevivência, como veremos mais adiante, se configurando como verdadeiras tentativas de genocídio do povo negro.

O conceito de necropolítica, elaborado por Mbembe (2018, p. 123), ajuda-nos a compreender estas questões: trata-se de políticas de morte, com “[...] o poder e a capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer [...]”. O autor descreve a Colônia como “[...] a zona em que a violência do estado de exceção supostamente opera a serviço da ‘civilização’ [...]” (MBEMBE, 2018, p. 35) e o local propício para a suspensão das garantias de ordem judicial. Desse modo, Mbembe (2018, p. 32) alerta que foram inúmeras as tentativas de extermínio de populações, a “[...] seleção de raças, a proibição de casamentos mistos, a esterilização forçada e até mesmo o extermínio dos povos vencidos [...]”. No contexto brasileiro, todos esses modos de genocídio foram iniciados no mundo colonial, no qual se governava na ilegalidade absoluta, materializada a partir de tortura e extermínio dos corpos negros. A elite escravocrata, por meio do aparato legal do Estado, tanto legitimava as violências, quanto respaldava e criava outras possibilidades de opressão, enquanto era encontrada, na letra da lei, a previsão legal para garantir a manutenção do sistema e a submissão forçada dos homens e das mulheres negras.

O histórico da escravidão no Brasil foi amplamente abordado pela historiografia e discutiremos de modo mais aprofundado as suas consequências em seções posteriores, mas consideramos indispensável falar sobre o trauma, pois este conceito nos ajuda a pensar nas feridas abertas pela escravidão e pode ainda se apresentar como resultado da violência fundante. Para falar sobre trauma, primeiramente, é importante contextualizar este conceito a partir do pensamento freudiano, especificamente na fase inicial da sua teoria. É importante também nos

atentar às considerações de Fanon (2008) e Kilomba (2019) para ampliar o conceito proposto por Freud (1996).

É relevante, ainda, destacar que, nas formulações de Sigmund Freud (1996), o trauma está diretamente relacionado às questões da Memória. Inicialmente, em 1893, o psicanalista austríaco tratou da questão da histeria como “traços de memória de traumas”, ou “lembranças do trauma” nas situações que continham ataques histéricos e outras sintomatologias de natureza conversiva. Freud comparou o trabalho do psicanalista com o do arqueólogo. Assim como a escavação vai acontecendo por camadas, em graus, do mesmo modo, ocorre ao percorrer o caminho do sintoma histérico até a cena traumática. É um longo caminho, pois exige muito esforço, e esse trabalho não acontece de forma linear. Trata-se da ordem cronológica invertida, pois sai do presente (sintoma) para o passado (cena traumática). Outra questão importante é a impossibilidade de reação diante de determinadas cenas, considerado trauma por Freud (1996a, 1996b).

Outra consideração da teoria freudiana é que o trauma se apresenta como algo de natureza psíquica, de caráter sexual, vivenciado na infância, seja real, seja no campo da fantasia. Está ligado à sexualidade, contudo, não é percebido pela criança; posteriormente, outra vivência desta criança em outra fase da vida evidencia a ligação com o primeiro acontecimento, o que a leva à compreensão de que a primeira cena teve caráter sexual e traumático. Por não ter repertório para reação, a cena fica no inconsciente e, *a posteriori*, gera o trauma (FREUD, 1996a, 1996b). Desse modo, a cena, para ser considerada traumática, deve atender a duas condições: a força traumática e a relação simbólica, ou seja, precisa haver adequação para funcionar como determinante.

É inegável a contribuição de Sigmund Freud para a compreensão do conceito de trauma, porém, a partir dos estudos realizados e do contexto vivenciado, ele chegou à conclusão de que “[...] qualquer que seja o caso e qualquer que seja o sintoma que tomemos como ponto de partida, no fim, chegamos infalivelmente ao campo da experiência sexual [...]” (FREUD, 1996a, p. 118), isto é, esta seria uma condição etiológica dos sintomas histéricos. Portanto, Freud considerava o contexto histórico do seu tempo a ponto de entender que há abusos sexuais nas famílias e que existe uma moral rígida na cultura, mas que tem muita hipocrisia nela. Ele restringiu sua análise à cultura europeia e de determinada camada social. Logo, se limitou a um determinado contexto sócio-histórico e se ateu apenas ao campo individual.

Da teoria freudiana, recorreremos à ideia central da retenção de um conteúdo para o inconsciente depois da produção de sintomas, mas, para avançar nestas questões, é preciso

aprofundar a discussão levando em conta aspectos que atingem, de modo específico, os negros e negras. Frantz Fanon (2008) e Grada Kilomba (2019) contribuem com estas discussões.

Devemos considerar que as escolas psicanalíticas, ao tratar dos estudos das reações neuróticas ao longo do tempo, focaram em determinados meios e setores, representando uma visão de mundo que não abarcava a dos negros, de modo que a psicanálise “[...] se propõe a compreender determinados comportamentos no seio de um grupo específico representado pela família [...]” (FANON, 2008, p. 127). No caso das neuroses vivenciadas por um adulto, o analista busca elementos infantis capazes de explicá-las e projeta-se, assim, no meio social as características do meio familiar.

Diante destas considerações, pensar acerca do trauma a partir do contexto do povo negro significa considerar que a ancestralidade deste grupo foi interdita por séculos, o que impediu a busca de respostas meramente na família. A escravidão é traumática, tem força traumática e relação simbólica. Assim, Fanon (2008), pensando a questão do trauma a partir do contexto do homem negro, nos ajuda a pensar como se manifestam os sintomas. O autor evidencia que os sintomas vão muito além de aspectos meramente individuais, tanto no que se refere às pessoas brancas quanto às pessoas negras com atitudes defensivas. O contexto social interfere diretamente nas questões de trauma, haja vista que “[...] ao primeiro olhar branco, ele sente o peso da melanina [...]”, já que o negro move sua ação a partir do “Outro”, ou seja, o branco (FANON, 2008, p. 133). Apesar de considerar que o negro é reduzido ao plano genital em muitos aspectos, o autor considera também questões sociais e históricas, inclusive em comparação com outros grupos historicamente excluídos e oprimidos, como os judeus.

O preto é tido como feio, pecador e imoral no inconsciente coletivo. Isso é reforçado de diversos modos na sociedade. Na realidade brasileira, a história do povo negro é invisibilizada e negada ao longo do tempo. O mito da democracia racial e o racismo se reatualizam cotidianamente. Desse modo, entendemos que Frantz Fanon avançou na ideia de trauma, na medida em que reconheceu que há uma retenção de um conteúdo para o inconsciente após a produção de sintomas, mas, diferentemente do que considerava Sigmund Freud, Fanon ampliou o sentido de trauma, contextualizando-o sócio-historicamente a partir da realidade dos negros.

Não se pode desconsiderar que, mesmo sem sofrer diretamente as dores do chicote ou ser escravizado, o negro ainda sofre o trauma da escravidão, que se manifesta em diversos sintomas no campo individual, como baixa autoestima, comportamentos defensivos, entre outros. A imagem do negro como mal e diabólico é projetada de tal forma no imaginário social que perpassa diversos campos, gerando também aversão, medo, terror e sintomas traumáticos que causam adoecimento (FANON, 2008).

Relacionando a memória às questões já manifestadas nessa análise, percebemos que Sigmund Freud (1996) trabalhou com o conceito de trauma a partir da experiência com seus pacientes neuróticos, concluindo que eles sofriam por causa de acontecimentos reais ou fantasiados ocorridos no passado. Fanon ampliou este conceito, reconhecendo que, além dos aspectos psicopatológicos, deve-se reconhecer os aspectos históricos e sociais.

Em Kilomba (2019, p. 215), compreendemos que é necessário considerar o “[...] padrão histórico de abuso racial que envolve não apenas os horrores da violência racista, mas também as memórias coletivas do trauma colonial [...]”. Um dos aspectos a ser considerado diz respeito ao que a autora chama de “performances de racismo”, uma reatualização da história, ou seja, toda vez que uma pessoa negra sofre a violência do racismo, ela é colocada de volta no passado colonial, logo, o racismo pode ser considerado atemporal, sendo reencenado em contextos diversos.

Apesar disso, diferente do que apregoa Freud (1996), no caso dos negros, não podemos considerar o trauma como uma impossibilidade de reação, pois a resistência sempre esteve presente na história. Como enfatizado por Foucault (2007), onde há poder, há resistência, manifesta nas diversas esferas da vida coletiva. Se de um lado há o poder e a opressão, do outro, tem o oprimido desenvolvendo estratégias de resistências. Por exemplo, o movimento negro, ao longo do tempo, tem denunciado as diversas formas de opressão: o genocídio da juventude negra, as desigualdades no mercado de trabalho, a desproporcionalidade nos espaços de poder, a violência policial e o racismo. Além disso, denuncia o papel da memória na sociedade brasileira, marcada pelo racismo estrutural, que atinge, de modo mais marcante, as mulheres negras.

2.4 Escravidão no Brasil

A trajetória da população negra no Brasil é marcada por um ciclo de marginalização e discriminação social e racial. Isso se deve pelo processo histórico de formação da sociedade brasileira, marcado pela abolição formal da escravatura sem inclusão social e pela estrutura da sociedade com base patriarcal, machista e classista, resultando no cenário atual de múltiplas opressões, às quais, especificamente, as mulheres negras são submetidas.

Essa realidade evidencia as marcas da violência e exclusão da população negra que ainda estão presentes na nossa realidade, seja no mito da democracia racial expresso principalmente na miscigenação, seja de forma concreta e escancarada nos altos índices de violência contra negros e, principalmente, mulheres negras, maioria das vítimas de violência

doméstica e feminicídio, por exemplo, seja ainda na violência policial que atinge os jovens negros, ou as condições precárias às quais são submetidas as mulheres negras no emprego doméstico. Para melhor compreensão deste legado, apresentam alguns aspectos relevantes sobre o histórico da escravidão no Brasil.

A primeira questão que se apresenta é sobre o número de negros escravizados. O debate ainda é intenso e não há consenso entre os pesquisadores sobre o total de negros e negras sequestrados(as) e escravizados(as) nas Américas, especialmente no Brasil. O que todos concordam é que se trata de um número alarmante. Quase metade dos escravizados foi levada para trabalhos forçados nos canaviais, minas e fazendas de café no Brasil (Reis; Gomes, 1996). Apesar da ausência de consenso, estima-se que esse número esteja entre três e quase cinco milhões de pessoas. Skidmore (1998) acredita que o número é de 3,65 milhões de pessoas, enquanto as historiadoras Lilia Schwarcz e Heloísa Starling (2015) afirmam que o número de africanos trazidos para cá foi de 4,9 milhões.

Outra questão que surge ao falarmos sobre a memória da escravidão diz respeito aos países de origem que representam as raízes de cada povo. Diversos estudos revelam que negros e negras eram capturados em regiões como Guiné-Bissau, Angola, Congo e Costa da Mina. Assim se iniciava a lucrativa atividade do tráfico negreiro para atender aos interesses tanto da Coroa portuguesa quanto dos colonos (SKIDMORE, 1998; FAUSTO, 2013; SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Como vimos, não se trata de situações individuais; as violências da escravidão foram parte de um projeto maior do Estado, que, ao longo do tempo, deixou um legado de desigualdades e exclusão presentes na sociedade. A seguir, apresentamos diversas ações legais e jurídicas que se materializaram como processos de exclusão no regime escravista, utilizados para controlar e exterminar a população afrodescendente. Um desses processos de exclusão foi respaldado pelo Decreto nº 1331, que complementou a Constituição de 1824, por meio do qual o Estado brasileiro aprofundou a exclusão do povo negro do espaço educacional. As desigualdades na educação podem ser observadas até os dias atuais.

Para Freitag (1977), ao analisar a relação entre escola, Estado e sociedade, o modelo de escola é fruto da sociedade capitalista, mas não se resume apenas a isso; a escola é impactada pelos mecanismos que mantêm as estruturas de desigualdade, ainda que, em muitos momentos, o sistema educacional brasileiro demonstre um ideal de igualdade e equidade. Historicamente, portanto, o sistema educacional brasileiro esteve a serviço dos interesses da classe dominante.

Outra legislação que demonstra o processo de exclusão do povo negro é a Lei nº 601/1850, conhecida como Lei de Terras, aprovada em 1850, mesmo ano da proibição de tráfico

de escravos (Lei Euzébio de Queiroz). Com a Lei de Terras, restringia-se o povo negro do acesso à terra, determinando quem teria direito à propriedade da terra no Brasil, a saber, somente aqueles que tivessem condições de pagar por ela, significando que, automaticamente, estava excluída a população negra. Além disso, estava garantida a estrutura fundiária do país (CHIAVENATO, 1986).

As ações do Estado foram se intensificando de forma cada vez mais violenta. Na Guerra do Paraguai, entre 1864 e 1870, período em que o Brasil se envolveu nesse conflito internacional, o governo brasileiro recrutou multidões da população negra para as trincheiras, prometendo-lhes liberdade em troca. Estima-se que cerca de um milhão de negros morreram no conflito (CHIAVENATO, 1986).

Seguindo na mesma linha, muitas outras ações foram implementadas com o intuito de manter os privilégios da elite e eliminar qualquer possibilidade de ascensão social ou até mesmo o mínimo acesso dos negros a uma vida digna. Na segunda metade do século XIX, o regime escravista já era visto como um modelo fracassado devido à fuga de escravos, ao grande número de alforriados e ao novo ideário liberal em voga, além da crescente pressão do movimento abolicionista. Para reagir a essas pressões, o Estado passou a interferir na relação entre escravo e senhor, até então intocável. Essa intervenção se materializou com a Lei Euzébio de Queirós, criada em 1850, que oficialmente aboliu o tráfico de escravos, e, em 1871, com a Lei do Ventre Livre, que garantiu a liberdade aos filhos de escravos.

Em 1879, teve início a campanha abolicionista, liderada por intelectuais e políticos, com grande repercussão. Em 1885, foi aprovada a Lei nº 3.270, conhecida como Lei Saraiva-Cotegipe ou Lei dos Sexagenários, que determinava a liberdade dos negros com mais de 60 anos. No entanto, essa lei não gerou efeitos práticos significativos, já que libertava escravos cuja força de trabalho, devido à idade, tinha pouco valor econômico. Apesar disso, a Lei dos Sexagenários enfrentou grande resistência na Assembleia Nacional, especialmente entre os representantes dos senhores de escravos.

Podemos perceber que as referidas leis não tinham a intenção de incluir os negros na sociedade, pois, apesar de representar vitórias dos abolicionistas, indicava também uma maneira de conter revoltas, já que, de fato, não beneficiava a maioria dos escravizados que dificilmente alcançaria os 60 anos. A análise sobre as duas leis citadas demonstra as condições subumanas vivenciadas por negros, mas, principalmente, chama atenção para as condições vivenciadas pelas mulheres negras, pois eram elas as mães escravizadas que teriam o “ventre livre” na teoria, mas, na realidade, permaneciam impedidas de cuidar e amamentar seus filhos enquanto cuidavam das crianças brancas. Eram elas que cuidavam dos seus pais ou

companheiros “sexagenários livres”, que, adoecidos e sem amparo do Estado, necessitavam de cuidados.

Carneiro (2011, p. 130) chama de “matriarcado da miséria” “[...] as experiências históricas marcada pela exclusão, discriminação, e rejeição social, a expressão revela o seu papel de resistência e liderança em suas comunidades miseráveis em todo país [...]”. Não apenas na colônia, mas também na atualidade, as mulheres negras continuam sendo as principais vítimas dos opressores e da ausência do Estado.

Um forte instrumento para garantir a perpetuação do racismo se deu a partir do chamado racismo biológico, ou racismo científico, mediante a busca de justificar a inferioridade do negro diante do branco, como veremos.

2.5 Racismo à brasileira como herança da escravidão

Como vimos, a escravidão estruturou o racismo no Brasil; contudo, foi no contexto da pós-abolição formal que o racismo biológico se intensificou, com teses que defendiam a inferioridade biológica de negros e negras. O racismo biológico permeava diversos campos e contava com o respaldo de autoridades, incluindo intelectuais, artistas e, principalmente, cientistas, que buscavam justificar as desigualdades entre brancos e negros. Dessa forma, as elites brasileiras se apropriaram do chamado “racismo científico”, cujas teses foram amplamente aceitas entre as décadas de 1880 e 1920. Isso justificava as restrições impostas aos negros e negras na participação na vida social, bem como o aprimoramento de mecanismos discriminatórios.

Uma tese de supremacia racial que repercutiu no país e ainda permanece viva é a ideia de que, no Brasil, vivemos em uma democracia racial, na qual todos convivem pacificamente, sejam de etnia europeia ou africana. O mito da democracia racial, idealizado por Gilberto Freyre, ainda está presente na visão de muitas pessoas.

Inicialmente, as teorias racistas foram amplamente difundidas; no entanto, perderam espaço em meados dos anos 1930, especialmente com a publicação da obra de Gilberto Freyre, **Casa-Grande & Senzala** (1933). A ideia central do livro é a da benevolência do senhor e da passividade do escravo. A miscigenação é apresentada como a marca desse “paraíso racial”, e o Brasil passa a ser visto como um país onde todos convivem pacificamente. Esse pensamento, porém, não era unânime. Por exemplo, os estudos de Roger Bastide e Florestan Fernandes, nas décadas de 1950, 1960 e 1970, denunciaram as violências do período da escravidão e do pós-abolição.

Percebe-se, pois, que as raízes da segregação racial no Brasil estão relacionadas às estratégias utilizadas para impedir que a população negra escravizada tivesse participação efetiva na vida social do país, situação que perdurou por muito tempo. Para tanto, recorreu-se a diversos investimentos para beneficiar, de forma material e simbólica, a população branca, enquanto a população negra foi marginalizada e excluída (FERNANDES, 2007).

Um dos principais nomes da teoria da democracia racial, Gilberto Freyre (2003), descreve que, desde a infância, os filhos dos escravocratas eram presenteados com escravos da mesma idade, usados como brinquedos a serviço dos caprichos do “nhozinho”. A marginalização e a exclusão perduram até os dias atuais, inclusive no que Carneiro (1995) denomina “epistemicídio”, considerado a morte simbólica de negras e negros, causada pelo apagamento de referências africanas e afro-brasileiras. Se, na colônia, esse processo ocorreu pelo ocultamento da violência escravista, no pós-colônia, deu-se pela ressignificação da escravidão e da conquista, promovendo uma celebração da miscigenação. Portanto, a miscigenação, fruto das relações entre homens portugueses e mulheres negras, era apresentada como parte do mito da democracia racial, como afirma Freyre (2003, p. 70):

Pode-se, entretanto, afirmar que a mulher morena tem sido a preferida dos portugueses para o amor, pelo menos para o amor físico. A moda de mulher loura, limitada, aliás, às classes altas, terá sido antes a repercussão de influências exteriores do que a expressão de genuíno gosto nacional. Com relação ao Brasil, que o diga o ditado: "Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar"; ditado em que se sente, ao lado do convencionalismo social da superioridade da mulher branca e da inferioridade da preta, a preferência sexual pela mulata.

Logo, as teorias racistas reproduziram discursos como de Freyre (2003, p. 367) de que “[...] todo brasileiro, mesmo o alvo de cabelo louro traz na alma, quando não na alma e no corpo, a sombra, ou pelo menos a pinta, do indígena e ou do negro [...]”, reforçando a ideia de endeusamento da miscigenação como algo positivo, desconsiderando as condições e contexto. Estas teorias evidenciam a ideia de que, no Brasil de então, imperava a boa convivência racial, sem conflitos, sendo o verdadeiro paraíso racial. A divisão hierárquica social naquele contexto era baseada em um critério cromático que firmava as desigualdades. Essa romantização das relações raciais cria o chamado racismo à brasileira.

Com posicionamento contrário, Fernandes (2007) questiona se a ausência de tensões abertas e de conflitos permanentes significava realmente boa organização das relações raciais. Para ele, a ideia de um Brasil como paraíso racial é uma “[...] distorção criada no mundo colonial [...]”, estrategicamente pensada para conter os processos de ascensão social dos

mulatos. Invisibilizava-se o contexto de estratificação racial, pois, mesmo com a absorção de negros e mestiços, não se podia falar em igualdade racial; ao contrário, garantia-se que se mantivesse “[...] a eficácia das técnicas de dominação racial que mantinham o equilíbrio das relações raciais e asseguravam a continuidade da ordem escravista [...]” (FERNANDES, 2007, p. 44).

Munanga alerta que o racismo à brasileira se constitui de modo implícito, não institucionalizado, e se concretiza como “[...] objeto de segredo e tabu, submetido ao silêncio, um silêncio criminoso [...]”. Trata-se de um tipo de racismo camuflado, próprio da realidade brasileira, diferente do nazismo, do *apartheid* sul-africano ou do sistema Jim Crow nos Estados Unidos, por exemplo. Nesses regimes, “[...] as relações entre segmentos étnicos diferentes são mais explícitas, mais abertas; é um racismo institucionalizado, por vezes acompanhado de hostilidades e da morte física do outro [...]” (MUNANGA, 1996, p. 213).

Portanto, fica evidente que a ideologia do branqueamento⁶ sustenta-se na ideia de superioridade racial dos brancos e, de acordo com o pensamento de Gonzalez (1982), representa o caráter disfarçado do racismo à brasileira. Nessa ideologia, os aparelhos ideológicos (família, escola, igreja, meios de comunicação etc.) disseminam valores que, em conjunto com o mito da democracia racial, apontam a ideia de uma suposta superioridade racial e cultural branca.

2.6 Marcas da abolição inacabada e as resistências

Como vimos, o ideal racista marcou o período da escravidão e perdura até os dias atuais. Apesar de o Brasil ter adiado o quanto poderia a abolição formal da escravidão, esta só foi oficializada em 1888. Com a abolição, houve também a substituição da mão de obra escrava e negra pelo trabalho livre e assalariado, referente ao modelo de um país mais moderno. O grande contingente de negros poderia facilmente ter sido absorvido pelo novo mercado de trabalho, não fosse um empecilho: uma vasta população negra não se encaixava no modelo de Brasil idealizado.

No plano formal, os ex-escravizados absorvidos pelas necessidades do novo modelo foram marginalizados em trabalhos precários ou lançados à própria sorte, uma vez que o Estado

⁶ Para Skidmore (1976), diferente do que aconteceu na Europa ou nos Estados Unidos, a teoria do “branqueamento” era algo característico do Brasil. A partir dessa teoria, acreditava-se na superioridade da raça branca, além disso, acreditava-se que a população negra diminuiria gradativamente em comparação com a população branca, já que tinha maior incidência de doenças nos negros e desajustamento social. O incentivo à imigração europeia era tido como uma solução, pois tanto biologicamente, quanto culturalmente seria o avanço do país. Portanto, a miscigenação geraria uma população de pele mais clara e garantiria a preponderância do gene branco.

sempre esteve na defesa dos interesses das elites. O modelo de país no pós-abolição excluía os negros ex-escravos da condição de cidadãos. Não foram pensadas políticas para a inclusão e integração dos negros nesse novo contexto.

Ao mesmo tempo em que eram negadas políticas e ações de inclusão e apoio aos negros e negras, investimentos eram realizados em apoio aos imigrantes europeus, com incentivos como a concessão de terras, por exemplo. Após a abolição formal, o Estado continuou protegendo os interesses das elites, com exceção da indenização exigida por elas, que alegavam prejuízo pela perda da “propriedade” sobre os escravos. Embora o Estado não tenha concedido essa indenização, as elites lucraram indiretamente com o financiamento de uma política oficial de imigração e de proteção à exportação, que atendia às necessidades de mão de obra e de comercialização do café (FERNANDES, 2007).

A memória da escravidão é marcada por disputas. A abolição formal da escravidão é frequentemente retratada como uma benesse, tendo como marco a assinatura da Lei Áurea, que supostamente teria posto fim a todos os problemas e virado uma página trágica da história. No entanto, como veremos, havia muitos interesses e disputas envolvidos.

A abolição ocorreu quando a sociedade europeia começou a adotar as ideias do liberalismo e do Iluminismo. Nesse contexto, a escravidão passou a ser questionada, pois era incompatível com a nova etapa do capitalismo industrial. Na Inglaterra, a abolição foi acompanhada pela substituição da mão de obra escravizada por trabalhadores assalariados, o que elevou os custos da produção agrícola. As colônias inglesas não tinham condições de competir com os baixos preços oferecidos pelos portugueses. Dessa forma, a estratégia ideal seria utilizar a mão de obra ex-escravizada como mão de obra assalariada, igualando os preços de produção e, posteriormente, inserindo os ex-escravos como consumidores no novo sistema.

Em 1850, com a Lei Eusébio de Queirós, o tráfico de escravos foi oficialmente abolido. Em 1871, a Lei do Ventre Livre garantiu liberdade aos filhos de escravos, como vimos anteriormente. Em 1879, teve início a campanha abolicionista, liderada por intelectuais e políticos, com repercussões em 1885, quando a Lei dos Sexagenários concedia liberdade aos escravos com mais de 60 anos. Finalmente, em 1888, o regime escravista chegou ao fim. Diversas concepções e significados de cunho político-ideológico influenciaram a abolição da escravidão, que, para Fernandes (2021), representou uma mudança drástica no modo de produção e na organização da sociedade de modo geral.

Apesar das muitas estratégias para fazer esquecer a condição do povo negro e da amnésia social, falar de resistências é falar sobre o que “poderia ter sido”, mas não chegou a se concretizar devido às interrupções. A memória oficial sobre as resistências do povo negro é

fragmentada; trata-se de um passado esquecido da memória oficial, mas lembrado na memória clandestina, na memória dos chamados “derrotados”. Benjamin (1994 *apud* MATE, 2011, p. 260), na tese XII, ressalta que “[...] a emancipação do mundo não se move com promessas de felicidade para nossos netos, mas com a recordação dos avós humilhados [...]”.

Apesar de termos apresentado o histórico da opressão da colônia e do pós-colônia, é imprescindível romper com a imagem de eternos vencidos. Fazer memória das estratégias de resistências nos lembra que as tentativas de genocídio promovidas ao longo do tempo não lograram êxito. Morte, exclusão, marginalização de gerações inteiras se tornaram combustível para a organização de homens e mulheres na luta por igualdade. Portanto, pode-se afirmar que as ações de grupos da elite brasileira materializam a memória coletiva sobre os negros e negras ao longo do tempo e produziram uma história única, a partir da seguinte retórica: “[...] mostre um povo como uma coisa, uma coisa só, sem parar, e é isso que esse povo se torna [...]” (ADICHIE, 2019, p. 22). A ideia do povo negro como coisa é contínua, mas há resistências. A memória dessa resistência, individual ou coletiva, é parte também da memória dos negros brasileiros, sofrendo, porém, inúmeras tentativas de silenciamento.

Aconteceram muitas ações rebeldes antes e após a abolição formal da escravidão, desde as mais comuns, como abortos, suicídios, assassinatos de senhores, fugas, até movimentos de maiores proporções, como quilombos, cabanadas, cabanagens, Revoltas dos Malês, Farroupilha, Balaiada, Canudos e Revolta da Chibata. Destacaram-se, também, outros movimentos de resistência, como o Teatro Experimental do Negro (TEN), a Frente Negra Brasileira (FNB) e a Companhia Negra de Revista/RJ. Além dessas estratégias de resistência, muitas reivindicações se efetivaram na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88), como o direito a título de terras das comunidades tradicionais indígenas e quilombolas e a criminalização do racismo como crime inafiançável (Brasil, 1988).

Como um importante instrumento de luta e resistência, o TEN deu grande contribuição no combate aos estereótipos acerca dos negros, pois atuou em defesa dos direitos humanos, colocando em cena, na sociedade, a identidade afro-brasileira, com fortes críticas à ideia de identidade nacional vigente naquela época (NASCIMENTO, 2004).

Na escravidão, a fuga era um dos fortes instrumentos de resistência. Para Nascimento (1976), com a fuga, não se almejava a ociosidade nas matas, ou mesmo o romantismo da liberdade ideal, uma vez que “a fuga é consciente”. Por isso, “[...] longe de ser espontaneísmo ou movido por incapacidade para lutar, é, inicialmente, a decorrência de todo um processo de reorganização e contestação da ordem estabelecida [...]”. Portanto, os escravizados lutavam pela liberdade, individual e coletiva (NASCIMENTO, 1976, p. 73). Nos movimentos de fuga,

o principal objetivo era alcançar o quilombo, onde haveria o encontro do homem negro com os seus iguais e os seus diferentes. Esta memória é viva, memória dos quilombos, das favelas e da cidade (NASCIMENTO, 1981).

Apesar de todo esse histórico de resistências, as marcas da escravidão estão presentes como feridas abertas, como podemos observar nas disparidades próprias de um Estado de capitalismo periférico. Contudo, como afirma Benjamin, apenas a consciência da história não é suficiente para a conversão de indivíduo em sujeito histórico. Além disso, é preciso uma ação que rompa com a lógica dominante da história (MATE, 2011).

Desse modo, é importante lançar um olhar mais aguçado para as opressões que atravessam, de forma mais específica, as mulheres negras. Por isso, na próxima seção, discorreremos sobre as mulheres negras como sujeitos da história, especificamente sobre a relação entre gênero e violência. Traçaremos, ainda, um breve histórico sobre o conceito de gênero e algumas reflexões teóricas sobre a luta das mulheres em geral e como as opressões do racismo e do sexismo se interseccionam e se materializam em forma de violência.

3 GÊNERO E VIOLÊNCIA: A INTERSECÇÃO DO RACISMO E SEXISMO

Vozes-mulheres

A voz de minha bisavó
 ecoou criança
 nos porões do navio.
 ecoou lamentos
 de uma infância perdida.
 A voz de minha avó
 ecoou obediência
 aos brancos-donos de tudo.
 A voz de minha mãe
 ecoou baixinho revolta
 no fundo das cozinhas alheias
 debaixo das trouxas
 roupagens sujas dos brancos
 pelo caminho empoeirado
 rumo à favela.
 A minha voz ainda
 ecoa versos perplexos
 com rimas de sangue
 e
 fome.

A voz de minha filha
 recolhe todas as nossas vozes
 recolhe em si
 as vozes mudas caladas
 engasgadas nas gargantas.
 A voz de minha filha
 recolhe em si
 a fala e o ato.
 O ontem – o hoje – o agora.
 Na voz de minha filha
 se fará ouvir a ressonância
 o eco da vida-liberdade

(Conceição Evaristo, 2008)

Na epígrafe supracitada, Conceição Evaristo apresenta um histórico de opressão e de sofrimento vivenciado pelas mulheres negras ao longo das gerações, desde o navio negreiro até a resistência. Evaristo ressalta que, apesar das resistências, a violência ainda é presente e poderá ser rompida com a sua filha, que simboliza as novas gerações.

Discorreremos, nesta seção, sobre a relação entre Gênero e Violência, pensando esta última como um sistema de opressão estrutural, no qual as mulheres, sobretudo as negras, estão mais vulneráveis. No que tange ao Gênero, demonstramos, a partir de alguns referenciais

teóricos, a sua relação com o exercício do poder e a ideologia patriarcal. Traçamos, ainda, um breve histórico sobre o conceito de Gênero e algumas reflexões sobre a luta das mulheres em geral e como as opressões do racismo e do sexismo se interseccionam e se materializam em forma de violência.

Apesar da diversidade do conceito de Gênero, nesta análise, tomamos como base teórica a teoria de Scott (1995) de forma mais ampla. No contexto brasileiro, recorreremos às contribuições teóricas de Saffioti (2004, 2009), Carneiro (2003) e Gonzalez (1983).

3.1 Relações de gênero e violência: o exercício do poder

Antes de adentrarmos na discussão sobre Gênero, é necessário compreender o processo de construção deste conceito, ligado às discussões teóricas promovidas pelo movimento feminista em nível mundial, pois foi no seu seio que este conceito foi desenvolvido.

A teoria feminista busca compreender as causas e as possibilidades de rompimento das desigualdades de gênero e, para isso, aprofunda as discussões sobre a política de gênero, as relações de poder e a sexualidade. Apresenta contundente crítica às relações sociais e às desigualdades de gênero, à discriminação, defende os direitos das mulheres e denuncia o patriarcado. Uma das mais importantes conquistas do movimento feminista se deu com a luta pelos direitos sexuais, pois, apesar de a pílula anticoncepcional ter surgido com a intenção de controlar os corpos femininos, por meio do controle de natalidade e do planejamento familiar, as mulheres passaram a exercer a sexualidade não apenas com a função de procriação (DINIZ, 2014).

No contexto brasileiro, o movimento feminista tem sua trajetória marcada pela luta em defesa dos direitos políticos, principalmente o direito ao voto, que só foi conquistado no início dos anos de 1930. O movimento sufragista foi liderado por mulheres brancas das classes média e alta, grupo formado por filhas de políticos ou intelectuais que estudaram em outros países e tiveram contato com o cenário internacional da luta feminista, trazendo essas ideias para o Brasil. Contudo, em 1964, com o golpe militar, esse movimento foi invisibilizado (PINTO, 2003).

Em outros momentos, o movimento feminista denunciou opressões no cenário brasileiro. Pinto (2003) destaca que, em oposição ao regime militar, por exemplo, surgiram novos grupos feministas denunciando a repressão, as desigualdades sociais, a violação de direitos civis e o racismo. Contudo, é importante destacar que as pautas específicas das mulheres negras não estavam contempladas de forma ampla na bandeira do feminismo de então.

Em 1969, Saffioti publica o que se tornaria um dos marcos das discussões sobre a opressão da mulher no Brasil, “A mulher na sociedade de classes”, ficando evidente que é imprescindível uma proposta feminista que esteja atenta ao enovelado de relações entre gênero-raça-classe que se materializa na vida das mulheres. Todavia, as mulheres negras, intelectuais, ganham visibilidade apenas no final dos anos de 1970, período em que o movimento negro se reestrutura e é criado o Movimento Negro Unificado (MNU). Em 1978, Lélia González e Beatriz Nascimento foram as primeiras teóricas a propor o “enegrecimento do feminismo”, ou seja, inserir as pautas raciais no interior do movimento feminista (NEPOMUCENO, 2012).

Durante muito tempo, acreditou-se que as desigualdades entre mulheres e homens estavam unicamente ligadas às diferenças biológicas, mas, a partir das discussões de Gênero, desmistifica-se isso e enfatiza-se que essas diferenças estão atreladas às questões culturais, construídas historicamente (SAFFIOTI, 2004; SCOTT, 1995).

Segundo Saffioti (2004), o termo “gênero” foi mencionado pela primeira vez em 1963, pelo estudioso Stoller, sem, no entanto, lograr muito êxito. Somente em 1975, Gayle Rubin publica um artigo, a partir do qual dá início a diferentes estudos nos Estados Unidos e Europa.

Inspirado pelas discussões internacionais, o conceito de Gênero também passou a ser utilizado no Brasil para questionar papéis socialmente estabelecidos. No final da década de 1970, feministas ligadas às universidades começaram a discutir o tema de forma mais ampla. No entanto, o marco da expansão desse conceito ocorreu em 1995, com a publicação do artigo “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, de Joan W. Scott. Nesse texto, Scott (1995) faz um breve resgate histórico do uso do termo “gênero” e destaca que seu uso inicial ocorreu entre feministas norte-americanas, que buscavam substituir palavras associadas ao determinismo biológico e enfatizar o caráter social das diferenças baseadas no sexo.

Scott (1995) também denuncia que a produção historiográfica sobre as mulheres, anterior à década de 1970, é redutora, pois descreve a existência de fenômenos sem oferecer uma discussão interpretativa. Além disso, é limitada, pois apenas teoriza sobre as causas, na tentativa de explicar o caminho percorrido para chegar a esses resultados. A autora destaca duas características da perspectiva tradicional abordadas nas pesquisas de historiadoras feministas: a descritiva e a causal. Na primeira, não havia teorização nem problematização, com uma priorização da causalidade. Já na perspectiva causal, os paradigmas tradicionais não eram questionados (SCOTT, 1995).

Contrária a essas duas feições, Scott (1995) propõe o uso do termo gênero como categoria de análise, com aproximação nas ciências sociais. Dessa maneira, Gênero se aproxima do conceito de neutralidade e é diferente de “mulheres”. Desmistifica-se a ideia de dois polos

(masculino e feminino) separados, questiona-se o binarismo, que enfatizava apenas os aspectos biológicos, e “[...] o seu uso rejeita explicitamente as explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para várias formas de subordinação no fato de que as mulheres têm filhos e que os homens têm uma força muscular superior [...]” (SCOTT, 1995, p. 75). Além disso, não se trata de um conjunto de atributos sociais flutuantes que se inscreve em determinado sexo, mas também não é substantivo; é uma categoria de análise. Enquanto Gênero está situado na esfera social, sexo se posiciona no plano biológico (BUTLER, 2003; SAFFIOTI, 1995).

Muitos autores aprofundaram essa discussão, ressaltando que os perfis de comportamento feminino e masculino são definidos um em relação ao outro e são constituídos em determinado tempo, cultura e espaço, como uma forma de relações de poder, com caráter dinâmico e mutável. Gênero não é uma categoria pronta e estática, mas, sim, uma ferramenta analítica e política (SCOTT, 1995; SAFFIOTI, 2005). Na mesma perspectiva, Scott (1995) afirma que gênero inclui o sexo, mas o que determina a sexualidade são as relações sociais. Portanto, está diretamente relacionado às relações de poder. Para chegar a esse conceito, Scott reconhece que a categoria tem seu nascedouro nos limites das correntes teóricas do patriarcado, do marxismo e da psicanálise, a partir das quais há a tentativa de explicar a dominação masculina em detrimento da subordinação feminina.

Os(as) historiadores(as) feministas utilizaram toda uma série de abordagens na análise do gênero, mas estas podem ser resumidas em três posições teóricas. A primeira, um esforço inteiramente feminista que tenta explicar as origens do patriarcado. A segunda se situa no seio de uma tradição marxista e procura um compromisso com as críticas feministas. A terceira, fundamentalmente dividida entre o pós-estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas das relações de objeto, inspira-se nas várias escolas de psicanálise para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito. (SCOTT, 1995, p. 73).

Existem diferenças entre as diversas vertentes do Pensamento Feminista, mas, a partir da década de 1960, identificaram-se algumas ideias centrais, como aquelas que reconhecem que as mulheres ocupam lugares sociais subordinados em relação aos homens; a subordinação é diferente em cada época e em cada lugar e ocorre em todas as partes do mundo (PISCITELLI, 2002). Contudo, em todas elas, é possível perceber uma concepção universal de Mulher, ou seja, não havia o reconhecimento de que existiam grupos específicos de Mulheres: negras, indígenas, trabalhadoras, entre outras especificidades.

Scott (1995) aponta que inicialmente o interesse pelas categorias de classe, de raça e de gênero tinha a ver com o compromisso dos pesquisadores que reafirmavam a importância de dar voz aos oprimidos. Os pesquisadores concluíram que as desigualdades se organizam a partir de três eixos: raça, classe e gênero.

Na realidade brasileira, teóricas como Gonzalez (1984), Nascimento (1974), Souza (2021) e Carneiro (2003, 2011) reivindicaram a pauta das discussões acerca da questão racial e de gênero, ressaltando que é indispensável pensar sobre os fatores culturais, racistas e preconceituosos que colaboram para as violações dos direitos humanos das mulheres no Brasil e sobre as relações de poder. No modelo de sociedade existente, para que essas relações de poder sejam exercidas, é preciso garantir a perpetuação das relações de dominação.

Além do conceito de gênero, cabe também falarmos de Patriarcado. Não existe consenso quanto ao uso do termo ou ao uso do conceito de Gênero de forma exclusiva. Saffioti (2004, 2009) recusa o uso exclusivo do conceito de gênero e alerta para os riscos de se abandonar o conceito de patriarcado. Para ela, deve-se reconhecer as contribuições na trajetória do conceito de gênero, mas isso não deve significar o apagamento do conceito de patriarcado ou ordem patriarcal de gênero, com o qual fica explícito o vetor da dominação/exploração.

Saffioti (2009), em diálogo com Pateman (1993), conclui que o patriarcado se funda no contrato sexual do casamento, que tem o homem como dominador da mulher. A autora alerta que “[...] mais do que papéis sociais que se aprende nos processos de socialização, são as identidades sociais (gênero, raça e etnia, classe) que vão gestando a subordinação, a partir das experiências vividas que colocam as mulheres nesse lugar [...]” (SAFIOTTI, 2009, p. 82). Concluimos, portanto, que os conceitos não são contrários, podendo ambos serem utilizados de modo responsável neste texto.

Para melhor compreensão, recorremos aos exemplos propostos por Graham (2005). A autora apresenta duas histórias para ilustrar o conceito de Patriarcado. Na primeira, uma escrava chamada Caetana, de 17 anos, foi obrigada por seu dono a se casar com Custódio, um alfaiate. Caetana se recusou a consumir o matrimônio, e seu senhor a ajudou na tentativa de anular o casamento. Na segunda história, uma senhora deixou seus bens para seus ex-escravos, agora libertos, mas esses bens foram embargados por seu sobrinho. Graham denominou o primeiro caso como uma situação de “patriarcado perturbado”, pois toda hierarquia masculina foi perturbada, e o segundo caso como “patriarcado confirmado”.

Em ambos os casos, o patriarcado permanece vivo, mas, no caso do patriarcado perturbado, a mulher escravizada questiona o lugar da submissão feminina, na medida em que, apesar de cumprir a ordem do dono, se casando forçadamente, não consuma o casamento. Em

uma leitura sobre as relações raciais, podemos dizer que perturba as relações de gênero, mas mantém intacta as relações de poder senhor-escrava, uma vez que necessita do consentimento do seu “senhor” para a anulação do casamento. No segundo caso, o patriarcado é confirmado, pois a mulher questiona as relações de poder, concedendo benefícios a escravizados, algo tido como inaceitável, pois os colocaria em igualdade de condições com outras pessoas. Contudo, apesar de ocupar um lugar de poder (dona dos escravos), ela é mulher, logo, sua decisão não é respeitada e foi revogada por homens (seus sobrinhos).

Entendemos, então, que tanto o conceito de Patriarcado quanto o de Gênero podem contribuir para a compreensão das diversas formas de opressão sofridas pelas mulheres e, no contexto brasileiro de passado escravista, também das relações raciais.

3.2 Violência e poder

A partir do exposto, percebemos que refletir sobre gênero e relações de poder implica necessariamente discutir a questão da Violência. Segundo formulação de Chauí (1985), a violência é uma determinação das relações de força, tanto nas questões de classe quanto nas relações interpessoais. Ela pode ser observada sob dois ângulos: como a transformação de diferentes em desiguais e como a desigualdade entre “superior” e “inferior.” No segundo ângulo, a violência é vista como uma ação que coisifica o ser humano, desconsiderando sua condição de sujeito. Ressalta-se, ainda, que a violência é parte das desigualdades de gênero e se materializa nas relações de dominação, exploração e opressão, estando presente também na desigualdade entre classes sociais. Assim, ela legitima a violência do dominador contra o dominado (FOUCAULT, 1979; ARENDT, 1985).

Foucault (1979) apresenta uma interpretação que difere da concepção comum sobre o poder, questionando as formulações que o definem exclusivamente como algo repressivo. O autor vai além ao explicitar que o poder:

[...] Não é algo que possa dividir entre aqueles que o possuem e o detém exclusivamente e aqueles que o possuem e lhe são submetidos. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer esse poder e de sofrer sua ação, nunca são alvos inertes e consentidos do poder, são sempre centros de transmissão. (FOUCAULT, 1979, p. 183).

Em consonância com Foucault, Saffioti (1992) sugere que, a partir da análise foucaultiana, é possível relacionar o poder às questões de gênero. A relação de dominação-exploração não implica a invisibilidade da figura da explorada-dominada; a figura subalterna permanece ativa e, mesmo nessa subalternidade, detém poder, ainda que de modo desigual. “[...] As mulheres não sobrevivem graças exclusivamente aos poderes reconhecidamente femininos, mas também por meio da luta que travam com os homens pela ampliação-modificação da estrutura do campo de poder ‘tout court’ [...]” (SAFFIOTI, 1992, p. 185). Para a autora, os homens buscam garantir a preservação da supremacia, enquanto as mulheres lutam pela conquista de sua cidadania.

Nesse sentido, Foucault (1980) argumenta que o poder não é estático; ele circula e se transforma de acordo com o contexto e as correlações de forças de cada período histórico. Dessa forma, reafirmamos nossa posição de que as mulheres negras, embora vítimas do sistema e do poder colonial, também detêm um certo poder, evidenciado em seus atos de resistência cotidiana. Esse poder pode ser constatado no depoimento de Tereza de Benguela, mulher preta, oriunda da zona rural, filha de pais analfabetos, que ingressou no ensino superior e atualmente atua como professora da educação básica. Ela exerce seu poder ao contribuir para o empoderamento de crianças negras, como descrito em seu depoimento a seguir:

[...] eu sou professora e, na escola, é comum a gente ouvir falar que a coisa está preta a coisa está feia e assim é tudo que é sobre negro é considerada coisas ruins, que é feio, então eu olhando pra educação básica, que eu trabalho com anos iniciais. Como é que uma criança negra vai se gostar diante disso? Não tem como. Então ela vai ela vai associar que tudo que é preto, tudo que é negro é ruim. Então ela começa a querer se embranquecer, ela começa a perder a identidade dela, afirma ter cabelo ruim, então alisa cabelo. Eu busco levar essa discussão para a sala de aula, de forma lúdica, falando que todos os cabelos são diferentes e são bonitos, para de algum modo valorizar a identidade de cada um. (Tereza de Benguela, 47 anos, Pedagoga, Mestre).

Percebemos, no relato da entrevistada, que, como professora, ela contribui para a desconstrução de estereótipos sobre a imagem da pessoa negra ao questionar e desconstruir o vocabulário racista comumente utilizado. Essa prática remete à discussão sobre racismo recreativo, termo explorado pelo professor Adilson Moreira (2019) em seu livro homônimo ao termo, no qual o autor alerta que a transmissão de valores culturais também ocorre através das palavras, propagando sentidos negativos, muitas vezes mesmo sem intenção.

Assim como nas declarações de Tereza de Benguela, Moreira (2019) observa que o racismo é frequentemente disfarçado pelo humor, que não se resume a ideias inofensivas ou divertidas, mas representa manifestações culturais que propagam estereótipos e legitimam

práticas racistas. Na escola, assim como em outros espaços da sociedade, expressões racistas são comumente utilizadas, como revela a entrevistada ao afirmar que seus alunos usam termos como “cabelo ruim” e “a coisa está preta”. Essas expressões também configuram microagressões que afetam a autoestima da pessoa negra. Segundo o “Dicionário de expressões (anti)racistas”, lançado em 2021 pela Defensoria Pública do Estado da Bahia (DPE-BA), a expressão “a coisa tá preta” significa que “[...] a fala racista reflete a associação entre preto e uma situação desconfortável, desagradável, perigosa, negativa [...]”. O dicionário propõe, como alternativa, substituir essa expressão por “a situação está complicada/difícil” (DPE-BA, 2021, p. 7). De forma similar, outra expressão racista identificada pela nossa entrevistada em seu cotidiano profissional foi “cabelo ruim”. Segundo o mesmo dicionário, essa expressão associa o que é considerado “ruim” ou “inferior” a características negras. Enfatiza, ainda, que “não existe cabelo ruim, ruim é o preconceito e o racismo”. Por isso, recomenda-se substituir essa expressão por termos como “cabelo cacheado” ou “cabelo crespo.”

Essas e outras expressões racistas do cotidiano devem ser abolidas por meio de um processo de desconstrução, pois são fruto de uma construção racista, ancorada no passado escravagista do Brasil. Sobre esse aspecto, Moreira (2019, p. 34) apresenta o conceito de racismo simbólico, um comportamento que “[...] designa construções culturais que estruturam a forma como minorias raciais são representadas [...]”, de modo que essa representação está baseada na ideia de negros e negras como inferiores. Nessa dimensão simbólica, o racismo é “[...] produto de um processo psicológico e histórico a partir do qual as concepções do outro são construídas e transformadas, movimento responsável pela diferenciação de status cultural entre grupos raciais [...]” (MOREIRA, 2019, p. 34).

Diante disso, fica evidente que se trata de relações de poder, comuns em contextos de violência. No que se refere à questão de gênero, é relevante abordar também a violência simbólica, que se manifesta em diversos espaços. Bourdieu (2005) destaca a importância de falar sobre a violência simbólica sem minimizar os efeitos de outras formas de violência, especialmente a física. Muitas mulheres, mesmo em situação de vítima, sentem-se compelidas a se desculpar por serem violentadas, espancadas, exploradas e submetidas a diferentes tipos de agressão moral e étnica. Devemos, pois, buscar romper com a naturalização das relações de dominação, que são produtos da história e da ação dos homens, mantidas pela violência simbólica e por instituições como a família, a igreja, a escola e o Estado, que colaboram para a preservação dessa ordem.

Saffioti (2004) alerta para o perigo de interpretações que consideram as mulheres cúmplices de seus agressores. A autora enfatiza que elas não dispõem do mesmo poder que os

homens. Apesar dos avanços decorrentes da luta das mulheres ao longo do tempo, elas continuam sendo colocadas à margem da sociedade, desconsideradas como parte do progresso da humanidade e vítimas de diversos tipos de violência.

Para Saffioti (2004), a violência de gênero é um conceito amplo. Trata-se daquela perpetrada tanto por um homem contra outro quanto por uma mulher contra outra pessoa. No entanto, é inegável que, na sociedade patriarcal, ocorre de forma mais naturalizada quando a vítima é a mulher e o agressor é o homem. Esse tipo de violência não ocorre de forma aleatória; mesmo em sua modalidade familiar e doméstica, resulta de uma organização social de gênero que tem no masculino a referência. A violência de gênero pode se apresentar de diferentes maneiras, dependendo do contexto em que ocorre, manifestando-se de forma escalonada: iniciando com agressões verbais, seguindo para agressões físicas e/ou sexuais, chegando até ameaças de morte ou mesmo homicídio (SAFFIOTI, 1992). Na mesma direção, Cunha (2007, p. 137), ao discutir sobre violência e poder na relação conjugal, alerta que o enfrentamento entre os poderes está embasado na existência da liberdade, pois “[...] não há poder sem liberdade e sem possibilidade de revolta, as relações de poder não são e não podem ser relações de constrangimento absoluto, o poder é exercido enquanto os sujeitos são livres [...]”.

Após essa conceituação sobre violência de gênero, é importante apresentarmos o conceito de violência contra a mulher. Para isso, recorremos a Saffioti e Almeida (1995), que conceituam esta forma de violência como aquela que está vinculada à condição feminina. Trata-se, portanto, de uma violação dos direitos humanos e se configura como um grave problema de saúde pública, atingindo o bem-estar físico e emocional. É uma violência presente em todas as sociedades falocêntricas. Por seu turno, a violência doméstica ou familiar, segundo Saffioti (2002), é aquela que ocorre tanto na residência quanto em outros espaços. Ela atinge pessoas que convivem no mesmo domicílio que o agressor, como empregados domésticos, por exemplo. Ressalta-se que esse tipo de violência afeta principalmente mulheres e crianças. O agressor na violência doméstica é, na maioria das vezes, um homem, embora mulheres também possam praticá-la em certos contextos. Isso se deve ao fato de que o poder resulta da interação social, não podendo ser explicado de maneira simplista (SAFFIOTI, 2002).

As estruturas sociais se inscrevem de diversas formas. Na unidade doméstica, por exemplo, a dominação masculina se revela de maneira mais evidente, indiscutível e não se resume à violência física: “[...] o princípio de perpetuação das relações de força materiais e simbólicas que aí se exercem, se coloca, essencialmente, em instâncias como a Igreja, a Escola ou o Estado [...]” (BOURDIEU, 2005, p. 138). Contudo, a realidade das sociedades de passado escravista apresenta características específicas que colaboram para a manutenção das relações

de poder. Isso acontece devido à subalternização do gênero segundo a raça, conforme Carneiro (2019, p. 274).

Em face dessa dupla subvalorização, é válida a afirmação de que o racismo rebaixa o status dos gêneros. Ao fazê-lo, institui como primeiro degrau de equalização social a igualdade intragênero, tendo como parâmetro os padrões de realização social alcançados pelos gêneros racialmente dominantes. Por isso, para as mulheres negras atingirem os mesmos níveis de desigualdades existentes entre homens e mulheres brancos significaria experimentar uma extraordinária mobilidade social, uma vez que os homens negros, na maioria dos indicadores sociais, encontram-se abaixo das mulheres brancas. Nesse sentido, racismo também superlativa os gêneros por meio de privilégios que advêm da exploração e exclusão dos gêneros subalternos.

Na escravidão, um dos mecanismos usados para a manutenção do sistema era a procriação, com objetivo de ampliar a mão de obra escrava. Contudo, apesar de a mulher negra ser indispensável para que isso acontecesse, ela não ocupava um lugar sequer de reconhecimento e cuidado como procriadora. Não se pode dizer que existiu uma condição da mulher escrava; ela era desconsiderada duplamente: em relação à condição do escravo em geral e à condição da mulher em geral (GIACOMINI, 2006).

Destarte, o sistema patriarcal-racista de sexo/gênero demonstra, segundo Saffioti (2004), que, para a manutenção do *status quo*, a violência continua sendo empregada, pois é constitutiva das relações entre homens e mulheres. A presença da violência está fundamentada no racismo e nas desigualdades de classe e nas lógicas patriarcais de gênero, já que a violência não seria necessária em uma sociedade isenta dessas opressões.

A violência contra a mulher negra, além das questões relacionadas ao gênero, apresenta-se como um fenômeno enraizado no racismo estrutural, uma das marcas da história do Brasil. No entanto, não podemos enxergar essa realidade como algo natural. É importante pensar, a partir de uma perspectiva benjaminiana, não apenas o que temos, mas o que poderíamos ter, caso não houvesse as interrupções históricas. No caso do povo negro, podemos questionar: o que seria do povo negro se não fosse a escravidão e as opressões que o marginalizaram? O olhar por meio da memória nos permite ver para além da realidade presente, observando também o que está ausente (LOWY, 2005). Nesse caso, o que poderia ter sido é uma história de valorização da mulher negra e do reconhecimento da contribuição do povo negro na história do Brasil. No entanto, essa possibilidade foi interrompida ou impedida pelas diversas formas de violência infligidas contra homens e mulheres ao longo do tempo.

Lowy (2005, p. 65), em diálogo com Benjamin, ressalta que “[...] a memória vê esse buraco, esse vazio, como parte da realidade e essa visão leva a uma valoração muito distinta da

realidade que chegou a ser até nós [...]”. Portanto, devemos questionar qual a concepção que temos do passado, aquele que privilegia o que pôde ser ou o que não chegou a ser.

Assim, é possível estabelecermos uma aproximação teórica entre os estudos sobre violências e os estudos sobre a questão racial no Brasil, partindo da análise crítica de nossa realidade social e histórico-cultural. Diante disso, é indispensável pensar nas violências do racismo e do sexismo num duplo viés: das violências cotidianas da cultura patriarcal e das violências praticadas contra as mulheres negras ao longo do tempo pelo próprio Estado, como violência estrutural. Tal movimento tem sua particularidade enraizada justamente no peso da herança da escravidão sofrida pelo povo negro e da discriminação que resultou na posição subalterna dessa população, que, articulada às desigualdades de gênero, torna ainda mais subalterna a posição da mulher negra na sociedade. Contudo, o processo de subalternização promovido pelo racismo, que se configura em uma explícita violência estrutural e cultural contra as populações afro-brasileiras, não se deu sem resistência.

Além da busca incessante das militantes do movimento negro pela igualdade entre os gêneros, há a busca pela superação das desigualdades raciais, instituindo no ideário feminista “[...] um imperativo ético e político que reflita os anseios coletivos da luta feminista de representar as necessidades e os interesses do conjunto de mulheres [...]” (CARNEIRO, 2003, p. 121). Sabemos que as mulheres negras continuam sendo empurradas para esse lugar de inferioridade e exclusão. Se tomarmos como base a previsão legal acerca da violência contra as mulheres, a Lei Maria da Penha se constitui em um aparato importante, especialmente por descrever os tipos de violência e prever formas de punição e prevenção da violência doméstica e intrafamiliar. Ao apresentar os tipos de violência, o texto da Lei nº 11.340, de 2006, conhecida como a Lei Maria da Penha, define claramente como violência física qualquer conduta que ofenda a integridade ou saúde corporal da mulher; como violência psicológica, que até então não era reconhecida, a conduta que lhe cause danos emocionais e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação (BRASIL, 2006).

Além dessas, a referida lei conceitua a violência sexual como qualquer conduta que constranja a mulher a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a

utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos. No que concerne à violência patrimonial, reconhecida também só a partir da Lei Maria da Penha, é entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades; e violência moral, como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria (BRASIL, 2006).

Relacionando a trajetória histórica da mulher negra no Brasil com as formas de violência descritas pela Lei Maria da Penha, podemos compreender que, apesar de essa legislação ser recente, as violências sempre fizeram parte do cotidiano das mulheres negras. A travessia do Atlântico, o sequestro, as torturas, a violência sexual cotidiana, as inúmeras tentativas de genocídio empreendidas contra o povo negro – tudo isso foi vivenciado pelas pessoas negras, sobretudo pelas mulheres, tanto na escravidão quanto no período pós-abolição.

Não podemos nos eximir de reconhecer a dimensão de classe neste debate, uma vez que alguns grupos sociais são diretamente afetados por opressões decorrentes da pobreza e da desigualdade social. No entanto, é igualmente importante reconhecer que as opressões de raça e gênero produzem efeitos entrelaçados. Assim, deve-se considerar que um dos aspectos da violência contra a mulher nesse grupo diz respeito à maior vulnerabilidade à violência, não apenas devido às condições de pobreza, mas também ao racismo. Sabemos que um dos fatores que mais pesa no processo de discriminação racial está ligado aos atributos físicos e estéticos, que fazem parte dos valores culturais compartilhados entre pessoas negras.

3.3 Violência estrutural: o papel do Estado e suas instituições na formação das mulheres

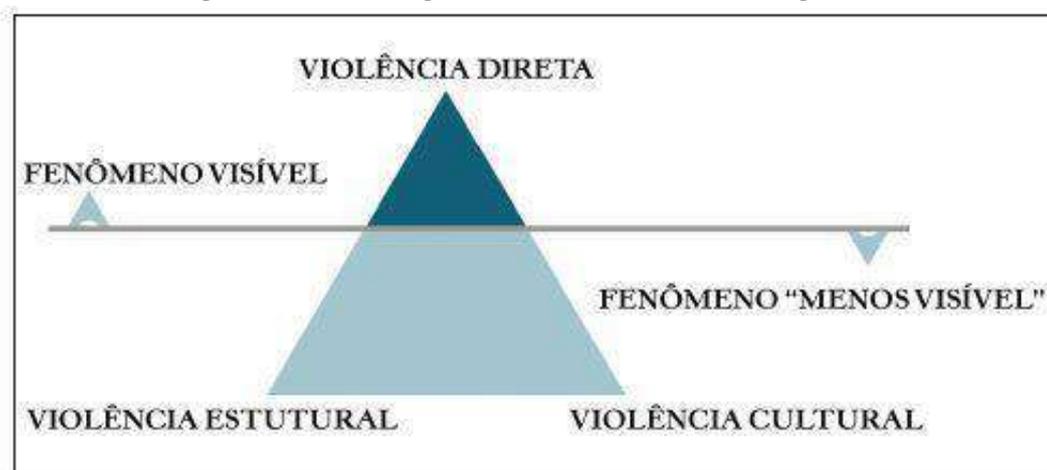
Em seu estudo **Violence, peace, and peace research**, Galtung (1969) distingue a violência em duas formas: ativa e passiva. Na primeira, a violência ativa, é indispensável a presença de um sujeito, um objeto e uma ação. Quanto à segunda, Galtung afirma que ela ocorre muitas vezes de forma velada, sendo impessoal e não necessariamente por meio de agressão física, o que muitas vezes a torna “invisível”. Ainda conforme o autor, é possível encontrarmos três definições para o conceito de violência: direta, estrutural e cultural. Para ele, a violência estrutural é aquela que conforma o conjunto de valores sociais, podendo ser percebida nas diversas circunstâncias que envolvem distribuição desigual de recursos e no atendimento

diferenciado dos serviços públicos e privados, nos quais determinadas pessoas ou grupos têm acesso limitado, dificultado, ou são sumariamente impedidas de acessá-los.

O conceito de violência estrutural foi proposto inicialmente pelo norueguês Johan Galtung, no ano de 1969, durante o contexto das grandes mobilizações internacionais pelos direitos humanos. Cabe ressaltar que a formulação do conceito se deu na tentativa de explicar o anseio geral pela “paz”, definida pelo estudioso como sendo o estado de ausência da violência, entendida de forma extensiva. Portanto, foi a partir da tentativa de definição do que seria a paz que emergiu a noção de violência estrutural.

A fim de exemplificar como a violência é operacionalizada, Galtung (1969) propôs um esquema explicativo, denominado de “triângulo da violência”, no qual encontramos presentes as diversas formas de opressão que organizam uma sociedade. No topo, há a violência direta (mediante o uso da força física e da coerção), sendo caracterizada enquanto um fenômeno visível. Considerado como um fenômeno menos visível ou invisível, existem as violências estruturais e as violências culturais, sendo que o limite que as separariam seria a tênue definição do polissêmico conceito de violência cultural (DURAN, 2021). Na Figura 1, a seguir, é possível encontrarmos uma representação de como se organiza a violência e a proximidade existente entre elas.

Figura 1 – O triângulo da violência de Galtung (1969)



Fonte: Palhares e Schwartz (2015, p. 21).

Como é possível perceber na representação acima, não existe uma linha definida que separaria a violência estrutural da violência cultural, pois ambas ocorrem de forma silenciosa e com base em valores socioculturais que se encontram arraigados no imaginário social. Contudo, mesmo com impactos diretos na vida das pessoas, a violência cultural se expressa no ódio ou

aversão a determinados valores compartilhados pelos grupos étnicos raciais, enquanto a violência estrutural, mesmo tendo como origem o preconceito a determinados grupos, afetam pesadamente a vida dos sujeitos marginalizados e empobrecidos. Ainda segundo Palhares e Schwartz (2015), a ausência de emprego, renda, educação, lazer, alfabetização e assistência médica são exemplos claros de negação de recursos, direitos e serviços nos quais a violência estrutural se reproduz de forma mais evidente.

Em nosso estudo, utilizamos a noção de violência estrutural para analisar os fenômenos do racismo e do sexismo, pois o racismo estrutural, fruto da herança colonial e escravista, continua a vitimar sobretudo a população preta e pobre, sendo as mulheres negras as mais impactadas. No entanto, a própria noção de violência estrutural precisou ser problematizada, uma vez que, como apontam alguns intelectuais, sua mensuração é de difícil definição.

Palhares e Schwartz (2015, p. 21) revelam que a massiva violência direta à qual negros e negras foram submetidos “[...] foi elevada ao máximo grau ao retirar a vida de alguém – infiltra-se na estrutura social e a segmenta, constituindo-se, assim, em uma manifestação de violência estrutural [...]”, gerando, portanto, um efeito que pode ser percebido ainda na atualidade, como veremos mais adiante: “[...] como resultado da escravidão (violência direta), os negros acabaram relegados a posições sociais inferiores, principalmente no mercado de trabalho (violência estrutural) [...]” (PALHARES; SCHWARTZ, 2015, p. 21-22).

Esse tipo de violência, conforme Barroso (2021), ocorre de forma direta ou indireta, estando implícita ou explícita, podendo ocorrer ou não o uso de agressão física, moral ou patrimonial. Segundo a autora, apenas a quantificação de maior ou menor expectativa de vida ou desigualdades não é suficiente para comprovar a existência da violência estrutural. É inegável que a violência estrutural gera desigualdades de oportunidades nas diversas áreas, mas também deve-se levar em conta outros fatores concretos, como a divisão da sociedade em classes, além da conformação das subjetividades, da moral e da cultura (BARROSO, 2021).

De acordo com as ressalvas de Barroso (2021), observamos que a violência estrutural se relaciona diretamente a fatores subjetivos, morais e culturais. Podemos entender o racismo como um sistema estrutural de opressão e violência, no qual são negadas as subjetividades, os valores morais e as diversas expressões culturais de determinados grupos sociais, como exemplificado anteriormente no caso da população negra. Com base nas definições de violência direta, estrutural e cultural, argumentamos que a violência estrutural (institucionalizada) se aproxima da violência cultural (internalizada), gerando a violência direta (visível). Dessa forma, mesmo com diversas tentativas de segmentar o fenômeno da violência, observamos que essas manifestações ocorrem de forma simultânea e interconectada.

Ainda segundo a autora, na conformação da sociabilidade brasileira, além do racismo estrutural, existe a junção entre a exploração econômica – “[...] dominação de uma classe social sobre outra a partir da apropriação do mais-valor ou do trabalho não pago [...]” (BARROSO, 2021, p. 405) – com outras formas de violência estrutural, a exemplo do sexismo (que remete às nossas heranças patriarcais). Logo, no contexto brasileiro, devemos prestar bastante atenção na interação entre capitalismo, patriarcalismo e racismo.

Estes sistemas não funcionam separados, nem se articulam pela simples reprodução da cultura. Possuem base material na imbricação entre exploração/opressão. A consubstancialidade entre essas estruturas caracteriza o atual modelo societário e conseqüentemente fundamenta a violência estrutural que deriva dele. É necessário destacarmos que, apesar de suas raízes fortes e espreiadas em todo o tecido social, essas estruturas não passam sem constrangimentos e tensionamentos oriundos das resistências e lutas. (BARROSO, 2021, p. 405).

Assim sendo, na reprodução da violência estrutural, o conjunto de valores ideológicos age de modo ativo, naturalizando determinadas opressões e agressões que recaem sobre os grupos marginalizados, produzindo e reproduzindo múltiplas formas de violência, presentes tanto nas ações individuais, quanto nas determinações estatais. O grande problema da violência estrutural é que, em muitos casos, ela ocorre de forma silenciosa, pois “[...] age independentemente da existência de um autor específico e claramente identificável [...]” (PALHARES; SCHWARTZ, 2015, p. 19).

Na mesma direção, sobre o caráter de invisibilidade da violência estrutural, Palhares e Schwartz (2015) afiançam que, apesar de se apresentar de forma silenciosa, estática e consolidada, sua existência não pode ser encarada somente como sendo o resultado de um acidente ou da ação de uma força maior que recai sobre os sujeitos, pois a violência estrutural ocorre mediante a ação direta de pessoas ou grupos que detêm poderes (econômicos, políticos, religiosos etc.).

A violência estrutural, entendida como um sistema de opressão, abriga em seu bojo outras formas de opressão, como o racismo, o sexismo e a violência política, nos quais as principais vítimas são as mulheres, que, muitas vezes, são objetificadas sexualmente, discriminadas pelas suas ascendências e alijadas da participação política, seja a partir de sua pequena representatividade na administração pública, seja mediante a coerção na tomada de decisões. Portanto, a violência estrutural, na qual está presente os valores ideológicos do racismo, do sexismo e do capitalismo, atua tanto em nível local (a exemplo da família, da escola, do matrimônio etc.) quanto em nível mais amplo (a exemplo das políticas públicas de

abrangência municipal, estadual ou federal). Desse modo, este tipo de violência não é um fenômeno exclusivo da ação do Estado, pois ela ocorre em diversos níveis da sociedade, inclusive na formação das mulheres, onde a família tem um papel decisivo.

Como temos defendido até aqui, o conceito de interseccionalidade⁷ nos permite compreender como, no exercício do poder, opressões como racismo, sexismo e capitalismo reproduzem estruturas de dominação herdadas do regime colonialista e imperialista, no qual a escravidão moderna, sobretudo africana, era um dos pilares da economia e da cultura tanto dos países colonizadores quanto dos colonizados. Conforme argumenta Akotirene (2019), o termo interseccionalidade, muito mais do que uma ideia, configura-se enquanto um paradigma teórico e metodológico da tradição feminista, não apenas por questionar a ciência moderna como um campo de reprodução do sexismo e do racismo, mas também por ter se tornado um importante instrumento de luta no combate às políticas que representam opressão às mulheres, principalmente as que vivem em situação de vulnerabilidade ou violência. Em suas palavras “[...] a interseccionalidade impede reducionismos da política de identidade [...]” (AKOTIRENE, 2019, p. 35). Aprofundaremos esta discussão na quarta sessão desta tese.

3.4 A família e a formação das mulheres: a Educação como base de orientação da identidade feminina

O lugar do homem e da mulher na sociedade é estabelecido primeiramente no âmbito familiar. Saffioti (1995) ressalta que a sociedade espera que algumas distinções sejam cumpridas por homens e por mulheres. Essas distinções são delimitadas de forma precisa, desde o nascimento dos indivíduos, delimitando os campos sociais e culturais em que cada um pode operar. Essa fronteira se amplia e separa também o espaço público do privado, destinando o primeiro aos homens e o segundo às mulheres.

O papel da família é fundamental no processo de formação do ser mulher. É na família que os valores culturais e morais são impostos sobre o sexo feminino, exigindo-lhes o cumprimento de determinados comportamentos e apresentando-se, muitas vezes, na forma de violência.

A diferença biológica entre os sexos pode funcionar como uma forma natural de justificar as diferenças entre os gêneros. Bourdieu (2005) destaca que o princípio patriarcal

⁷ O conceito de interseccionalidade foi proposto em 1989 por Kimberlé Crenshaw, em seu **artigo Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics**, no qual a pesquisadora apresenta os esboços do conceito que mais adiante se tornaria um dos mais importantes paradigmas do feminismo negro americano.

domina a ordem social, divide a sexualidade e impõe a dominação masculina como algo natural. Logo, a violência se constitui como uma das bases da família patriarcal, que se efetiva nas práticas violentas de subordinação da mulher. Quando se discute violência de gênero, deve-se considerar outros fatores sociais que colocam muitas mulheres em situação de maior vulnerabilidade. Apesar de a violência estar presente nos diversos estratos sociais e atingir mulheres ricas e pobres, não se pode negar os fatores socioeconômicos e raciais.

Antes de tratarmos do processo de formação das mulheres por meio da educação familiar, precisamos conceituar a noção de família, pois, como sabemos, este é um conceito em constante discussão. Conforme argumentaram Faco e Melchiori (2009), a instituição família sofreu, ao longo dos anos, inúmeras alterações, pois, partindo do interesse patrimonial, econômico e de fins meramente reprodutivos, atualmente incluem em seu seio também os vínculos afetivos, que são compartilhados por determinado conjunto de sujeitos.

Na visão de Camargo (2010, p. 25), a família é “[...] um todo que integra um sistema complexo e dinâmico de contextos do viver de indivíduos que estão em constante interação, formando uma organização caracterizada pelas relações de parentesco e, sobretudo de vivência e convivência [...]”. Dessa forma, a família, como a entendemos hoje, caracteriza-se como um grupo que compartilha relações íntimas e afetivas e que continua a influenciar decisivamente na construção identitária de seus membros e da própria comunidade onde encontra-se localizada. Portanto,

[...] Como célula máter da sociedade, a família produz e ao mesmo tempo retém o que é produzido das interações ambientais, sociais, econômicas, culturais, políticas, religiosas, tecnológicas, entre outras. Nesse sentido, o conceito de família e o seu modo de organização, ou se diria de vivência e convivência dos indivíduos que vem se arrastando ao longo dos tempos, tem sido modificado pela presença de novos fatos sociais, quais sejam: os modos de vida, os arranjos diversificados de convivência, os valores, as crenças e os conhecimentos intergeracionais, que são na maioria das vezes, conflitantes. (Carvalho; CAMARGO, 2010, p. 25-26).

Algo bastante pertinente que as pesquisadoras destacam é que, por muito tempo, existiu um modelo hegemônico de organização familiar, baseado nos padrões da heteronormatividade, que vem sendo constantemente relativizado, tanto pela sociedade em geral quanto pelos próprios estudiosos que investigam suas dinâmicas e transformações ao longo dos anos. O modelo de família que persistiu no imaginário popular era patriarcal e hierárquico, uma herança do período colonial brasileiro, quando tudo girava em torno do patriarca. “[...] Contudo, estudos revelam que o modelo de família monoparental é o que melhor retrata as famílias das camadas

populares, hoje em sua grande maioria chefiadas por mulheres [...]” (Carvalho; Camargo, 2010, p. 26).

Quando nos referimos às famílias negras brasileiras, precisamos problematizar o fato de que, por bastante tempo, sobretudo durante o período colonial, lhes foi negado o respeito aos modelos familiares, que, conseqüentemente, implicava na conformação do que se entendia enquanto família. De acordo com Krinert e Consalter (2019), as populações negras não apenas influenciaram na conformação da família, como foram também influenciadas por ela, pois, como sabemos, havia diversos modelos de organização familiar no continente africano que precisaram ser adaptados à realidade da escravidão nas Américas.

Krinert e Consalter (2019, p. 29309-29310) nos ensina:

[...] Pensar numa família negra é pensar num núcleo familiar heterogêneo e diferente do padrão institucionalizado e construído socialmente, de maneira especial, com mulheres mães abandonadas por seus parceiros na maior parte dos casos, exercendo a função de criar e educar seus filhos sozinhas. Em consonância, família pode ser vista como um instrumento que encobre todas as violências, assujeitamentos, fome, desemprego, pobreza e outras mazelas sociais em que muitas vezes é também um ambiente de opressão para alguns corpos específicos. Não há só a marginalização teórica como há na prática também, afinal corpos negros desde sempre foram retirados da cidade (sala) e jogados na favela, subúrbios, periferias (quarto de despejo).

Na mesma direção, o trabalho de Tania Cunha (2001) sobre a mulher chefe de família e o fenômeno da violência demonstra que este está atrelado tanto ao modelo econômico excludente quanto à subordinação da mulher ao homem, sustentada pela estrutura familiar patriarcal, e repercute em diversos âmbitos da vida social, pois “[...] a violência contra o gênero feminino reveste-se de múltiplas formas, assumindo matizes os mais diversos, conforme o ambiente em que ocorre [...]” (CUNHA, 2001, p. 270).

Nessa perspectiva, é importante não perder de vista o protagonismo das mulheres negras na organização e chefia das famílias, especialmente no contexto brasileiro. Contudo, mesmo exercendo esse protagonismo, muitas mulheres ainda enfrentam a violência estrutural, desde a infância até o processo de condução de seus lares. Conforme destacam Krinert e Consalter (2019), a instituição familiar pode abrigar e encobrir uma série de violências e opressões que recaem mais pesadamente sobre as mulheres.

Isso nos remete ao pensamento de Scott, para quem as mudanças nas relações sociais estão sempre atreladas às mudanças nas representações de poder, porém com a possibilidade de seguir direções distintas. No caso do Gênero, fundado nas diferenças entre os sexos, encontramos alguns elementos interrelacionados, a exemplo dos “[...] símbolos culturalmente

disponíveis que evocam representações múltiplas (frequentemente contraditórias) – Eva e Maria, como símbolo da mulher, por exemplo, na tradição ocidental cristã [...]” (SCOTT, 1995, p. 11). No entanto, esses símbolos remetem apenas à mulher branca, vista como pura, casta e sensível. À mulher negra foram destinados outros estereótipos, como citado por Gonzalez (1984): a mulata permitida, a doméstica e a mãe preta, das quais falaremos mais adiante.

Outra questão evidenciada na escravidão é a emasculação dos homens negros, submetidos ao poderio do senhor. hooks (2019) indica que a escravização levou à emasculação social do homem negro, submetido a uma dupla humilhação: o trabalho forçado e a obrigação de realizar também o trabalho considerado feminino, como atividades agrícolas, trabalhos domésticos e comércio de alimentos. Os homens submetidos a esses “trabalhos femininos” eram, portanto, socialmente castrados pela escravidão (HOOKS, 2019).

Igualmente problemática é a questão da maternidade para mulheres negras escravizadas. Collins (2017, p. 108) ressalta que “[...] ao negar às mulheres africanas escravizadas o casamento, a cidadania e até mesmo a humanidade, a escravidão impediu o reconhecimento social da maternidade como ocupação exercida no lar de forma privada [...]” (Collins, 2017 p.108). Isso revela as disparidades de tratamento entre mulheres brancas e negras: enquanto as primeiras tinham seus corpos controlados através da repressão de sua sexualidade, no caso das mulheres negras, o interesse dos escravocratas residia no aumento do número de novos escravizados, o que significava mais força de trabalho a ser explorada (COLLINS, 2017).

Em estudo sobre as desigualdades entre mulheres brancas e negras, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) apontou que existe uma lacuna na formação dessas mulheres em comparação aos homens, mas que a mesma desigualdade persiste entre mulheres negras e brancas. Às mulheres negras faltam incentivos para os estudos e, conseqüentemente, para a qualificação profissional (IPEA, 2020). Entre as principais barreiras enfrentadas estão o acúmulo de trabalho doméstico, a gravidez desassistida e as práticas discriminatórias decorrentes de traços físicos e culturais. Além disso, o relatório apontou também:

[...] a composição de materiais didáticos inadequados; atitudes discriminatórias de profissionais de educação; a própria formação inadequada desses profissionais. Ademais, práticas tradicionais e religiosas, quando produtoras de desigualdades de gênero, são apontadas no contexto escolar e sociais como danosas a uma educação igualitária e de qualidade. (ENGEL, 2020, p. 3).

Todos esses fatores afetam mais intensamente as mulheres negras, configurando indícios de violência estrutural, resultante não apenas das dinâmicas sociais, mas também das

condições familiares. Conforme observado, famílias de jovens negras e negros enfrentam grandes dificuldades para acessar os recursos necessários para que suas filhas e filhos possam estudar. Assim, o trabalho, sobretudo o manual, surge como a principal alternativa para manter as condições mínimas de sobrevivência, o que aprofunda ainda mais o fosso existente entre classes sociais e entre grupos étnico-raciais.

Ainda em relação ao fosso entre mulheres brancas e negras e, de modo específico, à intersecção entre gênero, raça e reprodução, a pesquisa de Souza (2018) alerta que, no campo da saúde reprodutiva, não se deve considerar apenas a condição biológica de mulheres negras e brancas, mas também as questões relacionadas ao poder. É essencial prestar atenção às diferenças historicamente construídas, tanto no âmbito de gênero quanto no racial. A autora propõe um olhar na perspectiva relacional, confrontando subjetividades, para então apontar a possibilidade de um campo de articulação entre raça e gênero “[...] que designaria realidades construídas em contextos sociais comuns e em que comportamentos, atividades e opções, no campo da saúde reprodutiva, configurariam distintos processos de construção social para mulheres negras e brancas [...]” (SOUZAS, 2018, p. 24).

Além da Saúde, é possível afirmar que a ausência das temáticas de gênero e raça na educação brasileira também contribui para a perpetuação de práticas culturais racistas e sexistas. Como sabemos, os ambientes escolar e profissional são importantes *locus* de construção de saberes e identidades, pois é neles que nos deparamos com as diferenças, sobretudo de gênero. Portanto, esses espaços devem ser não apenas locais de construção de identidades, mas também de desconstrução de determinados valores ideológicos que promovem discriminação e submissão.

Para Saffioti (2006), ao longo do tempo, mesmo com uma maior inserção das mulheres no regime formal de ensino, observa-se a perpetuação de diversas práticas de marginalização que acarreta consequências negativas para a qualificação profissional das mulheres. Além disso, segundo a autora, muitas dessas práticas discriminatórias tinham como origem a formação familiar, na qual se iniciava o processo de formação do ser mulher. Ainda de acordo com a pesquisadora:

[...] a base material do patriarcado não foi destruída, não obstante os avanços femininos, quer na área profissional, quer na representação no parlamento brasileiro e demais postos eletivos da arena política. Nem sequer nos países nórdicos, nos quais a representação política das mulheres é incomparavelmente maior, tal base material sofreu fissuras importantes. Se na Roma antiga o patriarca tinha direito de vida e de morte sobre sua mulher, hoje o femicídio é crime capitulado no Código Penal, obviamente com o nome

de homicídio, mas os assassinos gozam de ampla impunidade. Acrescente-se o tradicional menor acesso das mulheres à educação adequada à obtenção de um posto de trabalho prestigioso e bem remunerado. Este fenômeno marginalizou-as de muitas posições no mercado de trabalho. [...] Não se trata de redução de discriminação. Nas imensas camadas sociais pobres, meninas e meninos começam a trabalhar muito cedo. Como as meninas são dirigidas para os trabalhos domésticos, seja em sua própria casa, seja em outra de forma assalariada, seus horários de trabalho são mais compatíveis com os das escolas. (SAFFIOTI, 2006, p. 11-12).

De forma didática, Saffioti (2006) nos mostra que a educação – seu acesso e suas modalidades de ensino – pode ser uma forma de perpetuação do discurso patriarcal, em que meninas são desencorajadas a seguir determinadas profissões consideradas de maior aptidão para os homens, em detrimento de cursos ligados ao cuidado e ao ensino. Embora tenhamos observado mudanças significativas nos últimos anos, com o ingresso e o protagonismo de mulheres cientistas em áreas anteriormente dominadas pelo gênero masculino, os dados do censo do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) mostram que, no ensino superior brasileiro, ainda há uma grande concentração de mulheres, especialmente de baixa renda, em cursos de licenciatura e saúde, enquanto os homens predominam em cursos ligados às tecnologias da informação e ciências exatas aplicadas (INEP, 2021).

Como argumentado por diversos pesquisadores, a educação formal, ao mesmo tempo em que reproduz desigualdades de gênero e perpetua ideologias que colocam as mulheres – especialmente as mulheres negras – em situações de opressão, também é um espaço onde muitas mulheres são capacitadas a identificar comportamentos violentos e reconhecer as violações de seus direitos. Em relação ao acesso à educação por mulheres, conforme Engel (2020), observou-se, nos últimos anos, um aumento expressivo no número de matrículas. Além disso, o crescimento da escolarização infantil foi identificado como um indicativo importante de que a educação das crianças estaria a cargo tanto das famílias quanto do Estado, o que traria benefícios para as mães, especialmente para aquelas que são chefes de família. No entanto, a autora destaca que “[...] pouco se tem debatido o fato de que as meninas negras são menos escolarizadas, fracassam mais e possuem maiores taxas de analfabetismo que homens brancos [...]” (ENGEL, 2020, p. 37).

Engel (2020) aponta como uma das causas dessa disparidade entre mulheres e homens, brancos e negros, a perpetuação de valores ideológicos de racismo e sexismo nas áreas da saúde e da educação. Observa-se, por exemplo, que os homens predominam nas áreas de ciências e tecnologias, e que há também uma grande disparidade no acesso a essas áreas em relação ao

fator racial. Como uma das estratégias para modificar essa realidade, a autora defende a criação de políticas públicas de reparação social baseadas em critérios econômicos, de gênero e raciais. Segundo ela, não basta apenas garantir o ingresso no ensino regular; é essencial também construir condições mínimas de permanência e promoção dessas mulheres, especialmente das mulheres negras, no mercado formal de trabalho, com salários justos e igualitários. Esse avanço certamente teria impacto positivo na redução do fenômeno da violência.

A partir das discussões traçadas até aqui, fica evidente que o ideal de mulher como frágil, dedicada ao lar e impedida de trabalhar é uma visão universalizada de Mulher, mas que corresponde essencialmente ao ideal de mulher branca. As mulheres negras, em contraste, foram socializadas para o trabalho e objetificadas sexualmente. Da mesma forma, o ideal de família, fundamentado no modelo patriarcal, incorpora mais um elemento opressor: o racismo. Assim, as mulheres negras, além de enfrentarem o sexismo, também sofrem com o racismo. Discutir a família no contexto das mulheres negras é desafiador, uma vez que a própria ideia de família é diferente: socializada para servir, a mulher negra cuida de sua prole e de seus patrões, e não está livre da opressão masculina no lar, exercida pelo companheiro.

3.5 Violência estrutural e antinegitude atemporal

Como vimos na primeira seção deste trabalho, todo histórico de exclusão e negação de direitos à população negra ao longo da trajetória do Brasil impossibilitou a ascensão social coletiva de negros e negras. Apesar disso, o processo de resistência, especialmente o das mulheres, fez com que muitas delas quebrassem esse ciclo e tomassem lugares antes inacessíveis.

Alguns pesquisadores têm se dedicado a estudar os desafios enfrentados por negros e negras na busca por ascensão social (Figueiredo; Furtado, 2014; Santana, 2014). Figueiredo e Furtado (2014, p. 132), ao tratar das elites negras, destacam a dificuldade e complexidade de abordar o tema no Brasil, dada a ausência de estudos que explorem essa questão para além dos mecanismos de mobilidade social. Os autores também problematizam o termo “elite”, conceituando-o como “[...] um grupo hegemônico numa determinada sociedade [...]” cuja função é garantir a manutenção das estruturas sociais, com o intuito de preservar o monopólio do poder, tanto político quanto econômico, além de seu próprio prestígio. Portanto, não devemos utilizar o termo “elite” para referir-se a pessoas negras em ascensão social, uma vez que elas não constituem um grupo com poder político e econômico significativo. Ainda segundo os autores, a estrutura da sociedade brasileira, no modelo de pirâmide social, é formada por

uma maioria de pessoas brancas que ocupam o topo; nela, a maioria dos mestiços ocupa as posições intermediárias e os negros compõem a base. Essa ascensão acontece por meio da incorporação de membros do grupo minoritário ao grupo dominante.

Para Santana (2014), a assimetria das relações raciais no Brasil é evidenciada pela reduzida presença de negros e negras em áreas de maior prestígio. Nas últimas décadas, porém, esse grupo tem ocupado espaços de poder, destacando-se algumas características comuns: formação educacional avançada, renda mais elevada e presença majoritária no serviço público. Santana (2014) concluiu que os negros participantes de sua pesquisa resistiram à desigualdade social, migrando de classe em pouco tempo, alcançando uma ascensão social sem precedentes em suas famílias. Ainda assim, esse grupo continua enfrentando, ao longo do tempo, o racismo velado – disfarçado no silêncio, nos gestos, comportamentos, entonações de voz e formas de tratamento. Concluiu também que o enfrentamento ao racismo ocorre por meio de estratégias como o desvelamento, o ignorar ou o superar dessas situações.

Foucault (1979) afirma que, para compreender a questão do poder, é preciso enxergá-lo em sua totalidade, ou seja, na relação entre os parceiros e nas forças que aí se estabelecem. Ressalta-se que o exercício do poder ocorre também mediante a resistência dos sujeitos, pois onde existe poder, há também a possibilidade de resistências e a luta pela liberdade. Contudo, no que se refere à atemporalidade do racismo, este se manifesta de diversas formas, incluindo a imbricada relação entre racismo e sexismo. Devemos atentar para as imagens que foram construídas ao longo de nosso passado colonial e pós-abolicionista. Podemos identificar dois tipos de representações atribuídas pelo sistema patriarcal: para as mulheres brancas, a imagem de fragilidade, emotividade, passividade, fraqueza e submissão; para as mulheres negras, a de animalidade, sujeira, maldade e força. Portanto, não podemos pensar em um tipo universal de mulher, pois a realidade demonstra a existência de tratamentos diferenciados para as mulheres na sociedade brasileira. Dessa forma, constata-se que essa diferenciação no tratamento constitui uma forma de violência com efeitos nefastos sobre a vida das mulheres. Assim, argumentamos que a violência não pode ser vista como um evento casual; ela deve ser considerada um fenômeno com interfaces nas questões sociais, econômicas e psicológicas.

Muitos estudos, como os de Davis (2016) e Gonzalez (1984), demonstram que, especificamente no caso das mulheres negras, a violência se manifesta por meio de aspectos que revelam a intersecção entre classe, gênero e raça. Por isso, é necessário ampliarmos o olhar sobre os dados e considerarmos outros fatores. A esse respeito, Marini (1990) alerta que a violência estrutural é a base de outras formas particulares de violência, compondo, assim, um

estado de violência central e originária. O autor ressalta ainda que a violência estrutural é inerente ao sistema capitalista, uma vez que a desigualdade está na base desse sistema.

Nos países com um passado marcado pela escravidão e colonialismo, como na América Latina, a violência manifesta-se principalmente por meio do racismo, que, como vimos, inicialmente legitimou a exploração por meio do trabalho escravo e, posteriormente, com a exploração da mão de obra (MARINI, 1990). Nesse contexto, Carneiro (2011) destaca que as opressões raciais são a base de muitas violências sofridas por mulheres negras no Brasil. Portanto, para além dos tipos e formas de violência que atingem as mulheres, no caso específico desse grupo, é necessário considerar outras faces desse fenômeno. Uma dessas faces é a violência estrutural. Segundo Cruz Neto e Moreira (1999), para compreendê-la, é essencial evidenciar as estratégias utilizadas pelo Estado, seja na restrição do acesso a direitos básicos que garantiriam uma vida digna à população, seja na perpetuação da violência institucional.

Minayo (2003) define a violência estrutural como aquela gerada por estruturas organizadas e institucionalizadas, naturalizada e oculta nas próprias estruturas sociais. Essa violência se expressa por meio da injustiça e da exploração, conduzindo à opressão dos sujeitos. Cruz Neto e Moreira (1999) afirmam que esse tipo de violência está diretamente relacionada às ineficiências do Estado, que geram desigualdades econômicas, exclusão e vulnerabilidade social, como reflexos das decisões políticas que causam empobrecimento coletivo e precarizam políticas públicas em setores essenciais, como habitação, saúde, alimentação e saneamento básico. Os indicadores sociais revelam que negros e negras são os mais atingidos por essa precarização, e isso não ocorre de forma acidental. No contexto brasileiro, a violência estrutural é resultado das ações do Estado ao longo do tempo, vitimando essa população por meio de diversas estratégias de marginalização, tanto durante o regime escravista quanto no período pós-abolição

A partir disso, podemos conceituar a antinegitude atemporal como a perpetuação do processo de exclusão do povo negro, desde o período colonial até os dias atuais. Esse conceito une a violência estrutural e o racismo estrutural, que vitimizam, de forma ainda mais grave, as mulheres negras. Antinegitude, porque o resgate histórico demonstra que não se trata de uma simples discriminação ou racismo, nem apenas de uma questão de classe; trata-se de um Estado com características antinegras, como apontam alguns estudiosos. A atemporalidade se revela quando percebemos que, apesar das novas configurações sociais, negros e negras continuam ocupando a base da pirâmide social, como evidenciam os indicadores sociais.

Recorremos ao conceito de antinegitude atemporal inspirado nos estudos de Amparo Alves (2021) em sua análise sobre o terror de Estado na cidade de São Paulo. Para o autor, “[...]”

o terror policial não é um sintoma de disfuncionalidade ou do fracasso democrático; pelo contrário, o policiamento antinegro cria as condições de possibilidade para se criar a ‘cidade do homem’ [...], uma formação social antinegra, onde os brancos exercem seus direitos civis [...]”. No caso do Brasil, isso se configura como tentativas de genocídio de um grupo específico. Nas palavras de Amparo Alves (2011), a “morte negra é uma morte produzida”. O movimento negro caracteriza como genocídio todas as políticas de Estado que sistematicamente prejudicam a qualidade de vida da população negra. A resolução de 9 de dezembro de 1948, da Assembleia Geral das Nações Unidas, define genocídio como qualquer ato que visa destruir, matar ou limitar a reprodução física, cultural e social de um determinado grupo étnico-racial ou nacional. A resolução também exemplifica como genocídio as políticas que impõem condições de vida que desfavorecem sistematicamente um grupo em relação a outros. Segundo Alves (2011), trata-se, portanto, de um Estado antinegro.

Com o conceito de antinegitude atemporal, evidenciamos que a atemporalidade está justamente na permanência dessas assimetrias. Se na colônia a desigualdade era explícita na relação senhor-escravo, na atualidade, é explícita nos indicadores sociais, que, no campo da saúde, educação, habitação, acesso a terras, renda, encarceramento, as mulheres negras ocupam os piores lugares. A memória do passado, dessa maneira, se confunde com o presente. No regime escravista, as mulheres negras escravizadas eram consideradas seres de nível social inferior por serem mulheres, por serem negras e também por serem escravizadas. Elas reuniam todos os elementos favoráveis às explorações, tanto econômica quanto sexual. A escravidão foi institucionalizada sob caráter patriarcal, e os papéis eram definidos levando em conta a cor, o gênero e a classe dos indivíduos. De modo geral, as mulheres eram controladas para garantir a permanência da herança na família, no entanto, as mulheres negras tidas como inferiores tinham a fertilidade controlada sob a justificativa da manutenção e continuidade da mão de obra escrava (GIACOMINI, 1988 *apud* SILVA, 2010).

Vítimas da imbricação das violências de gênero e raça, as mulheres negras escravizadas, assim como os homens negros, eram vistas apenas como objetos rentáveis. O que as diferenciava eram as demais formas de violência, como a violência sexual, que, segundo Carneiro (2011, p. 11), “[...] é, também, o ‘cimento’ de todas as hierarquias de gênero e raça presentes em nossas sociedades [...]”. No cenário brasileiro atual, a violência estrutural se manifesta nas diversas áreas. Contudo, a questão agrária encontra-se na base das desigualdades e seus desdobramentos continuam presentes.

3.6 Violência estrutural e a questão fundiária como herança da escravidão

Relacionando esses dados com a histórica exclusão do acesso à terra, especialmente com a Lei de Terras (Lei nº 601/1850), observa-se como esse processo contribuiu para a desigualdade enfrentada pela população negra nesse campo. Destaca-se também a luta camponesa, sobretudo das comunidades quilombolas, fruto de revoltas, rebeliões e da luta pelo direito à terra e à liberdade, uma vez que o Estado brasileiro elaborou diversas estratégias para impedir que ex-escravizados e seus descendentes tivessem acesso à propriedade da terra. Promulgada em 1850, a referida lei constitui um marco nesse processo de restrição da posse de terra, transformando-a em mercadoria. A Lei de Terras dispunha sobre as terras devolutas do Brasil Império e estabelecia regulamentações para terras doadas por sesmarias e outras formas de doação e posse. Antecipando o cenário da abolição, a lei excluía a maior parte dos brasileiros – especialmente os escravizados nascidos no Brasil ou trazidos da África — do acesso à propriedade da terra (MARTINS, 2012).

Observamos que a negação do direito à terra, somada à escravidão, aprofundou as desigualdades sociais e raciais. No entanto, sempre houve resistências diante desse cenário. O marco da luta do povo negro pela terra e pela liberdade é o próprio processo de quilombamento. Dentre os inúmeros quilombos, o de Palmares foi o que mais resistiu. Ele era formado por 11 quilombos menores e reunia milhares de pessoas, incluindo africanos, afro-brasileiros, europeus, euro-brasileiros, indígenas, além de árabes, muçulmanos e judeus. Relatos indicam que o quilombo existiu de 1597 até 1707, quando foi considerado destruído. O quilombo de Palmares tornou-se um dos maiores símbolos da resistência negra, e Zumbi, seu líder, é hoje considerado um herói nacional, embora, por muito tempo, tenha sido visto como um dos principais inimigos da colônia. Apesar de invisibilizadas na história, existem muitas evidências da presença de mulheres na luta contra o sistema racista, inclusive em posições de comando nas comunidades quilombolas, como as líderes Aqualtune, Acotirene, Mariana Crioula, entre outras (WERNECK, 2010).

A desigualdade social, portanto, está intimamente relacionada à questão da concentração de terras, que, por sua vez, está ligada ao poder econômico e político. Embora essa realidade seja comum em toda a América Latina, dados do Movimento dos Pequenos Agricultores (2022) revelam que o Brasil apresenta o pior índice de distribuição de terras no mundo: 50% das áreas produtivas estão nas mãos de apenas 1% dos proprietários. Especificamente sobre a concentração de terras por cor/raça, o Censo Agropecuário de 2017 expôs a extensão dessa disparidade. Em propriedades de até 5 hectares, 32,40% dos

estabelecimentos agropecuários estão concentrados nas mãos de pessoas brancas, enquanto 65% pertencem a pessoas pretas ou pardas. No entanto, conforme aumenta o tamanho da propriedade, a concentração nas mãos de pessoas brancas também aumenta: terras de 1.000 a 10.000 hectares são 74,70% de propriedade de brancos e 23,80% de propriedade de negros ou pardos. No caso de propriedades com mais de 10.000 hectares, 79% pertencem a proprietários brancos, enquanto 18,90% pertencem a proprietários pretos ou pardos (IBGE, 2017).

Além da questão fundiária, o acesso desigual à Educação também aprofunda as desigualdades no Brasil, como veremos adiante.

3.7 Violência estrutural e as desigualdades educacionais como herança da escravidão

Além da exclusão no acesso à terra, que ainda marca a realidade do povo negro, como demonstrado nos dados anteriores, a desigualdade no acesso à educação também é uma das expressões da violência estrutural e é parte da ideologia do branqueamento, que por muito tempo perdurou enquanto política pública de modernização nacional e hoje faz parte do imaginário social, preservada na memória de diversos grupos da sociedade brasileira.

Por meio do Decreto nº 1331, complementar à Constituição de 1824, o Estado brasileiro determinou o processo de exclusão do povo negro do acesso à educação, ao proclamar que “[...] não serão admitidas a matrícula, nem poderão frequentar as escolas os meninos que padecerem moléstias contagiosas, os que não tiverem sido vacinados, e os escravos [...]” (BRASIL, 1824). A proibição perdurou até o ano de 1889, mas as consequências podem ser vistas até os dias atuais. E todos os avanços no âmbito educacional dos negros e negras se deram pela luta do movimento negro e dos movimentos sociais para derrubar as barreiras impostas historicamente aos negros e negras.

Após esse decreto e ao longo da história do Brasil, ocorreram alguns avanços, mas até chegar a esse ponto foi necessário um longo processo. Santos *et al.* (2013) citam a antropóloga Irene Maria Ferreira Barbosa, da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, que retrata a história dos registros de escolarização dos negros no Brasil. Segundo a pesquisadora, um exemplo desse processo foi a escola do Professor Antônio Cesarino, em Campinas, no interior de São Paulo, que esteve em funcionamento de 1860 a 1876. Ela relata que o professor Cesarino era filho de um escravo alforriado que vendeu sua tropa de mulas para financiar os estudos do filho. Cesarino estudou em uma escola destinada a brancos, onde se formou e, posteriormente, passou a dar aulas. Mais tarde, ele fundou uma escola para meninas brancas,

que pagavam mensalidades, e, no período noturno, oferecia aulas gratuitas para mulheres negras (SANTOS *et al.*, 2013).

Além dessa iniciativa, a partir do Decreto n° 7031 de 06 de setembro de 1878, que impedia mulheres de se matricularem, a Educação ficou restrita ao sexo masculino, às pessoas maiores de 14 anos e principalmente a livres ou libertos, em boas condições de saúde e vacinados, ou seja, a uma pequena parcela da população.

A imprensa negra também contribuiu para a luta pela educação, atuando como uma opção de educação informal. O surgimento da imprensa negra abriu caminho para a criação do Movimento Negro Unificado (MNU), fundado em 1978, que lutou por políticas públicas de inclusão, como as cotas universitárias e as cotas em concursos públicos, além de fortalecer e ampliar a formação docente voltada para a valorização da cultura negra, impulsionando a criação de legislações nesse sentido. Após essas conquistas, outras se deram, também no âmbito educacional, a exemplo do que ocorreu em 1987 com a Convenção Nacional do Negro pela Constituinte, na qual foram direcionados aos membros da Assembleia Nacional Constituinte várias reivindicações, a exemplo da obrigatoriedade do ensino de história da África e do negro no Brasil em todos os níveis da educação.

Em 1995, a luta pela inclusão de negras e negros na educação assumiu outro viés, voltado para a reescrita da história. Esse marco foi estabelecido com a Marcha Zumbi dos Palmares, que denunciou a exclusão presente na educação brasileira e reivindicou a revisão curricular. Gomes (2012) destaca que o Movimento Negro foi central para mudanças das políticas educacionais, especialmente com a implementação da Lei n° 10.639, de 2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.

Verificamos, assim, que os avanços no campo da legislação e das políticas públicas foram importantes e podem contribuir para a ascensão da população negra na sociedade; contudo, esses avanços ocorreram tardiamente e ainda são insuficientes para reparar mais de um século de exclusão.

As lutas se localizam em diversos campos: no âmbito do acesso à universidade, na implantação das cotas raciais, nos concursos públicos e com a Lei n° 10.639/2003. Ainda no campo das políticas educacionais, há também as lutas pela permanência, por meio da implantação da política de assistência estudantil. Portanto, essas lutas se efetivam tanto na defesa do acesso quanto na da permanência. A respeito do acesso por meio das ações afirmativas, Munanga (2006) apresenta uma reflexão sobre o viés compensatório que elas conotam: discutir as relações étnico-raciais implica refletir sobre as desigualdades históricas que marcam a trajetória do povo negro no Brasil. As desigualdades são cumulativas e podem

ser entendidas como um legado da nossa herança escravocrata. Um aspecto importante dessa “herança maldita”, por assim dizer, são as desvantagens cumulativas dos negros e negras. Para o autor, a implementação das cotas no Brasil é uma reparação das discriminações, exclusões e racismos sofridos pelos afrodescendentes.

Dados do **Dossiê Mulheres Negras**, de 2013, com base no Censo do IBGE de 2010, comprovam a histórica situação de desvantagem das mulheres negras em relação à educação e à qualificação profissional. De acordo com a taxa bruta de escolarização no ensino superior, por cor/raça e sexo (1998 e 2008), observa-se uma variação: a porcentagem de mulheres negras no ensino superior passou de pouco mais de 5% em 1998 para 20% em 2008. No entanto, ao comparar esse percentual com o de mulheres brancas (de cerca de 18% em 1998 para 40% em 2008) e homens brancos (de 15% em 1998 para cerca de 31% em 2008), a taxa de escolarização das mulheres negras permanece inferior, refletindo a persistência das desigualdades educacionais no Brasil. Portanto, no campo educacional, a violência estrutural se efetiva pela exclusão. O Censo da Educação Superior, realizado anualmente pelo Inep, é o instrumento de pesquisa mais completo do Brasil sobre as Instituições de Ensino Superior (IES), e, com base nele, podemos constatar os resultados danosos da violência estrutural que recaem sobre a população afro-brasileira.

Assim, no Brasil, a educação constitui-se como um instrumento efetivo e seguro de ascensão social. Por isso, o controle e a distribuição das oportunidades educacionais se instituem a partir de uma ordem social racialmente hierárquica. O privilégio das classes dominantes, no que concerne às oportunidades educacionais, gerou um fenômeno imbricado, a saber: a exclusão dos negros e a ascensão social dos brancos, mantendo intocáveis as estruturas, perpetuando o embranquecimento do poder e da renda (CARNEIRO, 2005).

Uma das medidas de reparação que tem aumentado a presença de negros no ensino superior é o sistema de cotas raciais, uma ação afirmativa que destina aos negros uma reserva de vagas. O argumento de quem é contrário a essa ação afirmativa é o de que se deve manter o sistema universalizante; no entanto, essa universalização desconsidera grupos com histórico de desigualdades e representa uma igualdade puramente formal, que, na realidade concreta, age como um sistema de desigualdade (CARNEIRO, 2011). Esse tipo de argumento se firma no mito da democracia racial e esconde as desigualdades resultantes da imbricação entre pobreza e questão racial no Brasil, pois a exclusão do negro dos altos níveis de escolarização o afasta dos melhores empregos e o coloca no subemprego (CARNEIRO, 2011).

Segundo dados do Ipea, no projeto de pesquisa “Retrato das desigualdades de gênero e raça”, realizado em parceria com a ONU Mulheres, a Secretaria de Políticas para as Mulheres

(SPM) e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), em 2009, a taxa de escolarização das mulheres no ensino superior era de 16,6%, enquanto a dos homens era de 12,2%. Entre as mulheres brancas, a taxa de escolarização no ensino superior era de 23,8%, enquanto, entre as mulheres negras, era de apenas 9,9%. As políticas de expansão das universidades, como o Programa Universidade Para Todos (Prouni), as ações afirmativas e outras políticas têm contribuído para avanços nessa área; no entanto, as desigualdades raciais que determinam e limitam as trajetórias de jovens negras e negros continuam a explicar a discrepância dos dados (IPEA, 2011).

Aqaltune, uma das entrevistadas da nossa pesquisa, usufruiu das políticas de expansão e ações afirmativas para o ingresso na universidade:

[...] Eu entrei na universidade pelo Prouni e cotas raciais, eu me sentia deslocada, eu tinha que manter 70 por cento de nota boa, manter o rendimento para manter a bolsa, eu sofria preconceito por ser cotista, volta e meia minha tutora tentava mediar o conflito. A minha turma era majoritariamente branca. Todos com trabalhos fixos, enquanto eu precisava trabalhar e estudar. (Aqaltune, 29 anos, Assistente Social, Especialista).

O depoimento de Aqaltune demonstra a questão do deslocamento da pessoa negra, ou seja, mesmo ingressando na universidade, ela continuou sofrendo as consequências da desigualdade, pois precisava conciliar trabalho e estudo, além de manter boas notas. Isso mostra a naturalização dos lugares de poder.

Como Mulher negra, nossa entrevistada faz parte desse grupo que, segundo dados do Censo do Ensino Superior de 2019, tem maior dificuldade de concluir a graduação. Entre as pessoas que concluíram o ensino superior, 27% eram mulheres brancas; 21%, mulheres negras; 18%, homens brancos, e 14%, homens negros. A porcentagem de mulheres negras que concluíram o ensino superior é apenas um ponto percentual menor do que as que ingressaram naquele ano. Mas, ao observar a proporção apenas entre mulheres, a desigualdade racial se revela de forma mais evidente: mulheres negras representaram 35% das que se formaram, enquanto as mulheres brancas eram 45%.

O Ipea (2019) revelou que a vulnerabilidade das mulheres negras ao desemprego é 50% maior em comparação às mulheres brancas e ainda maior em comparação aos homens. A cada um ponto percentual a mais na taxa de desemprego, as mulheres negras sofrem, em média, aumento de um ponto e meio percentual. Outro dado relevante da pesquisa “Retratos das desigualdades por gênero e raça”, referente aos anos de 1995 a 2015, mostra que a população feminina em situação de trabalho ilegal, entre 10 e 15 anos, era predominantemente composta

por crianças e adolescentes negras. Em 2015, do total de 51.080 meninas trabalhando ilegalmente, 16.648 eram brancas e 34.432 eram negras, evidenciando a massiva presença da população afro-brasileira no trabalho infantil ilegal. Da mesma forma, entre mulheres em condições ilegais de trabalho, na faixa etária de 45 a 59 anos, 803.664 eram brancas e 1.243.886 eram negras, dentro de uma população total de 2.047.550 mulheres.

Esses dados revelam ainda que, apesar de o rendimento das mulheres negras ter sido o que mais cresceu entre 1995 e 2015 (80%) e o dos homens brancos o que menos aumentou (11%), a hierarquia de remuneração permaneceu inalterada ao longo da série histórica: homens brancos têm os melhores rendimentos, seguidos por mulheres brancas, homens negros e, por último, mulheres negras. A diferença na taxa de desocupação entre os sexos também é digna de nota: em 2015, a taxa de desocupação feminina era de 11,6%, enquanto entre homens brancos era de 7,8%. No caso das mulheres negras, a taxa atingiu 13,3%, e para homens negros, 8,5%.

Portanto, nota-se que a confluência do racismo e do sexismo contribui para a perpetuação de outras formas de violências, expressas nas condições de vida e desigualdades sociais, especialmente com relação à qualificação educacional e profissional. Além das múltiplas violências praticadas pelo Estado, não podemos deixar de considerar o ciclo de dominação que recai sobre as mulheres pobres, que, ao sofrerem agressões, se resignam às opressões, muitas vezes por não dispor de redes de proteção e apoio que deveriam existir tanto no seio da família quanto nas instâncias de poder do Estado.

3.8 Violência estrutural e violência contra mulher como herança da escravidão

Muitas pesquisadoras empenham esforços para compreender o fenômeno da violência contra a mulher. A pesquisa de Cunha (2007), por exemplo, elucida que muitas mulheres permanecem com os parceiros violentos devido à dependência emocional, fenômeno que perpassa a questão de classe, haja vista que, mesmo pertencentes à classe média e alta, não estão livres de sofrer violência doméstica. Cunha (2007, p. 169) alerta que a questão da violência contra as mulheres “[...] não pode mais ser compreendida por uma ótica simples, direta, isto é, numa perspectiva que busca uma causa única ou uma só origem [...]”. Os estudos que se propõem a analisar tal temática devem partir do pressuposto de que a violência pode estar associada a outros fenômenos, portanto, interseccionais.

Mesmo com legislações como a Lei nº 11.340/06 (Lei Maria da Penha) e a Lei nº 13.104/15 (Lei do Feminicídio), esse tipo de violência ainda persiste em níveis alarmantes na sociedade atual. O **Atlas da Violência** de 2018, publicado pelo Ipea, ao analisar dados de

violência entre 2006 e 2016, indicou um aumento de 6,4% no número de mulheres assassinadas no país em 2016. A taxa de homicídios de mulheres negras era significativamente maior que a de mulheres não negras – 5,3 e 3,1, respectivamente –, uma diferença de 71%. Segundo o “Atlas da Violência” de 2021, os negros representaram 76% das vítimas de homicídios em 2019, sendo a chance de uma pessoa negra ser assassinada 2,6 vezes maior do que a de uma pessoa não negra. Os dados revelam ainda que, em relação à taxa de homicídios, o número de negros mortos subiu 1,6%, enquanto as mortes de não negros apresentaram uma queda de 33%. Estes dados demonstram que a permanência das desigualdades e as feridas da escravidão permanecem abertas. A intersecção entre as opressões racistas e sexistas provocam um crescimento da violência contra a mulher negra, enquanto a violência em relação às mulheres brancas vem apresentando regressão.

De modo mais específico, os dados sobre a violência contra as mulheres são também alarmantes. Entre os anos de 2009 e 2019, foram assassinadas 50.056 mulheres no país. Em 2019, no Brasil, 3.737 mulheres foram assassinadas, sendo 66% negras. O risco de uma mulher negra ser vítima de homicídio em 2019 foi 1,7 maior do que o de uma mulher não negra ser assassinada. Assim, fica evidente o estado de exceção permanente da população negra, desde a escravidão até os dias atuais. A taxa de homicídios de mulheres negras é de 4,1 a cada 100 mil habitantes, enquanto essa taxa é de 2,5 para as mulheres não negras (CERQUEIRA *et al.*, 2021).

Em pesquisa mais recente, publicada em 2022 pela Rede de Observatórios da Segurança, que teve como base os índices violência contra as mulheres em 2021, constatou-se que a Bahia é o quarto estado brasileiro com o maior número de casos de feminicídio. Segundo esse levantamento, em grande parte dos crimes, a cor das vítimas não é informada; contudo, nos casos em que são informados, 50,7% delas são negras, 48,6% são brancas e 0,7% são indígenas. Todavia, é possível que o número de vítimas negras seja ainda maior, pois dados anteriores demonstraram que, do total de vítimas assassinadas pela polícia militar em 2019, no estado da Bahia, 96,9% eram negros e negras – sendo considerado o estado brasileiro mais letal para os negros e negras na região Nordeste, fruto das ações policiais. Outro levantamento de 2019 mostrou que, do total de 396 mulheres assassinadas na Bahia (decorrente de brigas, término de um relacionamento, ciúmes, crime de ódio, feminicídio, lgtbfobia, estupro, ação policial, latrocínio etc.), 92% eram negras.

Embora mulheres de todas as classes sociais, raças e etnias sejam vítimas de violência, os dados indicam uma maior incidência de vitimização entre mulheres negras, o que exige reflexões sobre as assimetrias raciais diretamente associadas às violências estruturais que permeiam a sociedade brasileira. No Brasil, as mulheres negras ocupam os piores indicadores

sociais, enquanto capitalismo, racismo e patriarcado se articulam formando o que Saffioti (1987; 2004) descreve como um “nó” ou “novelo”. Assim como um novelo é um emaranhado de fios entrelaçados, Saffioti utiliza essa metáfora para ilustrar o sistema de dominação tripartido, no qual patriarcado, racismo e capitalismo se entrelaçam. Esse “nó” refere-se, segundo a autora, às contradições e tensões que sustentam essa estrutura de opressão. Em suas palavras:

[...] A imagem do nó não consiste em mera metáfora; é também uma metáfora. Há uma estrutura de poder que unifica as três ordens – de gênero, de raça/etnia e de classe social – embora as análises tendam a separá-las. Aliás, o prejuízo científico e político não advém da separação para fins analíticos, mas sim, da ausência do caminho inverso: a síntese. Como já se mostrou, o patriarcado, com a cultura especial que gera e sua correspondente estrutura de poder, penetrou em todas as esferas da vida social, não correspondendo, há muito tempo, ao suporte material da economia de oikos (doméstica). De outra parte, o capitalismo também mercantilizou todas as relações sociais, nelas incluídas as chamadas específicas de gênero, linguagem aqui considerada inadequada. Da mesma forma, a raça/etnia, com tudo que implica em termos de discriminação e, por conseguinte, estrutura de poder, imprimiu sua marca no corpo social por inteiro. A análise das relações de gênero não pode, assim, prescindir, de um lado, da análise das demais contradições, e, de outro, da recomposição da totalidade de acordo com a posição que, nesta nova realidade, ocupam as três contradições sociais básicas. (SAFFIOTI, 2006, p. 28).

É imprescindível, pois, uma análise que dê conta das várias opressões que atingem as mulheres negras, haja vista que isso se dá nos diversos campos. Um dos aspectos a ser analisado é a questão da precarização da saúde das mulheres negras, pois interfere diretamente nas condições de vida e de sobrevivência, conforme veremos a seguir.

3.9 Violência estrutural e precarização da saúde como herança da escravidão

Além das dificuldades relacionadas ao acesso à moradia, educação e qualificação profissional, a violência estrutural também se manifesta na saúde pública. Os dados revelam, mais uma vez, indícios de uma violência estrutural que incide de maneira desproporcional sobre os corpos negros.

O campo da saúde é um dos que mais exemplifica a exclusão, como se observa na dificuldade de acesso a tratamentos para doenças que afetam predominantemente a população negra, como a anemia falciforme. De acordo com Werneck (2002), essa condição genética de origem africana foi trazida ao Brasil com escravizados. Durante muito tempo, prevaleceu o

silêncio em torno dessa enfermidade, sem dados precisos sobre o número de portadores do gene ou de pessoas que desenvolveram a doença no Brasil. Estima-se que entre 6% e 10% da população negra brasileira possua o gene da anemia falciforme (WERNECK, 2002).

A visibilidade sobre essa doença e a necessidade de acompanhamento se deram mediante a campanha do movimento negro, do movimento das mulheres negras e de ativistas como Berenice Kikuchi, Fátima Oliveira e Benedita da Silva. Diante disso, o Ministério da Saúde (MS) criou, em 1996, o Programa de Anemia Falciforme (PAF), com diretrizes e orientações para combate e controle da doença. Com isso, as organizações negras criaram uma das primeiras políticas públicas de atenção à saúde da população negra no Brasil (WERNECK, 2002).

Ao longo da história, torna-se evidente a criação de mecanismos de poder para o controle da sexualidade e dos direitos reprodutivos, especialmente no caso das mulheres negras. A situação desse grupo é marcada por uma realidade específica quando se trata do controle da natalidade. Na década de 1990, o Brasil registrou altos índices de esterilização, incidindo majoritariamente sobre mulheres negras, pobres e nordestinas, o que evidencia mais uma vez a violência estrutural direcionada a esse grupo. Na época, as campanhas de controle da natalidade justificavam-se pela necessidade de reduzir o crescimento populacional, porém, na prática, contribuíram para a construção de um imaginário social que associa a maternidade de mulheres pobres aos interesses pelos benefícios e programas sociais destinados a corrigir a histórica marginalização e pobreza. Esse movimento eugenista sustentava a adoção de práticas extraoficiais de esterilização de mulheres, em sua maioria negras, indígenas e pobres. Para tanto, utilizava-se a cirurgia de esterilização, apesar de ser um procedimento caro e sofisticado em comparação a métodos anticoncepcionais mais acessíveis, como a camisinha, a pílula ou outros métodos contraceptivos.

Jurema Werneck, uma das criadoras da ONG Crioula, liderou a campanha cujo *slogan* era “Esterilização: do controle da natalidade ao genocídio do povo negro” e denunciou, juntamente com ONG’s, como o Geledés Instituto da Mulher Negra, nos anos 1990, essa política eugenista. Além disso, outras teóricas também denunciam essa questão. Tania Cunha, no prefácio do livro de autoria de Raquel Souza (2019), afirma:

[...] os movimentos feministas e de mulheres, bem como os estudos acadêmicos vêm politizando temas como contracepção, aborto, violência e outros ligados à saúde reprodutiva, trazendo consigo a noção de autonomia feminina e a necessidade da criação de políticas públicas para garantia dos direitos das mulheres e o combate à violência praticada contra elas no campo das relações afetivo-conjugais.

Outro tipo de violência cometida pelo Estado é a criminalização do aborto. A Pesquisa Nacional de Aborto (PNA), de 2016, é uma referência para dados estatísticos relacionados ao aborto no Brasil, abrangendo uma amostra de mulheres entre 18 e 39 anos de idade. Nela, cerca de 4,7 milhões de mulheres relataram já ter praticado o aborto pelo menos uma vez na vida. Somente em 2015, o número estimado foi de aproximadamente 503 mil procedimentos. Em relação às características das mulheres que realizaram abortos, os dados apontam que a prática é mais frequente entre as mulheres pobres, mas também se revela comum a diferentes estratos sociais: são mulheres de todas as idades, casadas ou não, mães, de todas as religiões, inclusive sem religião, de todos os níveis educacionais, trabalhadoras ou não, de todas as classes sociais, grupos raciais, regiões do país, e em municípios de diferentes tamanhos (DINIZ; MEDEIRO; MADEIRO, 2017). As taxas de realização do aborto são diferentes em cada grupo, são maiores entre mulheres nas regiões Norte/Centro-Oeste e Nordeste, com escolaridade até quarta série/quinto ano, do que com nível superior frequentado, renda familiar total mais baixa, de até um salário-mínimo. Destaca-se, no quesito cor/raça, que as maiores taxas são de mulheres amarelas, pretas, pardas e indígenas (de 13% a 25%) do que entre brancas (9%) (DINIZ; MEDEIRO; MADEIRO, 2017).

Essa criminalização, portanto, pode ser pensada como reprodução da violência, uma vez que demonstra o controle sobre os corpos femininos. Com relação às mulheres negras, é ainda mais evidente e pode ser pensada como uma continuidade da violência praticada no passado colonial. O controle dos corpos das mulheres negras sempre existiu seja para reprodução desenfreada da mão de obra escrava, seja, posteriormente, com a política de esterilização em massa, com intuito de branquear o país, seja com as recentes políticas de criminalização do aborto (DINIZ; MEDEIRO; MADEIRO, 2017).

Essa violência de gênero está diretamente relacionada ao poder do Estado. Tanto no âmbito privado quanto no público o poder coloca os sujeitos em lugares definidos, ou seja, aquele que manda e aquele que obedece:

[...] Do Estado à família, do príncipe ao pai, do tribunal à quinquilharia das punições cotidianas, das instâncias da dominação social às estruturas constitutivas do próprio sujeito, encontrar-se-ia, em escalas diferentes apenas, uma forma geral de poder. Essa forma é o direito, com o jogo entre o lícito e o ilícito, a transgressão e o castigo. Que se lhe empreste a forma do príncipe que formula o direito, do pai que proíbe, do censor que faz calar, do mestre que diz a lei, de qualquer modo se esquematiza o poder sob uma forma jurídica e se definem seus efeitos como obediência. Em face de um poder, que é a lei, o sujeito que é constituído como sujeito – que é sujeitado – é aquele que obedece. (FOUCAULT, 2003, p. 82).

Michel Foucault desmistificou o papel do Estado, que deixou de almejar o bem comum e passou a atuar como regulador dos interesses individuais, mostrando sua força punitiva, como no caso da criminalização do aborto. Nessa mesma linha, Souza (2019) chama a atenção para as formas de precarização da saúde da mulher negra na atualidade e os fatores que contribuem para a falta de acesso à saúde adequada para essas mulheres. Segundo a autora:

[...] a ingerência de vários aspectos, a citar, a ausência de serviços de saúde adequados às necessidades da população, condições materiais de existência, ausência de instrumentos pessoais que viabilizem uma mudança no acesso a bens e serviços de saúde, que possibilitem um maior cuidado para a saúde reprodutiva das mulheres, resultantes da produção estrutural que ocupam em nossa sociedade, levam a uma maior vulnerabilidade e agravos à saúde, especificamente à saúde reprodutiva e à violência. Abortos inseguros, misturados à desinformação e à má qualidade na atenção à saúde materializam-se num quadro de violência. (SOUZAS, 2019, p. 132).

São muitos os fatores que interferem nas condições de saúde das mulheres, especialmente aqueles relacionados às questões estruturais. Por isso, é relevante aprofundar as discussões considerando também as dimensões de raça e gênero.

3.10 O Estado racial patriarcal e a experiência das mulheres negras: a mulher negra, “a última da fila depois de ninguém”

Saffioti (1997), ao analisar as relações de poder entre mulheres e homens, comparou essa dinâmica à organização de um galinheiro. A chamada “ordem das bicadas” funciona da seguinte forma: em cada galinheiro, há um galo e várias galinhas. O galo possui mais poder que as galinhas. A autora exemplifica com um galinheiro composto por dez galinhas e um galo. Nesse caso, o galo tem domínio sexual sobre todas as galinhas e também pode bicar qualquer uma delas. A galinha número 1 é bicada pelo galo, mas tem o direito de bicar todas as demais. A galinha número 2 é bicada pelo galo e pela galinha número 1, mas pode bicar as outras, e assim sucessivamente. Na ordem hierárquica das bicadas, a última galinha, ou seja, a de número 10, não pode bicar nenhuma outra; ela é bicada tanto pelo galo quanto pelas nove galinhas anteriores, sendo, portanto, a mais vulnerável. As galinhas de 1 a 9 possuem diferentes parcelas de poder, mas a galinha número 10 é completamente desprovida de poder.

Ao fazer uma analogia com a organização hierárquica da sociedade, especificamente no contexto brasileiro, Saffioti (1997) observou a existência de uma “ordem das bicadas”, com a seguinte hierarquia: homem branco, mulher branca, homem negro e, por último, mulher negra. A autora destaca que essa organização é sustentada por três principais gramáticas de

hierarquização: gênero, raça/etnia e classe social. No Brasil, persistimos em conviver com a herança de uma estrutura social marcada por uma ordem machista e racista.

Os dados da realidade revelam que, apesar da suposta “liberdade”, discriminação, racismo, desigualdade e pobreza continuam a vitimar negros e negras em todo o Brasil. Uma breve análise da evolução das condições de vida de pessoas negras e brancas nas últimas décadas evidencia a cristalização das desigualdades étnico-raciais, mesmo com alguns avanços observados. Assim, em relação à questão da violência contra mulheres negras, permanece vivo, na memória de homens e mulheres, o reflexo de um racismo estrutural. Como, então, pensar a questão dos direitos humanos se, historicamente, a categoria “humano” foi negada aos negros e negras? Essa negação tem como fundamento o racismo, configurado, segundo Flauzina (2008), como uma doutrina, ideologia ou sistema que sustenta a superioridade de um grupo, caracterizado por suas particularidades fenotípicas ou culturais, para subjugar o outro, tido como inferior.

Na mesma linha de pensamento, Almeida (2019) apresenta três concepções de racismo: individual, institucional e estrutural. Na concepção individualista, o racismo é visto como algo anormal, patológico e irracional, e deve ser combatido por meio da judicialização, com penas para os racistas. Contudo, essa perspectiva foca apenas nas ações individuais, desconsiderando aspectos mais amplos, como as instituições e a sociedade. A concepção institucional, por sua vez, avança ao lançar o olhar além dos comportamentos individuais, considerando o funcionamento das instituições e como elas geram privilégios e desvantagens para determinados grupos com base na questão racial. Já a concepção estrutural, mais abrangente e adequada à realidade brasileira, compreende o racismo como algo intrínseco à estrutura social. Nessa perspectiva, não se trata de uma anormalidade ou patologia, pois “[...] comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção [...]” (ALMEIDA, 2019, p. 50). Portanto, com base na concepção estrutural, entendemos os impactos do racismo nos diversos campos, como a política e a economia, entre outros. Nesse sentido, fica claro que a simples punição de comportamentos individuais e de instituições não é suficiente para resolver a questão.

Especificamente nas análises sobre a situação das mulheres negras, hooks (2019), Gonzalez (1984) e Davis (2016) destacam que a mulher negra escravizada sofria uma opressão e violência peculiares. No contexto de terror da escravidão, sua condição era ainda mais desumana. hooks (2020) aponta que o campo que melhor evidencia as diferenças de *status* entre homens e mulheres escravizados é o do trabalho, uma vez que o homem negro foi explorado prioritariamente em atividades pesadas. A mulher negra, por sua vez, era submetida à

exploração em múltiplas esferas: no trabalho agrícola, nas tarefas domésticas, na reprodução, e também como objeto sexual do homem branco. Além disso, as mulheres africanas escravizadas suportavam a violência e o terror em grau ainda mais acentuado, pois estavam mais expostas e propensas a trabalhos em ambientes internos, como as casas das famílias brancas, onde sua vulnerabilidade era ampliada.

No Brasil, o estupro colonial, perpetrado pelos senhores brancos contra as mulheres negras e indígenas, é um dos pilares do mito da democracia racial. Esse comportamento é justificado com base no discurso de que existiu um ato sexual consensual, mas como pensar em consenso se estamos falando de uma relação de senhor-escravo? O papel da mulher negra na formação da cultura nacional é rejeitado, e é exaltada a ideia de dominação. A violência contra a mulher é romantizada. Por isso, não é possível romper com os efeitos perversos do passado escravista sem romper com o sexismo e o racismo (GONZALEZ, 1984; CARNEIRO, 2011).

Esses discursos, evidenciados em imagens de controle, atuam como formas de interdição, nas quais a mulata não pode falar, pois é reduzida a um corpo hipersexualizado, e a Mãe preta é associada à subserviência e ao trabalho doméstico. Diante disso, torna-se cada vez mais urgente o enfrentamento dos efeitos da ideologia machista sobre a população negra, pois tanto o machismo quanto o racismo sustentam a subalternidade de grande parte das pessoas negras, especialmente das mulheres. Dessa combinação, surgem as diferenças de tratamento e oportunidades entre homens e mulheres negras (CARNEIRO, 2019).

Tomando de empréstimo as palavras de Santos (2016, p. 12), “[...] o motor da desigualdade racial brasileira está no presente e não no passado escravista [...]”, ou seja, lançando nosso olhar ao passado, podemos entender os mecanismos utilizados pelo Estado brasileiro para garantir a marginalização do povo negro, mas é no presente que o projeto colonial se reatualiza e garante a manutenção dessas desigualdades.

Apesar de todo histórico, de todos os aspectos da violência estrutural e dos eixos de subordinação que atingem de forma mais severa as mulheres negras, estas resistem e desafiam as regras impostas. Mesmo como minoria, elas ocupam, cada vez mais, os espaços economicamente privilegiados. No entanto, ocupar esses espaços não as protege do racismo e do sexismo, tendo em vista que as mulheres negras, ainda que com nível elevado de educação, residindo em bairros renomados, são tidas como objeto de desejo ou hipersexualizadas (Gonzalez, 1983). Dessa forma, o fato de ter acesso a espaços privilegiados e à renda não garante que elas não sofram racismo. A maior parte dos negros que gozam desses privilégios fica, por vezes, “fora do lugar”, pois, apesar do acesso a esses espaços, a raça continua sendo um fator de interdição (SCHUCMAN, 2012, p. 97).

O racismo se manifesta de diversas maneiras, como no mito da democracia racial, que, conforme discutido na primeira seção deste trabalho, sustenta a ideia de uma convivência harmônica entre os grupos raciais no Brasil. Essa construção tem inúmeras repercussões, especialmente ao reforçar estereótipos sobre as mulheres negras, afetando a autoestima e fomentando um sentimento de não pertencimento. Esse impacto é ilustrado pelo relato de uma das participantes da nossa pesquisa, Tereza de Benguela:

[...] Eu era muito ridicularizada na escola por conta do cabelo, né? Era chamada de cabelo de todo bicho, cabelo de Bombril, eu era assim muito, muito feinha, meu cabelo era bem crespo, e aí eu tinha vários apelidos na escola (Tereza de Benguela, 47 anos, Pedagoga, Mestra).

Tereza de Benguela revela sofrimento diante do racismo sofrido. O cabelo é um dos principais atributos estigmatizantes, de forte apelo, sobre o corpo da mulher negra e sobre o qual são direcionados muitos episódios de racismo. Kilomba (2019, p. 56) alerta que “[...] no racismo, corpos negros são construídos como corpos impróprios, como corpos que estão ‘fora do lugar’ e, por essa razão, corpos que não podem pertencer [...]”.

A fala da entrevistada evidencia como, por meio de apelidos depreciativos direcionados à estética natural, os aparelhos ideológicos do Estado reproduzem um sistema que inferioriza a mulher negra. Esse processo é particularmente impactante na vida da criança negra, que, apesar dos esforços das mães para protegê-las, não consegue escapar do estigma associado aos apelidos pejorativos no ambiente escolar. Expressões como “ninho de guacho”, “cabelo Bombril” e “cabelo duro” são utilizadas para descrever o cabelo crespo, sendo vistos como representações de uma suposta inferioridade natural da mulher negra (GOMES, 2002, p. 45). A violência simbólica, assim, se manifesta através desses apelidos pejorativos, que visam a desqualificação do negro ao negar a legitimidade de sua estética natural.

Como uma busca por aceitação, muitas mulheres negras utilizam diversas estratégias para se distanciar do considerado feio, a fim de que possam ser integradas, como afirma a mesma entrevistada:

[...] Sofria muito por conta do cabelo, quando eu pude, eu alisei o cabelo. Foi um ingrediente principal do racismo. Mesmo eu não tendo consciência de que era o racismo, eu consigo lembrar do povo cantando aquela música de Luiz Caldas, Nega do cabelo duro. Quando cantava aquela música, menina do céu, era um sofrimento muito grande, uma dor muito grande que eu sentia, eu tentava sorrir, mas era um sorriso justamente pra estar inserida num grupo. (Tereza de Benguela, entrevista, 2023).

Nessa dinâmica de dominação imposta pela inferiorização da estética negra, o alisamento dos cabelos passa a assumir uma conotação de violência simbólica contra a autoestima da mulher negra, conforme preceitua hooks (2005, p. 8), “[...] a realidade é que o cabelo alisado está vinculado historicamente e atualmente a um sistema de dominação racial que é inculcada nas pessoas negras, e especialmente nas mulheres negras de que não somos aceitas como somos porque não somos belas [...]”. Assim, percebemos nas falas das entrevistadas o que Kilomba (2019, 2019, p. 78) conceitua como racismo cotidiano:

[...] refere-se a todo vocabulário, discursos, imagens, gestos, ações e olhares que colocam o sujeito negro e as pessoas de cor não só como Outra/o-a diferença contra a qual o sujeito branco é medido - mas também como Outridade, isto é, como a personificação dos aspectos reprimidos na sociedade branca [...].

Fica evidente a dor, ou “trauma colonial”. A entrevistada relata que, somente após longo processo de se enxergar como mulher negra, após ingressar na universidade pública, deixou de alisar os cabelos e assumiu a forma natural. O processo de aceitação e enfrentamento ao assumir os cabelos crespos nos remete ao *Black Power*, movimento que simboliza resistência dos negros e negras, ressignificando o que era considerado feio para um símbolo de resistência, força e beleza. A mobilidade individual de alguns negros comprova o processo de resistência ao mito da democracia racial. Contudo, com base nesse mesmo mito, muitos estereótipos são atribuídos às mulheres negras que ascenderam socialmente, igualmente, a mobilidade coletiva continua sendo controlada, já que esse grupo é tido como descartável (CARNEIRO, 1995).

A violência é, portanto, um fenômeno que sempre atingiu mulheres negras desde o período colonial até os dias atuais, de diferentes formas: por meio do estupro, torturas, submissão, entre outras. Outra forma de manifestação dessas violências se deu com as imagens de controle e com os estereótipos criados para se referir à mulher negra. Conforme Kilomba (2019, p. 192), “[...] a ideia da supermulher de pele escura, aprisiona a mulher negra numa imagem idealizada que não nos permite manifestar as profundas feridas do racismo [...]”.

Apesar do projeto patriarcal e racista colaborarem para os índices de desigualdades que colocam as mulheres negras na base da pirâmide social, elas, cada vez mais, têm acessado espaços antes destinados a uma minoria, como altos cargos em empresas, chefias etc. Um caminho importante para isso se dá com o ingresso na educação superior, como vimos. As pesquisas têm revelado que um dos principais mecanismos de melhoria das condições de vida dos negros e negras tem sido por meio da Educação. O acesso aos níveis mais elevados do ensino possibilita uma diminuição das desigualdades, com melhor acesso ao mercado de

consumo, aos bens culturais e ao capital intelectual (FIGUEIREDO; FURTADO, 2014; SANTANA, 2014).

Ao enfatizar as trajetórias dessas mulheres, nossa intenção não é promover a ideia de meritocracia, tampouco invisibilizar a importância das lutas coletivas, pois é unicamente por meio delas que se podem conquistar melhores condições para todas e todos. Como nos lembra Carneiro (1995), nenhuma história de mobilidade social individual é capaz de apagar a trajetória de um povo que foi escravizado e sistematicamente impedido de usufruir de seus direitos fundamentais.

Nesta seção, ficou evidente que a violência estrutural promovida pelo Estado brasileiro, desde o período colonial, impacta profundamente as condições de vida das mulheres negras. Os indicadores sociais revelam uma realidade de acesso precarizado a recursos essenciais, como terra, educação, saúde e infraestrutura básica, entre outros. Ao analisar esses índices, constatamos o caráter interligado dessas violações, em especial no que concerne à intersecção entre violência estrutural, racismo e sexismo, que, juntos, perpetuam a marginalização de mulheres negras e reforçam barreiras significativas.

Na próxima seção, discutimos sobre as contribuições do pensamento feminista negro para compreensão das desigualdades a partir da interseccionalidade. Para tanto, apresentamos um histórico do feminismo negro em nível mundial e nacional, discutindo alguns conceitos importantes como: Interseccionalidade, Colorismo, Imagens de Controle, Ascensão e Empoderamento.

4 O PENSAMENTO FEMINISTA NEGRO E AS OPRESSÕES INTERSECCIONAIS

A noite não adormece nos olhos das mulheres

A noite não adormece
nos olhos das mulheres
a lua fêmea, semelhante nossa,
em vigília atenta vigia
a nossa memória.

A noite não adormece
nos olhos das mulheres,
há mais olhos que sono
onde lágrimas suspensas
virgulam o lapso
de nossas molhadas lembranças.

A noite não adormece
nos olhos das mulheres
vaginas abertas
retêm e expulsam a vida
donde Ainás, Nzingas, Ngambeles
e outras meninas luas
afastam delas e de nós
os nossos cálices de lágrimas.

A noite não adormecerá
jamaís nos olhos das fêmeas
pois do nosso sangue-mulher
de nosso líquido lembradiço
em cada gota que jorra
um fio invisível e tônico
pacientemente cose a rede
de nossa milenar resistência.

Conceição Evaristo (2008)

O pensamento feminista negro é uma abordagem que contribui para a compreensão da história das mulheres negras ao longo do tempo. Tal perspectiva surgiu da necessidade de reconhecer e enfrentar as múltiplas formas de opressão e discriminação, considerando que raça, gênero e outras dimensões atingem, de modo mais severo, as mulheres negras. Nesta seção, recuperamos momentos históricos do movimento feminista negro, com ênfase na sua trajetória para a criação de um pensamento feminista negro. Abordaremos algumas pautas específicas e alguns conceitos-chave do feminismo negro: Interseccionalidade, Imagens de Controle, Ascensão, Empoderamento e Colorismo.

O feminismo negro nasceu da necessidade de uma resposta à exclusão das pautas específicas das mulheres negras dentro do movimento feminista tradicional. Portanto, trata-se de uma abordagem teórica e prática que tem por objetivo denunciar e combater as opressões e discriminações vivenciadas pelas mulheres negras, considerando que a intersecção entre raça, gênero e classe social contribui para a criação de sistemas opressivos (COLLINS, 2019; HOOKS, 2000). O conceito de opressão a que nos referimos é aquele formulado por Collins (2019, p. 33), segundo o qual “[...] descreve qualquer situação injusta em que, sistematicamente e por um longo período, um grupo nega a outro grupo o acesso aos recursos da sociedade [...]”. Às mulheres negras, como vimos nas seções anteriores, foram negados inúmeros direitos ao longo do tempo.

No Brasil, a busca por uma epistemologia das mulheres negras e periféricas ganhou maior visibilidade durante o período da ditadura militar. Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento e Sueli Carneiro estão entre as intelectuais que se destacaram nesse contexto, enfatizando a importância de a Academia reconhecer e valorizar o conhecimento produzido por essas mulheres. Tal reconhecimento é essencial para contribuir com a construção de estratégias que enfrentem e transformem as desigualdades sociais, como destacado por Hilário (2019).

É imprescindível revisitar as razões que fundamentaram a criação do pensamento feminista negro para compreender os principais temas que compõem essa agenda. Teóricas como Angela Davis (2016), Patrícia Hill Collins (2019), Sueli Carneiro (2015) e Lélia Gonzalez (1983) destacam que uma das principais motivações para o surgimento desse movimento foi a omissão histórica em relação às mulheres negras. Durante muito tempo, as mulheres foram tratadas como um grupo homogêneo e universal, desconsiderando-se as especificidades de raça, classe e contexto histórico que marcam as suas trajetórias. Nesse sentido, o esforço em inserir as pautas raciais no debate feminista ou, como enfatiza Carneiro (2015), o desafio de “enegrecer o feminismo”, constitui um dos eixos centrais do pensamento feminista negro, voltado à construção de uma luta que seja verdadeiramente inclusiva e interseccional.

Do mesmo modo, a partir de alguns questionamentos de Collins (2019, p. 47) a respeito da realidade das mulheres negras, podemos perceber que essa visão de uma imagem única de Mulher não representa todas as demandas das mulheres na sociedade:

[...] se as mulheres são supostamente passivas e frágeis, por que as mulheres negras são tratadas como “mulas” e designadas para tarefas pesadas de limpeza? se as boas mães devem ficar em casa com os filhos e as filhas, por que as estadunidenses negras assistidas por políticas sociais são forçadas a trabalhar e a deixá-los em creche? Se a maternidade é a principal vocação das

mulheres, por que as mães adolescentes negras são pressionadas a usar contraceptivos [...].

Apesar de a autora analisar o contexto das mulheres negras estadunidenses, os questionamentos acima contemplam igualmente a realidade desse grupo no Brasil. As mulheres negras produziram um pensamento social que se opõe à ideia de universalidade. A esse respeito, Collins (2019) ressalta que as teorias sociais desenvolvidas por mulheres provenientes de diferentes grupos sociais não emergem de um vácuo imaginativo, mas são resultado do esforço dessas mulheres para compreender e enfrentar as experiências vividas sob as opressões interseccionais relacionadas a raça, classe, gênero, sexualidade, etnia, nacionalidade e religião. Tais opressões são diversas, pois estão inseridas em contextos marcados pelo racismo, sexismo e outras discriminações e opressões. Nesse sentido, essas mulheres que compunham tanto o movimento feminista quanto o movimento negro passaram a organizar a produção do conhecimento a respeito de pautas específicas. Para tanto, buscaram a autodefinição como uma estratégia de resistência às imagens de controle negativas a respeito da mulher negra.

Nesse processo, há uma dupla exclusão: as questões de raça e suas dificuldades eram associadas apenas aos homens negros, enquanto as questões de gênero estavam limitadas às mulheres brancas. As vivências das mulheres negras, portanto, ficavam à margem tanto nas pautas feministas quanto nas pautas raciais, levando-as a experimentar o não lugar (Davis, 2016; Collins, 2019; Kilomba, 2019). Em **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**, Kilomba (2019) denuncia que as mulheres negras são frequentemente incluídas em discursos que falham em interpretar suas realidades. A autora questiona a posição crítica ocupada por essas mulheres na teoria: “[...] um debate sobre racismo no qual o sujeito é o homem negro; um discurso genderizado no qual o sujeito é a mulher branca; e um discurso de classe no qual ‘raça’ não tem nem lugar [...]” (KILOMBA, 2019, p. 97).

Além de difundir o conhecimento sobre as condições de vida e denunciar as opressões enfrentadas pelas mulheres negras, o feminismo negro promove o desenvolvimento do empoderamento dessas mulheres a partir de suas próprias vozes e dos lugares que ocupam. O propósito maior do feminismo negro vai além da resistência individual, sendo voltado para um projeto mais amplo que Collins (2019) define como justiça social e que Davis (2016) interpreta como a transformação das estruturas sociais. Nesse movimento, muitas intelectuais negras contribuíram e continuam contribuindo para a consolidação desse pensamento, tanto no Brasil quanto no exterior. Destacam-se, no contexto brasileiro, Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez e Neusa Santos Souza, e, em âmbito internacional, influentes figuras como Audre Lorde, bell

hooks, Kimberlé Crenshaw e Angela Davis, entre outras, que continuam a contribuir para a consolidação do feminismo negro.

Collins (2019, p. 55), em consonância com essas teóricas, afirma que o pensamento feminista negro apresenta um “[...] ponto de vista feminino negro multifacetado [...]”, portanto, não homogêneo, já que não se pode falar em homogeneidade nesse pensamento, pois ele surge de um ponto de vista das mulheres negras como grupo, mas também tem o objetivo de articular as diversas experiências dessas mulheres no encontro com as opressões interseccionais que elas sofrem. Fala-se, então, em uma composição heterogênea.

No Brasil, o feminismo negro ganha força e visibilidade a partir da década de 1970, com o Movimento de Mulheres Negras (MMN), que denuncia a ausência de uma abordagem interseccional tanto nos movimentos feministas quanto no movimento negro. A partir dos anos 1980, esse debate começa a ocupar maior espaço na academia, contribuindo para a consolidação teórica do pensamento feminista negro no país. Entretanto, como ressalta Werneck (2010), essas lutas não são recentes. Líderes como Aqualtune, Acotirene, Mariana Crioula e outras mulheres que atuaram nos quilombos durante o período colonial já promoviam enfrentamentos tanto ao racismo quanto ao sexismo. Essas figuras históricas evidenciam que a resistência das mulheres negras no Brasil é um processo antigo, marcado pela busca constante por justiça e igualdade em contextos profundamente opressores.

O “Manifesto Combahee River Collective” é um marco fundamental do feminismo negro, elaborado em 1977 por um coletivo de ativistas afro-americanas que lançaram uma importante declaração política para o movimento. Nomeado em homenagem ao rio Combahee, na Carolina do Sul – onde Harriet Tubman liderou uma operação militar que libertou mais de 750 pessoas escravizadas durante a Guerra Civil Americana –, o documento destaca a interconexão entre raça, gênero, classe e sexualidade na opressão experimentada pelas mulheres negras e a importância de reconhecer as especificidades das experiências das mulheres negras e rejeitar a marginalização e a invisibilidade que essas mulheres enfrentavam no movimento feminista mainstream (Pereira, 2019). Além de abordar temas centrais como a violência racial e sexual, o sexismo e a heterossexualidade compulsória, o documento enfatiza a necessidade de uma política coletiva de resistência. O Coletivo Combahee River propôs um feminismo que enfrentasse as opressões interligadas, oferecendo uma crítica ao feminismo branco dominante, que frequentemente invisibilizava as necessidades das mulheres negras. Barbara Smith, uma das líderes do manifesto, é reconhecida por seu papel central nesse movimento e continua a ser uma teórica influente, especialmente em relação à interseccionalidade, contribuindo para expandir e enriquecer o campo do feminismo negro (SMITH, 1983; PEREIRA, 2019).

Inspiradas por essas pautas, as organizações de mulheres negras no Brasil começaram, a partir da década de 1980, a atuar de maneira mais sistemática, buscando enegrecer a agenda do movimento feminista, ao mesmo tempo em que “sexualizavam” a agenda do movimento negro. Com isso, as mulheres negras se afirmaram como sujeitos políticos, reivindicando o reconhecimento das diferenças e desigualdades dentro desses grupos. Inicialmente, formaram-se coletivos de mulheres negras dentro dos movimentos negros e feministas. Com o tempo, esses grupos ganharam autonomia, e ao final da década de 1980, o movimento já se organizava de forma independente. Um dos primeiros grupos autônomos foi o Nzinga – Coletivo de Mulheres, fundado no Rio de Janeiro em 1983 (RODRIGUES, 2006; CARNEIRO, 2003).

Semelhantemente ao que ocorreu no contexto estadunidense, o movimento feminista no Brasil adotou, em grande parte, a ideia da mulher como um sujeito universal, ignorando as especificidades vividas por diferentes grupos de mulheres. Esse posicionamento resultou no silêncio das feministas brancas diante das opressões que interseccionavam raça e gênero, deixando as mulheres negras em uma posição de invisibilidade dentro do movimento (BAIROS, 1995; ROLAND, 2000; CARNEIRO, 2003). Diante da exclusão de suas demandas, que eram tratadas de forma secundária ou sem a devida atenção, as ativistas negras dedicaram-se a consolidar um movimento autônomo. Este movimento buscava pautar as lutas a partir da interseccionalidade entre gênero, raça e classe, enfrentando as múltiplas camadas de opressão que estruturam a sociedade brasileira (BAIROS, 1995; CARNEIRO, 2003).

Destacamos, então, alguns momentos marcantes do movimento de mulheres negras no Brasil: em 1987, durante o IX Encontro Nacional Feminista, realizado em Garanhuns, Pernambuco, as ativistas negras decidiram pela criação de um movimento autônomo. Esse passo levou à organização do I Encontro Nacional de Mulheres Negras, ocorrido em 1988, em Valença, no Rio de Janeiro. Nesse evento, destacou-se a construção de uma agenda específica para as mulheres negras e a denúncia da ausência de políticas públicas voltadas à população negra (Ribeiro, 1995). O II Encontro Nacional de Mulheres Negras aconteceu em Salvador, Bahia, em 1991, centrando os debates nas questões de organização, estratégias e perspectivas do Movimento de Mulheres Negras. Na década de 1990, o feminismo negro ganhou maior visibilidade em espaços de alcance global, como nas Conferências Mundiais da ONU. Entre elas, destacam-se a participação coletiva na Conferência de Beijing, marcada pela Marcha das Mulheres Negras, e na Conferência de Durban, que foram momentos significativos para fortalecer as pautas do movimento em âmbito internacional (Rodrigues; Prado, 2010). Ainda nessa última década, dois eventos significativos marcaram o fortalecimento do feminismo negro no Brasil: em 1990, foi criado o Instituto da Mulher Negra Geledés, uma das primeiras

organizações com foco na promoção dos direitos das mulheres negras. Já em 1997, realizou-se a Conferência Nacional de Mulheres Negras, um marco de mobilização e articulação política.

Nos anos 2000, o movimento feminista negro passou por mudanças significativas, especialmente durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), em nível federal. Esse período foi caracterizado por uma ampliação do diálogo entre movimentos sociais e instâncias do Estado. Movimentos como o movimento negro e o de mulheres ganharam maior protagonismo, com representantes ocupando cargos estratégicos no governo, participando ativamente da formulação e gestão de políticas públicas com recorte racial e de gênero. Entre essas iniciativas, destaca-se a criação da Seppir, em março de 2003. Esse órgão foi liderado, em momentos distintos, por importantes figuras do movimento de mulheres negras: Matilde Ribeiro, Luiza Bairros e Nilma Gomes, todas elas com trajetórias de luta pela igualdade racial e de gênero (RODRIGUES; FREITAS, 2021).

Na atualidade, o pensamento feminista negro continua fiel ao objetivo inicial de denunciar as mazelas sociais e as desigualdades, bem como contribuir para a justiça social. Em 2015, é realizada a Marcha das Mulheres Negras, em Brasília, marcada por protestos contra o racismo, a violência e a discriminação. Uma das pautas históricas é a questão do acesso aos espaços de poder. As pesquisas, na perspectiva do feminismo negro, revelam que tem aumentado essa presença, seja como docentes nas universidades, seja nos espaços de decisões como no sistema de justiça (PINTO, 2007; MOREIRA, 2013; OLIVEIRA, 2009; LIRA, 2020). Essa trajetória evidencia que a luta das mulheres negras tem conquistado avanços significativos ao longo do tempo, ao mesmo tempo em que novas batalhas continuam a ser travadas. Um exemplo recente é a mobilização global ocorrida entre 2020 e 2023, marcada por intensas denúncias contra o racismo estrutural e a violência policial. Nesse período, o fortalecimento do Movimento *Black Lives Matter*, nascido nos Estados Unidos, alcançou grande repercussão e foi amplamente disseminado em várias partes do mundo.

Destacamos também os retrocessos, no que se refere às políticas de inclusão na atualidade, especialmente nos anos do governo Jair Bolsonaro (2019-2022), marcado por destituição da Seppir, por exemplo, e pela ausência de mulheres negras no seu governo. O pensamento feminista negro continuou a denunciar essas mazelas também nos espaços acadêmicos. Machado (2019) chama atenção para a questão do Fundamentalismo Religioso no Governo Bolsonaro e as implicações de um governo sexista para as mulheres. Kyrillos e Simioni (2022) denuncia as desigualdades de raça e gênero na política do governo Bolsonaro; enquanto Cutrim e Sefair (2019) dá ênfase à necropolítica e ao neoliberalismo no governo bolsonarista, destacando que as maiores vítimas são as mulheres negras.

Apesar disso, as mulheres negras continuaram a ocupar espaços importantes em áreas como a política e o ativismo, sempre pautando a necessidade de incluir e pensar questões raciais, de gênero e outras formas de opressão nas agendas públicas. Nos últimos anos, destaca-se uma nova forma de militância: o ativismo digital e a educação *online*, que têm se mostrado ferramentas poderosas tanto para a disseminação de informações relevantes quanto para a denúncia de opressões e violências. Exemplos desse engajamento são os canais no YouTube, que atraem milhares de seguidores, e as redes sociais, que proporcionam alcance nacional e amplificam vozes que antes eram invisibilizadas. Esse movimento é analisado na pesquisa “Enegrecendo as redes: o ativismo de mulheres negras no espaço virtual”, realizada por Malta e Oliveira (2016), que demonstra como o espaço virtual tem se tornado uma importante arena de luta, contribuindo para a visibilidade das pautas das mulheres negras e o fortalecimento de suas reivindicações.

Outra estratégia utilizada pelo movimento de mulheres negras tem sido a organização por meio de coletivos para denunciar e pressionar o Estado para a formulação de políticas públicas específicas, a exemplo de coletivos de advogadas para orientação e defesa de mulheres negras vítimas de violência e racismo.

4.1 A interseccionalidade como ferramenta teórica no feminismo negro

A interseccionalidade constitui uma ferramenta teórica e metodológica central no feminismo negro, amplamente utilizada para compreender as múltiplas formas de opressão enfrentadas por mulheres negras. O conceito segundo a jurista estadunidense Kimberlé Crenshaw (1991). Ele busca evidenciar as sobreposições entre diferentes sistemas de opressão, especialmente no contexto das exclusões vivenciadas pelas mulheres negras, como no mercado de trabalho e nas experiências de violência interseccional. O feminismo negro, que discorda das epistemologias universalistas e essencialistas, encontra na interseccionalidade um arcabouço para revelar as especificidades das experiências dessas mulheres. Crenshaw (1991) enfatiza que a análise feminista deve considerar as interseções entre diversas dimensões identitárias – como raça, gênero, classe social, sexualidade, habilidade, entre outras – para se alcançar uma compreensão mais abrangente das opressões.

Hirata (2014), ao citar Crenshaw, apresenta um caso emblemático que ilustra como a interseccionalidade opera na prática, especialmente no contexto de discriminações múltiplas. Trata-se de uma querela judicial envolvendo mulheres afro-americanas e a General Motors

(GM), que evidenciou a forma como as opressões de gênero e raça se cruzam, colocando as mulheres negras em uma posição particularmente vulnerável:

[...] O tribunal desagregou e recusou a acusação de discriminação racial e de gênero por parte de mulheres afro-americanas afirmando que a GM recruta afro-americanos para trabalhar no chão de fábrica e que também recruta mulheres. O problema sublinhado por Crenshaw é que ‘os afro-americanos recrutados pela GM não eram mulheres e que as mulheres que a GM recrutava não eram negras. Assim, embora a GM recrutasse negros e mulheres, ela não recrutava mulheres negras’ [...]. (HIRATA, 2014, p. 64).

Essas experiências só podem ser plenamente compreendidas quando se considera como a interseção entre racismo e sexismo impacta a vida dessas mulheres, moldando dimensões estruturais, políticas e representacionais que resultam em diversas formas de violência e as posicionam na base da sociedade. Nesse sentido, a persistência das opressões interseccionais – envolvendo raça, classe, gênero, sexualidade, nacionalidade, entre outras – reforça a necessidade de resistência e luta contínua, fundamentadas nos saberes e práticas do feminismo negro.

Para Crenshaw (1991), as experiências das mulheres negras não podem ser compreendidas isoladamente como resultado exclusivo do sexismo ou do racismo, mas são moldadas pela interação de ambos, além de outros sistemas de opressão. A autora sublinha a necessidade de políticas e abordagens que contemplem essas múltiplas intersecções, reconhecendo a diversidade das vivências femininas. Dessa forma, propõe um combate às opressões que vá além das abordagens unidimensionais, promovendo uma inclusão mais abrangente e efetiva. De maneira semelhante, Collins (2009) aborda as intersecções entre raça, gênero e classe social, destacando como essas dimensões interagem para moldar as experiências e desafios enfrentados pelas mulheres negras. A autora analisa as formas de resistência e empoderamento desenvolvidas por essas mulheres, sempre a partir de uma perspectiva interseccional. Nesse contexto, Collins (2019, p. 64) denuncia o uso de uma retórica “cega à cor”, que busca mascarar e invisibilizar as desigualdades sociais ao negar a centralidade da raça na construção dessas disparidades.

De acordo com Crenshaw (1991), é fundamental superar a visão tradicional de discriminação, que tende a excluir as sobreposições de identidades. A partir da perspectiva da interseccionalidade, é necessário reconhecer que muitas vezes não estamos lidando com grupos distintos de pessoas, mas com grupos cujas identidades se sobrepõem. A autora categoriza os tipos de discriminação, como a direcionada a grupos específicos, aos quais são atribuídos

estereótipos e características que reforçam padrões opressivos. Um exemplo citado refere-se às mulheres da Bósnia e de Ruanda, cujas identidades são marcadas pela interseção entre etnicidade/raça e gênero. Nesses casos, os estereótipos de raça e gênero contribuem para a determinação de padrões sexuais que frequentemente resultam em violências vistas como justificadas dentro de determinadas narrativas sociais. O segundo tipo é a discriminação mista ou composta: trata-se da junção da discriminação racial e da discriminação de gênero. E o terceiro tipo é a subordinação estrutural, isto é, a forma como alguns grupos sociais sofrem com a subordinação e marginalização dentro das estruturas sociais, econômicas e políticas. Por isso, é importante considerar a subordinação estrutural nas análises concernentes à justiça social e igualdade (CRENSHAW, 1991).

Apesar do reconhecimento de que o conceito foi cunhado por Crenshaw, no entanto, o discurso de Sojourner Truth, intitulado **E eu Não sou uma mulher?**, proferido em 1851, na Convenção dos Direitos da Mulher em Akron, Ohio, é um marco do pensamento feminista negro, e nele já é possível perceber um olhar no viés da interseccionalidade. Sojourner Truth questionava a sociedade acerca das opressões sofridas pelas mulheres negras. Num dos trechos de seu discurso, Truth, 1851 *apud* Pinho (2014) afirma: “[...] eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! Não sou uma mulher? [...]”.

Denuncia, portanto, que as mulheres negras nunca foram vistas como frágeis, nem que necessitavam de cuidados. Diferente disso, a imagem da mulher negra é de alguém sempre disposta ao trabalho exaustivo, apta a cuidar e servir, até mesmo sexualmente. Essas questões não eram apontadas nas pautas feministas, inclusive as mulheres negras, em muitos casos, eram responsáveis pela casa e pelos filhos das feministas, enquanto elas lutavam pelos seus direitos. Além de denunciar as múltiplas opressões voltadas às mulheres negras, também evidencia a necessidade de não separar gênero e opressão racial nas análises que buscam compreender a realidade desse grupo.

Diversas intelectuais negras têm chamado atenção para as múltiplas opressões enfrentadas pelas mulheres negras. Em **Mulheres, raça e classe**, Angela Davis (2016) marca a história do feminismo negro ao abordar questões críticas relacionadas às experiências das mulheres negras nos Estados Unidos. A autora revela como, ao longo do tempo, essas mulheres têm denunciado o machismo, o racismo e outras formas de opressão que as afetam. Davis analisa, ainda, como o sistema de opressão opera para marginalizar as mulheres negras, evidenciando a exploração do trabalho dessas mulheres e a necessidade de reconhecer a interseção entre raça, gênero e classe social como fundamental na luta por justiça e igualdade.

Mesmo sem conceituar como interseccionalidade, Davis (2016) denuncia situações nas quais as mulheres negras são excluídas duplamente, tanto na questão de gênero, quanto na questão racial. Por exemplo, quando apresenta um apanhado histórico sobre as situações em que sufragistas estadunidenses se colocam contra o direito ao voto de homens negros.

[...] Quando os republicanos ortodoxos contestaram a reivindicação pelo sufrágio feminino no pós-guerra com o slogan “Chegou a hora do negro”, eles estavam, na verdade, dizendo em silêncio “Chegou a hora de mais de 2 milhões de votos para nosso partido”. Contudo, Elizabeth Cady Stanton e suas seguidoras parecem ter acreditado que era “a hora do sexo masculino” e que os republicanos estavam dispostos a estender aos homens negros todos os privilégios da supremacia masculina. Na Convenção pela Igualdade de Direitos de 1867, quando foi questionada por um representante negro se apoiaria a extensão do voto aos homens negros mesmo que as mulheres não se tornassem eleitoras também, ela respondeu: “Digo que não; eu não confiaria a eles meus direitos; desvalorizados, oprimidos, eles poderiam ser mais despóticos do que nossos governantes anglo-saxões já são [...]”. (DAVIS, 2016, p. 23).

Percebemos que as feministas não consideraram a situação das mulheres negras. No contexto dos Estados Unidos, foi somente a partir da década de 1960 que o movimento de mulheres negras se popularizou. Portanto, podemos identificar teorias nas quais está implícita a ideia de interseccionalidade.

Com relação às formas de interseccionalidade, Crenshaw (1995) aponta dois tipos principais: estrutural e política. A primeira refere-se ao impacto direto das desigualdades sociais sobre os indivíduos, destacando como diferentes sistemas de opressão – como racismo, sexismo e classismo – interagem para moldar as experiências vividas por mulheres de minorias, particularmente aquelas em contextos de vulnerabilidade. Já a segunda examina o impacto dessas desigualdades nas estratégias e nos movimentos políticos, evidenciando as tensões e divergências nas agendas dos grupos aos quais essas mulheres pertencem.

Na mesma direção, Lykke (2010) define interseccionalidade como uma abordagem teórica e metodológica voltada para examinar como, ao longo da história, formas específicas de poder diferencial e normatividades restritivas, fundamentadas em categorias socioculturais construídas de maneira discursiva, institucional e/ou estrutural – como gênero, etnia, raça, classe, sexualidade, idade/geração, deficiência, nacionalidade, língua materna, entre outras – interagem entre si, resultando na produção de diversos tipos de desigualdades sociais e relações injustas. O que nos chama atenção nessa definição é o fato de esgotar todas as possibilidades de categorias sociais vítimas da discriminação e opressão.

No que se refere às teóricas brasileiras, Luiza Bairros (1995) vai ao encontro do pensamento de Crenshaw, ressaltando a importância de olhar para as questões de gênero e raça, considerando que essa formulação é relevante para entender as agendas, tanto do feminismo quanto do movimento negro e de movimento de mulheres negras. Para Bairros (1995, p. 461), não é possível definir qual a prioridade do movimento de mulheres negras “[...] luta contra o sexismo ou contra o racismo? - já que as duas dimensões não podem ser separadas. Do ponto de vista da reflexão e da ação políticas uma não existe sem a outra [...]”.

O debate sobre a interseccionalidade ganhou destaque nos espaços acadêmicos brasileiros a partir da Conferência de Durban. Conforme Pereira (2016), o conceito de interseccionalidade foi introduzido pela primeira vez em um periódico brasileiro um ano após a realização da referida Conferência. Esse marco ocorreu na Revista Estudos Feministas, que publicou um dossiê editado por Luiza Bairros, incluindo um texto de Kimberlé Crenshaw, ampliando a circulação dessa importante ferramenta teórica no país.

Por meio dessas reflexões, percebemos que a intersecção de raça, classe e gênero é um aspecto fundamental para a compreensão da violência estrutural que afeta diferentes grupos sociais de maneira desigual. Ao analisar a interseccionalidade a partir e por meio dessas três dimensões, somos capazes de entender como as opressões se entrelaçam e se reforçam, resultando em formas complexas de violência e desigualdade (CRENSHAW, 1991). Nas falas das participantes da pesquisa, é possível perceber isso de modo mais abrangente:

Eu vivi uma situação mais grotesca de racismo que eu senti, foi no serviço público em que eu tinha uma colega que era técnica. Quando eu fui promovida à gestora, ela se recusou a me ter numa posição superior, a ponto de dizer que, se eu estivesse na frente dela, ela me matava e pedia exoneração do concurso. (Maria Firmina dos Reis, 34 anos, empresária, graduada em Serviço Social, 2023).

Geralmente, no meu local de trabalho, percebo muita diferença de tratamento, principalmente de minha colega enfermeira e branca. Normalmente, ela nunca se direciona a mim como doutora Dandara dos Palmares, como chama outros médicos e médicas não negras. Eu tive que chamar e conversar. (Dandara dos Palmares, 35 anos, médica, graduada, 2023).

Eu me lembro que logo que eu consegui de fato trabalhar no meu município, a pergunta que eu mais ouvi foi “quem é seu padrinho”, eu não tinha padrinho político nenhum. Depois que eu fui entender que essa fala não tinha a ver apenas com apadrinhamento político, mas eles passaram a perguntar com quem eu tinha dormido para estar naquele cargo. A gente não pode crescer, não pode ocupar um espaço. Na minha cabeça imatura, era somente uma questão política. Falavam “fala aí o que mesmo que você aprontou?” (Aqualtune, 29 anos, Assistente Social do Banco do Brasil, 2023).

As narrativas das entrevistadas revelam evidentemente a interseção entre racismo e sexismo. Maria Firmina dos Reis e Dandara dos Palmares relatam experiências de racismo vindas de colegas de trabalho, indicando que apenas uma análise de gênero não é suficiente para compreender plenamente a condição da mulher negra. Já no relato de Aqualtune, a pergunta “quem é seu padrinho?” – sugerindo a dependência de um homem para que ela alcançasse o cargo de assistente social do município – evidencia a dificuldade em aceitar a presença de mulheres negras em espaços de poder e prestígio. Nesses episódios, além de emergir as dimensões de raça e gênero, também se observa a dimensão de classe, ao apontar para as barreiras estruturais que essas mulheres enfrentam em sua trajetória profissional e social.

A raça, por exemplo, é recorte central na determinação das oportunidades, do acesso a recursos e do tratamento diferenciado que as pessoas recebem na sociedade. O racismo estrutural perpetua desigualdades históricas, manifestando-se em diversas áreas, como moradia, educação, emprego e justiça criminal, criando condições de violência sistemática contra populações racializadas. Mulheres negras, em particular, vivenciam uma interseção singular de opressões, sofrendo as consequências tanto do racismo quanto do sexismo. Essa dupla discriminação se traduz em barreiras diárias, que limitam suas possibilidades e as expõem a múltiplas formas de violência e exclusão (HIRATA, 2014).

A classe social também desempenha um papel significativo na violência estrutural. Pessoas de classes sociais mais baixas são mais propensas a sofrer violência e a ter acesso limitado a recursos básicos, como saúde, educação e moradia adequada. A violência econômica e a exploração de classe contribuem para a perpetuação de desigualdades e para a vulnerabilidade de certos grupos sociais a formas diversas de violência (Hirata, 2014). Do mesmo modo, o gênero é igualmente uma dimensão crítica para a compreensão da violência estrutural. As mulheres, em particular, enfrentam diversas formas de violência de gênero, como violência doméstica, assédio sexual, estupro e feminicídio. Essa violência é alimentada por normas patriarcais de gênero que subordinam as mulheres e limitam seu acesso a direitos, oportunidades e poder (HIRATA, 2014).

Percebemos que, ao examinar a intersecção de raça, classe e gênero, compreendemos que a violência estrutural está profundamente enraizada nas estruturas e sistemas sociais que perpetuam desigualdades e opressões. Essas opressões se sobrepõem e se reforçam, tornando-se ainda mais insidiosas e prejudiciais para aqueles que experimentam múltiplas formas de marginalização (Crenshaw, 1991). Assim, para combater a violência estrutural, é necessário adotar uma abordagem interseccional que reconheça as diferentes dimensões de opressão que as pessoas enfrentam. Isso implica em políticas e práticas que levem em consideração a

intersecção de raça, classe e gênero (e outras formas de identidade) e trabalhem para a transformação de sistemas sociais e estruturas que perpetuam a violência (HIRATA, 2014).

A perspectiva da interseccionalidade constitui uma ferramenta analítica essencial para compreender e abordar a violência estrutural. Por meio dela, é possível identificar as interconexões e dinâmicas das múltiplas opressões que estruturam a sociedade, criando condições para uma transformação em direção a um modelo mais justo, equitativo e livre de violência para todos os grupos sociais. Nesse sentido, o pensamento feminista negro e o conceito de interseccionalidade tornam-se pilares fundamentais para a transformação social. Ao desafiar as estruturas de poder dominantes, essas abordagens ampliam os horizontes do feminismo tradicional, promovendo a inclusão e valorização das vivências de mulheres de diferentes origens e contextos. Reconhecem, assim, que a luta pela igualdade de gênero não pode ser dissociada das batalhas contra o racismo, a discriminação de classe, a homofobia, a transfobia e outras formas de opressão sistêmica (COLLINS, 2009). O feminismo negro, nesse aspecto, destaca a importância da representatividade e do empoderamento das mulheres negras. Ao dar voz às suas experiências e perspectivas, fortalece a capacidade de resistência e a construção de outros modos de vida (HIRATA, 2014).

Para essa construção é necessário romper estereótipos impostos ao longo do tempo. No próximo tópico, abordamos acerca das chamadas imagens de controle, para melhor compreender a objetificação da mulher negra e as formas de resistência.

4.2 Objetificação das mulheres negras como “outro”

Como vimos na primeira seção deste trabalho, uma das heranças da escravidão é a objetificação dos corpos negros. A mulher negra, especificamente, é objetificada de diversos modos, reduzidas a objetos sexuais, símbolo de exotismo, ou tidas como animais. A manutenção da imagem da mulher negra como “Outro” justifica ideologicamente as opressões, firmadas em diversas ideias básicas, dentre elas o pensamento binário, responsável pela categorização das pessoas, das coisas e das ideias a partir do que as diferencia, por exemplo, os pares “[...] branco/preto, masculino/feminino, razão/emoção, cultura/natureza, fato/opinião, mente/corpo e sujeito/objeto [...]”, esses pares só tem significado se visto em relação a sua contraparte (Collins, 2017, p. 137). Segundo Collins (2017, p. 137), “[...] a objetificação é fundamental para esse processo de diferenças formadas por oposição. No pensamento binário, um elemento é objetificado como o Outro e visto como um objeto a ser manipulado e controlado [...]”.

Em consonância com o pensamento de Collins (2017), Kilomba (2019) desenvolveu o conceito de Outridade, buscando compreender a objetificação e marginalização da mulher negra. A Outridade refere-se à experiência de ser percebido e tratado como “o outro” em contextos onde o grupo dominante estabelece as normas e padrões vigentes. Nesse processo, estereótipos, imagens de controle e rótulos são impostos aos grupos marginalizados, reforçando dinâmicas de exclusão. Kilomba (2019) destaca que o sujeito negro é frequentemente caracterizado como incivilizado, associado à agressividade, ou como selvagem, ligado à hipersexualização. Essa construção ocorre por meio de diferentes mecanismos, como:

[...] Infantilização - personificação de dependente (o menino, a menina, criança, serva/o, assexuada/o, que não pode sobreviver sem o senhor. Primitivização - incivilizado (selvagem, atrasada/o, básica/o, ou natural, aquele mais próximo da natureza). Incivilização - violento e ameaçador (criminoso/o, suspeita/o, perigosa/o, aquele que está fora da lei). Animalização - (animal, selvagem, primata, macaca/o, outra forma de humanidade). Erotização - (sexualizado, com apetite sexual violento, estuprador, erótica/o, exótica/o) [...]. (KILOMBA, 2019, p. 79).

Percebemos, desse modo, que as mulheres negras são objetificadas de diversas maneiras, uma delas é equipará-las a animais, fazendo com que elas trabalhem como “mulas do mundo” (COLLINS, 2017, p. 138). Em outros momentos, essas mulheres recebem também um tratamento disfarçado de delicadeza, quando, por exemplo, empregadores as chamam de “meninas”, comparando-as com crianças que, numa sociedade adultocêntrica⁸, são vistas como inferiores e menos capazes.

Nesse jogo, emergem duas questões: de um lado, o silenciamento, uma vez que, ao objetificar a mulher negra, sua voz é deslegitimada; de outro, a falsa justificativa de que, por ser considerada uma mulher forte, ela não necessita de proteção.

[...] como mulher preta, eu sinto nas relações de trabalho o silenciar as falas e invalidar, o que a gente fala. Eu lembro de uma assembleia, eu encaminhei uma proposta no final para poder contornar uma situação, naquele momento foi dito que a proposta era de um colega homem e não minha. Eu pensei em tudo, eu organizei tudo e o homem que levou a fama, eu tive que me impor.

⁸ O termo “adultocentrismo” refere-se a um sistema histórico e culturalmente construído que estabelece a centralidade do adulto como norma e padrão de superioridade em relação a outras faixas etárias, especialmente crianças e adolescentes. Na tese de doutoramento de Quapper (2015) intitulada “El adultocentrismo como paradigma y sistema de dominio: análisis de la reproducción de imaginarios de la investigación social chilena sobre o juvenil”, o adultocentrismo pode ser entendido como uma extensão do domínio patriarcal, consolidado por meio de relações de gênero e geracionais que reproduzem desigualdades de poder. Assim como o patriarcado se enraíza na organização da produção econômica e da reprodução sexual, institucional e simbólica, o adultocentrismo estrutura-se a partir de modos hierárquicos de organização social que subjagam outras gerações, perpetuando uma lógica de superioridade-inferioridade com base na idade.

Hoje não falo tanto quanto eu falava, quando eu sou silenciada, não acho eco, no sentido de outras pessoas apoiarem ou se posicionarem e entrar em debate para defender a ideia, sabe? Já houve momentos em que fui totalmente silenciada por colega e ninguém me defendeu. O poder de falar nas reuniões e muito importante então tem momentos em que você está falando e um colega corta sua fala já tiveram colegas que mandaram eu calar a boca e dizer que eu estava falando demais e eu ficar parada sem conseguir me defender e não ter reação nenhuma, tiveram episódios em que eu queria ser protegida mais não tinha forças para me proteger e depois os colegas ficam comentando “há porque você não se defendeu?”. E eu penso que engraçado porque nenhum deles me protegeu e também se fosse uma colega branca eles iriam proteger [...]. (Maria Felipa, 49 anos, professora universitária, doutora, 2023).

Conforme o depoimento, evidencia-se a crueldade do racismo, no qual o ataque verbal a uma mulher negra não gera sensibilização entre os colegas. O fato de essa mulher ser uma professora universitária, doutora, não a isenta de vivenciar situações de fala cerceada ou tentativas de silenciamento. Essa realidade remete ao pensamento de Grada Kilomba (2019, p. 231), ao destacar que, nessas performances racistas, é possível identificar três elementos principais: “[...] o sujeito branco que ataca, o sujeito negro que é atacado e o público branco que observa, representando o consenso branco [...]”.

Ainda sobre a questão da ideia de mulher forte, Kilomba (2019) destaca que essa idealização da “supermulher de pele escura” causa o aprisionamento da mulher negra numa imagem que impossibilita que essas mulheres manifestem as feridas do racismo. Algo comum no relato de Maria Felipa e das demais entrevistadas é o que Vilma Piedade chama de “Dororidade”, dor da mulher negra. Diferente do que é considerado “Sororidade”, como solidariedade entre as mulheres, “dororidade”, para Piedade (2017, p. 16), “[...] contém as sombras, o vazio, a ausência, a fala silenciada, a dor causada pelo Racismo. E essa Dor é Preta [...]”. Assim, falar de sororidade como solidariedade entre as mulheres não dá conta da realidade da mulher negra. Hilário (2019, p. 41) interpreta esse conceito de Vilma Piedade e alerta:

[...] a Dor e a nem sempre delícia de se saber ou de não se saber quem é... quem somos numa sociedade mascarada pelo mito da democracia racial... Nossa História Importa... Nosso Turbante Importa... Nossa Vida Importa! Dororidade quer falar dessas sombras. Dessa fala silenciada, dentro e fora de nós. Da Dor causada pelo Racismo. E essa Dor é Preta... Falar da ausência expressiva das Mulheres na Política e nos espaços de Poder [...].

Nesse contexto, Piedade (2017, p. 17) destaca que o conceito de Dororidade remete à dor compartilhada por todas as mulheres como resultado do machismo. Embora Dororidade não substitua Sororidade, os dois termos dialogam e se complementam. No entanto, ao considerar o conceito de interseccionalidade, já abordado nesta tese, percebe-se que as

opressões sofridas pelas mulheres negras têm um impacto mais profundo e severo, evidenciando as especificidades das experiências de diferentes grupos de mulheres.

4.3 “Branca para casar, mulata para f... e negra para trabalhar”: imagens de controle e estereótipos sobre as mulheres negras

Como abordado na primeira seção desta tese, a miscigenação, fruto das relações abusivas entre homens brancos e as mulheres negras, faz parte do mito da democracia racial. “[...] Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar [...]” é uma famosa frase de Gilberto Freyre (2003), na qual demonstra a tentativa de definição do lugar da mulher negra na sociedade brasileira. Diferentemente do que apregoa o referido mito, o Brasil é considerado o país marcado pelas desigualdades. Os dados estatísticos revelam a cor da população empobrecida.

Como citamos, os estereótipos atribuídos às mulheres são diferentes, a depender da cor. Conforme vimos no famoso discurso de Truth, enquanto às mulheres brancas eram designados estereótipos como frágeis, delicadas, necessitadas de cuidado; as mulheres negras não eram alcançadas por esses estereótipos, ao contrário, era cobrado delas, a mesma força do homem, equiparando-as a animais.

Para a garantia da permanência das opressões interseccionais de raça, classe, gênero e sexualidade, é preciso que as ideologias continuem a existir. Nesse sentido, imagens negativas sobre as mulheres negras têm se perpetuado no imaginário social e na realidade concreta. Um dos desafios do feminismo negro consiste em desafiar essas imagens, que se apresentam por meio dos estereótipos (COLLINS, 2017).

Desse modo, cabe o questionamento: quais as imagens que a sociedade racista foi construindo ao longo do tempo? Collins (2019) chama de imagens de controle a representação específica de gênero para pessoas negras, articulada a partir de padrões estabelecidos na cultura ocidental branca e eurocêntrica. Tais imagens são manipuladas dentro dos sistemas de poder, a partir da articulação de raça, classe, gênero e sexualidade como uma forma de controle do comportamento de mulheres negras. A autora alerta para a presença de quatro imagens de controle: a Mula, a Jezebel, a *Mammy* e a *Black lady*. A Mula é aquela mulher predestinada a trabalhar compulsoriamente; a Jezebel, objeto sexual; a *Mammy* é a empregada doméstica dedicada e sua vida gira em prol dos seus patrões ou senhores; e a *Black lady* é aquela que se dedica ao trabalho em altos cargos, em detrimento de seguir os padrões de constituir uma família negra. No Brasil, destaca-se a análise de Lélia Gonzalez (1984), para quem há três

estereótipos negativos sobre as mulheres negras: a mulata, a doméstica e a mãe preta. A seguir, destacamos algumas dessas imagens de controle.

4.3.1 *Mammy* ou mãe preta como serviçal ideal

A objetificação da mulher negra se dá a partir da imposição de estereótipos e imagens de controle com o intuito de desumanizá-las. Encontramos semelhanças entre a imagem de controle *Mammy*, discutida por Patrícia Hill Collins (2017), e a imagem da mãe preta analisada por Lélia Gonzalez (1984).

Essas imagens, dinâmicas e cambiantes, foram construídas socialmente no período da escravidão e construídas pelo grupo dominante que buscava a manutenção da subordinação das mulheres negras, conforme Collins (2017). A autora destaca as quatro virtudes associadas às mulheres “de verdade”, a saber: piedade, pureza, submissão e domesticidade. Eram consideradas parte desse grupo: mulheres brancas das classes abastadas e da classe média emergente, as quais eram encorajadas a buscar essas virtudes. Para as mulheres negras, era associado um conjunto distinto de imagens de controle.

A *mammy* – serviçal fiel e obediente – foi criada para atender a duas necessidades: defender a exploração econômica das escravas e “[...] explicar o confinamento das mulheres negras ao serviço doméstico, a imagem da *mammy* representa o padrão normativo usado para avaliar o comportamento das mulheres negras em geral [...]” (Collins, 2017, p. 140).

A nossa entrevistada Maria Felipa relatou uma das situações que mostra essa imagem de subserviência a que lhe foi atrelada.

[...] Na Universidade eu tinha o hábito de estar sempre com garrafa de café no colegiado, passei a melhorar o lanche a partir do momento em que alunas chegaram em mim e falaram que não tinham condições de comprar lanche, pois saiam de casa três ou quatro da manhã. Os estudantes aproveitavam o horário do lanche para ir ao colegiado porque sabiam que lá iam ter sempre um café ou um biscoito. Depois percebi que alguns alunos não faziam o descarte do lixo, ficava tipo assim pra eu limpar né, então tive que dizer que eu não estava ali para descartar copos de ninguém, existe aquele preconceito com o gênero e com a cor de pele, se fosse com outras pessoas eles fariam isso? (Maria Felipa, 49 anos, Professora Universitária, Doutora).

No relato de Maria Felipa, evidencia-se a perpetuação da imagem da mulher negra como serviçal e subserviente, uma construção que é central para sustentar opressões interseccionais de raça, gênero, sexualidade e classe. Especificamente nas opressões raciais, a figura da *mammy* reforça e molda o comportamento materno esperado das mulheres negras. Esse processo tem

início ainda na infância, quando crianças negras são socializadas a ocupar um lugar subordinado na sociedade. Ao internalizarem essa imagem, as mulheres negras acabam, muitas vezes, reproduzindo e perpetuando a opressão racial. Como destaca Collins (2017, p. 142), “[...] a mammy é a face pública que os brancos esperam que as mulheres negras assumam diante deles [...]”, consolidando essa representação estereotipada. Espera-se que as mães brancas, consideradas “boas”, reprimam sua sexualidade. Em contrapartida, a figura da *mammy* é retratada como uma mulher desprovida de sexualidade, uma espécie de mãe substituta com características racializadas, cuja dedicação histórica à família branca se transforma, na atualidade, em novas demandas. Hoje, exige-se que as *mammies* modernas se dediquem integralmente ao trabalho.

Gonzalez (1984) nos ensina que a figura da “mãe preta” foi construída como símbolo de passividade e submissão diante da opressão imposta pela classe média branca. Essa representação contraria a ideia de resistência, apresentando-a como um “[...] exemplo extraordinário de amor e dedicação totais, como querem os brancos [...]” (GONZALEZ, 1984, p. 235). Essa construção apaga a verdadeira dimensão de protagonismo da mulher negra na formação da cultura brasileira, reduzindo-a a um papel subserviente que desconsidera sua agência histórica.

Percebemos, aqui, um discurso que naturaliza uma suposta verdade sobre as predisposições étnico-raciais, sob mecanismos de convencimento; portanto, discursos que se evidenciam como elementos que atuam no interior do mecanismo geral do poder (Foucault, 2006).

A imagem da mãe Preta, segundo Kilomba (2019, p. 142, grifos da autora), “[...] representa a relação ideal de mulheres *negras* com a branquitude: como amorosa, carinhosa, confiável, obediente e serva dedicada, que é amada pela família *branca*”. Contudo, se trata de um estereótipo forjado justamente para esconder a resistência das mulheres negras.

4.3.2 Jezebel, mulata ou mucama permitida

Ainda no campo dos estereótipos, a figura da Jezebel ou Mulata se opõe à ideia de uma concepção universal de Mulher. Trata-se de uma construção social que associa a sexualidade feminina negra a um desvio dos padrões considerados normativos. Como explica Collins (2017, p. 155), essa representação é “[...] uma forma desviante da sexualidade feminina negra [...]”. Esse estereótipo surgiu durante o período escravocrata, quando mulheres negras, que desempenhavam funções como amamentar os filhos de brancos, eram frequentemente vistas

como sexualmente agressivas. Essa imagem foi estrategicamente construída para reforçar a hipersexualização das mulheres negras, justificando os abusos sexuais que elas frequentemente sofriam. Para a autora, a Jezebel se tornou um símbolo racializado e generificado de uma sexualidade considerada desviada. Enquanto a heterossexualidade feminina idealizada era representada pelo culto à mulher branca como modelo de pureza, a heterossexualidade feminina desviante foi associada à imagem de mulheres negras, rotuladas como “mamães gostosas”, reforçando sua marginalização e inferiorização social.

Diante disso, percebemos que a imagem da Jezebel é da mulher negra como alguém com sexualidade desviante. Ao mesmo tempo que ela é tida como digna de supostos elogios, também é tida como voraz. Jezebel apresenta apetite sexual impróprio e insatisfazível, em maior nível, considerada uma aberração, pois destoa do que é esperado, “[...] o apetite sexual da jezebel a masculiniza porque ela busca sexo da mesma forma que um homem [...]”, isso causa ainda mais estranhamento se a Jezebel desejar sexualmente outras mulheres (COLLINS, 2017).

Na realidade brasileira, Gonzalez (1984) alerta que a ideia de “Mulata” e “doméstica” nasceram da derivação da mucama, que significa “[...] escrava negra moça e de estimação que era escolhida para auxiliar nos serviços caseiros ou acompanhar pessoas da família e que por vezes era ama-de-leite [...]” (GONZALEZ, 1984, p. 229).

Com o relato das nossas entrevistadas, é possível compreender como esse estereótipo ainda está presente:

[...] Eu sempre tive muito cuidado com as roupas que eu usava, se eu ia em uma audiência, palestra. Eu sempre busquei usar roupas maiores, cobrir o quadril, porque as pessoas não faziam referência às coisas que eu fazia, não diziam nossa, que bacana, que proposta legal, mas, sim, sempre fazia referência ao meu corpo [...]. (Aqualtune, 29 anos, Assistente Social, Especialista).

[...] Já sofri por ser mulher negra e olharem para o corpo no meu trabalho como se fosse objeto e de ter realmente assédio sexual principalmente a questão de muito se falar do corpo da gente, aparenta ser elogio, mas incomoda um pouco do tipo ser vista como a gostosa, e a e e a gente pensa “essa é a minha fama?” [...] (Maria Felipa, 49 anos, Professora Universitária, Doutora).

Em algumas situações, quando estou conhecendo alguém, é sempre a questão de não querer estar em público, sempre é “vem aqui em casa para assistir um filme”, “eu posso ir aí”, mas nunca algo que pudéssemos ser vistos em público, tipo, melhor não ser visto contigo. (Anastácia, 30 anos, maquiadora, Graduação, 2023).

Os relatos evidenciam que, no caso das mulheres negras, qualquer pessoa se sente à vontade para tecer comentários sobre seus corpos. Independentemente do poder aquisitivo ou do fato de ocuparem espaços de poder, o estereótipo da “mulata permitida” continua sendo imposto, reforçando a ideia de que seus corpos estão destinados à subalternização. Aqualtune e Maria Felipa destacam as diversas formas de assédio que enfrentam, manifestadas por meio de olhares, toques, discursos e estereótipos.

Além disso, ao relatar que as interações frequentemente se restringem a espaços privados e evitam a exposição pública, Anastácia indica sentir-se invisibilizada ou rejeitada como alguém que possa ser assumida em contextos sociais abertos. Essa dinâmica reflete o racismo e o sexismo profundamente internalizados, que relegam a mulher negra a um espaço de invisibilidade ou objetificação, reforçando a ideia de que sua presença pública não é valorizada ou é motivo de constrangimento para o outro. O relato também evidencia a forma como os estereótipos raciais podem limitar a vivência plena de relações interpessoais e sociais. Em última instância, à mulher negra é negado o direito do afeto. A solidão tem cor. Claudete Alves Souza (2014, s.p.), em entrevista ao Portal Geledés⁹, expressa que a mulher negra social e historicamente: “enfrenta a solidão independente do extrato social. Não se trata de uma exceção, é a regra, um sintoma histórico que indica um comportamento real, as mulheres negras não têm (em sua grande maioria) a experiência do amor”.

Em relação a essa objetificação e permissividade inscrita nos corpos das mulheres negras, a entrevistada expressa:

[...] Eu fui cumprimentar um defensor em uma audiência e ele disse: “nossa, morena, mas como você tem um corpo igual a um violão”, eu acho que ele queria me elogiar, mas, na verdade, ele estava sendo desagradável, eu dei dois passos para trás e falei “oh, doutor, o senhor chegou a ler os relatórios?” ele disse “mas não é fulano” e pegou na minha cintura, e aquilo me incomodou de um jeito, eu tentando me sair... e eu perguntei de novo: “e o relatório”? Ele disse, sem mais detalhes sobre o meu trabalho, “o relatório está ótimo” [...]. (Aqualtune, 29 anos, Assistente Social, Especialista).

No relato de Aqualtune, percebemos a herança das teorias raciais, especialmente a do mito da democracia racial, na atitude do defensor público diante de uma colega de trabalho, mulher negra, assistente social, demonstrando enxergar essa mulher como permissiva. Vemos, também, a desvalorização do conhecimento técnico e científico da mulher, pois a ênfase está no seu corpo e na sua cor.

⁹ Disponível em: <https://www.geledes.org.br/afetividade-da-mulher-negra-parte-1/>.

É importante destacar que a questão da sexualidade da mulher negra é um tema abordado não apenas na imagem de controle da Jezebel ou Mulata, mas perpassa todas as imagens de controle, conforme afirma Collins (2017).

Mammy - indivíduo dessexuado, retratada como mulher obesa, pele escura, parceira sexual inadequada para homens brancos, é assexuada, portanto, livre para ser mãe substituta dos filhos que não teve por meio da sua própria sexualidade. Matriarca e mães dependentes do estado são sexuais. remete a fecundidade; matriarca - mulher sexualmente agressiva, castra os homens negros. se recusa a ser passiva e é estigmatizada. Mãe dependente do Estado-moral baixa e sexualidade descontrolada, causam o estado de pobreza. Dama negra - sua respeitabilidade de classe média, duramente conquistada, baseia-se em sua aparente sexualidade. A fecundidade é um problema, apesar de ser mais adequada para procriar, ela é menos propensa a fazê-lo, mas só ela se incomodará se não procriar [...]. (COLLINS, 2017, p. 159).

É possível considerar que as imagens de controle citadas são usadas para justificar as opressões interseccionais de raça, classe, gênero e sexualidade. Percebemos, ainda, a partir dos relatos das participantes da pesquisa, que apesar do longo período que essas imagens foram forjadas, elas estão presentes no cotidiano de mulheres negras que romperam com as barreiras de classe, haja vista que ocupam espaços de poder e estão em ascensão social, mas, ainda assim, não conseguem evitar esses estereótipos sobre seus corpos. Outra ideia muito presente é a chamada pigmentocracia, ou seja, a ideia de hierarquização da cor da pele dentro da comunidade negra.

4.4 Mulheres negras, Colorismo e falsa ideia de aceitação

Colorismo é um termo cunhado por Alice Walker (1983), que analisou a realidade estadunidense, denunciando a violência contra as mulheres negras de pele retinta. Segundo a autora, o colorismo é um sistema de opressão intrarracial definido como “[...] o tratamento preconceituoso ou preferencial feito por pessoas do mesmo grupo racial com base na cor das pessoas [...]” (WALKER, 1983, p. 290).

A análise de Walker ajuda-nos a pensar na realidade brasileira, pois a construção da identidade nacional brasileira se deu a partir das discussões a respeito da questão étnico-racial, especialmente no período pós-abolição (GONZALEZ, 1983; MUNANGA, 2006; NASCIMENTO, 1978). Segundo Carneiro (2015), a identidade étnica e racial é um fenômeno que se constrói ou se destrói historicamente. Uma marca disso é a miscigenação, que se tornou ferramenta cabal de “[...] embranquecimento do país por meio da instituição de uma hierarquia

cromática e de fenótipos que tem na base o negro retinto e no topo o ‘branco da terra’, aos intermediários é oferecido simbolicamente o benefício de estar mais próximo do ideal humano, o branco [...] (CARNEIRO, 2015, p. 67).

Desse modo, o colorismo remete à falsa ideia de aceitação da pessoa negra por possuir pele menos retinta, configurando-se, na verdade, como uma passabilidade. Ou seja, essa pessoa pode ser aceita em determinados espaços até certo ponto, mas, quando comparada ao tratamento dispensado às pessoas brancas, evidencia-se o racismo velado. A confusão na discussão sobre quem é realmente considerado negro no Brasil reflete o racismo e o preconceito, especialmente porque os indicadores sociais revelam o abismo entre brancos e negros em todos os campos. Nesse contexto, o termo “negro” compreende pretos e pardos, conforme a classificação adotada pelo IBGE. Aqultune, participante da nossa pesquisa, relata uma situação de discriminação oriunda da farsa do colorismo.

A minha família é altamente miscigenada. Eu não vim com cabelo afro. Na escola, tinha o desfile da beleza negra, e eu sempre quis participar, mas nunca consegui. No ensino médio, fiz inscrição e minha professora de cultura afro me chamou para explicar que não seria bom eu participar porque o projeto era para beleza negra, disse que eu não trazia essa referência [...]. (Aqultune, assistente social, 2023).

[...] Essa questão dos traços é como eu falo dentro da nossa comunidade, falam que eu tenho privilégios, muitas mulheres por conta da aparência falam que “você é tão linda, você tem traços brancos” eu já tive esse tipo de elogio, que as pessoas acham que isso é elogio, quando eu comecei na área da Maquiagem, dentre as mulheres negras sou considerada a bonita, as outras não são, dizem “mas você é uma mulher negra, linda, nariz fino” [...]. (Anastácia, 30 anos, Maquiadora, Graduação, 2023).

Os relatos de Aqultune e Anastácia evidenciam como a discriminação racial e o colorismo estão intrinsecamente conectados, afetando profundamente as experiências das mulheres negras em sua trajetória de ascensão social. Essas formas de opressão encontram-se enraizadas em estruturas sociais e culturais que perpetuam hierarquias raciais, conferindo privilégios à pele clara em detrimento da pele escura. Anastácia aponta que, por ter a pele mais clara, é mais aceita socialmente, reforçando a percepção de que o imaginário social associa maior aceitação às pessoas negras de pele mais clara, enquanto indivíduos de pele retinta enfrentam formas mais severas de exclusão e discriminação.

A realidade social demonstra que independentemente de como se identificam, os negros e negras, no Brasil, compõem os extratos mais subalternizados. As diferenciações, como é possível observar nas dezenas de nomes de supostas cores, com os quais as pessoas se

identificam, tais como “marrom bombom”, “moreno-claro”, “pardo”, fragmentam a identidade negra e dispersa esse grupo nas reivindicações coletivas. Conforme afirma Carneiro (2015, p. 67), diferentemente do que aponta o imaginário social, aqueles nomeados pelo IBGE como pretos e pardos, formam “[...] um agrupamento que, do ponto de vista dos indicadores sociais, apresenta condições de vida semelhantes e igualmente inferiores quando comparadas ao grupo branco, por esta razão a categoria negra é o somatório de pretos e pardos [...]”. Portanto, não devemos falar de aceitação desse grupo pelos não negros, mas, sim, em passabilidade, ou seja, independentemente da cartela cromática, estão em condições sociais inferiores, se comparados aos brancos.

4.5 Mulheres negras: resistência, empoderamento e superação

Ao longo da história, as mulheres negras buscaram e buscam inúmeras estratégias de resistências, tanto para alcançar seus objetivos profissionais quanto para se manter em tais espaços. Os relatos das entrevistadas desta pesquisa evidenciam as diversas estratégias de resistência. Maria Firmina dos Reis, por exemplo, destaca-se como uma empresária de referência, mas relata as dificuldades enfrentadas:

[...] Eu me formei em Serviço Social e depois dei um salto absurdo na minha história e passei num concurso público, mas não fui nomeada, então bateu aquele período de desespero, de frustração. Dois anos depois, eu acessei ao serviço público, mas, nesse período, eu tive que vender geladinho gourmet, foi quando eu tive acesso à viabilidade do trabalho autônomo e, a partir daí, decidi seguir pra esse caminho, conciliei trabalho como assistente social autônoma e servidora pública, até que sete meses depois dessa dualidade, eu pedi exoneração e assim foi acontecendo até que a minha empresa Ike Social é o que é hoje, além disso, tenho a minha marca pessoal e outros negócios [...]. (Maria Firmina dos Reis, empresária, 2023).

Outra estratégia de resistência utilizada por Maria Firmina dos Reis diz respeito ao que ela considera “vencer em si a crença do não-lugar”, como relata na entrevista:

[...] Uma coisa que me incomoda muito é porque se coloca o dinheiro como algo ruim, acho que foi uma das principais coisas que me fizeram avançar foi enxergar o dinheiro como algo positivo. Então acho que a primeira questão que a mulher negra tem para ascender é se reconhecer enquanto merecedora, enquanto possível, quando a gente olha para nossa ancestralidade, a gente vê riqueza, mas, na prática, eu vejo isso muito dissociado, como se fosse ruim, então eu acho que é esse ponto também, dessas mulheres negras começarem a se enxergar como e entender o dinheiro como uma mola propulsora também de geração de impacto social [...]. (Maria Firmina dos Reis, empresária, 2023).

Sobre esse aspecto, fica evidente que passar por todo processo de resistências e de enfrentamentos das opressões do racismo e do sexismo faz com que essas mulheres, ocupantes de espaços de poder, tenham um olhar mais sensível às situações de outras mulheres, que, por diversos motivos, não alcançaram esses lugares e continuam formando a base da pirâmide social nas estatísticas de subemprego, desemprego, baixa renda, e como vítimas de violência.

Conforme analisado, ao ocuparem espaços de poder, as mulheres negras enfrentam inúmeros desafios para se manterem. No entanto, inspirando-se nas reflexões de Collins (2017), surgem algumas questões pertinentes: as mulheres negras de classe média valorizam a solidariedade com outras mulheres negras da classe trabalhadora? Será que essas mulheres em ascensão social interpretam suas conquistas como mérito exclusivamente individual? As participantes da pesquisa apontam que, ao ocuparem posições de destaque, sentem-se também responsáveis por seus pares. Elas demonstram um compromisso em contribuir para que outras mulheres negras sejam empoderadas e rompam com os ciclos de exclusão, como revelam os depoimentos de nossas entrevistadas:

[...] Uma das minhas empresas é o coletivo “As Miles”, são 7 empresárias, sendo 6 mulheres pretas, hoje eu sou sócia desse coletivo, então somos 7 mulheres com dinheiro e abrindo a caixa-preta dos seus negócios para trazer outras mulheres, então, eu acho que o que a gente precisa é ultrapassar os discursos, é prática. Então ajudar outras mulheres negras a ascender é ser inspiração. 70 por cento das minhas mentorandas são mulheres negras, só o fato de eu existir enquanto mulher negra já traz para essas mulheres negras um senso de que é possível. A produção de conteúdo nos nossos perfis gratuitos ajuda outras mulheres negras. A nossa empresa também tem alguma parte de responsabilidade social que a gente concede palestra, ações apoiando projetos com essa parte de responsabilidade social [...]. (Maria Firmina dos Reis, 34 anos, empresária, graduada em Serviço Social, 2023).

[...] Com certeza eu consigo, inclusive eu faço parte de alguns grupos de mulheres lá em Gandu, não só de mulheres, mas de outros grupos sociais, assim a gente consegue chegar principalmente nos bairros periféricos e fazer esse diálogo sobre temas de saúde, principalmente em associação de mulheres. Sempre a gente está tentando contribuir, né, e levar o máximo de informações para essas mulheres [...]. (Dandara dos Palmares, médica, 2023).

[...] eu trabalho de forma indireta para empoderar outras mulheres negras, eu trabalho com disciplinas de Educação Infantil e temas étnico-raciais. Falo sempre com minhas alunas para saberem lidar com essas questões, com arranjos familiares diversos. Uma coisa que estamos sempre discutindo é sobre o cabelo, me deixa muito feliz, alunas minhas que assumiram seus cabelos Afro, fico feliz quando dizem “Graças a você, eu me libertei, graças a você eu fiz a transição, comecei assumir meus cachos”, além disso muitas alunas trazem muito baixa autoestima, depois eu a vi assumindo os dreads, se enxergando melhor, eu sei que dá alguma forma aquele trabalho está surtindo efeito. (Maria Felipa, 49 anos, professora universitária, doutora, 2023).

Percebemos que essas mulheres se engajam em diversos campos para empoderar e ajudar outras mulheres, contribuindo para a justiça social. As participantes desta pesquisa representam outras mulheres negras Brasil afora, pois elas estão presentes em vários campos, como universidades, empresas privadas, serviço público, trabalho autônomo etc.

Na próxima seção, aprofundamos as trajetórias e escrevivências das participantes da pesquisa, com ênfase nas suas narrativas, infância, juventude, destacando como enfrentam e resistem às opressões interseccionais para romper com a subalternização histórica a que foram submetidas.

5 TRAJETÓRIAS, MEMÓRIAS E ESCRIVIVÊNCIAS DE MULHERES NEGRAS EM ASCENSÃO SOCIAL: DAS MARGENS ÀS (RE)EXISTÊNCIAS

Para a menina

Para todas as meninas e meninos de cabelos trançados ou sem tranças.
 Desmancho as tranças da menina
 e os meus dedos tremem
 medos nos caminhos
 repartidos de seus cabelos.
 Lavo o corpo da menina
 e as minhas mãos tropeçam
 dores nas marcas-lembranças
 de um chicote traiçoeiro.
 Visto a menina
 e aos meus olhos
 a cor de sua veste
 insiste e se confunde
 com o sangue que escorre
 do corpo-solo de um povo.
 Sonho os dias da menina
 e a vida surge grata
 descruzando as tranças
 e a veste surge farta
 justa e definida
 e o sangue se estanca
 passeando tranquilo
 na veia de novos caminhos,
 esperança.
 (Conceição Evaristo, 2022)

Nesta seção, aprofundamos as trajetórias e escrevivências das participantes da pesquisa, explorando categorias ainda não abordadas nas seções anteriores. Com base no referencial teórico do pensamento feminista negro, analisamos os dados coletados, enfatizando as narrativas das mulheres negras entrevistadas e destacando como elas enfrentam e resistem às opressões interseccionais para romper com a subalternização histórica à qual foram submetidas. Inicialmente, abordamos o que denominamos de estratégia do ventriloquismo, ou seja, o processo de usurpação da voz e os silenciamentos impostos à memória das mulheres negras. Em seguida, analisamos como essas mulheres compreendem os silenciamentos e reconstruem memórias afetivas a partir de suas vivências. Considerando a escrita como uma prática social que transcende o ato de escrever, propomos que as mulheres negras inscrevem em seus corpos e em suas relações sociais uma nova forma de ver, interpretar e narrar o mundo.

5.1 Escrevivência como lugar de enunciação

O conceito de escrevivência foi cunhado pela escritora Conceição Evaristo e reflete a ideia de que escrever a partir da experiência vivida é um ato político, capaz de evidenciar as vozes dos sujeitos historicamente silenciados. Essa perspectiva teórico-metodológica denuncia as opressões e apagamentos históricos e se configura como um instrumento de combate à injustiça epistêmica, conceito discutido por Fricker (2007). A injustiça epistêmica refere-se às exclusões e desigualdades na produção e validação do conhecimento, sustentadas por estruturas de poder que conferem privilégios epistêmicos a determinados grupos, enquanto deslegitimam as narrativas e saberes de outros. Por meio da escrevivência, as mulheres negras rompem com essas dinâmicas de exclusão, reivindicando seu lugar na construção do conhecimento e reconfigurando imaginários sociais.

Nesse sentido, ao negar às pessoas negras a possibilidade de participação na construção do conhecimento, perpetua-se o que Sueli Carneiro (2005), com base em Boaventura de Sousa Santos (1995), denomina de epistemicídio. Para Carneiro, o epistemicídio concretiza as dimensões do racismo ao apagar as narrativas subalternas em nome da autoridade epistêmica de um sujeito universal – branco, europeu e masculino. Trata-se, segundo a autora, de “um dos instrumentos mais eficazes e duradouros da dominação étnica/racial” (CARNEIRO, 2005, p. 96), pois privilegia o conhecimento produzido pelos grupos dominantes. Esse processo não se dá apenas pela ausência de negros e negras nos espaços formais de produção de conhecimento, mas também pela inferiorização histórica e sistemática de suas capacidades intelectuais e pela marginalização de seus saberes tradicionais. Tal quadro é agravado pelo sistema educacional, que, ao negar um ensino de qualidade e reproduzir práticas discriminatórias, compromete o acesso ao conhecimento, a autoestima e a capacidade crítica dos sujeitos racializados. Nesse processo, conforme Carneiro (2005, p. 97):

[...] destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento “legítimo” ou legitimado. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a sequestra, mutila a capacidade de aprender etc. É uma forma de sequestro da razão em duplo sentido: pela negação da racionalidade do Outro ou pela assimilação cultural que em outros casos lhe é imposta.

Combater o epistemicídio implica repensar as estruturas de poder que moldam a educação, a ciência e a cultura, promovendo uma valorização das formas subalternas de saberes das quais as mulheres negras são suas principais produtoras. Para isso, é fundamental descolonizar os saberes, a fim de romper não apenas com as concepções hegemônicas da

memória, mas também com os processos de apagamento e subalternização. A esse respeito, Grada Kilomba (2019, p. 48) questiona o lugar historicamente destinado às mulheres negras, como subalternas silenciosas, pois, no processo de colonização, impõe-se a ideia de que “grupos subalternos são menos humanos do que seus opressores e são, por isso, menos capazes de falar em seus próprios nomes”.

A estratégia ventríloqua¹⁰ é tratar esses grupos excluídos como “outros” dependente de uma voz dominante para fazer-se legíveis como sujeitos de direitos. O ventriloquismo funciona a partir da lógica do galinheiro¹¹, mencionada por Saffioti (1997), que descreve, de forma metafórica, a estrutura hierárquica de poder que atravessa a sociedade brasileira. Nessa dinâmica, há uma relação de dominação e subordinação em que o poder é distribuído de maneira desigual entre os indivíduos, sendo mais concentrado em alguns enquanto outros ocupam posições de completa vulnerabilidade. Essa lógica reflete a presença de um sistema organizado por camadas, em que cada posição hierárquica está sujeita ao controle das instâncias superiores, mas, ao mesmo tempo, exerce algum nível de controle sobre as inferiores. Assim, o homem branco ocupa o topo dessa estrutura, simbolizando o maior grau de poder e privilégio, enquanto a mulher negra se encontra na base, caracterizada pela ausência de qualquer autonomia ou capacidade de influenciar outras camadas. Tal organização evidencia a perpetuação de desigualdades que naturalizam as relações de dominação e reforçam a exclusão dos grupos considerados como “outros”.

Como consequência desse sistema racista e patriarcal, as mulheres negras são sub-representadas nos espaços de decisões e são minoria em espaços de poder. Portanto, elas têm suas vozes silenciadas. No plano acadêmico, ao silenciar essas vozes, privilegia-se como conhecimento científico o conhecimento produzido por um grupo dominante enquanto o conhecimento a partir da vivência dos grupos subalternos é considerado folclórico, supersticioso ou, no máximo, histórias anedóticas. A partir dessa problemática, Kilomba (2019, p. 50) questiona: “Qual conhecimento validado nas agendas acadêmicas? Qual conhecimento é deixado de fora? De quem é esse conhecimento? Quem é reconhecida/o como produtora ou produtor de conhecimento? Quem está no centro e quem permanece fora, nas margens?”.

¹⁰ De acordo com o Dicionário Michaelis On-line, o termo ventríloquo refere-se a um indivíduo que possui a habilidade de articular palavras sem realizar movimentos perceptíveis com a boca. Essa técnica envolve a modificação da voz natural, criando a ilusão de que o som é emitido por outra pessoa, objeto ou, mais comumente, por um boneco que frequentemente acompanha o ventríloquo. Essa habilidade requer controle preciso dos músculos vocais e respiratórios, além de prática para aperfeiçoar a sincronização entre a fala e o movimento do boneco, que contribui para a ilusão de diálogo autônomo (Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/ventr%C3%ADloquo>).

¹¹ No capítulo 3, item 3.10, há uma explicação mais detalhada sobre a metáfora utilizada por Saffioti (1997).

Nos espaços acadêmicos, ainda que a participação feminina negra permaneça tímida, mais recentemente, as mulheres negras têm disputado narrativas sobre suas vidas e reconstruído memórias subalternas sobre suas vivências. Pesquisas têm mostrado a importância do reconhecimento dessas vozes na construção do conhecimento. Pinto (2007), por exemplo, destaca como a presença de mulheres negras na academia tem gerado toda uma economia do conhecimento pela qual circulam imagens e sentidos coletivos positivos sobre a população negra. Do mesmo modo, Moreira (2013) argumenta que a visibilidade dessas vozes na docência pode colaborar para o empoderamento de crianças negras. Pereira (2008) e Oliveira (2009), por sua vez, evidenciam que o acesso desses grupos à educação formal colabora para a ascensão social e fortalecimento das identidades subalternas, o que também afeta positivamente a construção de narrativas alternativas sobre si.

Considerando essas reflexões, nas próximas subseções, as escrituras se materializam a partir de dois lugares: primeiro, nas vozes das mulheres negras participantes da pesquisa, nas suas narrativas, trajetórias e vivências; segundo, na análise dessas narrativas a partir do “lugar de fala” da pesquisadora e do referencial teórico do feminismo negro, mostrando “os traços de negricia ou negrura do texto” (ARAÚJO, 2012, p. 47). A seguir, apresentamos um quadro-resumo das trajetórias de Dandara de Palmares, Maria Firmina dos Reis, Maria Filipa, Luiza Mahin, Anastácia, Aqualtune, Tereza de Benguela e suas estratégias de (re)existência política frente aos processos de subordinação a que foram submetidas ao longo de suas trajetórias de vida.

Quadro 2 – Breves trajetórias das participantes da pesquisa

PARTICIPANTE	TRAJETÓRIAS
AQUALTUNE	Aqualtune nasceu em Itapetinga (BA), no ano de 1994. Filha de trabalhadora doméstica. Foi bolsista Prouni na graduação em Serviço Social. Enfrentou diversos episódios de racismo e sexismo no serviço público. Atualmente, é assistente social na capital baiana, em uma empresa de renome nacional.
TEREZA DE BENGUELA	Tereza nasceu em 1976, no município de Macarani (BA). Sua trajetória de vida foi marcada por várias violências como abandono parental e abuso sexual. Foi criada na zona rural de Macarani. Ingressou na universidade pública quando suas filhas ainda eram crianças, enfrentando extremas dificuldades financeiras. Atualmente é servidora de uma universidade pública e professora efetiva da rede municipal de Vitória da Conquista, na Bahia. É pedagoga e mestranda em educação.

MARIA FIRMINA DOS REIS	Maria Firmina nasceu em 1989 em Salvador (BA). Sua infância foi marcada pelas discussões políticas acerca da questão racial, já que seu pai era militante do movimento negro. Na adolescência e juventude, enfrentou dificuldades financeiras; trabalhou como vendedora ambulante. Ingressou na universidade e fez graduação de Serviço Social. Foi servidora pública, mas, atualmente, é empresária renomada, palestrante, mentora, escritora, proprietária de duas empresas na área de serviço social e <i>marketing</i> digital.
DANDARA DOS PALMARES	Dandara de Palmares nasceu em 1988, no município de Gandu (BA), pertencente a uma família do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A infância e adolescência foram marcadas por dificuldades financeiras, mas também pelo contato direto com o movimento social. Na adolescência, foi trabalhadora doméstica desde os 13 anos de idade, quando residia em Salvador. Dandara foi a primeira da família a ingressar na universidade, cursando Medicina em Cuba, por meio do programa Pronera. Atualmente, é médica no Programa de Saúde da Família no município de Gandu.
LUIZA MAHIN	Luiza Mahin nasceu em 1977. Foi mãe solo e apoio financeiro da família. Foi uma das primeiras da família a ingressar na universidade. Atualmente, é mãe de três filhos, doutoranda em uma universidade pública, servidora pública no sistema prisional e docente efetiva na rede de educação de um município baiano.
ANASTÁCIA	Anastácia nasceu 1993, em Vitória da Conquista (BA). Enfrentou extrema pobreza e abuso sexual durante a infância. Foi mãe solo na adolescência. Trabalhou distribuindo panfletos em semáforos desde cedo para ajudar a família e cuidar do filho. Após trabalhar na loja de perfumaria O Boticário, se tornou maquiadora. Atualmente, é maquiadora-referência em pele negra no Nordeste. É digital influencer, professora de maquiagem e trabalha com publicidades para marcas renomadas.
MARIA FELIPA	Maria Felipa nasceu em 1974. Tem uma trajetória marcada por muito afeto familiar. Foi aluna de escola pública e a primeira da família a ingressar na universidade. Cursou Pedagogia na Universidade Federal de Viçosa (UFV), onde conciliou trabalho e estudo. Concluiu o curso graças à assistência estudantil. Atualmente, é professora em uma universidade pública.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

O quadro apresenta trajetórias marcadas por contextos de pobreza, trabalho doméstico e vulnerabilidades familiares, evidenciando também o protagonismo dessas mulheres em seus núcleos familiares, muitas vezes demandando um amadurecimento precoce. Nota-se que o processo de ascensão social foi viabilizado por estratégias como o autoempreendedorismo, a construção de carreiras no setor privado, o ingresso no serviço público e a conquista de

formação acadêmica em níveis elevados, incluindo mestrado e doutorado. Apesar das particularidades de cada percurso, um elemento comum entre as entrevistadas é o papel central da educação como instrumento fundamental para a mobilidade social. Mais do que isso, essas trajetórias configuram narrativas alternativas das mulheres negras. Se nos discursos tradicionais elas costumam ser reduzidas a papéis como trabalhadoras domésticas, ambulantes ou donas de casa, aqui emergem histórias de doutoras, médicas, empresárias e assistentes sociais. O que essas narrativas alternativas revelam sobre as memórias subalternas dessas mulheres? De que maneira essas memórias coletivas, forjadas em contextos de opressão, informam e impulsionam suas superações pessoais?

As memórias dessas mulheres negras revelam um constante esforço de resistência e reconstrução de narrativas que desafiam os estereótipos historicamente impostos a elas. Essas memórias, marcadas por contextos de pobreza, exclusão e racismo, não se limitam a registrar o sofrimento; ao contrário, elas se tornam ferramentas de luta para subverter os discursos de subalternização. Como enfatiza Conceição Evaristo (2020), a *escrevivência* emerge como um ato político, no qual a escrita e a memória se tornam instrumentos para borrar e desfazer imagens do passado que desumanizam as mulheres negras e silenciam suas vozes. Ao se colocarem como agentes de transformação em seus contextos familiares e profissionais, essas mulheres ressignificam suas trajetórias, evidenciando a potência de suas vivências. Com a noção de *escrevivência*, Evaristo se reporta a um processo que extrapola a própria escrita, para pensar as várias dimensões da dominação histórica de mulheres escravizadas, ao mesmo tempo que coloca em evidência essa resistência desde a ancestralidade:

E se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita, nos pertencem também. Pertencem, pois nos apropriamos desses signos gráficos, do valor da escrita, sem esquecer a pujança da oralidade de nossas e de nossos ancestrais. Potência de voz, de criação, de engenhosidade que a casa-grande soube escravizar para o deleite de seus filhos. E se a voz de nossas ancestrais tinha rumos e funções demarcadas pela casa-grande, a nossa escrita não. (EVARISTO, 2020, p. 30).

Nas *escrevivências* das mulheres participantes desta pesquisa, a escrita assume um sentido mais amplo, transcendendo o ato de registrar palavras em papel. É a manifestação das vozes caladas pelo tempo, ressignificadas pela oralidade ancestral e pela criatividade que persiste em resistir. É a engenhosidade transformada em força política e cultural, que revela narrativas invisibilizadas e subverte o apagamento histórico imposto às mulheres negras. Essa escrita, ao mesmo tempo denúncia e criação, não apenas resgata as memórias de luta e

resistência de suas ancestrais, mas também constrói novos caminhos de existência. É a afirmação de um espaço onde as mulheres negras, com suas vivências e histórias, inscrevem suas marcas no mundo, desafiando os limites da subalternização e afirmando o direito de existir plenamente, com voz, corpo e palavra.

Além disso, Grada Kilomba (2019) nos lembra que a memória coletiva das mulheres negras, apesar de ser marcada por um trauma colonial que continua a informar suas experiências no presente, sendo o racismo e a exclusão elementos estruturais que condicionam seus caminhos, não é apenas de dor, mas também de resistência, como aponta Sueli Carneiro (2005), ao destacar que a valorização dos saberes subalternos é uma forma de combater o epistemicídio e reposicionar essas mulheres como produtoras de conhecimento e narradoras de suas próprias histórias. Assim, ao mobilizar a educação, o ingresso em espaços de poder e a reconstrução de laços afetivos e comunitários, as entrevistadas demonstram que suas memórias funcionam como atos de resistência e criação de novas possibilidades de existência, que, nas palavras de bell hooks (2019), representam a capacidade de autodefinição e enfrentamento do olhar opressor. Essas narrativas não apenas denunciam as opressões históricas, mas também propõem novas formas de existir e resistir em um mundo que frequentemente as silencia.

No Quadro 2, observamos que essas mulheres transformaram suas vivências em atos de resistência e criação. Anastácia, por exemplo, superou uma infância de extrema pobreza e violência para se tornar referência na maquiagem voltada para mulheres negras, utilizando sua prática profissional como uma forma de elevar a autoestima e resgatar a potência da beleza negra, frequentemente invisibilizada pela sociedade. De forma semelhante, Dandara de Palmares, nascida em um contexto de dificuldades financeiras e pertencente a uma família do Movimento dos Sem-Terra (MST), inscreveu sua história como médica, rompendo com o imaginário colonial que restringia as mulheres negras aos papéis de submissão. Sua trajetória desestabiliza as barreiras impostas pela exclusão histórica, além de inspirar novas gerações a ocuparem espaços de poder antes inacessíveis.

Essas trajetórias dialogam diretamente com o conceito de *escrevivência*, pois a escrita das vidas dessas mulheres não está restrita a palavras, mas se expressa em seus corpos, escolhas e resistências. Se, como aponta Conceição Evaristo (2020, p. 30), “a voz de nossas ancestrais tinha rumos e funções demarcadas pela casa-grande”, hoje, essas histórias e experiências, inscritas em suas conquistas pessoais e profissionais, rompem com essas delimitações e ressignificam o espaço social das mulheres negras. A partir de suas vivências, elas reescrevem as narrativas de exclusão, transformando suas memórias subalternas em potentes ferramentas de transformação coletiva.

5.2 Escrevivências e memórias de infâncias negras

Como discutido em capítulo anterior, a escravidão no Brasil deixou marcas profundas e visíveis na sociedade, refletidas nos indicadores sociais e nas condições de vida da população negra. Mas o que dizer da infância de meninos e meninas negras? Dados sociais apontam que elas e eles compõem a maior parte das vítimas de violência e abuso, além de serem maioria em situações de vulnerabilidade, como acolhimento institucional, medidas de proteção e dependência de programas de transferência de renda (ARENDR, 2011; SOUSA, 2020; GOMES, 2023). Entre as questões mais marcantes nas trajetórias das mulheres entrevistadas está a violência sofrida na infância, que muitas vezes deixou marcas profundas em suas memórias. Esses encontros com a violência sexual, especialmente, podem ser analisados sob a perspectiva das “escrevivências clínicas” (MACHADO, 2021), amplamente discutidas na literatura especializada. Contudo, neste trabalho, privilegia-se as vozes das próprias vítimas, que, ao narrar suas histórias, ressignificam o sofrimento e tornam-se protagonistas de suas narrativas. Tereza de Benguela, por exemplo, compartilha a dolorosa experiência vivida durante sua infância, ilustrando como essas memórias traumáticas não apenas marcam o passado, mas também se entrelaçam com o presente, moldando suas lutas e resistências:

Eu era muito frágil, era uma menina pobre e uma menina negra. Essa pessoa que me assediou era um exemplo pra mim. Era como se fosse um pai, uma pessoa que eu admirava muito. A cidade toda via ele como um homem respeitador, uma pessoa acima de qualquer suspeita. E eu sofri essa violência, ele tentou me beijar. Uma vez, ele entrou nu no quarto onde eu estava. Acredito que o que levou a isso foi porque além de menina, eu era muito pobre também, e não necessariamente a questão de ser negra. (Tereza de Benguela, 2023).

Apesar de a vítima minimizar a dimensão racial, as pesquisas revelam o expressivo número de meninas negras vítimas de violência sexual, um fenômeno que reflete a confluência de opressões estruturais baseadas em raça, gênero e classe. Lilian Machado (2021), em sua dissertação, descreve como essas intersecções colocam as meninas negras em uma posição paradigmática de vulnerabilidade, sendo elas frequentemente vitimadas tanto por parentes quanto pela sociedade como um todo. Segundo a autora, essa violência deve ser compreendida dentro do que ela denomina “triplo trauma” – colonial, sexual e social –, evidenciando as marcas profundas que o racismo e o patriarcado deixam na subjetividade dessas vítimas. Além de materializar as opressões sistêmicas que historicamente afetam as mulheres negras, esse triplo trauma também as legitima em contextos familiares e sociais, expondo essas meninas a

uma vulnerabilidade estrutural. A autora argumenta que a condição de gênero, atravessada pelo racismo e pela classe social, cria um cenário em que as meninas negras são duplamente invisibilizadas: enquanto vítimas de violência e enquanto sujeitos históricos, muitas vezes desprovidas de reconhecimento e amparo. Ademais, coloca em foco a naturalização dessas violências, que frequentemente são silenciadas por práticas culturais e dinâmicas familiares que deslegitimam a denúncia, reforçando uma posição de subalternidade para essas meninas. Para Machado (2021), a violência sexual deve ser compreendida não como um evento isolado, mas como parte de uma estrutura histórica e social que perpetua a opressão sobre corpos negros femininos, negando-lhes autonomia e direitos básicos. Este cenário, segundo a autora, revela a urgência de escutar as histórias dessas meninas e mulheres, de modo a transformar o silêncio em denúncia e as experiências individuais em uma luta coletiva contra a opressão.

Assim como ocorreu com Tereza, a trajetória de Anastácia também é marcada pela dolorosa experiência de violência sexual na infância, perpetrada por alguém que ela considerava uma figura de confiança e referência. Em seu relato, Anastácia descreve com intensidade os impactos dessa vivência, que, embora individual, ecoa em uma realidade compartilhada por muitas mulheres negras em contextos semelhantes:

Quando eu tinha 12 anos, sofri abuso de um professor da escola de capoeira que eu frequentava, ele se insinuava de forma diferente, eu o chamava de tio, eu percebia que o olhar dele era diferente e me tocava nas atividades. Meu comportamento em casa mudou, então minha irmã mais velha percebeu e acabei indo ficar na casa da minha tia um período. Todas as pessoas da escola ficaram sabendo, minhas colegas de escola falavam que eu dava em cima do professor e que eu inventei essa história. E aí eu não quis ir mais para a escola e me senti culpada na época. (Anastácia, entrevista, 2023).

As narrativas de Anastácia e Tereza corroboram os dados alarmantes divulgados pelo Ministério da Saúde em 2023, que apontam familiares e conhecidos, em sua maioria homens, como os principais agressores em casos de violência sexual contra crianças e adolescentes. Essa realidade também é evidenciada no relatório da United Nations Children's Fund¹² (Unicef), intitulado “Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil”, elaborado a partir de dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. O documento destaca que, entre 2017 e 2020, 81% das vítimas de estupro e estupro de vulnerável tinham até 14 anos de idade, sendo a maioria do sexo feminino. Um aspecto preocupante identificado no relatório é a lacuna nos registros referentes à raça/cor das vítimas: em 41% dos casos analisados, esse

¹² Em português, Fundo das Nações Unidas para a Infância.

campo não foi preenchido. Apesar dessa subnotificação, os dados disponíveis mostram que 52% das vítimas são brancas e 47% negras, o que levanta questionamentos sobre a representatividade real das vítimas negras diante de um cenário de desigualdade estrutural.

Com efeito, é fundamental analisar na fala de Anastácia a presença da culpabilização internalizada, um fenômeno que ocorre quando os papéis e lugares são invertidos, e a vítima passa a carregar o peso da culpa pela violência sofrida. Esse processo é resultado direto das relações desiguais de poder, que, nesses casos, estão intrinsecamente ligadas às disparidades de idade, gênero e raça. Saffioti (2007) nos ensina que a vitimização sexual é amplamente difundida, em grande parte, porque o agressor possui apenas fragmentos limitados de poder, mas continua a almejar um poder maior. Insatisfeito com sua posição limitada, ele busca afirmar sua autoridade como uma forma de se preparar para alcançar o poder que deseja, extrapolando suas prerrogativas e manifestando o que pode ser chamado de síndrome do pequeno poder. Essa dinâmica reflete a perpetuação de uma estrutura social opressiva, bem como os impactos psicológicos profundos que consolidam na vítima um sentimento de responsabilidade indevido, amplificando o ciclo de violência e silenciamento. Na mesma linha de pensamento, Faleiros e Faleiros (2007, p. 28) argumentam:

[O] poder é violento quando se caracteriza numa relação de força de alguém que a tem e que a exerce visando alcançar objetivos e obter vantagens (dominação, prazer sexual e lucro) previamente definidos. A relação violenta por ser desigual, estrutura-se num processo de dominação, através do qual o dominador, utilizando-se de coação e agressões, faz do dominado um objeto para seus “ganhos”. A relação violenta nega os direitos do dominado e desestrutura sua identidade.

A culpabilização internalizada, conforme analisado na fala de Anastácia, e a “síndrome do pequeno poder” destacada por Saffioti (2007), encontram reforço nas reflexões de Faleiros e Faleiros (2007), que explicitam como o poder, em sua dimensão violenta, opera por meio de relações desiguais e estruturadas para a dominação. O agressor, motivado por objetivos como prazer, lucro ou domínio, transforma a vítima em objeto de seus interesses, utilizando-se de coação e violência para sustentar essa dinâmica. Essa relação, ao negar os direitos da vítima e desestruturar sua identidade, perpetua não apenas o ciclo de violência, mas também os efeitos psicológicos devastadores que alimentam o sentimento de culpa e o silenciamento da vítima. Assim, o fenômeno descrito por Saffioti como uma aspiração ao grande poder é, na prática, um instrumento que reforça sistemas de desigualdade e opressão, pelos quais o agressor exerce

domínio, desumaniza e anula a subjetividade do outro, comprometendo profundamente sua capacidade de resistência e recuperação.

Esse poder se manifesta não apenas na violência sexual, mas também na violência física, como no caso de Anastácia, que relata não ter lembranças felizes de sua infância devido à agressividade extrema de seu pai, que frequentemente recorria a espancamentos. Em suas palavras:

Se o meu pai chegasse e a gente tivesse na porta de casa, a gente apanhava, eu saía correndo da escola, porque se eu passasse da hora que ele determinava, eu apanhava. Eu tinha que colocar o prato de comida na mão dele. Uma vez ele pediu para fritar alguma coisa para comer, aí eu cortei a salsicha do jeito que para ele era errado, ele não gostava que cortasse redondo, queria que cortasse por inteiro, ele jogou tudo no chão da cozinha, jogou arroz por cima, e me deu a colher, enquanto ele me batia eu tinha que ir comendo. Meu pai foi uma das piores pessoas que eu pude conhecer, deveria ser a pessoa de proteção, mas ele foi a pessoa que a gente mais tinha medo, a gente tinha que falar baixo em casa, tinha que falar olhando pro chão, se olhasse para o rosto dele ele batia no rosto da gente, porque é como se estivesse faltando com respeito a ele. (Anastácia, entrevista, 2023).

Esse relato evidencia o extremo da violência, cujos efeitos deixam marcas profundas na infância e reverberam até a vida adulta, como deixa claro Anastácia. Ao narrar suas vivências, suas expressões carregam sofrimento e pesar, especialmente por tratar-se de um pai, figura de quem se esperava proteção. Em diversos momentos da entrevista, Anastácia repete: “Meu pai era alguém de quem eu esperava proteção e foi a pior pessoa que conheci na vida”. Esse cenário reflete a imposição da vontade do adulto sobre a criança, prática profundamente enraizada na sociedade e sustentada por estruturas de adultocentrismo e androcentrismo.

Saffioti (2004) alerta que além do adultocentrismo, a sociedade também legitima o androcentrismo, atribuindo aos homens o direito de exercer poder sobre mulheres, crianças e adolescentes, o que reforça e sustenta o patriarcado. Essa dinâmica de poder expõe a interseccionalidade das opressões, evidenciada pela interação das gramáticas de regulação social. Como observa Saffioti (1997), a menina negra ocupa a base da hierarquia no que se refere a gênero, raça/etnia, classe social e idade. Dessa forma, elas estão no topo das estatísticas de violações sexuais, resultado da confluência entre machismo, racismo, desigualdade social e adultocentrismo masculino, elementos que perpetuam um ciclo sistêmico de opressão e violência.

Embora a cultura patriarcal ajude a compreender os ataques dos homens aos corpos das mulheres, os traumas vivenciados por meninas negras exigem uma análise que transcenda o senso comum, segundo o qual homens negros seriam inerentemente violentos e predadores

sexuais. Esses homens, muitas vezes, também reproduzem uma lógica de dominação sobre corpos negros, uma lógica enraizada nas estruturas coloniais. Essa dominação, normalizada e legitimada no período da escravidão, não foi desmantelada com o fim do regime escravocrata; ao contrário, ela se perpetua em novas formas que continuam a organizar e estruturar as relações sociais. É importante, portanto, problematizar o legado histórico de violências que eram socialmente toleradas na colônia e que permanecem como bases de desigualdades contemporâneas, sustentando tanto o patriarcado quanto o racismo estrutural.

Lélia Gonzalez (1988) também denunciou a violência sexual como parte integrante do projeto de dominação colonial. Em um de seus textos clássicos, **Neurosis Cultural Brasileira**, a autora destaca a invisibilidade desse aspecto central da opressão racial no Brasil. Gonzalez evidencia como o grande contingente de brasileiros mestiços é fruto de relações de poder desiguais, marcadas pelo estupro, pela violação e pela exploração sexual de mulheres escravizadas. Segundo a autora: “Na verdade, o grande contingente de brasileiros mestiços resultou de estupro, de violação, de manipulação sexual da escrava. Por isso existem os preconceitos e os mitos relativos à mulher negra: de que ela é ‘mulher fácil’, de que é ‘boa de cama’” (GONZALEZ, 1988, p. 110). Isso revela como a violência sexual, além de instrumento de dominação colonial, moldou estereótipos racistas e misóginos que ainda afetam profundamente as mulheres negras na contemporaneidade.

Sob pena de reprodução de estereótipos acerca da masculinidade negra – como exemplificado na narrativa de Maria Firmina, que expressa com orgulho “o privilégio de ter um pai que era militante do movimento negro” –, o estudo sobre a memória das mulheres negras deve manter-se fiel aos seus relatos de vitimização, mesmo quando estas envolvem membros da própria comunidade. Ao mesmo tempo, é fundamental situar essas narrativas no contexto do trauma histórico imposto pelo projeto colonial. No caso das entrevistadas, percebe-se como as memórias de infância permanecem vivas e conectam-se à memória coletiva do sofrimento negro, um fenômeno que diversas intelectuais denominam “trauma colonial” (GONZALEZ, 1988; NASCIMENTO, 1985; HARTMAN, 1997; KILOMBA, 2019). Essas memórias individuais e coletivas mostram como as experiências pessoais de dor estão entrelaçadas com a história de opressão e resistência da diáspora negra, ressaltando a importância de uma análise interseccional e crítica para compreender as múltiplas dimensões desse legado.

As narrativas de Tereza e Anastácia são, portanto, textos sociais para ler o presente e o passado. Suas vivências desafiam a linearidade do tempo uma vez que suas biografias se situam “[n]esse imediatismo, no qual o passado se torna presente e o presente passado” (KILOMBA, 2019, p. 158), ou seja, uma negritude atemporal. A autora destaca ainda que “cenas coloniais

(o passado) são reencenadas através do racismo cotidiano (o presente) e, por outro lado, o racismo cotidiano (o presente) remonta cenas do colonialismo (o passado)”. Passado e presente, portanto, são faces de uma mesma moeda. Importante destacar que essas afirmações não carregam em si a busca por uma essencialidade, origem e linearidade temporal. Trata-se de uma relação que se estabelece no plano atemporal, não lógico-causal, o que rasura, por exemplo, os preceitos de uma epistemologia colonial e historiografia da metafísica, compreendendo que, embora passado e presente se entrecruzem, os objetos são reeditáveis, reencenáveis e remontados necessariamente a partir de seus contextos históricos.

As memórias subalternas de mulheres negras não são memórias apenas de sofrimento e de dor como são os *scripts* sobre a vida negra na indústria cultural, o que Chimamanda Adiche, conforme já mencionamos anteriormente, nomeou apropriadamente como “o perigo de uma história única” – expressão homônima ao seu livro (adaptação de sua primeira palestra¹³ no TED Talk¹⁴, em 2009), publicado pela Companhia das Letras em 2019. Essa narrativa limitada desumaniza ao ignorar as dimensões de força, resiliência, criatividade e agência que também compõem as histórias dessas mulheres.

Adichie (2019) alerta para as consequências de reduzirmos indivíduos, comunidades e culturas a narrativas simplificadas e unilaterais. Esse perigo reside na construção de estereótipos, os quais, como ela enfatiza, não são necessariamente falsos, mas incompletos. Ao tratar um povo ou uma experiência de maneira uniforme, apaga-se a pluralidade e complexidade das histórias que formam identidades e realidades. Quando a autora toma como ponto de partida episódios de sua própria vida, enquanto nigeriana, para pensar o poder colonial na literatura, denuncia um sistema de dominação que opera, sobretudo, no plano da linguagem – em seu sentido mais amplo – e produz e perpetua narrativas únicas. Para Adichie, essas narrativas hegemônicas têm origem no desequilíbrio de poder, no qual quem detém o controle sobre os meios de comunicação e produção cultural define o que é visto e entendido como a “verdade”. Assim, a autora conclui que rejeitar a história única é essencial para restaurar a dignidade das pessoas e promover uma compreensão mais ampla e humana da realidade. Significa, pois, uma

¹³ Disponível na íntegra por meio do *link*: https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story?utm_campaign=tedsprea&utm_medium=referral&utm_source=tedcomshare.

¹⁴ Conforme o site do TED, um TED Talk é uma apresentação ou palestra realizada no formato estabelecido pela organização TED (Technology, Entertainment, Design), cuja missão é disseminar ideias inovadoras, inspiradoras ou provocativas. Esses eventos, que ocorrem em diversas partes do mundo, contam com palestras de até 18 minutos de duração, ministradas por especialistas, pesquisadores, artistas e outros profissionais. Os TED Talks cobrem uma ampla gama de temas, como ciência, tecnologia, educação, arte e cultura, buscando tornar conhecimento e experiências acessíveis ao público geral por meio de vídeos disponibilizados *online* (informações disponíveis no *link*: <https://www.ted.com/about>).

decolonização da episteme, da linguagem, das narrativas, da história (FANON, 2008; KILOMBA, 2019).

Nas escrituras de mulheres negras, como enfatiza Conceição Evaristo, emergem múltiplas camadas de significados, nas quais o sofrimento é ressignificado como resistência e a dor dá lugar à construção de novas subjetividades. Essas memórias, como defendemos até aqui, denunciam as violências impostas, bem como celebram a capacidade de sobreviver, criar e transformar. Elas desafiam os estereótipos e revelam uma história plural, polifônica, que apesar de dialogar com o passado colonial, projeta futuros de autonomia e poder. Algumas das interlocutoras tiveram suas infâncias marcadas pela violência, mas esses são apenas alguns dos inúmeros retalhos de memória que elas ativam como instrumentos para ressignificar suas experiências. Há, também, memórias da infância do empoderamento negro, da ternura paterna, da afetividade da mãe negra, revelando contranarrativas sobre a patologização da família negra, vista como incapaz de gerar e educar crianças socialmente saudáveis (BRITO, 2016, ALVES; TOLEDO, 2017; GOES, 2013). Essa patologização da família negra é fruto de construções históricas e sociais que remontam ao período escravocrata (FERNANDES, 2008) e se perpetuam em discursos racistas contemporâneos. Tais discursos desumanizam a família negra, negando-lhe sua complexidade e dinamicidade, enquanto reforçam estereótipos que a vinculam à desordem, ao abandono e à violência. Essa narrativa, alimentada por políticas públicas excludentes e representações midiáticas distorcidas, como na teledramaturgia (MAIA; SILVA, 2016), frequentemente invisibiliza as múltiplas formas de cuidado, afeto e resistência presentes nessas famílias. Ao deslegitimar o papel das mulheres negras como mães e cuidadoras, e ao ignorar a presença de homens negros afetivos e presentes, essas visões reduzem a família negra a um espaço disfuncional, desconsiderando as estratégias de sobrevivência e fortalecimento comunitário que a constituem. Assim, as escrituras de mulheres negras tornam-se fundamentais para desconstruir essas narrativas, oferecendo contranarrativas que celebram a diversidade, a potência e a criatividade da família negra, reposicionando-a como um núcleo de amor, resistência e formação de subjetividades fortalecidas.

As memórias subalternas de nossas interlocutoras incluem uma dimensão ainda pouco explorada nos estudos da memória: a autoconsciência racial e a agência política. Maria Firmina dos Reis e Dandara de Palmares, por exemplo, tiveram, durante a infância, contato com o movimento negro, experiência central em seus processos de tornar-se negras, como relatam em seus depoimentos. Essas vivências demonstram como o engajamento político e a reflexão sobre identidade racial, mesmo em etapas iniciais da vida, podem moldar trajetórias de resistência e transformação social:

Eu tive o privilégio de ter um pai que era militante do movimento negro e nessa militância ele me proporcionou acessar uma intelectualidade negra da época que me fez ter uma visão diferente do meu entorno, então eu comecei a me ver para além da minha realidade. Desde criança eu sabia que era possível acessar outros lugares. Então eu me sinto privilegiada porque saí desse lugar de escassez. (Maria Firmina dos Reis, entrevista, 2023).

Fui pra um movimento social, eu tinha apenas onze anos. Então assim, super eu me identificava, não percebia as diferenças, participava dos eventos e as pessoas que estavam lá na frente eram negras também. (Dandara de Palmares, entrevista, 2023).

A memória subalterna de Maria Firmina e Dandara de Palmares ressoa as lutas históricas do movimento negro na construção de uma consciência racial coletiva em oposição ao mito da democracia racial. Enquanto o discurso hegemônico incentiva as pessoas negras a negarem sua afrodescendência e a se alinharem aos valores da dominação racial, suas vivências evidenciam a resistência cotidiana a essa narrativa. Essa história, frequentemente silenciada, ganha relevância em um contexto onde o racismo é sistematicamente negado como fator estruturante das oportunidades, e a negritude emerge como resposta política e cultural a esse sistema de opressão.

Conforme já discutimos, a luta contra o racismo e as desigualdades raciais no Brasil exige uma contestação constante ao mito da democracia racial, que, segundo Kabengele Munanga (2014), funciona como um disfarce para o racismo estrutural, mascara as desigualdades e reforça hierarquias que desumanizam e excluem grupos historicamente marginalizados. Reconhecer e respeitar as diferenças é, portanto, um passo indispensável para a construção de uma democracia autêntica. Nesse sentido, políticas públicas como ações afirmativas e uma pedagogia multicultural são fundamentais para promover a igualdade de oportunidades, garantindo que a diversidade seja valorizada como uma riqueza e não como um obstáculo. Munanga também critica o universalismo que ignora as particularidades culturais e raciais, alertando para os perigos de uma abordagem que desconsidere as especificidades dos grupos minoritários. Para ele, a construção de uma cidadania inclusiva e duradoura depende de uma articulação equilibrada entre igualdade e diferença, viabilizada por uma reeducação que combine direitos universais com o reconhecimento das identidades culturais. Esse processo é fundamental, especialmente no sistema educacional, no qual a exclusão das narrativas negras perpetua a invisibilidade e a negação do racismo. Reconhecer as diferenças, portanto, não implica fomentar a segregação, mas promover uma transformação social capaz de construir

uma identidade nacional plural, justa e democrática. Assertivamente, Florestan Fernandes (1989, p. 23) anuncia:

A democracia só será uma realidade quando houver, de fato, igualdade racial no Brasil e o negro não sofrer nenhuma espécie de discriminação, de preconceito, de estigmatização e de segregação, seja em termos de classe, seja em termos de raça. Por isso, a luta de classes, para o negro, deve caminhar juntamente com a luta racial propriamente dita.

Por meio das vivências de Maria Firmina e Dandara de Palmares, é possível narrar a história subalterna do movimento negro. Como mulheres negras, elas desafiam a exclusão e reafirmam seu pertencimento à sociedade, mesmo enfrentando o racismo estrutural. O contato com a intelectualidade e a militância negra foi central para ampliar a compreensão das dimensões estruturais de suas experiências, proporcionando-lhes ferramentas para o empoderamento. Esse processo, tomando emprestadas as reflexões de Neusa Santos Souza (2021), refere-se ao ato de tornar-se negra, uma construção identitária que transcende a esfera individual para se enraizar nas lutas coletivas do movimento negro. Tornar-se negra, segundo a autora, implica uma reconexão com uma identidade histórico-existencial que foi sistematicamente negada e obliterada ao longo da história. O povo negro, historicamente afastado de seus valores culturais e de sua subjetividade original, foi submetido a um processo de sujeição, massacre e aniquilação simbólica, cujo efeito foi a imposição do ideal branco-heteronormativo como paradigma universal de humanidade, como o centro normativo da sociedade e, portanto, a única via legítima para que negros sejam reconhecidos como “gente”, para “tornar-se gente” (FERNANDES, 2008). Tal dinâmica reflete um processo de opressão e violência de um sistema que condiciona o ser e o estar no mundo à assimilação de valores alheios e excludentes, resultado das várias dimensões do racismo. Luiza Mahin relembra um episódio de sua infância:

Da infância, eu me lembro de uma cena, uma prima minha, quando eu tinha uns 11 anos de idade, ela era um pouco mais velha, aí ela falou assim, nossa, você é tão bonita, imagina se você fosse branca, você seria linda, então aí tomei aquele choque, já fiquei pensando, algo que aconteceu há muitos anos atrás mas não esqueci, porque foi um episódio marcante, assim na minha memória, talvez seja esse momento, que caiu a ficha de como eu era vista socialmente, acho que a identificação como mulher preta, começa aí. sempre foi comum eu ouvir, você é uma morena muito bonita, uma morena que tem os traços finos. (Luiza Mahin, entrevista, 2023).

A narrativa de Luiza Mahin, em que uma experiência marcante da infância a leva a uma percepção mais profunda de sua identidade racial, dialoga diretamente com essa perspectiva de Neusa Santos Souza sobre o processo de tornar-se negra, que, conforme discutimos, é um movimento de conscientização e enfrentamento da negação identitária imposta pelo racismo estrutural, que condiciona as pessoas negras a internalizarem a rejeição e os estigmas atribuídos a suas características físicas e culturais.

No relato de Luiza, o comentário de sua prima – que vinculava sua beleza a uma hipótese de branquitude – atua como um gatilho que a confronta com a forma como é vista socialmente. Esse momento de “queda da ficha”, como ela descreve, representa o ponto de partida de sua conscientização sobre o olhar racializado que a sociedade projeta sobre seu corpo e sua identidade. Esse olhar, marcado pela associação de traços finos à beleza e pela tentativa de diluir sua negritude por via do eufemismo “morena”, reflete a tentativa de desracializar a identidade negra para aproximá-la de um padrão branco hegemônico. Para Neusa Santos Souza, o tornar-se negra exige a desconstrução desses valores internalizados, que buscam reduzir ou negar a negritude. No caso de Luiza, sua identificação como mulher preta a partir desse episódio demonstra o início de um processo de resistência e reafirmação, em que ela começa a reconhecer e questionar as narrativas que tentam excluir ou minimizar sua identidade racial. Esse processo é fundamental para reverter a lógica racista que desumaniza e desvaloriza corpos negros, permitindo que mulheres como Luiza Mahin ressignifiquem suas experiências e afirmem sua identidade em um contexto que, historicamente, tentou apagá-la. Considerando o racismo como um lugar de regra, e não de exceção, esses episódios e processos são comuns nas escrituras dessas mulheres, tal como Anastácia nos relata:

Se me perguntasse qual minha cor, eu dizia que era morena, é como se eu falasse que o preto era um coisa ruim, eu pensava “não sou tão escura assim, então eu sou morena”, alisava o cabelo, não usava cabelo cacheado. Só voltei a usar o cacheado na transição, minha transição foi com meus 23 anos. Já na gravidez não pude alisar, aí começou a crescer minha raiz e quando eu fui para retocar a raiz no salão, uma moça falou que a raiz do meu era linda, que eu não deveria alisar, e eu fui deixando de escovar, eu não passei produtos de novo, só aí eu comecei a gostar do meu cabelo cacheado. [...] Eu comecei a me identificar como mulher negra e perceber as coisas, foi quando eu comecei trabalhar no Boticário, eu comecei a perceber que a grande maioria era mulheres brancas, e a gerente me disse que a dona da loja estava procurando mulheres assim, de cabelo cacheado e mulheres com tons de pele escura, Mulheres negras, cabelo cacheado e que ela tinha gostado do meu perfil. Eu comecei a entender que eu podia ser escolhida para trabalhar, e para isso eu não precisava alisar meu cabelo. Eu recebia muitos elogios. (Anastácia, entrevista, 2023).

Se, por um lado, a história revela, conforme Souza (2021), que a ascensão social do povo negro brasileiro está intrinsecamente ligada à assimilação aos padrões brancos de relações raciais, configurando-se como um processo de submissão ideológica em que um estoque racial se subordina a outro que se impõe hegemonicamente, também é a narrativa de uma identidade renunciada em troca de um reconhecimento condicionado à intensidade da própria negação; por outro lado, na contemporaneidade, emerge uma potência renovada de narrativas e modos de existência que rasuram essa lógica. Essas histórias, profundamente entrelaçadas às vozes-mulheres (Evaristo, 2017), articulam-se como um eco complexo de resistência e recriação, exemplificado nas vivências das entrevistadas, que, para além da negação da submissão, representam a afirmação de novos paradigmas de ser e estar no mundo.

5.3 Escrivências de ciclos familiares e emprego doméstico

A maioria das participantes da pesquisa revela, em suas narrativas familiares, que suas mães eram empregadas domésticas e que elas foram as primeiras em suas famílias a ingressar no ensino superior. Anastácia, Dandara de Palmares, Tereza de Benguela e Aqualtune destacam as inúmeras dificuldades enfrentadas por suas famílias, bem como o trabalho doméstico vivido por algumas delas e por suas mães, evidenciando as barreiras sociais e econômicas que marcaram suas trajetórias.

A gente passava fome. Minha mãe trabalhava de faxina...ela vinha andando quilômetros de distância e ela passava na churrascaria e o que sobrava de comida, do restaurante ela trazia na marmita para ela ferver em casa pra gente conseguir comer. Minha mãe ia pedindo comida nos lugares para a gente comer, minha infância toda até minha adolescência foi nesse mesmo cenário. (Anastácia, entrevista, 2023).

Os relatos das entrevistadas revelam trajetórias marcadas por resiliência e superação em meio a condições de vulnerabilidade e exclusão. Dandara de Palmares (entrevista, 2023) recorda o impacto de, ainda adolescente, deixar sua terra natal para trabalhar em Salvador, exercendo atividades na cozinha de famílias não negras, uma experiência que, segundo ela, suportou por apenas três anos devido à exaustão e às desigualdades que vivenciou. Tereza de Benguela (entrevista, 2023) narra uma infância rural, sendo adotada por um casal negro retinto e analfabeto – o pai, vaqueiro, e a mãe, empregada doméstica. Para estudar até o sétimo ano, enfrentava longas jornadas a cavalo até a cidade, onde se alojava na casa de parentes. Já Aqualtune (entrevista, 2023) descreve a infância como um período de grande esforço de sua

mãe, que conciliava o trabalho doméstico com os estudos no magistério, precisando se desdobrar para sustentar a família, comprar materiais escolares e educar as filhas. Essas memórias refletem os desafios impostos às mulheres negras e suas famílias, destacando tanto a opressão estrutural quanto a luta constante por melhores condições de vida e acesso à educação.

Em **Leituras de cinema** (2023), publicação do projeto **Cinema: Eis a Questão da Uesb**, realizado pelo programa Janela Indiscreta Cinema e Audiovisual, Claudio Carvalho e Patrícia Moreira analisam o longa-metragem **Que horas ela volta?** (2015), de Anna Muylaert, explorando, em certa medida, como os resquícios da escravidão se perpetuam no espaço do trabalho doméstico. A partir dessa análise, os autores destacam tanto as dimensões simbólicas quanto os materiais dessa violência estrutural, evidenciando os mecanismos que sustentam as desigualdades no contexto contemporâneo. A narrativa do filme, conforme Carvalho (2023) e Moreira (2023), evidencia que a arquitetura e os espaços físicos das casas funcionam como dispositivos que reafirmam hierarquias sociais e raciais. O “quartinho de empregada”, por exemplo, herdeiro direto da lógica da casa-grande e senzala, simboliza a segregação espacial, delimitando claramente onde as empregadas podem ou não circular. Essa organização física reforça a posição subalterna das mulheres negras, transformando suas condições laborais e pessoais em instrumentos de exclusão. Isso coloca em foco não só uma estrutura material de poder, mas ainda uma arquitetura cognitiva que se inscreve sobre os corpos/mentalidades dessas mulheres, relegando-as ao (in)cômodo estreito, apertado, mal acabado, um espaço-tempo de regra, e não de exceção. **A senzala moderna é o quartinho da empregada** – subtítulo da obra de Preta-Rara (2019).

O trabalho doméstico, como apontam Carvalho (2023) e Moreira (2023), transcende o âmbito profissional, operando como um espaço de controle e vigilância que reproduz as lógicas de servidão do período escravocrata. A personagem Val, do citado longa-metragem “Que horas ela volta?” (2015), de Anna Muylaert, considerada “quase da família”, tem sua presença tolerada apenas enquanto permanece submissa e não ameaça os privilégios dos patrões. Essa dinâmica é explicitada em cenas que mostram a segregação simbólica e material, como o acesso restrito à sala, ao uso da piscina e ao tipo de louça permitida. A chegada de Jéssica, filha de Val, rompe essas convenções ao ocupar espaços historicamente negados às empregadas, gerando desconforto e resistência dos patrões, que reagem para reafirmar as hierarquias de poder. Os textos também destacam que o trabalho doméstico continua sendo um ambiente de exploração para as mulheres negras, marcado por condições de desvalorização e exclusão. Contudo, a trajetória de Val, culminando em sua decisão de deixar o trabalho para cuidar de sua filha, simboliza a resistência e a possibilidade de ressignificação desses espaços de opressão

(CARVALHO, 2023; MOREIRA, 2023). Essa transformação evidencia como a história da exclusão pode ser desafiada, permitindo que o espaço doméstico seja reconstruído como um lugar de autonomia e reconstrução identitária.

Carvalho (2023) chama a atenção para a PEC das Domésticas – Emenda Constitucional nº 72 que altera parágrafo único do artigo 7º da CRFB/88 –, destacando-a como um marco fundamental na tentativa de equacionar as relações de trabalho doméstico no Brasil às demais categorias profissionais, muitas vezes chamada de “segunda abolição”. Essa emenda representa um avanço significativo no reconhecimento formal de direitos historicamente negados às trabalhadoras domésticas, que, em sua maioria, são mulheres negras. Contudo, como Carvalho pontua, a regulamentação não elimina imediatamente as desigualdades estruturais e os resquícios de uma lógica colonial que ainda atravessam esse espaço. A naturalização de práticas exploratórias, o controle simbólico e material dos corpos dessas mulheres e a segregação espacial – exemplificada pelo “quartinho de empregada” – permanecem como desafios à efetiva implementação dos direitos garantidos pela emenda. Assim, a PEC das Domésticas é um passo importante, mas insuficiente, no enfrentamento das desigualdades de gênero e raça que persistem no trabalho doméstico.

As violências estruturais que atingem a população negra, como já discutido extensivamente na segunda seção deste trabalho, afetam de maneira desproporcional as mulheres negras, incluindo as mães de Anastácia, Tereza de Benguela, Aqualtune e a própria Dandara de Palmares. Essas violências aprofundam as desigualdades sociais, manifestando-se de forma extrema em situações como a de Anastácia, cuja família precisou sobreviver com restos de comida; ou na normalização da exploração do trabalho de uma adolescente de 13 anos, que acordava antes de todos e ia dormir por último; ou ainda no trabalho rural, com remuneração tão insuficiente que não permitia sequer arcar com os custos do deslocamento da filha para a escola. No caso da mãe de Aqualtune, essa opressão se reflete no acúmulo exaustivo de funções, conciliando o trabalho doméstico com os estudos para garantir a educação das filhas. Essas narrativas revelam como a violência estrutural não apenas perpetua as desigualdades, mas também condiciona e limita as possibilidades de vida das mulheres negras e de suas famílias.

Sobre a vida das mulheres negras e trabalho doméstico, Pereira (2011) nos convida a refletir sobre um questionamento: “Porque a negra é a babá dos filhos da mulher branca burguesa ou pequeno-burguesa, enquanto seus próprios filhos não existem ou percorrem soltos os morros e as ruas principalmente das grandes cidades?”. Apesar de estarmos em outro momento histórico, o questionamento continua atual. Os filhos ou filhas soltas(os) são como as

nossas entrevistadas, com dificuldades de acesso à escola na infância, com trabalho precoce na adolescência ou com grandes responsabilidades muito cedo.

Nogueira (2017, p. 55) chama atenção para as concepções e estereótipos acerca das mulheres negras, tidas como aquelas destinadas naturalmente ao trabalho doméstico, ao servir, ao cuidado, à submissão. Devido a esse estereótipo, essas mulheres enfrentam maiores dificuldades para ascender socialmente. Nogueira também nos convida a responder à seguinte pergunta: “Como as mulheres brancas de classe média poderiam ascender enquanto profissionais qualificadas se não fossem depositando sobre as costas destas mulheres negras o peso de suas famílias?”.

Ao voltarmos o olhar para os relatos das participantes da pesquisa, observamos que, embora o trabalho doméstico não tenha as impedido de construir novas histórias e romper ciclos, foi necessário um esforço imenso para alcançar essas conquistas, dadas as condições sociais desfavoráveis que enfrentaram. Evidencia-se, nesse contexto, a interseção de raça, gênero e classe social, que impõe desafios adicionais e exige dessas mulheres novas formas de resistência e empoderamento na sociedade.

Reconhecer a interseccionalidade dessas opressões é fundamental para desmascarar as desigualdades estruturais e rejeitar uma retórica “cega à cor”, que, como aponta Collins (2009), invisibiliza as experiências específicas das mulheres negras. Assim, ao romperem os ciclos do trabalho doméstico, como é analisado mais adiante, essas mulheres quebram outros ciclos que ainda estão por vir. Ocupando espaços de poder, tornam-se referências para outras meninas e meninos negros, contribuindo para uma transformação gradual, mas significativa, em seus cotidianos e na sociedade como um todo.

5.4 Escrivências sobre episódios de racismo cotidiano

As trajetórias das participantes da pesquisa são profundamente atravessadas por experiências racializadas, marcadas por inúmeros obstáculos que dificultaram seus processos de ascensão social, muitos dos quais têm raízes no racismo estrutural. Essas vivências se alinham ao conceito de racismo cotidiano formulado por Kilomba (2019), que compreende o racismo como um conjunto de vocabulários, discursos, imagens, gestos, ações e olhares que posicionam a pessoa negra não apenas como “Outra/o”, mas como a própria personificação da “Outridade”. Para a autora, essa condição coloca o sujeito negro como o reflexo dos aspectos reprimidos da sociedade branca (KILOMBA, 2019). Além disso, Kilomba destaca que o racismo cotidiano não se manifesta como eventos isolados, mas como uma violência sistemática

e recorrente que permeia o cotidiano das pessoas negras. Trata-se de uma experiência que independe das ações dos sujeitos negros e que reflete o acúmulo de eventos violentos, revelando um padrão histórico de abuso racial. Esse padrão perpetua os horrores da violência racista e reativa das memórias coletivas do trauma colonial, como enfatiza a autora: “[...] o acúmulo de eventos violentos que, ao mesmo tempo, revelam um padrão histórico de abuso racial que envolve não apenas os horrores da violência racista, mas também as memórias coletivas do trauma colonial” (KILOMBA, 2020, p. 215). Esses aspectos tornam-se evidentes nos relatos das participantes da pesquisa, como se verá a seguir, trazendo à tona os impactos dessas vivências em suas histórias e identidades:

[...] Sofria muito por conta do cabelo, quando eu pude, eu alisei o cabelo. Foi um ingrediente principal do racismo. Mesmo eu não tendo consciência de que era o racismo, eu consigo lembrar do povo cantando aquela música de Luiz Caldas, Nega do cabelo duro. Quando cantava aquela música, menina do céu, era um sofrimento muito grande, uma dor muito grande que eu sentia, eu tentava sorrir, mas era um sorriso justamente pra estar inserida num grupo. (Tereza de Benguela, entrevista, 2023).

Mesmo neste espaço que eu achava que era de valorização da minha pele sofri racismo, já teve clientes que sentiram o cheiro do perfume e falaram “não, esse tem fedor de nego”, nessa época eu já era uma pessoa consciente, eu escutei isso e me recusei a atender a cliente e chamei uma colega para finalizar o atendimento. (Anastácia, entrevista, 2023).

As escrituras de Tereza de Benguela e Anastácia mostram como o racismo opera tanto de forma explícita quanto implícita, enraizado em estereótipos que desumanizam e reduzem a identidade das pessoas negras a atributos físicos ou culturais desvalorizados. Esses episódios refletem uma construção histórica que vincula negativamente características como o cabelo crespo ou a cor da pele a ideias de inferioridade, perpetuando uma hierarquia racial que normatiza padrões brancos como o ideal de beleza, cheiro e comportamento. Além de marginalizá-las, esse processo exige que elas constantemente se moldem ou resistam para alcançar aceitação social, como evidenciado nas experiências relatadas.

Essas manifestações de racismo, mesmo quando disfarçadas de brincadeiras ou opiniões, são formas de violência simbólica que impactam profundamente a subjetividade e a autoestima, criando barreiras tanto emocionais quanto sociais. A perpetuação desses estereótipos, muitas vezes naturalizada, revela como o racismo vai além da exclusão material, operando no plano das representações culturais e dos espaços de interação cotidiana. É nesse contexto que as escrituras das entrevistadas se tornam ferramentas poderosas de

resistência, ao exporem e denunciarem essas práticas, reafirmando sua dignidade e contestando os padrões que sustentam essas violências.

Muitas vezes, esse racismo ocorre também de modo velado, ou com novas roupagens, como nas narrativas de Maria Firmina, Maria Felipa e Dandara:

Eu hoje tenho uma posição de referência no trabalho como Assistente Social autônoma. E já aconteceu de profissionais visitarem meu perfil nas redes sociais e depois procurarem uma colega que é branca para tirar dúvidas sobre o trabalho autônomo, mesmo não sendo a expertise dela. Aí ela explica o mesmo que eu, a especialista na área, apresenta meu perfil, ou seja, é preciso validar com alguém que nem expertise tem. (Maria Firmina dos Reis, entrevista, 2023).

O racismo está muito presente, eu sinto muito isso nas relações de trabalho, do silenciar as falas e invalidar o que a gente fala. Mesmo nos movimentos de militâncias. Em uma assembleia eu encaminhei uma proposta no final para contornar uma situação dos docentes, quando minha proposta foi lida, falaram que se tratava de uma proposta de um colega homem. Atualmente, na universidade, como docente, eu me calo bastante, fiquei sem querer falar, não falo o quanto eu falava antes, nas assembleias eu falo, mas em reuniões de departamento me calo mais, pois há muito silenciamento, meu espaço hoje na universidade é na sala de aula. (Maria Felipa, entrevista, 2023).

Tem pessoas que mesmo eu estando de jaleco não conseguem me chamar de Doutora, então sempre foi comum me chamarem por apelido no diminutivo ou outro apelido, comecei a perceber em muitas delas o brilho nos olhos, o orgulho, mas em outras racismo mesmo, porque chama todos os médicos de doutor e ao ver uma mulher negra tem essa dificuldade? algumas eu faço questão de corrigir: “Doutora”! (Dandara, entrevista, 2023).

Essas mulheres compartilham experiências de racismo enraizadas no epistemicídio, que, como discutido anteriormente, busca deslegitimar os saberes e conhecimentos de grupos historicamente marginalizados. Maria Firmina, mesmo sendo uma referência nacional em sua área de atuação, frequentemente tem sua competência questionada, dependendo da validação de uma colega branca para ser reconhecida em ambientes profissionais. Maria Felipa, que alcançou o mais alto nível educacional ao tornar-se doutora e professora universitária, enfrenta o silenciamento de sua voz, demonstrando que a conquista acadêmica não é suficiente para romper completamente as barreiras impostas pelo racismo estrutural. Da mesma forma, Dandara de Palmares desafia as normas ao se formar em medicina, uma área predominantemente branca, mas, mesmo com o diploma, continua sendo tratada como uma intrusa em um espaço de poder que historicamente nega pertencimento às mulheres negras.

Nessas narrativas, o silenciamento e o apagamento do ser e do saber revelam-se como tecnologias centrais da branquitude. No caso de Maria Firmina, Maria Felipa e Dandara de Palmares, suas vivências exemplificam o esforço contínuo para resistir à negação de seus lugares de fala e competência, mesmo quando ocupam espaços que historicamente lhes foram negados. O constante questionamento de sua presença e conhecimento reflete o que Kilomba (2019) denomina como um sistema que desqualifica as vozes negras e as desloca para as margens, restringindo o acesso ao centro do poder simbólico e material. A dinâmica racial operante posiciona os corpos negros como “fora do lugar”, reforçando a ideia de inadequação e justificando estruturas de exclusão, mesmo nos espaços conquistados com grande esforço.

Kilomba (2019) enfatiza que a academia, assim como outras instituições, não é um espaço neutro; ao contrário, está enraizada em uma lógica colonial que define quem pode falar e qual saber é validado. Nesse contexto, o descrédito frequentemente associado às mulheres negras em posições de destaque, como nos casos analisados, não é casual, mas parte de um sistema que regula o que é considerado ciência ou conhecimento legítimo. Essa violência epistemológica se manifesta tanto na exigência de validação por colegas brancos quanto na resistência em reconhecer essas mulheres como pertencentes ao espaço que ocupam. Dessa forma, suas trajetórias denunciam as barreiras impostas pela branquitude e ilustram o ato contínuo de falar “contra” as estruturas opressoras, como Kilomba propõe, transformando suas experiências em atos de resistência e descolonização do saber, do ser e do poder.

Outra forma de manifestação do racismo, evidenciada nos relatos de Aqualtune e Luiza Mahin, é a redução da mulher negra a um corpo hipersexualizado, reforçando o estereótipo da “mulata” e perpetuando a ideia de uma sexualidade exacerbada ou permissiva. Essa desumanização, presente em interações como as descritas por Aqualtune, discutidas anteriormente, em que comentários e toques invasivos são normalizados, expõe como o racismo opera por meio de imagens de controle que objetificam e deslegitimam a mulher negra em espaços profissionais e sociais. Da mesma forma, Luiza Mahin destaca como essas dinâmicas se refletem nos relacionamentos e na interação com homens brancos, revelando um padrão de assédio que se manifesta especialmente em ambientes masculinos, onde o racismo e o machismo convergem para excluir e hipersexualizar. Essas experiências exemplificam como o racismo ultrapassa a esfera material e invade os corpos e subjetividades das mulheres negras, limitando sua autonomia e resignificando suas vivências como espaços de resistência.

Em **Chica que manda ou a Mulher que inventou o mar?**, Conceição Evaristo (2013) destaca como as narrativas históricas e ficcionais frequentemente posicionam a mulher negra dentro de estereótipos de hipersexualização e subalternidade. Chica da Silva, por exemplo, é

representada como objeto de desejo exótico, cujas características físicas são interpretadas por meio de um imaginário racial que reforça a ideia de uma sensualidade excessiva e selvagem, construída sob a ótica masculina e branca. Essa construção simbólica dialoga com a crítica de Kilomba (2019), que expõe o racismo como uma tecnologia de silenciamento e controle, destinada a transformar a mulher negra em objeto, negando sua humanidade e voz.

No diálogo com as vivências de Maria Firmina, Maria Felipa e Dandara, percebemos que essas representações estereotipadas continuam operando na contemporaneidade, especialmente na forma como a competência e o pertencimento das mulheres negras são questionados, mesmo em espaços de poder. Esse processo não é apenas um eco do passado colonial, mas uma perpetuação simbólica das hierarquias raciais e de gênero. Assim como Chica da Silva, que foi “tolerada” na casa-grande sem nunca ser plenamente aceita, essas mulheres enfrentam resistências ao ocupar espaços tradicionalmente reservados a brancos, vivenciando uma luta contínua pela validação de suas identidades e saberes. A narrativa histórica de apagamento, apontada no texto, reforça a necessidade de uma contranarrativa que desafie essas imposições e valorize a agência política e cultural das mulheres negras em toda sua complexidade, como no relato de Aqualtune:

]

É muito difícil ser uma mulher negra porque todos os dias têm que resistir, persistir, insistir. É difícil ocupar certos lugares, certos espaços, porque nós mulheres negras somos sempre colocadas como objeto de desejo. Eu sempre tive muito cuidado com as roupas que eu usava, se eu ia em uma audiência, palestra. Eu sempre busquei usar roupas maiores, cobrir o quadril, porque as pessoas não faziam referência as coisas que eu fazia, “nossa que bacana, que proposta legal”, mas sim referência a corpo, e eu comecei a perceber que não era só comigo, mas sim com minhas colegas de trabalho que vivenciavam a mesma situação. Existe essa ideia de que a mulher negra ela é seu objeto, parceira ideal para procriar, ter filhos. (Aqualtune, entrevista, 2023).

Os relatos de Aqualtune e Luiza Mahin evidenciam a perpetuação das heranças das teorias raciais no Brasil, particularmente o impacto do mito da democracia racial. Esse mito, ao mascarar as desigualdades estruturais, normaliza práticas racistas e misóginas que reduzem a mulher negra a estereótipos hipersexualizados, desconsiderando sua competência profissional e intelectual. No caso de Aqualtune, o comportamento do defensor público revela como esses estereótipos moldam as interações sociais e profissionais. A atitude de enfatizar o corpo e a cor em detrimento do conhecimento técnico e científico é uma expressão evidente do racismo estrutural, que condiciona a percepção das mulheres negras como objetos, não sujeitos. Esses episódios revelam como a desvalorização do saber e da contribuição profissional das mulheres

negras está intrinsecamente ligada à objetificação de seus corpos, perpetuando uma lógica de controle que limita sua atuação em espaços institucionais.

Ao expor o racismo cotidiano, não negamos os aspectos estruturais e institucionais que o sustentam e com os quais está profundamente imbricado. Contudo, é importante destacar que, ainda que essas mulheres tenham superado barreiras sociais significativas, especialmente relacionadas à renda, e ocupado espaços de poder, tornando-se referências em suas áreas de conhecimento, elas continuam enfrentando diversas formas de racismo, seja ele velado ou explícito. Essa realidade remete ao “passado” traumático que, como aponta Kilomba (2019, p. 213), é “reencenado através do racismo cotidiano”.

As falas das entrevistadas nesta seção, juntamente com as reflexões apresentadas no início do texto, evidenciam que “[...] o presente é eclipsado por um momento anterior – o evento do cativeiro e a experiência da escravidão nas Américas [...]”, como analisa Hartman (2020, p. 246), em que os tempos se entrelaçam. Esse racismo, que persiste como uma continuidade das opressões históricas, segue vitimando pessoas negras, mantendo viva a herança do trauma colonial e a experiência da exclusão em diferentes esferas da sociedade.

5.4.1 A ideia de não merecimento: crença do não-lugar e os deslocamentos

A ideia de não merecimento está profundamente enraizada nas estruturas de opressão racial e de gênero, funcionando como uma crença que condiciona o sujeito negro a internalizar o sentimento de inadequação e deslocamento em espaços que historicamente lhe foram negados. Essa crença no “não-lugar” perpetua a exclusão simbólica, mesmo quando o indivíduo consegue acessar espaços de prestígio ou poder. É uma forma de violência subjetiva que faz com que pessoas negras, especialmente mulheres, duvidem de sua legitimidade ou capacidade, sentindo-se constantemente deslocadas ou intrusas. Esse processo de deslocamento não é apenas físico, mas também simbólico, refletindo a insistência de uma sociedade que, ao mesmo tempo em que permite certas conquistas, reforça as barreiras invisíveis do racismo e do sexismo. Como aponta Neusa Santos Souza (2021), tornar-se negra implica romper com essa crença e reverter a lógica do não merecimento, afirmando a legitimidade do lugar e da existência negra em qualquer esfera social. Esse movimento é fundamental para descolonizar os espaços e ressignificar as narrativas de pertencimento. Maria Firmina Reis e Dandara analisam sua própria escrevivência dentro desse processo de deslocamento:

Um dos maiores desafios para eu, como mulher negra estar em espaços de poder é vencer em si a crença do não-lugar, pois a transformação também passa pelo dinheiro e uma coisa que me incomoda muito é porque as vezes a gente traz essa narrativa muito dissociada do dinheiro e ainda coloca o dinheiro como algo ruim, de forma consciente ou inconsciente, mas eu entendo que a mudança passa pelo dinheiro, o dinheiro não é ruim, entender isso foi uma das principais coisas que me fez avançar, pois a gente avança a partir daquilo que a gente acredita e por entender que ocupar também é sobre transformação e impacto social, é que me fez avançar, então acho que a primeira questão que a mulher negra tem para ascender é se reconhecer enquanto merecedora. Quando a gente olha para nossa ancestralidade a gente vê riqueza, mas na prática eu vejo isso muito dissociado como se fosse ruim, na verdade, o dinheiro é uma mola propulsora de geração de impacto social. (Maria Firmina dos Reis, entrevista, 2023).

Percebi que acham que eu não deveria estar naquele lugar e a gente sempre tem que reafirmar que esse lugar deve ser de qualquer pessoa. Não deveria ser um privilégio. [...] Nós negros precisamos e devemos estar nesses locais que nos foi negado há muito tempo, espaços como da Educação, de profissões, nos colocam para varrer, limpar, cuidar e ao longo do tempo nos tiraram direitos. [...] Estar ocupando esse lugar não deveria ser um local de privilégios porque todos nós e todas nós deveríamos ter tido os mesmos direitos, mas como nós sabemos que existiu, e existe ainda até hoje essa questão do privilégio para pessoas não negras. Então eu me sinto responsável por ter chegado onde eu cheguei, no entanto não me sinto superior, trato as pessoas como elas devem ser tratadas e como eu gostaria que elas fossem tratadas. (Dandara, entrevista, 2023).

Maria Firmina dos Reis aborda a crença do não-lugar ao refletir sobre como a narrativa em torno do dinheiro e do merecimento que impacta a percepção das mulheres negras sobre suas próprias possibilidades de transformação social. Sua escrevivência remete à ideia de que o racismo além de obstacularizar o acesso material, também atua no plano simbólico, negando às mulheres negras o direito de se verem como merecedoras de espaços de impacto e poder. Essa perspectiva ecoa o pensamento feminista afro-latino-americano (Gonzalez, 2020), que enfatiza a importância de resgatar a ancestralidade e reconhecer as riquezas culturais e históricas das mulheres negras como formas de resistência e ressignificação.

Dandara, por sua vez, traz à tona a tensão constante entre ocupar espaços de prestígio e o sentimento de não pertencimento imposto pelo racismo. Sua escrevivência reflete o que o feminismo afro-latino-americano identifica como uma luta por reconhecimento e reparação histórica. O deslocamento que ela vivencia, ao perceber que sua presença é questionada, mesmo em espaços conquistados com esforço, ilustra a continuidade das desigualdades estruturais. Esse enfrentamento, no entanto, carrega um potencial transformador: ao ocupar esses espaços e desafiar as narrativas hegemônicas, Dandara se posiciona como uma referência para outras mulheres negras, borrando ciclos de exclusão.

Numa leitura mais atenta sobre contradições internas e ambivalências externas no contexto brasileiro, Gonzalez (2020) chama atenção para duas concepções ideológicas, já abordadas nesta tese, que estruturam a identidade afro-brasileira: o mito da democracia racial e a ideologia do branqueamento. Ambas operam de forma complementar para manter o sistema de exclusão racial, ao mesmo tempo em que o mascaram sob narrativas oficiais de igualdade ou modernidade. O mito da democracia racial, amplamente difundido, tenta convencer que no Brasil não há racismo, ao passo que a ideologia do branqueamento relega a cultura negra a uma posição de subalternidade, exaltando a herança europeia como padrão a ser alcançado. Esses conceitos ressoam diretamente nas experiências cotidianas de mulheres negras, como Maria Firmina dos Reis e Dandara, que relatam os desafios de ocupar espaços de poder em uma sociedade estruturada por esses ideais.

A ideologia do branqueamento, por exemplo, reflete-se na fala de Maria Firmina quando aborda a resistência que as mulheres negras enfrentam para se reconhecerem como merecedoras de lugares de destaque. Esse ideal de branqueamento, presente tanto nas relações raciais quanto na dinâmica social, deslegitima a presença negra nos espaços de decisão e poder. Segundo o texto, “o negro é quase invisível” (GONZALEZ; HASENBALG, 1982 *apud* GONZALEZ, 2020), o que é particularmente significativo no caso das mulheres negras, que enfrentam a interseção de opressões de raça e gênero. Esse apagamento simbólico contribui para o sentimento de não-lugar, desafiado por Maria Firmina ao reafirmar que o reconhecimento do merecimento é um passo essencial para a transformação social.

Já o mito da democracia racial aparece de forma contundente na fala de Dandara, que destaca a necessidade de “reafirmar” sua presença em espaços que, historicamente, foram negados às pessoas negras. Enquanto o discurso oficial celebra a integração racial, na prática, como o texto demonstra, há uma divisão racial clara no trabalho, nas oportunidades e até mesmo na segurança cotidiana. A exclusão da mulher negra de posições de poder e a sua relegação a trabalhos manuais, apontada pelo texto, perpetuam a visão de que esses espaços não são para ela. Dandara, ao ocupar um lugar que lhe foi sistematicamente negado, confronta diretamente essa narrativa e reivindica o direito de estar onde sempre deveria estar.

A articulação entre essas ideologias e as vivências das mulheres negras evidencia como o racismo estrutural opera em múltiplas camadas: cultural, simbólica e material. Ele sustenta a exploração econômica e sexual, a exclusão dos espaços de poder e a desvalorização da cultura negra, enquanto invisibiliza ou exotiza a presença negra. Ao desafiar essas narrativas, Maria Firmina e Dandara ocupam os espaços que lhes são de direito e reescrevem a história de uma luta que não é apenas individual, mas coletiva.

No entanto, essa não é uma tarefa fácil. Implica encarar os traumas, as feridas. Anastácia, Maria Felipa e Tereza de Benguela nos relatam esse sentimento de não pertencimento, de não-lugar, que impacta profundamente a forma como se veem nesses espaços:

Eu me sinto privilegiada e venho trabalhando na minha cabeça, pois por conta de tudo que eu já passei eu sempre me coloco em um lugar que até para ser elogiada, eu tenho dificuldade porque eu sinto vergonha às vezes, eu não sei reagir a elogios, hoje sou muito reconhecida por onde passo, e em evento muito grande por exemplo, se eu puder entrar pela porta do fundo ali, quietinha para ninguém me ver eu prefiro do que chegar chamando atenção, porque eu acho que eu não mereço estar nesses lugares. [...] Nesses espaços que frequento, são lugares de poder, com acesso privilegiado, os assuntos que acontecem nesses espaços ao meu ver são muito fúteis, eu percebo que não são coisas que vale a pena, fico sentindo que não faço parte disso. Em várias situações de eventos grandes que eu participo me vejo um peixe fora d'água eu fico deslocada. (Anastácia, entrevista, 2023).

[...] há pouco tempo que eu tinha entrado na universidade minha amiga Luciana e eu, ambas negras, e como nós sabíamos sobre tecnologia ajudávamos na coordenação, e uma vez uma professora branca se dirigiu a mim e a Luciana como se fôssemos funcionárias ou alunas, já ouvi “cala a boca que você não está aqui pra falar, está aqui só para digitar o texto”. (Maria Felipa, entrevista, 2023).

Eu me sentia muito diminuída ao lado das pessoas que eram brancas e que tinham poder aquisitivo maior, eu sempre procurava me afastar deles, mas ao mesmo tempo eu queria estar na cidade. [...] E em cidade pequena a festa que o pobre vai o rico também vai, mas a gente ficava sempre naqueles cantinhos, que eram resumidos a nós, a gente não tinha como entrar nesses grupos, se entrasse nesses grupos era pra você servir, pra pegar uma água, pra pegar uma cerveja, então é uma questão socioeconômica mesmo. (Tereza de Benguela, entrevista, 2023).

Esse sentimento de não pertencimento relatado pelas entrevistadas decorre, como dissemos, desse processo de branqueamento, que, consciente ou inconscientemente, se instaurou historicamente nas estruturas sociais, sobretudo nos espaços de poder. Conforme Gonzalez (2020), o branqueamento também opera em um nível mais profundo e inconsciente, no qual homens e mulheres negras são confinados a papéis e lugares estereotipados. Nesse contexto, são frequentemente representados como trabalhadores braçais, sem qualificação, ou como indivíduos que, ao alcançar alguma mobilidade social, o fazem por meios considerados “apropriados” para eles. As imagens consideradas positivas dos negros estão geralmente associadas a funções previamente delimitadas pelo sistema, como cantor ou compositor de música popular, jogador de futebol ou mulata. Em todas essas representações, existe um denominador comum: a pessoa negra é reduzida a um objeto de entretenimento. Além disso,

essa tipificação cultural enfatiza características corporais, como força física, resistência, ritmo ou sexualidade. Aqueles que não se enquadram nesses padrões acabam sendo rejeitados pelos estereótipos dominantes.

Por isso, é muito dificultoso para o branco assimilar o fato de uma mulher negra ocupar um espaço de poder como a universidade enquanto professora (ou em outras funções importantes). Ao mesmo tempo, para muitas mulheres negras, o processo de se reconhecerem como merecedoras desses espaços também é desafiador, pois envolve desconstruir narrativas internalizadas que negam seu direito ao pertencimento e legitimidade. Essa dualidade reflete como o racismo opera tanto no plano das relações interpessoais quanto no das subjetividades, exigindo resistência ativa para transformar essas dinâmicas.

5.5 Escrivências de mulheres negras em ascensão social: das margens às (re)existências

Ao discutir a produção do conhecimento entre a margem e o centro, Grada Kilomba e bell hooks abordam as complexidades de ocupar espaços centrais, como a academia, sendo oriundos da periferia. Kilomba (2019) destaca a margem como “um lugar de criatividade”, mas adverte contra a romantização da opressão. De forma complementar, bell hooks afirma que “a margem é tanto um local de repressão quanto de resistência”. Estar na academia, não como objeto de pesquisa, mas como sujeito ativo na produção do conhecimento, representa um ato contínuo de resistência, uma vez que esses espaços, historicamente excludentes, exigem um enfrentamento constante às estruturas de poder que tentam silenciar vozes dissidentes.

As escrituras das participantes da pesquisa mostram esse movimento desde as margens como um processo de (re)existência diante das opressões. São possibilidades outras, outros modos de ser e estar no mundo, uma ascensão social que desestabiliza as estruturas coloniais. É, portanto, a produção de outras narrativas sobre a história das mulheres negras, como exemplificadas nos relatos abaixo:

Ainda vejo assim que ainda não sou aceita por todas as pessoas né? Tem uns que me olham com os olhares assim será? ah, mas ela é negra. Ah, ela tem o cabelo duro. É médica mesmo? Ela tem competência? Uhum. Tipo assim nos olhares né? interrogativos, digamos assim... Mas eu enfrente de cabeça erguida, conversando, dialogando, mas acredito que esse diálogo não vai não vai ter um ponto final. Infelizmente, porque nós vivemos nessa sociedade. (Dandara dos Palmares, entrevista, 2023).

A minha vida foi sempre estudando e assim que eu me formei como assistente social e já dei um salto absurdo na minha história e passei num concurso público municipal, mas não fui nomeada, então realmente bateu aquele

período de desespero, de frustração, de chateação. Dois anos após eu acessei o serviço público, mas nesse período eu precisei vender geladinho gourmet, o que me trouxe até aqui foi o fato de eu fazer o que era preciso pra viver, sem me importar com as pessoas pensam disso. Eu não quero saber o que as pessoas vão falar, eu quero saber o que eu preciso fazer pra viver o que eu mereço. [...] Eu estava no Serviço Público, inconformada com os baixos salários e para além disso as condições de trabalho, eu fui buscar como é que eu poderia realmente ter mais do que aquilo, que pra mim não era o que eu merecia. Foi quando eu tive acesso a viabilidade de trabalho autônomo e a partir daí decidi né seguir pra esse caminho, sete meses depois dessa dualidade eu pedi exoneração do serviço público, sem nenhuma garantia de nada, mas com certeza que se eu fizesse acontecer, aconteceria e assim foi acontecendo até que a minha empresa é o que é hoje e criei a minha marca pessoal, além de alguns negócios. (Maria Firmina Reis, entrevista, 2023).

Um dia fui levar minha mãe no médico, não lembro qual foi a especialidade, mas aí eu vi uma menina negra vestida com jaleco, isso me brilhou os olhos, porque eu nunca tinha visto ninguém negro com jaleco eu já associei ela a uma médica, a coisa mais linda, uma médica da minha cor. Eu nem sei se era enfermeira, se era técnica, eu não sei, eu sei que era uma profissional de saúde. E isso pra mim foi muito importante, né? Porque eu acredito que a partir dali eu já comecei a fazer essas interações: Por quê? Poucas pessoas de cor negra podem vestir essa roupa branca, toda branca? E isso pra mim foi um divisor de águas. A irmã era técnica em enfermagem, também inspirou a escolha pela área de saúde. Por meio do movimento Sem Terra, do programa Pronera, conseguiu cursar inicialmente o técnico em saúde popular, primeiro curso na Bahia para filhos e filhas de assentados e acampados da reforma agrária. O MST indicou para cursar Medicina fora do Brasil, em Cuba “cursar medicina foi muito importante porque a gente acaba sendo mais um grão”. (Dandara dos Palmares, entrevista, 2023).

Eu fiz a minha graduação em Pedagogia na Universidade Federal em Viçosa, vivia no alojamento feminino, havia muita fiscalização, tinha vezes que você estava dormindo e os vigias entravam no quarto para saber se havia algum estudante que não estava cadastrado ou clandestino. Eu fui aluna de Escola pública, acho que é importante marcar isso. Toda a minha formação da educação pública, ingressei na universidade para fazer pedagogia, na verdade, sem saber o que era a universidade, não tinha ideia, eu tinha uma prima que estudava em viçosa e só falava de universidade, aí eu me empolguei e decidi fazer universidade, fazer pedagogia. Fui fazer vestibular para Viçosa e fui pra Viçosa, passei, no início foi um tempo difícil, porque meus pais realmente ganhava pouco, meu pai ganhava o salário dele, mas tinha que me bancar em Viçosa, até conseguir alojamento foi mais difícil, eu trabalhei na graduação inteira, trabalhei como digitadora por um salário-mínimo, até conseguir alojamento era esse perrengue com alimentação, então teve épocas que a coisa ficava apertada, tinha somente os *tickets* de alimentação, depois consegui outro trabalho em uma editora e comecei a me bancar em Viçosa, estudava e tinha bolsa e com essa renda e dei uma desafogada para os meus pais, porque eu também já tinha dito, se eu não conseguisse, eu iria sair da universidade. Minha mãe ficou muito sentida quando eu falei isso porque era a primeira pessoa da família a entrar na universidade, então eu era motivo de muito orgulho. Os nossos pais comemoram muito mais nossas vitórias do que a gente mesmo, para eles, é outra dimensão. (Maria Felipa, entrevista, 2023).

Essas escrituras revelam trajetórias de resistência e superação que exemplificam as complexidades de se mover entre os espaços da margem e do centro, como discutido por Grada Kilomba e bell hooks. Para essas autoras, ascender socialmente, ocupando lugares historicamente negados às pessoas negras, é um ato contínuo de resistência, mas também um processo de (re)existência. A experiência de estar em espaços de poder, como a academia, a medicina ou o empreendedorismo, desafia as estruturas coloniais que sustentam a exclusão, bem como a internalização de crenças como o “não-lugar” e o “não merecimento”, reforçadas por uma sociedade que marginaliza corpos e saberes negros.

Maria Firmina dos Reis, ao refletir sobre seu percurso, rompe com a romantização da escassez e da resiliência em si mesma. Sua fala aponta para a importância de reconhecer o dinheiro como uma ferramenta de transformação social, subvertendo narrativas que associam a ascensão negra à renúncia de benefícios materiais. Essa visão se alinha à crítica de Kilomba sobre a romantização da opressão e enfatiza a necessidade de resgatar a dignidade e a legitimidade do sucesso enquanto resistência política. Ao mesmo tempo, Dandara dos Palmares identifica na presença de uma mulher negra vestindo jaleco uma inspiração que transcende o individual, servindo como divisor de águas em sua percepção sobre os limites impostos à ocupação de espaços brancos. Sua trajetória, marcada pelo apoio do MST e pela formação em Cuba, revela como movimentos sociais e políticas educacionais inclusivas são essenciais para romper as barreiras de classe e raça que delimitam o acesso ao conhecimento e ao poder.

Maria Felipa, por sua vez, compartilha a experiência de entrar na universidade pública, um espaço que desconhecia, mas que passou a ocupar com esforço e resiliência. Sua luta para equilibrar estudos e trabalho enquanto enfrentava a fiscalização invasiva no alojamento revela como a universidade, mesmo como espaço de transformação, pode reproduzir desigualdades estruturais e racismo institucional. Essa narrativa ressoa com o que bell hooks descreve como a dualidade da margem, um lugar de repressão e resistência, onde a conquista acadêmica carrega tanto desafios quanto possibilidades de libertação.

Essas histórias, conectadas por um fio comum de resistência e autodefinição, produzem outras narrativas sobre a história das mulheres negras no Brasil. Contestam a exclusão histórica imposta pelo racismo estrutural, além de ressignificar o sucesso como um ato político que transcende o individual e impacta coletivamente. Ao transformar suas experiências em ações e inspirações para outras mulheres negras, as participantes mostram que ascender socialmente é mais do que ocupar lugares centrais; é reconfigurá-los para que possam acolher outras vivências e narrativas plurais.

Ao longo da história, as mulheres negras buscaram e buscam inúmeras estratégias de resistências, tanto para alcançar seus objetivos profissionais quanto para se manter em tais espaços. Os relatos das entrevistadas desta pesquisa evidenciam as diversas estratégias de resistência. Sobre esse aspecto, fica evidente que passar por todo processo de resistências e de enfrentamentos das opressões do racismo e do sexismo faz com que essas mulheres, ocupantes de espaços de poder, tenham um olhar mais sensível às situações de outras mulheres, que, por diversos motivos, não alcançaram esses lugares e continuam formando a base da pirâmide social nas estatísticas de subemprego, desemprego, baixa renda, e como vítimas de violência.

Como vimos, ao ocupar esses espaços, essas mulheres enfrentam inúmeras barreiras. As participantes da pesquisa relatam que ocupam espaços de poder e isso as coloca em um lugar de responsabilidade com seus pares. Elas revelam como buscam contribuir para que outras mulheres negras sejam empoderadas e rompam com ciclos de exclusão, como relatam nossas entrevistadas:

[...] Uma das minhas empresas é o coletivo “As Miles”, são 7 empresárias, sendo 6 mulheres pretas, hoje eu sou sócia desse coletivo, então somos 7 mulheres com dinheiro e abrindo a caixa-preta dos seus negócios para trazer outras mulheres, então, eu acho que o que a gente precisa é ultrapassar os discursos, é prática. Então ajudar outras mulheres negras a ascender é ser inspiração. 70 por cento das minhas mentorandas são mulheres negras, só o fato de eu existir enquanto mulher negra já traz para essas mulheres negras um senso de que é possível. A produção de conteúdo nos nossos perfis gratuitos ajuda outras mulheres negras. A nossa empresa também tem alguma parte de responsabilidade social que a gente concede palestra, ações apoiando projetos com essa parte de responsabilidade social [...]. (Maria Firmina dos Reis, entrevista, 2023).

[...] Com certeza eu consigo, inclusive eu faço parte de alguns grupos de mulheres lá em Gandu, não só de mulheres, mas de outros grupos sociais. Assim a gente consegue chegar principalmente nos bairros periféricos e fazer esse diálogo sobre temas de saúde, principalmente em associação de mulheres. Sempre a gente está tentando contribuir, né, e levar o máximo de informações para essas mulheres [...]. (Dandara dos Palmares, entrevista, 2023).

Percebemos que essas mulheres se engajam em diversos campos para empoderar e ajudar outras mulheres, contribuindo para a justiça social. As participantes desta pesquisa representam outras mulheres negras Brasil afora, pois elas estão presentes em vários campos, como universidades, empresas privadas, serviço público, trabalho autônomo etc.

5.5.1 Empoderando outras mulheres negras

As escrituras dessas mulheres, marcadas pela violência, pelo silenciamento e pela invisibilidade, também carregam uma potência transformadora que precisa ser evidenciada. Mais do que narrar os desafios enfrentados, é essencial construir outras histórias, outras narrativas e escrituras que destaquem a criatividade, a intelectualidade e a força dessas trajetórias. Além de ressignificar as experiências individuais, esse movimento promove uma força coletiva enraizada em um sentimento de solidariedade que transcende a ideia de sororidade, comumente pautada pelo feminismo branco.

Como bem discute Vilma Piedade (2018), a dororidade emerge como um conceito que articula essa solidariedade a partir das experiências compartilhadas de dor e resistência das mulheres negras. Trata-se de um vínculo que reconhece as especificidades das opressões raciais e de gênero, mas que, ao mesmo tempo, gera uma força comunitária para enfrentar as estruturas que perpetuam a exclusão. Nesse contexto, as escrituras tornam-se mais do que relatos de luta; são ferramentas de transformação, capazes de criar uma nova história coletiva onde a dor é ressignificada como resistência e potência criativa:

Eu faço parte de alguns grupos de mulheres lá em Gandu, não só de mulheres, mas de outros grupos sociais que a gente consegue chegar, principalmente nos bairros periféricos e fazer esse diálogo. Não só com as mulheres, mas com as adolescentes, ou filhas das mulheres, adolescentes que são negras, que acham que não vão conseguir nunca ser o que eles sonham ser, chegar num espaço de poder, que sempre foi negado aos pais, avós. (Dandara de Palmares, entrevista, 2023).

Sempre nas minhas consultas eu gosto sempre de, principalmente as crianças eu deixo colocar o aparelho estetoscópio e daí eu dou, peço pra ela escutar o coraçãozinho, depois as mães dizem ah doutora ela me disse que quer ser médica pra ser igual a senhora. Além disso, busco estar perto da comunidade, tenho mais acesso às mulheres dos movimentos sociais, inclusive em Valença uma associação de mulheres, sempre que elas me convidam para conversar, orientar sobre saúde eu vou. (Dandara de Palmares, entrevista, 2023).

Podemos notar a importância do vínculo comunitário e da solidariedade que transcende a experiência individual. Ao participar de grupos sociais em Gandu e dialogar com mulheres, adolescentes e jovens negros das periferias, Dandara compartilha sua trajetória e se posiciona como um exemplo vivo de que é possível sonhar e alcançar espaços de poder que historicamente foram negados às populações negras. Esse gesto vai além do apoio; é um ato de resistência coletiva que reafirma a potência das histórias negras como formas de inspirar novas narrativas.

Na prática de sua profissão médica, Dandara também transforma a relação médico-paciente em um espaço de empoderamento e construção de novas possibilidades. Ao permitir que crianças usem o estetoscópio e visualizem a si mesmas ocupando o papel de médicas no futuro, ela rompe com os estereótipos e limitações que o racismo impõe às crianças negras. Esse gesto simbólico, acompanhado de sua participação em associações de mulheres e movimentos sociais, reforça a dimensão comunitária de sua trajetória. Dandara exemplifica como as escrevivências, alimentadas pela dororidade, podem gerar não apenas resistência, mas também transformação social, mostrando que a ocupação de espaços de poder tem impacto coletivo e multiplicador na construção de novas histórias e possibilidades.

O relato de Anastácia, a seguir, destaca a importância da representatividade e da valorização da identidade negra, especialmente para mulheres negras, em espaços historicamente marcados pela exclusão. Através de sua atuação como maquiadora de referência, ela ressignifica o papel da maquiagem e utiliza essa prática como uma ferramenta de empoderamento e transformação social. Ao valorizar traços naturais e celebrar a diversidade da pele negra, Anastácia rompe com os padrões eurocêntricos de beleza que historicamente marginalizaram as mulheres negras, oferecendo-lhes a oportunidade de se reconhecerem como belas e dignas de ocupar todos os espaços.

Eu hoje trabalho com pele negra e consigo realçar nossa beleza, sem mudar os nossos traços, porque a ideia da maquiagem hoje é harmonização, é, afinar o nariz é meio que transformar pessoas, eu não faço com contorno de nariz, eu acho que tem que estar com o seu, com o seu rosto, do jeito que você chegou no meu estúdio, eu sei que até hoje mulheres negras enfrentam dificuldades de encontrar o seu ponto de base, correto e que a indústrias não tinham esses pontos. Mulheres retintas que têm um tom mais escuro de pele passam muito mais por essas situações, então eu acho que hoje eu conseguir ensinar elas a se maquiar, a realçar sua beleza, se verem lindas também no espelho como elas são é uma forma consigo tocá-las, de levantar a sua autoestima. Por muito tempo a gente não se achava bonita na questão do nosso cabelo, nem na questão da nossa cor de pele, nossos traços. A maquiagem veio de um jeito que parecia que só mulheres brancas tinha esse direito de estar nas passarelas, estar nas capas de revista, nos *outdoors* se vendo em uma versão mais bonita, porque a gente tem essa beleza natural, mas quer se ver na versão mais bonita ali. [...] Eu consigo através da maquiagem, realçar essas mulheres e ensinar também que podem usar um batom vermelho, rosa, elas conseguem encontrar um tom de base perfeito, tom da pele delas, que ela não precisa ficar mais branca, não deve ficar acinzentada. Eu acredito que a maquiagem pode ajudar na autoestima dessas mulheres, que muitas vezes passam por todas essas situações, como a minha mãe, que teve um relacionamento totalmente abusivo em que apanhava, minha mãe não era de se maquiar, então quando eu maquie minha mãe, que ela se arruma, que ela fica mais bonita, quer fazer uma foto, quer sair arrumada, eu percebo o quanto a maquiagem é importante para as mulheres que têm a autoestima baixa. [...] Meu foco são mulheres negras,

porque para elas chegarem em um lugar, elas têm que correr muito mais, que as outras, com certeza é mais difícil pra gente. (Anastácia, entrevista, 2023).

A perspectiva de Anastácia vai além da estética, envolvendo também questões de autoestima, autovalorização e acesso. Ela não apenas transforma individualmente as mulheres que atende, mas também projeta um impacto coletivo ao sonhar com a criação de turmas profissionalizantes focadas em mulheres negras. Essa iniciativa reflete a compreensão de que o acesso à profissionalização e ao mercado de trabalho é uma barreira significativa para mulheres negras, que frequentemente enfrentam condições socioeconômicas adversas. Ao propor cursos com materiais inclusos, Anastácia reconhece as dificuldades estruturais enfrentadas por essas mulheres e busca oferecer soluções concretas que promovam autonomia e inclusão.

Além disso, ao mencionar o impacto que a maquiagem teve na vida de sua mãe, Anastácia revela como a prática pode ir além do visual, ajudando a reconstruir identidades e a superar experiências de opressão, como relacionamentos abusivos. Isso conecta sua trajetória ao conceito de dororidade, que articula solidariedade e acolhimento a partir das experiências compartilhadas de dor e superação. Assim, a maquiagem torna-se um instrumento de resistência e de empoderamento coletivo, permitindo que essas mulheres resgatem sua autoestima e projetem suas histórias de forma poderosa e transformadora.

Pinheiro, Rosa e Conceição (2019) exploram o impacto dos padrões estéticos brancocêntricos e a negação histórica da beleza negra, ressaltando como esses fatores estruturam tanto a exclusão simbólica quanto a invisibilidade material de mulheres negras no mercado de cosméticos. As autoras destacam que, nesse contexto, pessoas negras não são socialmente reconhecidas como belas. A expressão “festa de gente bonita”, por exemplo, é frequentemente utilizada para se referir a eventos predominantemente ocupados por pessoas brancas. A lógica é clara (clara mesmo!): se pessoas negras não são consideradas bonitas, não haveria beleza a ser realçada – logo, para que maquiagem? Além disso, no Brasil – último país das Américas a abolir a escravidão –, pessoas negras foram historicamente relegadas à pobreza e, conseqüentemente, associadas à falta de poder de compra. Por isso, a indústria cosmetológica tradicionalmente não considerou necessário desenvolver produtos voltados para atender às suas necessidades. Essa análise dialoga diretamente com os relatos de Anastácia, que utiliza a maquiagem como uma ferramenta para empoderar mulheres negras e resgatar a autoestima, enfrentando a lógica colonial que nega a beleza negra e reforça estereótipos raciais.

As autoras também evidenciam que a indústria de cosméticos, ainda majoritariamente projetada para atender padrões brancos, pouco tem investido em produtos que contemplem a diversidade de tons e características da pele negra (PINHEIRO; ROSA; CONCEIÇÃO, 2019).

Essa negligência histórica reforça o racismo estrutural e limita o acesso das mulheres negras a práticas estéticas que valorizem suas identidades. Anastácia rompe com essa dinâmica ao adotar práticas que celebram os traços naturais de suas clientes e ao questionar a necessidade de transformar a aparência para se adequar a um padrão imposto. Assim, sua atuação transcende a estética e se torna uma forma de resistência política e cultural, reafirmando a importância da valorização da diversidade como um ato de luta contra a opressão.

Além disso, as mesmas autoras apontam para a relação intrínseca entre estética e poder, destacando como o corpo negro tem sido historicamente desumanizado e utilizado como um elemento de opressão (PINHEIRO; ROSA; CONCEIÇÃO, 2019). Esse contexto se reflete no relato de Anastácia ao buscar promover não apenas autoestima, mas também consciência crítica sobre o papel do racismo na construção de padrões estéticos. Sua proposta de profissionalizar mulheres negras na área de maquiagem reforça a importância de criar redes de solidariedade para construir alternativas que desafiem a exclusão estrutural e promovam autonomia e transformação social. Maria Felipa trata sobre o empoderamento por meio do cabelo:

Eu trabalho a questão do combate ao racismo de forma indireta, por ser professora na universidade e trabalhar formando outras professoras, percebo a necessidade de preparar para lidar com situações em sala de aula. Mas além disso, discutimos muito essa questão do cabelo, me deixa muito feliz encontrar com alunas que assumiram seus cabelos afros. Às vezes eu encontro com ex alunas e dizem “Graças a você, eu me libertei, graças a você eu fiz a transição”, já tive aluna que tinha autoestima muito baixa e depois que a vi, tinha colocado dread no cabelo, depois cortou para virar cacheada, isso me deixa prazerosa porque de alguma forma esse trabalho está surtindo efeito, encontro alunas que falam “ a primeira vez que eu discuti questões éticas raciais foi na sua disciplina, isso me ajudou”. (Maria Felipa, entrevista, 2023).

O relato de Maria Felipa também evidencia como o empoderamento por meio da valorização do cabelo afro vai além da estética, sendo uma poderosa ferramenta de resistência e conscientização racial. Em sua atuação como professora universitária, ela não apenas forma futuras docentes, mas cria um espaço pedagógico que desafia as narrativas coloniais e brancocêntricas sobre beleza e identidade. A transição capilar, mencionada por suas ex-alunas, reflete um processo de (re)conexão com a ancestralidade e com o reconhecimento de sua própria identidade racial, frequentemente negada ou desvalorizada em contextos sociais e educacionais.

Esse trabalho de valorização do cabelo afro está intrinsecamente ligado ao enfrentamento do racismo estrutural, especialmente no ambiente escolar, onde muitos jovens negros enfrentam discriminações ligadas à sua aparência. Ao promover a discussão sobre questões étnico-raciais e estimular suas alunas a assumirem seus cabelos naturais, Maria Felipa

atua como uma mediadora do processo de libertação de padrões estéticos opressores. Como suas alunas relatam, esse contato inicial com a temática racial nas disciplinas que ela ministra se torna um divisor de águas, tanto no fortalecimento da autoestima quanto na compreensão crítica das dinâmicas raciais que permeiam a sociedade.

Ademais, o impacto de seu trabalho destaca o poder transformador da representatividade e do diálogo em espaços educacionais. Ao verem sua professora não apenas discutindo, mas também incorporando e valorizando características associadas à identidade negra, suas alunas encontram inspiração para iniciar seus próprios processos de transição, desconstruindo preconceitos internalizados e fortalecendo sua presença enquanto mulheres negras. Essa prática exemplifica como o empoderamento pessoal e coletivo pode ser catalisado por ações educativas que integram identidade, resistência e transformação social.

A obra **Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra** (2019), de Nilma Lino Gomes, traz uma análise densa sobre a relação entre cabelo crespo e identidade negra no Brasil, problematizando os significados atribuídos ao cabelo enquanto elemento de construção e resistência identitária. Gomes discute como o cabelo crespo, visto historicamente como um marcador de inferioridade, se torna um espaço de afirmação da negritude e de enfrentamento ao racismo. A autora destaca que, ao longo da história brasileira, o cabelo crespo foi reduzido a um sinal diacrítico que reforça os estigmas raciais, mas que também carrega a potência de ressignificação quando é valorizado por seus próprios portadores, especialmente em espaços como salões étnicos.

Além disso, a autora enfatiza como esses salões transcendem o cuidado estético e se tornam espaços políticos e culturais, onde narrativas de resistência são construídas. O cabelo, nesse contexto, é mais que estética: é símbolo de luta, orgulho e pertencimento. A revalorização do cabelo crespo passa a desafiar os padrões hegemônicos impostos pela branquitude, operando como uma forma de reeducação sobre o que significa beleza negra. Também sublinha que esse processo vai além do individual, atingindo o coletivo e reafirmando a ancestralidade africana em um contexto de racismo estrutural e ambíguo (GOMES, 2019). A autora nos convida a refletir sobre a centralidade do corpo e do cabelo como elementos políticos na identidade negra. A intervenção estética nesses espaços não é apenas sobre transformar aparências, mas sobre resgatar uma autoestima ferida historicamente e afirmar uma subjetividade em um contexto social que tenta constantemente negá-la. Assim, os salões étnicos e os movimentos de valorização do cabelo crespo se consolidam como estratégias de resistência e de construção de uma narrativa coletiva que desestabiliza os cânones da estética branca e exalta a beleza negra como símbolo de força e identidade.

Aqaltune destaca: “Para que mais mulheres ocupem esses espaços, precisamos nos fortalecer, estar engajada nesse processo e se reconhecer como parte. Somos ensinadas a entender que é demais, que não consegue. Nossas meninas, nossas mulheres, precisamos reconstruir, ressignificar as trajetórias de dificuldades” (Aqaltune, entrevista, 2023). O relato da entrevistada evidencia a necessidade de um processo coletivo de fortalecimento e engajamento para que mulheres negras possam ocupar espaços historicamente negados. Ela enfatiza a importância de desconstruir narrativas de exclusão e ressignificar trajetórias, transformando dificuldades em potência política. Esse movimento demanda redes de apoio e solidariedade, para acolher e impulsionar mulheres negras em suas jornadas, rompendo, assim, ciclos de exclusão e redefinindo as dinâmicas sociais e as relações de poder, a fim de criar novas possibilidades para futuras gerações.

5.5.2 O amor e o bem-viver: dinheiro, paz, bem-estar, felicidade

bell hooks (2021), falando sobre o amor, destaca que ele não é apenas uma emoção, mas um ato político que desafia as estruturas de dominação e opressão. Para ela, o amor transcende o individual e se torna um alicerce para a construção de comunidades baseadas na solidariedade e no afeto. Essa perspectiva encontra eco na fala de Tereza de Benguela, que relembra os momentos de felicidade durante sua infância na zona rural: “No período em que eu estava na zona rural, nos finais de semana e nas férias, eu era muito feliz. Porém, eu não dava conta de que era feliz naquele momento, queria ir morar na cidade, mesmo sendo o lugar onde eu sofria. Mas eu queria estar inserida ali nos grupos” (Tereza de Benguela, entrevista, 2023). Essa reflexão ressalta a importância do pertencimento e da conexão comunitária, que, mesmo em condições adversas, pode ser fonte de bem-estar.

Lélia Gonzalez (1988, p.79) ao discutir a amefricanidade, conceito a partir do qual se reconhece “um gigantesco trabalho de dinâmica cultural que não nos leva para o lado do Atlântico, mas que nos traz de lá e nos transforma no que somos hoje: americanos”, propõe que o amor e o bem-viver estão intrinsecamente ligados à ressignificação histórica e cultural. Honrar a ancestralidade e valorizar as práticas coletivas tornam-se, portanto, elementos centrais para a reconstrução de narrativas. Essa visão se reflete no relato de Maria Firmiana dos Reis, que destaca a importância de reconhecer e valorizar a trajetória de quem acumula saberes: “É preciso sempre honrar a fonte das coisas. Honrar a fonte significa que a pessoa já tem o saber e teve uma trajetória de renúncia e investimento para que aquele saber estivesse com ela. [...] Isso sempre foi muito forte pra mim” (Maria Firmina dos Reis, entrevista, 2023). Essa prática de

honrar saberes alinha-se à ideia de bem-viver como um processo coletivo que respeita a história e os esforços de cada indivíduo, transformando o dinheiro e o conhecimento em ferramentas de justiça e transformação. Na entrevista, Maria Firmina dos Reis reflete sobre as barreiras estruturais e simbólicas que limitam a ascensão social de mulheres negras, destacando como essas limitações não são resultado de incapacidade ou falta de esforço individual, mas de um condicionamento histórico que as desvia do entendimento dos caminhos que levam a espaços de poder. Para ela, a ideia de meritocracia é insuficiente para explicar o sucesso ou a ausência dele, uma vez que ignora as desigualdades estruturais que moldam as oportunidades de cada grupo. Firmina aponta que o processo de conquista exige mais do que desejo; ele demanda uma tomada de consciência sobre as dinâmicas sociais e econômicas, além de um engajamento contínuo. Ao mencionar a “lei da sementeira”, ela reforça a importância de compreender que os resultados são fruto de ações planejadas e do reconhecimento dos próprios esforços em meio a um sistema que muitas vezes desvaloriza essas trajetórias.

O bem-viver também envolve a conquista de espaços que historicamente foram negados, como aponta bell hooks ao discutir o amor como prática de resistência. Dandara dos Palmares reforça essa ideia ao destacar a importância da representatividade: “Eu sempre costumo dizer que, sempre que vejo uma mulher negra ascendendo a algum cargo, eu me vejo nela. Eu me sinto representada por ela. [...] Precisamos ser mais sementes plantadas na sociedade” (Dandara dos Palmares, entrevista, 2023). Essa representatividade é um ato de amor político que inspira novas gerações e promove a transformação social, ampliando o horizonte de possibilidades para mulheres negras.

Mulheres negras em espaços de poder levam a questionamentos como “Porque ela está no consultório? porque está atrás de uma mesa, de uma cadeira, né? Prescrevendo Medicamentos ou em um numa sala de aula. Precisamos ser mais sementes plantada na sociedade, eu me sinto muito representada e isso assim, não só mulheres negras, mas quando eu vejo jovem eu me sinto muito maravilhada porque quando é ao contrário isso me mata, machuca. Ver os jovens não querendo essa oportunidade, ver muitos jovens perdendo a vida, a gente fica se perguntando e de uma certa forma às vezes até se culpando, por não poder contribuir mais. Isso acaba às vezes adoecendo também a gente. (Dandara dos Palmares, entrevista, 2023).

Além disso, Maria Firmina destaca a relação entre dinheiro e transformação social: “Por meio do acesso a dinheiro, a espaços de poder, consigo ter acesso a lugares seletos. Isso, pra mim, é mudança, isso é revolução. [...] Essas informações sobre como fazer dinheiro não chegam aqui embaixo” (Maria Firmina dos Reis, entrevista, 2023). Esse relato dialoga com a ideia de bell hooks sobre a necessidade de criar economias emocionais e sociais que não apenas

concentrem recursos, mas que os democratizem, promovendo justiça e inclusão. Para Maria Firmina, o dinheiro não é um fim, mas uma ferramenta que, quando alinhada a valores comunitários, se torna uma mola propulsora de impacto social.

Finalmente, o bem-viver não é apenas sobre conforto material, mas sobre a construção de uma vida digna, coletiva e solidária. Maria Felipa, refletindo sobre o papel das mulheres negras nas lutas sociais, observa: “As novas gerações são mulheres mais ousadas, no sentido de se mostrar, de se expor, assumir sua história, sua ancestralidade” (Maria Felipa, entrevista, 2023). Essa ousadia está enraizada no amor pela própria identidade e no desejo de transformar as estruturas de opressão, ressignificando o bem-viver como uma prática que abrange dinheiro, paz, bem-estar e felicidade em sua dimensão mais ampla e inclusiva.

As escrituras narradas ao longo deste capítulo evidenciam que as mulheres negras enfrentam desafios intensos ao romper barreiras históricas de exclusão, manifestas em estruturas sociais marcadas por racismo e sexismo. As escrituras apresentadas revelam não apenas as violências sofridas, mas, sobretudo, as estratégias de resistência que sustentam seus processos de ascensão social. A ocupação de espaços historicamente reservados a homens brancos é, para essas mulheres, um ato político e de descolonização das narrativas. Ao se afirmarem como protagonistas de suas histórias, essas mulheres subvertem a lógica do epistemicídio, bem como criam novas possibilidades de existência e participação, desafiando as estruturas que ainda tentam silenciá-las.

Além disso, é necessário destacar o papel da memória como um instrumento central na luta contra as imagens de controle e estereótipos que tentam enquadrar as mulheres negras em posições subalternas. A partir de uma perspectiva interseccional, as experiências relatadas mostram a importância de recontar suas histórias como forma de resistência e transformação social. Essas escrituras denunciam as violências e celebram as conquistas, apontando para um futuro no qual a presença de mulheres negras em espaços de poder se torna cada vez mais uma realidade concreta e um catalisador para mudanças mais amplas na sociedade.

6 CONCLUSÃO

Este trabalho investigou os desafios e violências enfrentados por mulheres negras no processo de ascensão social, analisando como elas resistem, negociam e desafiam narrativas opressoras a partir de sua posição como sujeitos de direito e memória histórica. Por meio da perspectiva do feminismo negro e da lente da interseccionalidade, buscamos compreender as dinâmicas estruturais que limitam a permanência de mulheres negras em espaços de poder e a forma como elas reagem e ressignificam as mesmas.

Os resultados confirmam as hipóteses levantadas inicialmente, destacando que a violência estrutural, marcada pela intersecção de racismo e sexismo, tem efeitos profundos nas trajetórias dessas mulheres. As narrativas coletadas nas entrevistas semiestruturadas evidenciaram que, apesar de estarem em ascensão social, as participantes enfrentaram práticas de epistemicídio, tendo seus conhecimentos invalidados e sendo submetidas a imagens de controle que as objetificam e silenciam. Tais práticas não apenas dificultam a permanência nos espaços de poder, mas também impõem desafios psíquicos e sociais.

Por ter sido desenvolvida no período de Pandemia de Covid-19, enfrentamos algumas dificuldades para o desenvolvimento desta pesquisa. Foram necessárias adaptações metodológicas e logísticas. As restrições impostas pela pandemia dificultaram a realização de algumas entrevistas presenciais e limitaram a possibilidade de interação direta com as participantes, o que, por sua vez, pode ter impactado a profundidade das dinâmicas presenciais no processo de coleta de dados. No entanto, a adoção de ferramentas digitais (plataforma Google Meet) e estratégias remotas permitiu a continuidade do trabalho, garantindo que os objetivos fossem alcançados mesmo diante de situações adversas.

Esta tese revela como as trajetórias de ascensão social das mulheres negras são profundamente marcadas por desafios estruturais, mas também por práticas de resistência e transformação. Ao colocar em evidência suas memórias, vozes e escrevivências, o estudo reafirma a necessidade de desconstruir narrativas hegemônicas que invisibilizam ou limitam a presença dessas mulheres nos espaços de poder. Suas histórias mostram que o racismo e o sexismo operam como mecanismos estruturais que restringem oportunidades e naturalizam a exclusão, mas também destacam como essas mulheres ressignificam suas experiências, criando novas possibilidades de existência.

A partir de uma análise histórica e cultural, a pesquisa demonstrou que as raízes dessas desigualdades estão profundamente ligadas à escravidão e ao racismo estrutural, perpetuados nas relações sociais, institucionais e econômicas. No entanto, essas mulheres, por meio de suas

práticas cotidianas e escolhas estratégicas, rompem com a lógica colonial que ainda tenta silenciá-las. Suas memórias apontam para uma dimensão transformadora, em que o reconhecimento de si mesmas como sujeitos plenos e dignos se torna um ato político capaz de desestabilizar estruturas de poder.

O diálogo com o pensamento feminista negro revela que a resistência dessas mulheres não se limita à superação individual. Ao contrário, ela está profundamente enraizada em um projeto coletivo de transformação, que valoriza a ancestralidade, a solidariedade e a construção de redes de apoio. A noção de dororidade, por exemplo, emerge como uma resposta crítica às exclusões impostas, promovendo vínculos comunitários que fortalecem mulheres negras em suas lutas por equidade e justiça.

As histórias das participantes da pesquisa mostram que a presença das mesmas em espaços de poder não é apenas uma conquista pessoal, mas uma ruptura simbólica e material com as imagens de controle que historicamente relegaram as mulheres negras a papéis subalternos. Ao ocupar lugares como a academia, a medicina, o empreendedorismo e outras esferas de decisão, elas se tornam referências que inspiram novas gerações e reconfiguram o que significa ser mulher negra em uma sociedade marcada por desigualdades.

Em última instância, o estudo reafirma a centralidade da memória como instrumento político e como um meio de ressignificar os traumas históricos. A valorização das narrativas dessas mulheres é um convite para repensar as estruturas que sustentam as desigualdades e para criar políticas públicas que reconheçam as especificidades das opressões interseccionais. Mais do que um resgate histórico, este trabalho aponta para o futuro, indicando que a resistência, a criatividade e a potência dessas mulheres são fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

As conclusões deste estudo não apenas consolidam os achados da pesquisa, mas reforçam a urgência de continuar amplificando as vozes e escrevivências das mulheres negras. Elas representam, ao mesmo tempo, uma denúncia das violências vividas e uma celebração da força criativa e transformadora que emerge de suas trajetórias. Ao reconhecer e valorizar essas histórias, damos um passo essencial para a construção de um presente e futuro em que a equidade seja mais que uma promessa, mas uma realidade concreta e vivenciada.

Para pesquisas futuras, recomendamos ampliar o escopo da análise, contemplando outros contextos regionais e sociais, bem como aprofundar a investigação sobre as estratégias coletivas de resistência adotadas por mulheres negras. Um ponto relevante para estudos posteriores seria examinar mais detalhadamente o papel das políticas públicas e ações institucionais na mitigação das barreiras enfrentadas por essas mulheres, analisando sua

efetividade e os impactos gerados. Além disso, sugerimos que as futuras pesquisas ampliem a discussão sobre as percepções dessas mulheres a respeito da ideia de felicidade, explorando como essa noção é construída e vivenciada em meio às adversidades estruturais.

Outra possibilidade de aprofundamento refere-se ao sentimento de deslocamento, um tema recorrente nos relatos das participantes. Apesar de superarem inúmeros desafios para acessar espaços de poder, muitas relataram sentir-se deslocadas, seja pela solidão nesses ambientes, seja pela falta de pertencimento. Investigar como essas experiências impactam suas trajetórias e como podem ser transformadas por redes de apoio e solidariedade seria um caminho promissor. Em síntese, esta tese reafirma a relevância de valorizar as vivências e narrativas das mulheres negras, reconhecendo-as como pilares centrais na luta contra o racismo, o sexismo e outras formas de opressão. Espera-se que este trabalho contribua para o fortalecimento das discussões acadêmicas e sociais, estimulando novas abordagens e reflexões sobre o tema.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. Feminismos Plurais. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ALVES, Dina. Rés negras, juízes brancos: uma análise da interseccionalidade de gênero, raça e classe na produção da punição em uma prisão paulistana. **CS**, n. 21, p. 97-120, 2017.
- ALVES, Jaime Amparo. Necropolítica Racial: A Produção Espacial da Morte na Cidade de São Paulo I. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 1, n. 3, p. 89-114, 2011.
- AMPARO ALVES, J. Esa paz blanca, esa paz de muerte: tiempos de paz, tiempos de guerra y el cronos negro imposible en el posconflicto colombiano. **Revista Colombiana de Antropología**, [S. l.], v. 57, n. 2, 2021. DOI: 10.22380/2539472X.1877. Disponível em: <https://revistas.icanh.gov.co/index.php/rca/article/view/1877>. Acesso em: 14 jun. 2023.
- AREND, Sílvia Maria Fávero. **Histórias de abandono: infância e justiça no Brasil**. Florianópolis: Mulheres, 2011.
- ARENDT, Hannah. **Da violência**. Brasília: UNB, 1985. Disponível em: <http://pavio.net/download/textos/ARENDT,%20Hannah.%20Da%20Viol%C3%Aancia.pdf>. Acesso em: 13 de jun. 2023.
- ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica. Trabalho doméstico remunerado: contradições estruturantes e emergentes nas relações sociais no Brasil. **Dossiê Psicol. Soc.**, v. 32, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/hfkrxjk394hGLSK8W8fyCsR/#>. Acesso em: 13 de jun. 2023.
- BAIROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 458, 1995. DOI: 10.1590/%x. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16462>. Acesso em: 13 jun. 2023.
- BARROSO, Milena Fernandes. Violência estrutural: mediações entre “o matar e morrer por conta”. **Revista Katál**, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 397-406, 2021.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BERGSON, Henri. **Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BRADLEY, J. Methodological issues and practices in qualitative research. **Library Quarterly**, v. 63, n. 4, p. 431-449, 1993.

BRASIL. Decreto nº 7031-A, de 06 de setembro de 1878. Disponível em: Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br) Acesso em: 13 jun. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 2 mar. 2023.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 72 de 02 de abril de 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc72.htm. Acesso em: 02 nov. 2024.

BRASIL. Lei n.11.340, de 7 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 8 ago. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 2 mar. 2023.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Manual de Combate ao Trabalho em Condições análogas às de escravo**. Brasília: MTE, 2011. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr2/coordenacao/comissoes-e-grupos-de-trabalho/escravidao-contemporanea-migrado-1/notas-tecnicas-planos-e-oficinas/combate%20trabalho%20escravo%20WEB%20MTE.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2023.

BRASIL. Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 13 de jun. 2023.

BRASIL. Lei n.13.104, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 10 mar. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm. Acesso em: 13 jun. 2023.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero, Feminismo e Subversão da Identidade**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2003.

CARNEIRO, Sueli. Gênero, raça e ascensão social. **Revista Estudos feministas**, v. 3, n. 2, 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16472>. Acesso em: 13 jun. 2023.

CARNEIRO, Sueli. A mulher negra na sociedade brasileira: o papel do movimento feminista anti-racista. **História do negro no Brasil: O negro na sociedade brasileira**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2003.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro. **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 271-289.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese de Doutorado.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

[CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2015.

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Pólen, 2019.

CARVALHO, Lucimeire Santos; CAMARGO, Climene Laura. Reflexões teóricas: família negra e o cotidiano da violência. **Saúde Coletiva**, São Paulo, n. 37, v. 7, p. 24-29, 2010.

CARVALHO, Cláudio. Que horas ela volta? A realidade do trabalho doméstico no Brasil. *In*: SANTOS, Raquel Costa. (org.). **Leituras de cinema**. [Livreto Leituras de Cinema/Ano 17. Publicação especial da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb), referente ao projeto Cinema: Eis a Questão]. Vitória da Conquista, 2023. p. 63-64.

CERQUEIRA, Daniel *et al.* **Atlas da Violência 2021**. São Paulo: FBSP, 2021.

CHAUÍ, Marilena. Participando do Debate sobre Mulher e Violência. *In*: FRANCHETTO, Bruna; CAVALCANTI, Maria Laura V. C.; HEILBORN, Maria Luiza. (org.). **Perspectivas Antropológicas da Mulher**. São Paulo: Zahar, 1985, p. 23-62.

CHIAVENATO, Julio José. **O negro no Brasil: da senzala à guerra do Paraguai**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

COLLINS, Patricia Hill. **Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment**. UK: Routledge, 2009.

COLLINS, Patricia Hill. O que é um nome? Mulherismo, feminismo negro e além disso. **Cadernos Pagu**, n. 51, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/P3Hpz4XQsPqSqJLm9KH6tC/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 10, abril, 2023.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo, 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color. **Stanford Law Review**, v. 43, n. 6, 1991.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *In*: K. Crenshaw, N. Gotanda, G. Peller and K Thomas, eds. **Critical race theory: the key writing that formed the movement**. New York: The New Press, 1995. p. 357-383.

- CRUZ NETO, Otávio; MOREIRA, Marcelo Rasga. A concretização de políticas públicas em direção à prevenção da violência estrutural. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 4, p. 33-52, 1999.
- CUNHA, Tânia Rocha Andrade. Mulher Chefe de Família e o Fenômeno da Violência. **Politeia-História e Sociedade**, v. 1, n. 1, 2001.
- CUNHA, Tânia Rocha Andrade. **O preço do silêncio: mulheres ricas também sofrem violência**. Vitória da Conquista-BA: EdUesb, 2007.
- CUTRIM, Isadora Abreu; SEFAIR, Clara. A Necropolítica Neoliberal e as Políticas de Austeridade no Governo de Jair Bolsonaro: as Reformas, as Mulheres e a Cidade. **PIXO-Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade**, v. 3, n. 10, 2019.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DURAN, Felipe Pessoa. O Triângulo da violência de Johan Galtung: uma análise de conflito civil no Iêmen. **Revista Ensaios**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, 2021.
- ENGEL, Cíntia Liara. **Educação e treinamento da mulher**. Rio de Janeiro: IPEA, 2020.
- EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas, 2016.
- EVARISTO, Conceição. Vozes-mulheres. **Cadernos negros**, v. 13, p. 32-33, 2008.
- EVARISTO, Conceição. **Escrevivência: a escrita de nós**. Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado. (Org.). Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.
- EVARISTO, Conceição. Chica que manda ou a Mulher que inventou o mar?. **Anuário de Literatura**, [S. l.], v. 18, p. 137–160, 2013. DOI: 10.5007/2175-7917.2013v18nesp1p137. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/literatura/article/view/2175-7917.2013v18nesp1p137>. Acesso em: 20 nov. 2024.
- EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Malê, 2017.
- EVARISTO, Conceição. Escritora Conceição Evaristo é convidada do Estação Plural: depoimento [jun. 2017]. Entrevistadores: Ellen Oléria, Fernando Oliveira e Mel Gonçalves. TVBRASIL, 2017a. YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Xn2gj1hGsoo>. Acesso em 08/08/2023.
- FACO, Vanessa; MELCHIORI, Lígia. Conceito de família. In.: VALLE, T. G. M. (org.). **Aprendizagem e desenvolvimento humano: avaliações e intervenções**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Bahia: Edufba, 2008.
- FANTÁSTICO. Mulher é libertada em MG após 38 anos vivendo em condições análogas à escravidão. **G1 notícias**. 20 de dez. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2020/12/20/mulher-e-libertada-em-mg-apos-38-anos-vivendo-em-condicoes-analogas-a-escravidao.ghtml>. Acesso feito em 13 de jun. de 2023.

- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2013, p. 46-47.
- FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. 2. ed. São Paulo: Global, 2007.
- FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Contracorrente, 2021.
- FERNANDES, Florestan. O significado do protesto negro. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.
- FREITAG, Barbara. **Escola, estado e sociedade**. São Paulo: Edart, 1977.
- FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 47. ed. São Paulo: Global, 2003.
- FREUD, Sigmund. O mecanismo psíquico do esquecimento. *In*: FREUD, Sigmund. **Primeiras publicações psicanalíticas (1893-1899): volume III**. Edição Standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996a.
- FREUD, Sigmund. Lembranças encobridoras. *In*: FREUD, Sigmund. **Primeiras publicações psicanalíticas (1893-1899): volume III**. Edição Standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996b.
- FIGUEIREDO, Ângela; FURTADO, Cláudio Alves. As elites negras. *In*: SANSONE, Livio; FURTADO, Cláudio Alves (org.). **Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa**. Salvador: EDUFBA, 2014. p.131-149.
- FOUCAULT, Michel. Genealogia do Poder. *In*: FOUCAULT, Michael. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel. **Poder/conhecimento: entrevistas selecionadas e outros escritos, 1972-1977**. Rio Grande do Sul: Vindima, 1980.
- FOUCAULT, Michel. Poder e Saber. *In*: MOTTA, M. Barros (org.). **Ditos e Escritos**, volume IV: Estratégia, Poder-Saber. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 2003.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2007.
- GALTUNG, Johan. Violence, Peace and Peace Research. **Journal of Peace Research**, Oslo, v. 6, n. 3, p. 167-191, 1969.
- GIACOMINI, Sonia Maria. **Mulher e escrava: Uma Introdução ao Estudo da Mulher Negra no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes. 1988.
- GIACOMINI, Sonia Maria. Mulatas profissionais: raça, gênero e ocupação. **Estudos Feministas, Florianópolis**, 14(1): 85-101, jan-abr/2006.

GODOY, Arilda S.. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, v.35, n.2, mar./abr. 1995a, p. 57-63.

GOMES, Nilma Lino. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural?. **Revista brasileira de Educação**, p. 40-51, 2002.

GOMES, Nilma Lino. Movimento Negro e Educação: ressignificando e politizando a raça. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul.-set., 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/wQQ8dbKRR3MNZDJKp5cfZ4M/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 13 un. 2023.

GOMES, Nilma Lino; ARAÚJO, Marlene. **Infâncias negras: vivências e lutas por uma vida justa**. Petrópolis: Vozes, 2023.

GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, L. A. et al. Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos. *Ciências Sociais Hoje*, Brasília, ANPOCS n. 2, p. 223-244, 1983

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244. Disponível em: [Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira\(1\).pdf \(usp.br\)](#). Acesso em: 13 jun. 2023.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GRAHAM, Sandra L. **Caetana diz não: histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HALBWACHS, Maurice. **Les cadres sociaux de la mémoire**. Edição eletrônica realizada por Jean-Marie Tremblay a partir da primeira edição de 1925. Paris: Librairie Félix Alcan. Disponível em: http://classiques.uqac.ca/classiques/Halbwachs_maurice/cadres_soc_memoire/cadres_soc_memoire.html. Acesso em: 03 dez. 2020.

HARTMAN, Saidiya. O tempo da escravidão. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 14, p. 242-262, 2020.

HILÁRIO, Rosângela Aparecida. O Feminismo Negro como estratégia para assunção de direitos as Mulheres Pretas e Periféricas. **Ensaio Filosóficos**, Rios de Janeiro, 2019, p, 40-57.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo social**, v. 26, p. 61-73, 2014.

hooks, bell. Alisando nosso cabelo. **Revista Gazeta de Cuba**, jan./fev. 2005.

HOOKS, bell. **E eu não sou uma mulher**. Mulheres negras e feminismo. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

HOOKS, bell. **Teoria feminista**. Perspectiva 2020.

HOOKS, bell. Tudo sobre o amor: novas perspectivas. São Paulo: Elefante. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. [IBGE]. **Censo Agropecuário 2017**: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=73096>. Acesso em: 21 fev. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. [IBGE]. **PNAD 2019**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais>. Acesso em: 02 jun. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. [INEP]. **Microdados do censo da educação superior**. Brasília: INEP, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 12/ out. 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. [IPEA]. **Brasil: Retrato da desigualdade: Raça e Gênero**. Brasília, DF: Ipea, 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. [IPEA]. **Brasil: Retrato da desigualdade: Raça e Gênero**. Rio de Janeiro: Ipea, 2020.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KRINERT, Rafaella; CONSALTER, Zilda. Breve estudo sobre o *status* das famílias negras no Brasil. **Brazil Journal of Develop.**, Curitiba, v. 5, n. 12, p. 29304-29315, 2019.

KYRILLOS, Gabriela M.; SIMIONI, Fabiane. Raça, gênero e direitos humanos na política externa brasileira no governo bolsonaro (2019-2021). **Revista Direito e Práxis**, v. 13, p. 1874-1896, 2022.

LIRA, Sania Carla Braga Mourão et al. Mulheres negras operadoras do direito no sistema de justiça: exceções que confirmam a regra. 2020.

LÖWY, Michell. **Walter Benjamin Aviso de Incêndio**. Buenos Aires: Fundo de Cultura Econômica, 2005.

LYKKE, Nina. **Feminist studies: a guide to intersectional theory, methodology and writing**. New York: Routledge, 2010.

MACHADO, Aline Campos. **Fundamentalismo Religioso no Governo Bolsonaro**: as implicações de um governo sexista para a (re) existência das mulheres brasileiras. 2019. Monografia (Graduação em Psicologia) – Faculdade de Ciência da Educação e da Saúde – FACES, Centro Universitário de Brasília, Brasília, DF, 2019. Disponível em:

<https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/prefix/13886/1/21363891.pdf>. Acesso em: 02. Jan, 2023.

MAIA, Camila Pereira; SILVA, Roberto Jardim da. Sexo e as Negas: Empoderamento ou Reforço dos Estereótipos das Mulheres Negras na Mídia. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, [S. l.], v. 2, n. 1, 2016. DOI: 10.9771/cgd.v2i1.16736. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/16736>. Acesso em: 18 nov. 2024

MALTA, Renata Barreto; OLIVEIRA, Laila Thaíse Batista de. Enegrecendo as redes: o ativismo de mulheres negras no espaço virtual. **Revista Gênero**, v. 16, n. 2, 2016.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialectica de la dependência**. Cidade do México: Era, 1990.

MARTINS, Paulo Henrique. **Escravidão, abolição e pós-abolição no Ceará**: sobre histórias, memórias e narrativas dos últimos escravos e seus descendentes no sertão cearense. 2012. 128 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

MATE, Reyes. **Meia-noite na história**: comentários às teses de Walter Benjamin “Sobre o conceito de história”. São Leopoldo, RS: UNISINOS, 2011.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência sob o olhar da saúde**: infrapolítica da contemporaneidade brasileira. Rio de Janeiro: FioCruz, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo**. São Paulo: Sueli Carneiro, Pólen, 2019.

MOREIRA, Nilvaci Leite de Magalhães. Mulheres negras professoras: das barreiras raciais a ascensão social. **Revista Encontro de Pesquisa em Educação**, v. 1, n.1, 2013, p. 152-161.

MOREIRA, Patrícia. *A mise-en-scène do encarceramento na ocupação dos espaços em Que horas ela volta?*. In: SANTOS, Raquel Costa. (org.). **Leituras de cinema**. [Livreto Leituras de Cinema/Ano 17. Publicação especial da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb), referente ao projeto Cinema: Eis a Questão]. Vitória da Conquista, 2023. p. 66-69.

MUNANGA, Kabengele. **O anti-racismo no Brasil**. Estratégias e políticas de combate à discriminação racial. São Paulo: Edusp, 1996.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte. Autêntica: 2006.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. Negro e racismo. *In*: RATTTS, Alex. **Eu sou Atlântica: sobre a Trajetória de Vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Imprensa Oficial/Kuanza, 1974, p. 98-102.

NASCIMENTO, Abdias. **O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NASCIMENTO, Abdias do. Teatro experimental do negro: trajetória e reflexões. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 18, n. 50, p. 209-224, 2004. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9982>. Acesso em: 13 jun. 2023.

NASCIMENTO, Beatriz. Quilombos: mudança social ou conservantismo? 1976. *In*: NASCIMENTO, Beatriz. **Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual: Possibilidades nos dias da destruição**. São Paulo: Filhos da África, 2018.

NASCIMENTO, Beatriz. Sistemas sociais alternativos organizados pelos negros: dos quilombos às favelas. 1981. *In*: NASCIMENTO, Beatriz. **Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual: Possibilidades nos dias da destruição**. São Paulo: Filhos da África, 2018.

NEPOMUCENO, **Bebel. Mulheres Negras. Protagonismo Ignorado**. Nova História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2012.

OLIVEIRA, Arlete dos Santos. **Mulheres negras e educadoras: de amas-de-leite a professoras. Um estudo sobre a construção de identidades de mulheres negras na cidade de São Paulo**. 2009. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

OLIVEIRA, M. L. P.; MENEGHEL, S. N.; BERNARDES, J. S. Modos de subjetivação de mulheres negras: efeitos da discriminação racial. **Psicologia & Sociedade**, v. 21, n. 2, p. 266-274, ago., 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/5zT3DgW97n9MP7MFLNXFL3d/?format=pdf>. Acesso em: 14 jun. 2023.

PALHARES, Marcelo Fadori Soares; SWCHARTZ, Gisele Maria. **Não é só a torcida organizada: o que os torcedores têm a dizer sobre a violência no futebol?** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, p. 11-26.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. Tradução de Marta Avancini. Rio: Paz e Terra, 1993.

PEREIRA, Edilene Machado. **Marias que venceram na vida: uma análise da ascensão da mulher negra via escolarização em Salvador/BA**. 2008. 133 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

PEREIRA, Bergman de Paula. De escravas a empregadas domésticas: A dimensão social e o "lugar" das mulheres negras no pós-abolição. *In*: SIMPOSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH, 26, 2011, São Paulo - SP. **Anais [...]**. São Paulo-SP. ISBN: 978-85-98711-08-9. Disponível em: 1308183602_ARQUIVO_ArtigoANPUH-Bergman.pdf. Acesso em: 13 jun. 2023.

PIEDADE, Vilma. **Dororidade**. São Paulo: Nós, 2017.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares; ROSA, Katemari; CONCEIÇÃO, Sueli. “LINDA E PRETA”: DISCUTINDO QUESTÕES QUÍMICAS, FÍSICAS, BIOLÓGICAS E SOCIAIS DA MAQUIAGEM EM PELE NEGRA. *Conexões - Ciência e Tecnologia*, [S. l.], v. 13, n. 5, p. 7–13, 2019. DOI: 10.21439/conexoes.v13i5.1759. Disponível em: <https://conexoes.ifce.edu.br/index.php/conexoes/article/view/1759>. Acesso em: 21 nov. 2024.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

PINTO, Giselle. Gênero, raça e pós-graduação: um estudo sobre a presença de mulheres negras nos cursos de mestrado da Universidade Federal Fluminense. **Niterói UFF/PPGPS**, 2007.

PINHO, Osmundo. E não sou uma mulher? Sojourner Truth. **Portal Geledés**. 08.01.2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>. Acesso em: 12 dez. 2021.

PISCITELLI, Adriana G. Re-criando a (categoria) mulher? *In*: ALGRANTI, Leila Mezan. (org.). **A Prática feminista e o conceito de gênero**. Campinas: IFCH/Unicamp, 2002. (Textos Didáticos, n. 48).

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

PORFÍRIO COSTA CRISÓSTOMO RAMOS NOGUEIRA, T. Mucama Permitida: a identidade negra do trabalho doméstico no Brasil. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, [S. l.], v. 3, n. 4, p. 47–58, 2017. DOI: 10.9771/cgd.v3i4.22482. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/22482>. Acesso em: 13 jun. 2023.

PRETA-RARA. **Eu, empregada doméstica**: a senzala moderna é o quartinho da empregada. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

QUAPPER, Claudio Duarte. **El adultocentrismo como paradigma y sistema de dominio**: análisis de la reproducción de imaginarios de la investigación social chilena sobre o juvenil. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona, 2015.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio**. História dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

REIS, Maria Clareth Gonçalves. Mulheres negras e professoras no ensino superior: as histórias de vida que as constituíram. 2008. 205 f. Tese (Doutorado) - Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

RIBEIRO, M. Mulheres negras brasileiras: de Bertioga e Beijing. **Estudos Feministas**, 02, pp. 446-457, 1995.

RICOUER, Paul. A representação historiadora. *In*: RICOUER, Paul. **A Memória, a História, o Esquecimento**. Campinas/SP: EdUnicamp, 2007, p. 247-296.

RODRIGUES, C. **As Fronteiras entre Raça e Gênero na Cena Pública Brasileira: um estudo da construção da identidade coletiva do Movimento de Mulheres Negras**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

RODRIGUES, Cristiano; FREITAS, Viviane Gonçalves. “Ativismo Feminista Negro no Brasil: do movimento de mulheres negras ao feminismo interseccional”. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 34, p. 1-54, 2021.

RODRIGUES, Cristiano; PRADO, Marco Aurélio Maximo Movimento de Mulheres Negras: Trajetória Política, Práticas Mobilizatórias e Articulação com o Estado Brasileiro. **Psicologia & Sociedade**, v. 22, p. 445-456, 2010.

ROLAND, Edna. O movimento de mulheres negras brasileiras: desafios e perspectivas. *In*: A.S. A. Guimarães and L. Huntley. **Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres**: notas sobre a "economia política" do sexo. Recife: Edições S.O.S Corpo, 1975. Disponível em: OTraficoDeMulheres.pdf. Acesso em: 14 jun. 2023.

SAFFIOTI, Heleieth. **A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade**. Petrópolis: Vozes, 1969.

SAFFIOTI, Heleieth. Rearticulando gênero e classe social. *In*: OLIVEIRA Albertina; BRUSCHINI, Cristina. (org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p. 183-215.

SAFFIOTI, Heleieth IB. Violência doméstica ou a lógica do galinheiro. **Violência em debate**. São Paulo: Moderna, p. 39-57, 1997.

SAFFIOTI, Heleieth. Violência contra a mulher e violência doméstica. *In*: **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: FCC. Ed. 34, 2002. Disponível em: 91.pdf (architexturez.net). Acesso em: 13 jun. 2023.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero patriarcado violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero e Patriarcado: a necessidade da violência. *In*: CASTILLOMARTÍN, Márcia; OLIVEIRA, Suely. **Marcadas a Ferro**: violência contra mulher uma visão multidisciplinar. Brasília: Secretaria Especial de Política para mulheres, 2005.

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero: ontogênese e filogênese. *In*: SEMINÁRIO DA UNIFEMM, 2006, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para as Mulheres, 2006. Disponível em: <http://www.contag.org.br/imagens/f759ontogenesedogeneroHELEIETHSAFFIOTI.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2022.

SAFFIOTI, Heleieth. Ontogênese e Filogênese do Gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. **Série Estudos/Ciências Sociais/FLASCO-Brasil**, jun., 2009. Disponível em: <https://flasco.redelivre.org.br/files/2015/03/HeleiethSaffioti.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2023.

SAFFIOTI, Heleieth; ALMEIDA, Suely S. de. **Violência de gênero: poder e impotência**. Rio de Janeiro: Revinter Ltda., 1995.

SANTANA, I. de. Negros em Colarinhos Brancos: estilos de vida, identidades e ascensão social no serviço público. **Cadernos de Estudos Sociais**, [S. l.], v. 29, n. 1, p. 21–56, 2014. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CAD/article/view/41>. Acesso em: 13 jun. 2023.

SANTOS, Anderson Oramisio; OLIVEIRA, Camila Rezende; OLIVEIRA, Guilherme Santiago de; GIMENES, Olíria Mendes. **A História da Educação de Negros no Brasil e o Pensamento Educacional de Professores Negros no Século XIX**. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2013.

SANTOS, Joel Rufino. **A questão do negro na sala de aula**. Rio de Janeiro: Global, 2016.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana**. 2012. 122f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Racismo no Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2001.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul/dez., 1995.

SILVA, Maria Nilza da. **A mulher negra: o preço de uma trajetória de sucesso. 1999**. 148 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.

SILVA, Maria da Penha. Mulheres negras: sua participação histórica na sociedade. **Caderno Imbondeiro**, João Pessoa, v. 1, n.1, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ci/article/view/13509/7668>. Acesso em: 13 jun. 2023.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 33-44.

SKIDMORE, Thomas. **Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SKIDMORE, Thomas. **Uma História do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

SMITH, B. **Home Girls: A Black Feminist Anthology**. Alpha, 1983.

SOUSA, Sandra Tanhote *et al.* **Trajetórias negras e racismos:** memórias da convivência inter-racial na infância. 2020.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro:** ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. São Paulo: Schwarcz-Companhia das Letras, 2021.

SOUZAS, Raquel. **Sob o signo de Marte:** relações conjugais, gênero e saúde reprodutiva das mulheres de baixa renda em São Paulo. Curitiba: Appris, 2019.

SOUZAS, Raquel. **Muito mais azul:** gênero, raça e reprodução. Appris, 2018.

UOL ENTREVISTA. **Madalena conta detalhes dos 38 anos de escravidão que viveu em MG.** Youtube, publicado em 12 de jan. de 2021. 1 vídeo (36 min 12 s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ue1qeBUq4gc>. Acesso em: 13 jun. 2023.

WALKER, Alice. If the present looks like the past, what does the future look like? 1982. In: WALKER, Alice. In **search of our mothers' gardens: womanist prose**. San Diego, California: Harcourt Brace Jovanovich, 1983.

WERNECK, Jurema et al. Apresentando a doença falciforme. 2002. Disponível em: bibliotecadigital.abong.org.br. Acesso em: 03, Mar. 2022.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 1, n. 1, p. 07-17, 2010.

ZUBARAN, Maria Angélica. Comemorações da liberdade: lugares de memórias negras diaspóricas. **Anos 90**, v. 15, n. 27, p. 161-187, 2008.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Conforme Resoluções nº 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde – CNS

CARO(A) SENHOR(A),

Este documento é um CONVITE ao(a) Senhor(a) (ou à pessoa pela qual o(a) Sr.(a) é responsável) para participar da pesquisa abaixo descrita. Por favor, leia atentamente todas as informações abaixo e, se você estiver de acordo, rubriche as primeiras páginas e assine a última, na linha “Assinatura do participante”.

1. QUEM SÃO AS PESSOAS RESPONSÁVEIS POR ESTA PESQUISA?

1.1. PESQUISADOR RESPONSÁVEL: Marília do Amparo Alves Gomes

1.2. ORIENTADOR/ORIENTANDO: Tania Rocha de Andrade Cunha

2. QUAL O NOME DESTA PESQUISA, POR QUE E PARA QUE ELA ESTÁ SENDO FEITA?

<p>2.1. TÍTULO DA PESQUISA</p> <p>O PESO DA HISTÓRIA: AS MARCAS DA VIOLÊNCIA NA MEMÓRIA DE MULHERES NEGRAS EM VITÓRIA DA CONQUISTA-BA</p>
<p>2.2. POR QUE ESTAMOS FAZENDO ESTA PESQUISA (Justificativa):</p> <p>Os motivos que nos levam a empreender este estudo justificam-se pela problemática decorrente do racismo estrutural no contexto brasileiro, que tem como consequência diversos tipos de violência que atingem de forma mais perversa as mulheres negras, as quais são atingidas de forma interseccional pelo racismo, pelo sexismo e pelas questões de classe e outras opressões. A pertinência dessa pesquisa, evidencia-se pela possibilidade de trazer contribuição para o reconhecimento das lutas e resistências das mulheres negras em contextos de violência racial e de gênero, além disso, pode nos levar a pensar estratégias de enfrentamento e de tentativa de resgate da memória.</p>
<p>2.3. PARA QUE ESTAMOS FAZENDO ESTA PESQUISA (Objetivos):</p> <p>Nossa finalidade principal com a realização do presente estudo consiste analisar as memórias subalternas de mulheres negras e suas experiências nos contextos de violência racial e de gênero.</p>

3. O QUE VOCÊ (OU O INDIVÍDUO SOB SUA RESPONSABILIDADE) TERÁ QUE FAZER? ONDE E QUANDO ISSO ACONTECERÁ? QUANTO TEMPO LEVARÁ? (Procedimentos Metodológicos)

<p>3.1 O QUE SERÁ FEITO:</p> <p>Você participará de uma Entrevista semiestruturada, ou seja definiremos alguns temas e perguntas, mas você poderá falar livremente e aprofundar nas respostas. Utilizaremos</p>

Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) - UESB/Jequié
(73) 3528-9727 | cepjq@uesb.edu.br

Rubricas:

Seja conciente: ao imprimir este documento, se necessário, use a frente e o verso do papel. :)

Página 1

esse recurso por compreender que, por meio dele, há liberdade para explorar aspectos não previstos no roteiro e que podem contribuir para análise pretendida. O roteiro é composto por seis temas: Identificação; escolaridade; composição familiar; condição socioeconômica; Memórias de vida e sobre violência; Memórias da escravidão e do sofrimento negro; A violência e as estratégias de resistência. Poderá ser necessário mais de um encontro (online) para conclusão da entrevista. A entrevista será realizada pela plataforma *Google Meet*, cujo acesso se dará por meio de link gerado na internet.

3.2 ONDE E QUANDO FAREMOS ISSO:

A Entrevista acontecerá totalmente de modo remoto, por meio da plataforma *Google Meet*, cujo compartilhamento se dará por meio de link gerado na internet.

3.3 QUANTO TEMPO DURARA CADA SESSÃO:

Aproximadamente quarenta minutos.

4. HÁ ALGUM RISCO EM PARTICIPAR DESSA PESQUISA?

Segundo as normas que tratam da ética em pesquisa com seres humanos no Brasil, sempre há riscos em participar de pesquisas científicas. No caso desta pesquisa, classificamos o risco como sendo

MÍNIMO MODERADO ALTO

4.1 NA VERDADE, O QUE PODE ACONTECER É: (detalhamento dos riscos)

A pesquisa oferece riscos mínimos aos participantes, como constrangimento ao rememorar questões sensíveis como racismo, violências, constrangimentos.

4.2 MAS PARA EVITAR QUE ISSO ACONTEÇA, FAREMOS O SEGUINTE: (meios de evitar/minimizar os riscos):

Para evitar qualquer tipo de desconforto durante a concessão de respostas para a entrevista, asseguramos que a participante poderá abandonar a entrevista a qualquer momento.

5. O QUE É QUE ESTA PESQUISA TRARÁ DE BOM? (Benefícios da pesquisa)

5.1 BENEFÍCIOS DIRETOS (aos participantes da pesquisa):

Não ofereceremos recompensas materiais, tampouco benefícios concretos ou diretos ao participante desta pesquisa, o que confere à participação completamente voluntária.

5.2 BENEFÍCIOS INDIRETOS (à comunidade, sociedade, academia, ciência...):

Quanto aos benefícios sociais, a pesquisa tem como relevância poder gerar resultados positivos para a sociedade os quais fomentem o papel fundamental da ciência (pesquisa) para o desenvolvimento em todos os nexos e contextos da sociedade: econômico; social; cultural e histórico.

6. MAIS ALGUMAS COISAS QUE O(A) SENHOR(A) PODE QUERER SABER (Direitos dos participantes):

- 6.1. **Recebe-se dinheiro ou é necessário pagar para participar da pesquisa?**
R: Nenhum dos dois. A participação na pesquisa é voluntária.
- 6.2. **Mas e se acabarmos gastando dinheiro só para participar da pesquisa?**
R: O pesquisador responsável precisará lhes ressarcir estes custos.
- 6.3. **E se ocorrer algum problema durante ou depois da participação?**
R: Você pode solicitar assistência imediata e integral e ainda indenização ao pesquisador e à universidade.
- 6.4. **É obrigatório fazer tudo o que o pesquisador mandar? (Responder questionário, participar de entrevista, dinâmica, exame...)**
R: Não. Só se precisa participar daquilo em que se sentir confortável a fazer.
- 6.5. **Dá pra desistir de participar no meio da pesquisa?**
R: Sim. Em qualquer momento. É só avisar ao pesquisador.
- 6.6. **Há algum problema ou prejuízo em desistir?**
R: Nenhum.
- 6.7. **Os participantes não ficam expostos publicamente?**
R: Não. A privacidade é garantida. Os dados podem ser publicados ou apresentados em eventos, mas o nome e a imagem dos voluntários são sigilosos e, portanto, só serão conhecidos pelos pesquisadores.
- 6.8. **Depois de apresentados ou publicados, o que acontecerá com os dados e com os materiais coletados?**
R: Serão arquivadas por 5 anos com o pesquisador e depois destruídos.
- 6.9. **Qual a “lei” que fala sobre os direitos do participante de uma pesquisa?**
R: São, principalmente, duas normas do Conselho Nacional de Saúde: a Resolução CNS 466/2012 e a 510/2016. Ambas podem ser encontradas facilmente na internet.
- 6.10. **E se eu precisar tirar dúvidas ou falar com alguém sobre algo acerca da pesquisa?**
R: Entre em contato com o(a) pesquisador(a) responsável ou com o Comitê de ética. Os meios de contato estão listados no ponto 7 deste documento.

7. CONTATOS IMPORTANTES:

Pesquisador(a) Responsável: **MARILIA DO AMPARO ALVES GOMES**
 Endereço: AV. PARAMIRIM, 2262, BAIRRO BRASIL, VITÓRIA DA CONQUISTA
 Fone: (77) 988786017 / E-mail: mariliaamparo@gmail.com

Comitê de Ética em Pesquisa da UESB (CEP/UESB)
 Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, 1º andar do Centro de Aperfeiçoamento Profissional Dalva de Oliveira Santos (CAP). Jequiézinho. Jequié-BA. CEP 45208-091.
 Fone: (73) 3528-9727 / E-mail: cepjq@uesb.edu.br
 Horário de funcionamento: Segunda à sexta-feira, das 08:00 às 18:00

8. CLÁUSULA DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (Concordância do participante ou do seu responsável)

Declaro, para os devidos fins, que estou ciente e concordo

- em participar do presente estudo;
 com a participação da pessoa pela qual sou responsável.

Ademais, confirmo ter recebido uma via deste termo de consentimento e asseguro que me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer todas as minhas dúvidas.

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA**ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA****O PESO DA HISTÓRIA****AS MARCAS DA VIOLÊNCIA NA MEMÓRIA DE MULHERES NEGRAS EM ASCENSÃO SOCIAL****1. Identificação:**

1.1. Nome:

1.2. Nome social:

Identificação de Gênero: () Homem cisgênero () Mulher cisgênero () População T () Não binário () Outro _____

1.3. Idade:

1.4. Religião:

1.5 Qual sua cor? (Preta/ Parda/Branca/Amarela/Indígena)

(*) Cisgênero - abrange os indivíduos que se identificam, em todos os aspectos, com o gênero atribuído ao nascer em função do seu sexo biológico.

(**) População T - abrange o grupo diversificado de pessoas que não se identificam, em graus diferentes, com comportamentos ou papéis esperados do gênero que lhes foi determinado no nascimento.

(***) Não-binário - abrange os indivíduos que não se identifica em nenhuma das categorias binárias: masculino ou feminino.

2. Escolaridade

2.1 Estuda ou estudou até que ano?

2.2 Possui nível superior?

3. Composição familiar

3.1 Com quem vive?

3.2 Tem filhos?

3.3 Estado civil?

4. Condição Socioeconômica

4.1 Qual a renda familiar?

4.2 você trabalha?

4.3. Onde já trabalhou? Quanto tempo?

5. Memórias sobre violência

Fale sobre sua trajetória de vida de mulher negra, da infância até os dias atuais

- 5.1. O que entende sobre violência?
- 5.2. Você já vivenciou alguma situação de violência?
- 5.3. O que entende por relações de gênero?
- 5.4. Em algum momento da sua vida se sentiu violentada como mulher negra?
- 5.5. O que é ser mulher negra?
- 5.6. como mulher negra você já se sentiu em situação de exclusão?

6. Memórias da escravidão e do sofrimento negro

- 6.1. já vivenciou alguma situação de racismo em sua vida? Quais?
- 6.2. O que você sabe sobre a história dos negros no Brasil?
- 6.3. O que sabe sobre a escravidão no Brasil
- 6.4. como você vê a situação dos negros e negras no Brasil de hoje?

7. Estratégias de resistência

- 7.1. Se vivenciou situações de violência, como conseguiu romper?
- 7.2. você participa de algum movimento ou coletivo de mulheres, o que acha desses movimentos?
- 7.3. Na sua opinião qual o caminho para romper com a violência racial e de gênero?

8. Mulher negra em espaços de poder

Se pudesse descrever, quais obstáculos você enfrentou ou enfrenta para ocupar esses espaços?

- 8.1. Com relação ao lugar que você ocupa na sociedade, como se sente?
- 8.2. Na sua opinião como as ações do Estado contribuíram ou não contribuíram para que seu processo de ascensão social?
- 8.3. Os indicadores sociais revelam que é minoria das mulheres negras que ocupam espaços de poder, a que isso se deve?
- 8.4. O que você acha que pode ser feito para que mais mulheres negras ocupem esses espaços?

Alguma questão que não foi abordada nesta entrevista e você queira falar?

APÊNDICE C – BIOGRAFIAS DE MULHERES NEGRAS QUE MARCARAM A HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA NO BRASIL

BIOGRAFIAS DE MULHERES NEGRAS QUE MARCARAM A HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA NO BRASIL

<p>Dandara dos Palmares</p>	<p>Segundo a procedência de Dandara é desconhecida. As informações não confirmam se ela teria vindo da África ou se nasceu no Brasil. Alguns estudos, como o de Maria de Lourdes Siqueira, afirmam que Dandara é de uma nação africana Jeje Mahin, no Benin.</p> <p>Sueli Carneiro afirma o que se tem de concreto até o momento é que ela teria se juntado aos palmarinos ainda muito jovem. O Quilombo dos Palmares, que o nome derivava da grande quantidade de palmeiras existentes na região -a pindoba, em maior número, e a ouricuri, a catolé e a tirara, menos expressivas -estabeleceu-se na Serra da Barriga (CARNEIRO, 1958), atualmente essa região pertence ao município de União dos Palmares, no estado de Alagoas.</p> <p>Dandara foi uma importante liderança feminina. Participava na ordenação da comunidade, ajudava na elaboração de estratégias de resistência e ainda lutava em todas as batalhas, pois dominava muitas técnicas de lutas. Relatos destacam seu potencial como capoeirista.</p> <p>Dandara lutou de todas as formas pela liberdade. inclusive se negou a aceitar o acordo de paz firmado por Ganga-Zumba com o governo da capitania de Pernambuco, em 1678, pois o referido acordo previa a concessão de um terreno para a moradia dos habitantes do quilombo, em local por eles escolhido, além disso, garantia a liberdade de todos aqueles nascidos em Palmares, as mulheres capturadas seriam devolvidas e os moradores de Palmares poderiam exercer o comércio. No entanto, o acordo obrigava-os a entregar escravizados que procurassem sua ajuda.</p>
------------------------------------	--

	<p>Dandara se opôs a esse acordo e ao monarca, aliando-se a Zumbi, que também não concordava com esse tratado. Deste modo, Zumbi rompeu com o seu tio Ganga-Zumba.</p> <p>Dandara foi a única companheira de Zumbi e também tinha 3 filhos, Motumbo, Harmódio e Aristogíton. Com a morte de Ganga-Zumba Zumbi passou a liderar o quilombo, retomando o conflito com as autoridades portuguesas.</p> <p>Apesar da insuficiência de registros, mas de acordo com relatos ela foi uma mulher heroína, forte, bela, guerreira, persuasiva, líder e perseguidora da liberdade</p> <p>Dandara morreu em 06 de fevereiro de 1694 com a destruição do Quilombo dos Palmares pela tropa do paulista Domingos Jorge Velho, após heroica resistência da comunidade quilombola. Segundo relatos ela teria se jogado de um penhasco para não se submeter aos inimigos.</p> <p>REFERÊNCIA:</p> <p>SOUZA, Duda Porto de; CARARO, Aryane. Extraordinárias – Mulheres que revolucionaram o Brasil. São Paulo: Seguinte, 2017.</p>
<p>Maria Felipa</p>	<p>Segundo o sítio eletrônico do Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST</p> <p>Maria Felipa de Oliveira, a mulher que a nação inteira devia conhecer, a líder que deveríamos ler nos livros, uma heroína que a história precisa revisitar.</p> <p>Maria Felipa nasceu na Ilha de Itaparica, ganhadeira, pescadora e habilidosa capoeirista, ela teve uma importante atuação na luta que estabeleceu a independência do Brasil na Bahia. Os movimentos contra a submissão à coroa portuguesa já se davam nesta região no início de 1822 e após a proclamação da Independência do Brasil em 7 de setembro do mesmo ano, houve</p>

resistência dos portugueses que não aceitavam a separação política.

Em 1823, no litoral de Itaparica, embarcações portuguesas aguardavam para invadir Salvador e foi neste contexto que o feito de Maria Felipa foi crucial para a derrota dos portugueses. Ela liderou um grupo de 40 mulheres, estrategicamente organizadas para atrair os vigias dos navios portugueses e afastá-los das embarcações, uma vez longe de seus postos, os homens foram surrados com galhos de cansação (*Jatropha Urens*), era sabido por elas que a planta, parecida com a urtiga, era altamente venenosa e que provocava queimadura grave na pele, ardência e muita dor. Com o plano, Maria Felipa e o grupo de mulheres conseguiram incendiar as embarcações no litoral de Itaparica e derrotar os portugueses em 2 de julho de 1823.

Depois de muitos anos de apagamento, há um esforço para comunicar o protagonismo de Maria Felipa nas lutas pela independência, uma mulher negra, destemida e que com sua coragem marcou a história da nação.

Maria Felipa e seus grandes feitos, apesar de ser citada pelos escritores Ubaldo Ribeiro e Xavier Marques, sobrevivem na oralidade popular da Bahia com a construção devida de seu imaginário heróico e que para a comunidade local é sinônimo de muito orgulho. Sua história foi resgatada numa pesquisa coordenada pela professora Eny Kleyde Vasconcelos Farias, do Núcleo de Interpretação do Patrimônio das Faculdades Olga Mettig.

Que outras Marias possam se sentir encorajadas, possíveis e grandes como Felipa, que tenham participação na sociedade vivendo uma emancipação plena sem serem invisibilizadas. Viva Maria Felipa de Oliveira. Viva as Marias que fazem o Brasil.

Referência: Os trechos acima foram retirados do sítio eletrônico: <https://www.gov.br/mast/pt-br/assuntos/noticias/2022/maio/maria-felipa-de-oliveira-uma-heroina-da-independencia>

<p>Anastácia</p>	<p>São muitas as versões sobre a história da jovem negra de cabelos curtos, dentes muito brancos, lábios sensuais, olhos azuis penetrantes, onde se notava sempre uma lágrima a rolar silenciosa, com uma mordança de ferro e aço (flandres) para que ninguém mais apreciasse a sua beleza ou saciasse a sua fome e também a gargantilha de ferro dos negros fujões.</p> <p>A verdade é que pouco se tem comprovado da vida desta mulher. Alguns autores colocam em dúvida até a sua existência, atribuindo a criação do mito ao desenho assinado pelo desenhista francês Étienne Victor Arago, intitulada “<i>Castigo de Escravos</i>”.</p> <p>Uma dessas pessoas é o monsenhor Guilherme Schubert, historiador e cônego, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que, após dois anos de pesquisa, em 1988, chegou à conclusão que “<i>Anastácia nunca existiu. Foi inventada</i>”. E que a ilustração tida como seu retrato, na verdade, é um homem.</p> <p>A narrativa mais detalhada, entretanto, conta que era Delminda, mãe de Anastácia, a negra formosa, da tribo bantu, que chegou ao Brasil em 1740, no navio negreiro “Madalena”, que aportou no Rio de Janeiro, com um carregamento de 112 africanos. Da família real Galanga, do Congo ou de Angola, países limítrofes, Delminda, ainda no cais do porto, foi arrematada por mil réis pelo feitor Antônio Rodrigues Velho. E, como era “comum” à condição das mulheres escravizadas, foi violentada e vendida grávida para Joaquina Pompeu, indo viver em Minas Gerais.</p> <p>Na condição de escravizada, Delminda deu à luz a Anastácia, que cresceu, tornando-se objeto de adoração do sinhozinho Joaquim Antônio, que a protegia e não permitia que lhe fizessem qualquer mal.</p> <p>Apaixonado, Joaquim chegou a lhe oferecer dinheiro para que fizessem sexo. Mas ela, além de resistir, negar-se a</p>

deitar com ele. Cansado da recusa, movido pelo ódio – ou cego de amor -, o jovem a amaldiçoa e determina que se coloque uma mordança de flandres para que ninguém mais aprecie a sua beleza e a gargantilha de ferro, marca dos fujões.

Dizem que as mulheres e as filhas dos senhores de escravos de Minas Gerais eram as que mais incentivavam a manutenção de tal mordança, pois morriam de inveja e ciúme da sua beleza. Outra versão da Anastácia brasileira sugere que, pelos seus dotes físicos, tenha sido aia de uma família nobre que, ao regressar a Portugal, a teria vendido a um rico senhor de engenho e a levado para uma fazenda perto da Corte, então no Rio de Janeiro, onde sua vida sofreu uma brutal transformação.

Por se negar a ser amante de seu senhor (dizem alguns), ou para que não mais pudesse falar contra a escravidão (explicam outros), ou, ainda, por “roubar” um torrão de açúcar, quando trabalhava na lavoura, ou por todas essas razões, Anastácia foi sentenciada a espancamentos constantes, bem como a usar mordança de ferro por toda a vida, só tirada às refeições, e a gargantilha de ferro.

Mas os castigos não surtiram o efeito pretendido, pelo menos no que diz respeito ao seu ativismo. Anastácia apurou a telepatia e, comunicando-se também através de seus olhos azuis, continuou a passar aos cativos o seu discurso por liberdade.

A história da vida de Anastácia na lavoura é contada por outros de seus divulgadores. Dizem que, certo dia, ela teve vontade de provar um torrão de açúcar e foi apontada como ladra pelo feitor. Daí o uso da mordança. Nesta narrativa, soma-se o ciúme da senhora da fazenda que, com medo de que o seu esposo se apaixonasse pela escravizada, num requinte a mais de crueldade, mandou o mesmo feitor colocar a gargantilha de ferro.

Além dos registros que falam sobre uma bela mulher que não cedeu aos apelos sexuais de seu senhor e, por isso, foi

	<p>estuprada e amordaçada, outros dão conta que ela foi sacrificada pela paixão bestial de um dos filhos de um feitor, não sem antes haver resistido bravamente a tais assédios, sendo, depois, ferozmente perseguida, torturada e submetida a violência sexual.</p> <p>Na história que culpa um feitor e uma sinhá pelos castigos, comenta-se que os dois se arrependeram e, por isso, permitiram o seu velório na capelinha da fazenda em Minas Gerais.</p> <p>Seu senhor, também, com remorso, providenciou-lhe um enterro como escrava liberta com sepultamento na igreja construída pelos negros. Há escritos que relatam, ainda, que depois de longos anos suportando os instrumentos de suplício e os espancamentos, Anastácia foi levada para o Rio de Janeiro, onde morreu, aos trinta e poucos anos de idade, devido à gangrena na boca e na garganta.</p> <p>A ideia de que os restos mortais foram sepultados na Igreja do Rosário, no mesmo Rio de Janeiro, é a mais corrente. Na Igreja, destruída por um incêndio em 1967, junto com os poucos documentos que poderiam confirmar a sua existência, inclusive, foi encontrado, entre as cinzas, um quadro com a gravura ampliada de Anastácia, a mesma que identifica nossa coluna <i>Sem Mordaça</i>.</p> <p>Referência</p> <p>Trechos retirados do site eletrônico: https://primeirosnegros.com/anastacia-sem-mordaca/</p>
<p>Luiza Mahin</p>	<p>O personagem Luiza Mahin, então, resulta de um misto de realidade possível, ficção e mito (REIS, 2003, p. 301-304) tem 2007 e 2012. Aqueles que asseguram sua existência se baseiam principalmente numa carta redigida por seu filho – carta escrita pelo poeta e abolicionista Luiz Gama ao amigo Lúcio Mendonça, ou em obras como a escrita por Pedro Calmon – “Malês, a insurreição das senzalas”. Não se sabe se Luiza nasceu na Costa Mina, na África, ou na</p>

	<p>Bahia, no Brasil. Pertencia à nação nagô-jeje, da tribo Mahin, daí seu sobrenome, nação originária do Golfo do Benin, noroeste africano que, no final do século XVIII, foi dominada pelos muçulmanos, vindos do Oriente Médio. Tornou-se livre por volta 1812, comprando sua liberdade e sobreviveu trabalhando como quituteira em Salvador. Segundo seu filho, Luiz Gama, Luiza teria sido princesa na África. (JESUS, 2019, p. 185).</p> <p>Referências: Trecho retirado de:</p> <p>JESUS, Rodrigo Ednilson de. Trajetórias de vida antes, durante e após a universidade: os desafios de chegar, permanecer e concluir com qualidade. Reafirmando direitos: trajetórias de estudantes cotistas negros (as) no ensino superior brasileiro, 2019.</p>
<p>Tereza de Benguela</p>	<p>Tereza de Benguela que vivia no quilombo de Quariterê, que até hoje não se sabe sua localização correta, mas sabe que se encontrava na beira do rio Guaporé um lugar de difícil acesso pelas grandes árvores que se encontrava no local, o lugar tem uma passagem estreita, tudo isso corroborou para que o quilombo se mante-se bem escondido e tornasse assim um ambiente seguro. Vivenciou ali juntamente com seu esposo José Piolho e com os negros que viam fugidos das minas de ouro e das fazendas, também abrigava indígenas que fugiam dos trabalhos forçados, era um quilombo multiétnico. José piolho liderou o quilombo nos anos de 1740, mas após sua morte a rainha Tereza de Benguela acaba por assumir este posto, seu comando começa nos anos de 1750 e perdura até ao ano de 1770, no seu comando houve um aumento na produção de milho, mandioca e outros alimentos que serviam para alimentar as 200 pessoas livres que moravam no quilombo, mas também para fazer troca com comerciantes que se encontravam nas proximidades, e o cultivo de algodão quais faziam tecidos e vestimentas para todos os integrantes do quilombo. Tereza de Benguela se mostrou muito inteligente e perdurou no comando por aproximadamente 20 anos, também criou um modo parlamentar diferenciado.</p>

	<p>No ano de 1770, Quariterê sofreu um grandioso ataque, houve muita morte, e além dos mortos um total de 79 negros e 30 indígenas foram capturados e levados à cidade de Vila Bela, lá sofreram humilhação pública, e foram todos marcados com um F que significa “Fujão” e também foram todos devolvidos aos seus respectivos donos, em meio aos capturados estava Tereza de Benguela, que teve um fim trágico.</p> <p>Mas esse ainda não era o fim do quilombo Quariterê, os quilombolas que conseguiram fugir para a mata, após a investida da companhia, tentam se reorganizar ali dentro da mata mesmo, e tornam por reerguer o quilombo do Quariterê, mas o quilombo não ficou muito mais tempo em pé, no ano de 1795 sofre um duro ataque da companhia que desta vez contou com um ajuda de um negro alforro, e desta maneira o quilombo Quariterê se acaba de uma vez. E é a partir dos seus feitos que Tereza entra pra História de luta e resistências dos negros no período colonial (DE CAMPOS, 2019 p. 91)</p> <p>Referência:</p> <p>LACERDA, Thays de Campos. Tereza de Benguela: identidade e representatividade negra. Revista de Estudos Acadêmicos de Letras, v. 12, n. 2, p. 89-96, 2019.</p>
<p>Aqaltune</p>	<p>Personagem semilendária da história do Quilombo dos Palmares. Teria nascido no reino do Congo, de linhagem real, e liderado uma parte dos guerreiros na Batalha de Mbwila (Ambuíla) (1665), o que resultou em sua escravização e deslocamento para a América Portuguesa, no atual Nordeste brasileiro. É lembrada como uma rainha guerreira, avó de Zumbi dos Palmares.</p> <p>Sua identidade ancestral é difícil de ser demonstrada. Ela não aparece mencionada nas crônicas ou nos documentos escritos à época no Reino do Congo. Não poderia ser a esposa de Antônio I, o rei do Congo derrotado e decapitado em Mbwila porque de acordo com o cronista português Antônio de Oliveira Cadornega ele mandara executar a rainha anos antes. Nem era tia deste rei, conforme se pensa, porque a tia dele, que detinha o título de <i>Mwene Nlaza</i>, era</p>

	<p>conhecida pelo nome cristão de Ana Afonso de Leão, ou Ana Manimulaza.</p> <p>Aqualtune aparece mencionada nas fontes escritas pelos atacantes da comunidade palmarina. Em 1677, por ocasião dos ataques das tropas do capitão Fernão Carrilho contra o quilombo de Macaco, havia uma grande casa onde se reunia o Conselho de Chefes, entre os quais estavam Aqualtune e Ganazona, apresentados respectivamente como mãe e irmão do rei Ganga Zumba; Zumbi, apresentado como sobrinho dele; Pedro Capacaça, Amaro, Osenga e Andalaquituche, líderes de outras comunidades da confederação. Em documento do Conselho Ultramarino português datado de 1681, consta que, após a invasão do quilombo de Macaco em 1577 foram aprisionados cerca de 200 homens, dois filhos do rei e a rainha. Ela era, pois, tia-avó de Zumbi, que assumiria a liderança dos palmarinos até 1695.</p> <p>Por sua capacidade de liderança e de resistência à escravidão, Aqualtune tornou-se um símbolo da luta das mulheres negras. Sua memória é preservada nas tradições orais, inspirou o tema de enredo da Escola de Samba Mangueira no Carnaval de 2019 e sua história é recontada em versos na obra de Jarid Arraes, <i>Heroínas negras brasileiras em 15 cordéis</i> (2017).</p> <p>Referência:</p> <p>https://www.ufrgs.br/africanas/aqualtune-seculos-xvi-xvii/</p>
<p>Maria Firmina dos Reis</p>	<p>Maria Firmina dos Reis nasceu na Ilha de São Luís, MA, em 11 de outubro de 1825. Foi registrada como filha de João Pedro Esteves e Leonor Felipe dos Reis. Mulata e bastarda, Firmina é prima do escritor maranhense Sotero dos Reis³ pom 1830, mudou-se com a família para a Vila de São José de Guimarães, no continente, município de Viamão. Viveu parte de sua vida na casa de uma tia materna “melhor situada economicamente” (MOTT, 1988, p.61). Em 1847, concorreu à ca-deira de Instrução Primária nessa localidade e, sendo aprovada, ali mesmo exerceu a profissão, como professora de primeiras letras, de 1847 a</p>

1881. Em 1880, fundou uma escola gratuita para crianças de ambos os sexos. Segundo Raimundo de Meneses, essa aula mista “escandalizou os círculos locais, em Maçaricó [...] e por isso foi a professora obrigada a suspendê-la depois de dois anos e meio.” (1978, p.570). Conforme afirmou Nascimento Morais Filho, a escola mista de Maria Firmina dos Reis era “uma revolução social pela educação e uma revolução educacional pelo ensino, o seu pioneirismo subversivo de 1880.” (1975, p. 310). O fato de ter fundado a primeira escola mista do país mostra as idéias avançadas de Maria Firmina para a época. Pense-se no tipo de educação que recebiam as meninas no século XIX: leitura, com o objetivo religioso, bordado, piano e para algu-mas o ensino do francês, língua da sociedade! Mas gostaria de destacar, como já o fiz em artigo anterior⁴, o pioneirismo de outra brasileira, desta vez, do extremo sul: Maria Josepha Pereira Pinto que também fundou uma escola mista, bem antes da maranhense. É uma lástima que não tenhamos encontrado quase nada dessa mulher pois foi pioneira em muitos aspectos, inclusive na fundação de um periódico, de cunho político de nome Belona irada contra os sectários de Momo.Casou-se em Rio Pardo, em 1800, com Manuel Inácio Pereira Pinto⁵, primeiro carcereiro da cadeia de Porto Alegre. Em seu trabalho, o marido deixou escapar um preso e respondeu a processo sobre o caso. Depois de condenado, desapareceu para sempre, deixando esposa e um casal de filhos: José Joaquim Barreto (Rio Pardo, 1802) e Engrácia Maria (Rio Pardo, 1804)⁶.Depois desse acontecimento, Maria Josefa fundou uma escola pri-mária mista que ficava em sua própria casa, situada à rua de Santa Cata-rina, hoje Dr. Flores, em Porto Alegre, segundo informações de um seu discípulo que ficou famoso, Antônio Alves Pereira Coruja. em 1880, Maria Firmina conquistou o primeiro lugar em História da Educação Brasileira, o que lhe valeu o título de Mestra Régia, segundo informa a pesquisadora Maria Lúcia de Barros Mott (1988, p.62). Em 1881, mesmo aposentada do ensino público oficial, continuou ensinando no povoado de Maçaricó a filhos de lavradores e de fazendeiros demonstrando sua vocação primeira: a de mestra.

O romance de Maria Firmina foi descoberto, em 1962, em um “sebo”, no Rio de Janeiro, por Horácio de

Almeida, que, depois de pes-quisa, identificou o codinome da romancista maranhense e fez uma fac-similar do texto⁸. No prólogo a esta edição, Horácio de Almeida salienta a ausência da escritora nos estudos críticos dedicados à literatura maranhense. O único autor a mencioná-la foi Sacramento Blake (1970, p.232). Maria Firmina deixou um álbum de recordações publicado por Nascimento Filho, na reunião de textos que fez em 1975, que foi escrito, aparentemente, a partir de 1853, visto ser essa a data do primeiro texto. Digo aparentemente, porque a publicação contempla só uma parte dos manuscritos de Maria Firmina, os quais tendo sido deixados com um filho adotivo, foram dele roubados (MUZART, 2013, p. 251).

Referência

MUZART, Zahidé Lupinacci. Uma Pioneira: Maria Firmina dos Reis. **Muitas Vozes**, v. 2, n. 2, p. 247-260, 2013.